

Denilson Santos de Azevedo

# O MELHORAMENTO DO HOMEM, DO ANIMAL E DA SEMENTE:

Os primórdios do Ensino  
na UFV (1920-1948)





À Clarissa, crescida em graça e sabedoria.

À Izabel e José Bruno, eternos educadores.

Aos sujeitos que fizeram a História da ESAV.

© do Autor

Denilson Santos de Azevedo

Revisão ortográfica e gramatical  
Denilson Santos de Azevedo

Projeto Gráfico e Diagramação  
Carlos Joaquim Einloft  
Editora Asa Pequena

Fotos da capa:

**Evento social no Salão Nobre**

<https://locus.ufv.br//handle/123456789/8042>

**Vista parcial do Campus**

<https://locus.ufv.br//handle/123456789/23420>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Azevedo, Denilson Santos de

O melhoramento do homem, do animal e da semente [livro eletrônico] : os primórdios do ensino na UFV (1920-1948) / Denilson Santos de Azevedo. -- Viçosa, MG : Editora Asa Pequena, 2021.

PDF

Bibliografia

ISBN 978-65-84589-01-8

1. Educação 2. Ensino superior 3. Ensino universitário 4. Prática pedagógica 5. Professores - Formação I. Título.

21-92582

CDD-378.125

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Ensino universitário : Educação superior 378.125

**Maria Alice Ferreira**

Bibliotecária - CRB-8/7964

Viçosa, MG

Dezembro de 2021

Proibida a reprodução parcial ou total sem a autorização do autor.  
Todos os direitos desta obra são a ele reservados.



# prefácio

---

**P**rofessor titular do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa (UFV), o Dr. Denilson Santos de Azevedo nos apresenta uma narrativa sócio-histórica e estrutural de um dos momentos mais importantes no processo de institucionalização organizacional de uma das mais importantes universidades públicas do país. Em seus primórdios, denominada como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), trilhou – com muita persistência e comprometimento de seus integrantes e gestores – o caminho para o que mais tarde se tornaria a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG).

Resultado de uma minuciosa pesquisa qualitativa desenvolvida no início dos anos 2000 para o seu doutoramento na Universidade de São Paulo, a presente obra contextualiza uma Instituição que se desenvolveu em três fases distintas, dentre elas, a que nos encontramos na atualidade, a UFV. Contudo, o seu recorte temporal nos leva a sua primeira fase, na gênese de um estabelecimento de ensino superior modelo nos anos de 1920, que teve seu início em terras mineiras – precisamente, na cidade de Viçosa, terra natal do seu idealizador, Arthur da Silva Bernardes, o 12º presidente brasileiro –, já no final da primeira república, caracterizada pela política café com leite, uma prática de articulações entre os governos das províncias de São Paulo e Minas Gerais que se alternavam com presidentes civis no protagonismo do poder nacional chanceladas pelas duas oligarquias agrárias dessas respectivas províncias. A idealização e a fundação desse estabelecimento, há quase um século da independência do Brasil, buscou um modelo inédito no país, contra-hegemônico ou que se praticava, principalmente, na província de São Paulo. Até aquele momento, as nossas possibilidades estavam arraigadas em uma formação superior, quando não em Portugal ou França, *in loco*, que influenciava sobremaneira as poucas instituições em solo brasileiro com um modelo eurocêntrico: livresco, bacharelesco e teórico.

Denilson demarca discursivamente os principais aspectos e práticas da ESAV que a diferencia das demais instituições de ensino superior do país, um estabelecimento carregado de um pragmatismo da ciência agrária aplicada às diversas necessidades do mercado e da própria sociedade. Adicionalmente, evidencia o processo de formação e desenvolvimento do ensino agrícola brasileiro e seus percalços políticos, administrativos e pedagógicos, todavia, um modelo de ensino sem as adequações necessárias a uma realidade tropical, *tupiniquim*, praticado desde a segunda metade do século XIX. O ensino agrícola era necessário, principalmente, até finais dos anos de 1930, considerando que o país era essencialmente agrário e tinha nas propriedades rurais a célula econômica do Brasil. O trabalho apresentado foi embasado no vasto e rico acervo institucional do Arquivo Histórico e Central da UFV, guardião de parte importante da memória da nossa Universidade, que deve ser preservado por todos.

Esta obra evidencia os valores e condutas que permearam, concomitante, as ações de uma concepção pedagógica moderna e os processos disciplinares dos nossos primeiros estudantes. Tal dinâmica não se limitava aos espaços curriculares, mas sim, às vivências extraclasse. Ademais, retrata que, provavelmente, tenha sido a única instituição de ensino superior do país a antecipar diversas atividades antes mesmo da sua inauguração oficial, visando ao seu objetivo maior, a formação de nível superior em Agronomia e Veterinária. O autor destaca o ensino primário, a alfabetização de jovens e adultos, o incentivo à música, os serviços de saúde, as práticas esportivas, a formação profissional de seus operários, campanhas para erradicação de vermes e doenças, cooperativas de consumo, dentre tantas outras atividades presentes no *campus* que viriam a se concretizar nos anos de 1930.

O trabalho nos apresenta uma das características mais peculiares de Viçosa, o *ethos* esaviano que, para além de constituir o processo formativo de cada um desses estudantes esavianos, preocupava-se com a formação humana regenerada desses indivíduos em suas dimensões cívicas, morais, desportivas e higienistas e, ainda, de caráter e de costumes, em um propósito literal do que fora preconizado pelo positivismo representado na gênese da república brasileira, em um nacionalismo patriótico de ordem e progresso para um bom caminho da futura geração. Além dos discentes em formação, esse processo se estendeu aos servidores e aos docentes, em menor grau. Isso se deve, também, a outro diferencial inovador, o regime de internato e externato desenvolvido em Viçosa, o primeiro de grande êxito no país. A sedimentação dessa prática foi de tal magnitude que, ainda hoje, temos a institucionalização de boas práticas, muitas

delas com resquíio desse ingrediente suprassumo do espírito esaviano, o qual, quase hereditário, fomentou a continuidade dos serviços no *campus* por parte de filhos e netos desses servidores e, principalmente, de discentes da ESAV que continuaram na Instituição como professores e perpetuaram muitas dessas dinâmicas disciplinares a que foram submetidos naquele período de formação. Outrossim, ressalta a importância da condução dos trabalhos do Prof. Rolfs, responsável pela fundação da ESAV, e a continuidade no processo de consolidação pelas administrações dos professores Bello Lisbôa, John Benjamin Griffing e Antonio Secundino, que empenharam e articularam a continuidade dos trabalhos em Viçosa na era Vargas.

A ESAV, além do seu papel educativo e social para o país – embora tenha enfrentado vários desafios de manutenção financeira durante esse período, rigorosos sistemas de fiscalização e avaliação vigentes, marginalização por parte da classe política –, desempenhou estrategicamente um novo padrão de ensino que serviu de modelo nacional, consciente do seu papel para a educação brasileira e, por esse motivo, já era divulgada nos principais centros do país. As discussões aqui apresentadas confirmam a importância da inserção desse novo estabelecimento de ensino como plataforma do que tínhamos de novo no ensino brasileiro.

Esse foi um período que representou um novo tempo para o Brasil, desvinculando das realidades até então arraigadas de um tempo colonial e imperial, relacionadas com o ensino no país, ainda incipiente no nível superior.

Por fim, essa é uma análise apresentada pelo Prof. Denilson com uma perspectiva distinta dos demais trabalhos que retratam a Escola Superior de Agricultura e Veterinária como objeto de estudo. Consequentemente, esta investigação é base para quaisquer outros trabalhos que pretendam buscar uma melhor compreensão sobre determinado fenômeno que tenha tido a ESAV, a UREMG e a UFV como cenário.

Prof. Odemir Baeta  
Diretoria do CCH



# sumário

---

INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO I - O PLANTIO DO ENSINO AGRÍCOLA NO BRASIL.....	25
1. Semeando o ensino superior agrícola no Brasil .....	27
2. A instrução agrícola como <i>salvação da lavoura</i> .....	30
3. O ensino agrícola e a inculcação de valores morais, cívicos e higienistas. 48	
4. Cercando o campo de trabalho: A regulamentação do ensino e das profissões agrícolas.....	54
CAPÍTULO II - A CONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESAV .....	63
1. Preparando o terreno .....	63
2. Concepção de fundação e a ação pedagógica na ESAV .....	67
3. Em busca de um lugar ao sol - os ramos florescem e dão frutos.....	78
4. Indo onde o agricultor está - a visibilidade do serviço de extensão .....	84
5. Nem tudo são flores e frutos .....	93
CAPÍTULO III - O MELHORAMENTO DO HOMEM: A EDUCAÇÃO NA ESAV.....	115
1. A organização do ensino na ESAV .....	115
2. O aprender fazendo.....	127
3. A organização didática e o regime de ensino da ESAV .....	136
4. A Estufa: o regime de Internato.....	147
5. O debridamento de <i>habitus</i> - As Reuniões Gerais.....	152

CAPÍTULO IV - O REGIME DISCIPLINAR: VIGÍLIA CONTRA “PRAGAS” ..	165
1. Dispositivos de vigilância e controle do trabalho pedagógico .....	167
2. Erradicando pragas - vigilâncias e punições aos alunos.....	178
3. A hibridização indesejada: os movimentos de resistência dos alunos ...	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	203
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	207
Entrevistas .....	207
Decretos, Atos e Regulamentos .....	207
Anais, Atas, Relatórios .....	208
Jornais, Revistas e Periódicos .....	209
Bibliografia .....	209
ANEXOS.....	215

# apresentação

---

**E**sta obra trata de uma pesquisa histórica a respeito do trabalho pedagógico implementado no processo de constituição e consolidação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, no período compreendido entre 1920 e 1948, cuja semente dará frutos que até hoje permanecem sendo colhidos, de modo tradicional ou inovado, na Universidade Federal de Viçosa (UFV), em diversas atividades e iniciativas desde seus primeiros anos de fundação e que irão forjar o *ethos* do esaviano, entendido como o conjunto de traços característicos pelos quais um grupo se individualiza e se diferencia dos outros, a partir de uma série de ações pedagógicas e disciplinares de inculcação de *habitus*, que forja um sistema específico de disposições e predisposições para a ação do indivíduo na estrutura social.

Com base na pesquisa de fontes primárias, secundárias e orais, foram analisados os antecedentes nacionais do ensino na área das ciências agrárias e os principais condicionantes sociais, econômicos, culturais e políticos que propiciaram a criação desse Estabelecimento de ensino. A adoção do modelo de ensino agrícola norte-americano, de caráter aplicado e utilitário, calcado no “aprender fazendo”, na articulação entre “ciência e prática” e com ênfase nas atividades e serviços de extensão, atesta a principal finalidade da Escola, que era “melhorar o homem, o animal e a semente”, com o intuito de contribuir para a reforma social no meio rural, através da difusão de conhecimentos e técnicas, para aumentar a produtividade e diversidade da produção agropecuária.

A consecução desse projeto apresentou algumas inovações no âmbito da gestão administrativa e pedagógica que foram, de certo modo, afetados pela política estadual de contenção no repasse de verbas e pela padronização do ensino agrícola, empreendido pelo governo federal ao longo da chamada “Era Vargas” (1930-1945).

Não obstante esses reveses, a Instituição manteve boa parte dos fundamentos de sua concepção original, uma vez que as bases e instâncias de organização do trabalho e de realização da ação pedagógica não sofreram alterações substanciais, sobretudo em virtude da permanência do regime de responsabilidade pessoal, como a essência do regime disciplinar e pedagógico instituído.

Para realização dessa obra agradeço à minha mãe Izabel, pelo incansável estímulo e apoio incondicional, aos colegas do Departamento de Educação (DPE) e aos funcionários da UFV, que acompanharam mais ou menos de perto, incentivando e amenizando o solitário trabalho de consulta e coleta de fontes sobretudo no Arquivo Central e Histórico da UFV (ACH), entre 2001 e 2004, período de realização dessa investigação. À professora Tânia Menegon, então chefe do DPE pelo empenho, sem êxito, em 2007, em publicar esse trabalho pela Editora da UFV e ao professor Odemir Baeta, diretor do CCH da UFV, por prefaciar e apoiar essa publicação, no ano em que a UFV comemora o seu aniversário de 95 anos de muito sucesso, com contribuições efetivas e diversas para melhoria da sociedade brasileira, ao longo desse período. Por fim, agradeço ao Carlos Joaquim Einloft, pela diagramação e sugestão de inserção de imagens no e-book, cujas legendas já vieram nas fotos, não sendo de minha autoria.



# introdução

---

**O** *e-book*, resultante de uma tese de doutorado na área de História da Educação e Historiografia, defendida em 2005, no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), analisa a organização e o funcionamento do ensino desenvolvido na Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), desde sua criação nos anos vinte como instituição de ensino superior agropecuário, e que deu origem à atual Universidade Federal de Viçosa (UFV), que nesse ano comemora o seu 95º aniversário. No período que vai de 1920 a 1948, foi projetada e funcionou como Escola Superior isolada. Entre 1949 e 1969, a ESAV foi transformada, pelo governo do Estado de Minas Gerais, em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), composta pela Escola Superior de Agricultura, pela Escola Superior de Veterinária, pela Escola Superior de Ciências Domésticas, pela Escola de Especialização (Pós-Graduação), pelo Serviço de Experimentação e Pesquisa e pelo Serviço de Extensão. A partir de 1969, a UREMG é federalizada, transformando-se na UFV, que, atualmente, possui 4 Centros de Ciências (Agrárias, Biológicas e da Saúde, Exatas e Tecnológicas e Humanas, Letras e Artes) contando com 40 cursos de graduação.

Expandindo-se nas diversas áreas do conhecimento, essa instituição desfrutava de grande renome nacional e internacional no estudo e na aplicação da ciência e da tecnologia na área agropecuária. Tal vocação pode ser evidenciada pelos programas de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos na UFV, em 2005, sendo que dos 24 Cursos de Mestrado e dos 16 de Doutorado, apenas 4 programas de Mestrado (de Ciência da Nutrição, de Ciência da Computação, Engenharia Civil e Física Aplicada) não estão diretamente relacionados com essa área<sup>1</sup>. Também merecem ser citados os 23 Cursos

---

<sup>1</sup> Os programas de Mestrado existentes são em: Agroquímica, Bioquímica Agrícola, Biologia Celular e Estrutural, Botânica, Ciência da Computação, Ciência da Nutrição, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciência Florestal, Economia Doméstica, Economia Rural, Engenharia Agrícola, Engenharia Civil, Entomologia, Extensão Rural,

de Pós-Graduação *lato sensu* que, por sua vez, já não são tão restritos à grande área das ciências agrárias que, no entanto, abarca 48% dos cursos oferecidos.

O viço dos bens cuidados jardins e passeios do *Campus* Universitário, a imponência de monumento do “prédio principal” ou “bernardão”, apelido dado ao edifício que traz o nome do seu fundador, o ex-Presidente da República Arthur Bernardes, inaugurado em 1926, com seu estilo eclético, cuja fachada em nada lembra as edificações brasileiras da época, compondo um arranjo próprio que simboliza um rural moderno dos anos vinte. Esse arranjo é presentificado e contrastado, quando passou a ser ladeado pela arquitetura moderna de um Centro de Vivências, anfiteatro para eventos e espetáculos, construído nos anos setenta e só concluído no início desse século.

A evocação da tradição, do passado de glórias, do presente de excelência acadêmica, proclamados em diferentes momentos por diversas autoridades da instituição e de fora dela, a devoção popular quase mítica ao filho mais ilustre da região, o ex-Presidente Bernardes - que governou quase todo o mandato com o país em estado de sítio - e a grande dependência econômica da cidade de Viçosa em relação à população universitária, que hoje representa algo em torno de 15 mil pessoas, entre docentes, discentes e funcionários, fazem com que o estudo sobre a origem e o desenvolvimento da UFV apresente-se como um desafio denso e sugestivo.

Além disso, o conhecimento sobre outros espaços, procedimentos e ritos não muito comuns em outras Instituições de Ensino Superior (IES), marcam a identidade dessa universidade, podendo ser considerados indicadores de memória, da presença do passado no presente, da tradição cultivada desde os primórdios de sua fundação.

Locais como o “Alojamento Velho” (Edifício João Carlos Bello Lisboa), inaugurado em 1928 e destinado à moradia estudantil, ou a Vila Secundino, conjunto de casas, inaugurado em 1948, e que serve até hoje de morada a alguns servidores, ou a Vila Gianetti, cujas primeiras casas serviram de moradia aos docentes norte-americanos, que vieram num convênio da AID<sup>2</sup>, feito entre a *Purdue University* e a UREMG, e que, posteriormente, tornaram-se residência de alguns docentes da instituição compõe este espaço no qual pulsa história, mesmo que hoje sediem diversos

---

Física Aplicada, Fisiologia Vegetal, Fitopatologia, Fitotecnia, Genética e Melhoramento, Medicina Veterinária, Meteorologia Agrícola, Microbiologia Agrícola, Solos e Nutrição de Plantas e Zootecnia. Os programas de Doutorado existentes são em: Biologia Celular e Estrutural, Bioquímica Agrícola, Botânica, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciência Florestal, Economia Rural, Engenharia Agrícola, Entomologia, Fisiologia Vegetal, Fitotecnia, Fitopatologia, Genética e Melhoramento, Meteorologia Agrícola, Microbiologia Agrícola, Solos e Nutrição de Plantas e Zootecnia.

<sup>2</sup> Agency for International Development, patrocinada pelo Governo dos Estados Unidos.

museus, núcleos, laboratórios, órgãos e entidades vinculadas aos Departamentos e à administração da Universidade.

As vilas se localizam em polos opostos, tendo como centro o “bernardão” e o “Alojamento Velho”. Essas construções remetem ao passado, assim como os encontros quinquenais das turmas formadas em cada curso, tradição iniciada pela primeira turma de engenheiros agrônomos, graduada pela instituição em 1931. Em 1935, essa turma, sob inspiração do então diretor criou a Associação de Ex-alunos, que permanece até hoje organizando os (re)encontros dos ex-alunos dos diferentes cursos, com o conagraçamento e diplomação das turmas de formandos que comemoram seus jubileus de prata (25 anos), de ouro (50 anos), de diamante (60 anos) e de ferro (65 anos).

A tradição desses encontros começa na despedida das turmas, ou seja, com o plantio de uma árvore e a cerimônia de formatura. Até o início do século XXI, nesses eventos, reúnem-se os graduados dos diferentes cursos<sup>3</sup>, numa sexta-feira, seguido pela aula da saudade, ministrada por um professor escolhido pelos formandos de cada curso, e no baile de gala, que ocorre no sábado, e no almoço de confraternização, realizado no Recanto das Cigarras, no domingo - eventos nababescos, que comportam muita pompa e ritos, em alguns momentos, e total descontração e rusticidade, em outros.

Seguindo a influência do *land grant college* norte-americano, a prática extensionista também possui forte tradição na UFV. Oriunda dos tempos da ESAV, haja visto que a “Semana do Fazendeiro” vem se realizando anualmente e sem interrupção, desde 1929, acontecendo em 2020 e 2021 por meio remoto, em virtude da pandemia do coronavírus. No que concerne à pesquisa, a UFV foi pioneira, no Brasil, na implantação de programas de pós-graduação *stricto sensu* no campo das ciências agrárias, pois em 1961, à época da UREMG, tiveram início os Cursos de Economia Rural e Hortaliças que expediam o diploma de *Magister Scientiae* (M. S.).

Outros aspectos interessantes da vida institucional em 2003 (quando: mais de 20% dos graduandos moravam nos alojamentos da UFV e o exame Vestibular, por exemplo, foi realizado em 24 cidades das regiões Sudeste (nos quatro Estados), Nordeste (Salvador e Itabuna), Centro-Oeste (Brasília, Goiânia e Campo Grande) e Sul (Maringá). Desde muito, a UFV abriga e alimenta muitos estudantes de várias regiões do país, portadores de bolsa integral ou parcial, que, sem essa condição, não

---

<sup>3</sup> Na cerimônia de formatura coletiva, realizada em janeiro de 2005, foram diplomados 860 graduados, o que tem levado a atual administração da UFV, a buscar meios para não alongar em demasia esse rito.

teriam chances de estudar numa instituição pública de ensino superior, nem numa localidade tão afastada do seu Município ou Estado de origem.

A vivência no presente da UFV, a manifestação de diversos indicadores de sua história e a manutenção de alguns ritos iniciados desde seus primórdios, remete à busca dos conhecimentos já produzidos acerca da história da instituição, que tratam desse assunto de forma bastante ampla e diversificada, abarcando estudos sobre a construção e a criação da Escola, os principais sujeitos que a erigiram e a desenvolveram, sua legislação e dados institucionais, administrativos e acadêmicos, as atividades de extensão, de ciência e tecnologia, dentre outras, que demonstram que a história da ESAV, ao longo do tempo, vem sendo registrada sob diferentes prismas, o que torna o instituição bastante discutida e analisada.

Contudo, ao se ler essa produção observa-se que uma abordagem institucional sobre a organização e funcionamento desde seus primórdios poderia revelar aspectos esclarecedores dos valores e da dinâmica do ensino até hoje existentes na UFV. Portanto, concomitante à verificação e leitura dessa grande quantidade de material produzido a respeito da história da ESAV, foi realizado um levantamento documental no acervo do Arquivo Central e Histórico da UFV, que traz uma gama muito grande de registros institucionais do período que vai de 1920 a 1948. Assim, foram analisadas as Atas das Reuniões da Congregação (1927-1948), Relatórios Anuais enviados por todos os setores e departamentos à diretoria da ESAV, estatutos e regulamentos, além decretos, correspondências internas e externas expedidas ou recebidas (institucionais e pessoais), processos, inquéritos, circulares, enfim, de uma série de registros escritos acerca das atividades internas e das relações externas tecidas pela instituição.

Vale ressaltar que todo esse material, na época da pesquisa encontrava-se armazenado, sem a devida catalogação e classificação documental, em cerca de 300 caixas de arquivo, sendo que a grande maioria dessas caixas contém um volume em torno de 800 a 1200 páginas, estando bastante susceptíveis à danos e perdas, em razão das ainda precárias condições dos locais de seu acondicionamento.

Somados a esse vasto acervo encontra-se, no Museu Histórico da UFV, fitas cassetes gravadas entre 1983 e 1990, contendo depoimentos de ex-alunos, funcionários e docentes e suas impressões sobre suas trajetórias ESAV, que deram grande vivacidade ao estudo documental, servindo como complemento ou reforço de muitas informações registradas nos documentos já arrolados e iluminando alguns pontos obscuros e bastante significativos a respeito do cotidiano da Escola, desde os seus primórdios.

O vigor desses depoimentos também serviu de estímulo para aprofundar o conhecimento sobre alguns aspectos de sua organização e funcionamento, que terão papel fundamental para forjar a cultura escolar do estabelecimento, com o objetivo de caracterizar a doutrina pedagógica nela instituída e apreender o seu *ethos*, ou seja, o conjunto de traços característicos pelos quais a instituição se individualiza e se diferencia das demais, e que dá o tom do que seria o comportamento adequado e correto de seus sujeitos e dos sentimentos de afeição ou rejeição em relação à realidade.

Para a consecução desta meta, é fundamental buscar uma compreensão, ao mesmo tempo, ampla e profunda do objeto focado. A realização dessa abordagem de caráter mais amplo fundamenta-se na pesquisa qualitativa de tipo histórico-estrutural, para explicar as origens da ESAV, suas relações, mudanças e resultados, levando-se em conta que esse método de investigação parte do estágio atual de desenvolvimento da instituição, “que marca apenas o início da análise, como também penetra em sua estrutura íntima, para descobrir suas relações e avançar no conhecimento de seus aspectos evolutivos, tratando de identificar as forças decisivas responsáveis por seu desenrolar característico.” (TRIVIÑOS, 1987, p.129)

Já a pesquisa mais aprofundada sobre a organização do ensino e a cultura escolar na ESAV tem como pressuposto o estudo de caso qualitativo do tipo histórico-organizacional, visto que esse incide sobre uma organização específica, ao longo de um período determinado de tempo, relatando o seu desenvolvimento. As principais características desse tipo de estudo de caso são apontadas por Lüdke e André (1986, p. 18):

Visam à descoberta, mesmo que parta de alguns pressupostos iniciais. (...) Enfatizam a ‘interpretação em contexto’. Para uma apreensão mais completa do objeto é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa. (...) Buscam retratar a realidade de forma completa e profunda. (...) Usam uma variedade de fontes de informação.

Essas autoras também enfatizam que esse procedimento de investigação é bastante pertinente para o estudo das peculiaridades internas de uma instituição de ensino como é o caso da ESAV, na medida em que

a preocupação central ao desenvolver esse tipo de pesquisa é a compreensão de uma instância singular. Isso significa que o objeto estudado é tratado como único, uma representação singular da realidade que é multidimensional e historicamente situada. Desse modo, a questão sobre o caso ser ou não ‘típico’, isto é, empiricamente representativo de uma população determinada, torna-se inadequada, já que cada caso é tratado como tendo um valor intrínseco. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 18)

Tal procedimento de investigação e de interpretação sobre o funcionamento da ESAV, ao procurar enfocar sua forma de organização e suas especificidades pedagógicas, está em sintonia com a discussão atual no campo da história da educação, como atesta Magalhães (1996, pp. 1-2):

A abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições educativas constitui um domínio do conhecimento historiográfico em renovação no quadro da História da Educação. Uma renovação onde novas formas de questionar-se cruzam com um alargamento das problemáticas e com uma sensibilidade acrescida à diversidade dos contextos e à especificidade dos modelos e práticas educativas. Uma abordagem que permita a construção de um processo histórico que confira uma identidade às instituições educativas.

Esse processo de renovação dentro do campo historiográfico, sobretudo no que diz respeito à história da educação e, mais especificamente, ao conhecimento que vem sendo desenvolvido e acumulado sobre a(s) história(s) das instituições educativas, serve como base para o presente estudo, cuja abordagem procura articular o macro e o micro, numa perspectiva de tempo diacrônica, para tentar apreender os processos de mudança e permanência institucional, que se constituem na relação da ESAV com o seu entorno, ou seja, de sua interação com as instituições e sujeitos sociais que, *a priori*, formam e conformam sua função social e educativa.

A adoção desse postulado metodológico, associado ao grande número e diversidade das fontes históricas sob investigação, torna essa empreitada bastante desafiadora. Daí a possibilidade de estabelecer novos recortes de análise, privilegiando a busca de fatos que sejam mais emblemáticos, representativos do *ethos* institucional, partindo de uma abordagem de investigação calcada no pressuposto de “que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo” (ALVAREZ et al, 1994, p. 49).

Sobre a produção do conhecimento histórico e a questão de como trabalhar as fontes, Dea Fenelon (1989, pp. 131-132) adverte que

(...) os fatos, os documentos, existem como evidências dos acontecimentos e ainda, segundo Thompson, os fatos não estão inseridos no social como fatos brutos, que basta apenas documentar ou colecionar. Quem constrói os fatos é o historiador; do seu diálogo com as evidências é que se produzem os fatos históricos, inseridos ou não no passado. Os fatos não têm voz em si mesmos. (...) Quem dá voz aos fatos é o historiador, interrogando as evidências.

Assim, entendidas as fontes históricas como evidências de fatos acontecidos e vivenciados no passado, estas somente ganham sentido no presente, com os questionamentos e indagações feitas pelo sujeito que a conhece,

uma primeira condição deverá ser preenchida: observar, analisar a paisagem de hoje. Uma vez que só ela dará as expectativas de conjunto de que é indispensável partir, para penetrar nessa enevoadada gênese, para colocar corretamente os problemas, para ter mesmo a ideia de como tratá-los. (BLOCH, 1997, p. 102)

Desse modo, a produção do conhecimento histórico, levando-se em conta a “paisagem de hoje”, é o ponto de partida para essa interação do pesquisador e as fontes pesquisadas. Contudo, essa interpretação do passado, da história de uma instituição, faz com que o pesquisador corra o risco de aderir a interpretações tendenciosas e parciais, uma vez que os documentos, assim como os registros de determinados fatos históricos, podem ter sido modelados, conforme a imagem que os sujeitos daquele momento histórico vivido pretendiam perpetuar.

Ainda sobre essa questão, vale acrescentar que os depoimentos gravados, fotos, filmes, notícias de jornais e outros documentos de época, constituíram-se também como fontes e métodos imprescindíveis para a realização deste trabalho, pois quase sempre auxiliaram no preenchimento das lacunas deixadas pela história oficial.

Essa afirmativa é corroborada por Magalhães (1999, p. 69):

A história das instituições educativas constitui um processo epistêmico que medeia entre a(s) memória(s) e o arquivo, não se limitando a memória às dimensões orais, mas incluindo as crônicas e outros textos afins e não se confinando o arquivo à documentação e informação escritas. Totalidade em organização e construção, uma instituição educativa não é estática, nem a percepção de conjunto se obtém a partir de uma única fonte ou de uma só vez. Se a primeira aproximação à história de uma instituição educativa se obtém a partir de um olhar externo, é todavia à medida que o historiador mergulha na sua interioridade a partir de informações que lhe permitam uma análise sistemática, sob um mesmo conjunto de fenômenos, que o historiador estabelece hipóteses-problema e esboça um sentido para as suas investigações.

O uso das diversas fontes como recurso heurístico amplia as possibilidades de cruzamento e checagem de suas versões sobre os fatos, desnudando aspectos relevantes sobre a organização e o funcionamento dessa instituição de ensino, como também detectando possíveis contradições, lacunas ou interditos nos diferentes tipos de registros e discursos existentes nos documentos, no conhecimento já produzido e nos testemunhos dos sujeitos que rememoram a época da ESAV.

Tomando por base esses pressupostos e advertências arrolados nessa relação entre o sujeito e o objeto dessa pesquisa, as questões mais amplas que a balizam, referem-se aos condicionantes sociais que permitiram a emergência e a gradativa regulamentação do ensino agrícola no Brasil e às injunções, no âmbito do Estado de Minas Gerais, que possibilitaram a fundação e a organização dessa instituição de ensino agrícola em Viçosa, além de seu projeto político-pedagógico como originalmente foi concebido. O processo de implementação desse projeto, bem como as relações que vão sendo tecidas pela instituição nas esferas da sociedade civil e da sociedade política, constituíram-se em questões importantes para a compreensão das políticas educacionais e administrativas do Estado que vão se configurando no estabelecimento de uma escola superior isolada.

No que concerne à organização interna e ao funcionamento do ensino que vão sendo instituídos, torna-se necessário investigar as bases em que se assentaram o *trabalho pedagógico* no estabelecimento, entendido esse último como um trabalho de inculcação de valores e condutas, que como afirmaram Bourdieu e Passeron (1982, p. 44), deveria “durar o bastante para produzir uma formação durável, isto é, um *habitus* como produto de interiorização dos princípios de um arbitrário cultural capaz de perpetuar-se após a cessação da ação pedagógica”. Para tanto, os dispositivos disciplinares utilizados para a consecução dessa ação pedagógica e as possíveis manifestações de resistência à essa imposição cultural arbitrária de *habitus*, irão forjar o que se denomina cultura escolar e *ethos* institucional da ESAV e, por conseguinte, marcar os esavianos, seja estudante ou funcionário. Por isso, outras ações administrativas, e não exclusivamente de ensino, aparecem como reveladoras de um *ethos* disciplinar que extrapolava os espaços da sala de aula, dominando e marcando o cotidiano do estabelecimento.

A elucidação desses problemas constitui-se no objeto central dessa pesquisa. Embora esse estudo diacrônico sobre a política educacional e a organização e o funcionamento do ensino da ESAV tenha a intenção de abarcar aspectos relevantes desse processo complexo, é importante ressaltar que esse trabalho não tem nenhuma pretensão de reconstituir uma “história total”, em virtude de reconhecer as próprias limitações com que o historiador se depara para a realização da “operação historiográfica”, por partilhar da concepção que enfatiza a *natureza lacunar da história*<sup>4</sup> e entender que a realidade, seja ela presente ou passada, apresenta uma dinâmica muito mais ampla e complexa que a nossa capacidade de sistematizar a sua compreensão.

---

<sup>4</sup> Sobre esse assunto, cf. VEYNE, Paul (1998, pp.26-27).



A dificuldade de tal operação tornou-se mais significativa, ao se verificar, durante a coleta de dados, que o acervo documental legado pelos diferentes diretores da ESAV, encontra-se armazenado e classificado de modo bastante diverso, que com tempo e o manuseio de quem os consulta, torna-o mais susceptível a danos, perdas e maior desorganização. Não obstante essa ressalva identifica-se, nesse acervo existente, algumas distinções no que tange ao volume, à quantidade, e ao teor dos documentos arquivados, o que pode ser um indício de diferentes estilos de administração da Escola, da maneira com que cada um lidou em termos de arquivamento de documentos pessoais ou institucionais, e a preocupação ou não de esmiuçar as decisões e os encaminhamentos tomados ou de deixar o maior número de registros acerca de sua gestão<sup>5</sup>.

Outro aspecto relevante que merece observação relaciona-se ao fato da instituição ministrar, ao longo do período em foco, permanentemente ensinamentos nos três níveis de ensino agrícola, o ensino primário (prático), médio (técnico) e superior (agrônomo) e, durante 10 anos, o ensino de Veterinária, o que faz com que esse último curso não se constitua num objeto de análise mais detida. Por outro lado, dada a abrangência e a natureza aplicada desses cursos e a gradativa padronização curricular que vai sendo empreendida e supervisionada pelos órgãos federais de fiscalização do ensino agrícola, faz com que esse trabalho de investigação não dê tanto relevo ao conteúdo curricular dessa parte específica, profissionalizante dos cursos, e sim ao núcleo comum do currículo, consubstanciada em outros espaços institucionais que irão potencializar tal formação prática, sedimentando atitudes e valores constitutivos do *ethos* esaviano.

Diante dessas advertências teórico-metodológicas e dos recortes de delimitação dos problemas enfocados neste estudo, torna-se necessário apresentar um breve resumo dos capítulos que serão tratados na pesquisa.

O primeiro capítulo faz uma sucinta abordagem do processo de constituição e desenvolvimento do ensino agrícola no Brasil, com o intuito de apreender as razões de sua emergência e regulamentação no cenário educativo nacional, bem como das ideias

---

<sup>5</sup> Essas diferenças de estilo na administração da instituição podem ser evidenciadas em exemplos extremos, tanto nos registros de documentos formais e obrigatórios como, no caso, das Atas da Congregação, onde alguns diretores faziam reuniões quase semanais, com riqueza de detalhes dos assuntos discutidos, enquanto outros faziam 2 ou 3 reuniões semestrais, com pouco detalhamento, quanto em termos de documentos informais, sendo que alguns diretores arquivaram grande número de convites de casamento, telegramas e notas de falecimentos, cartas de ex-alunos, dentre outros, enquanto para outros esses documentos são praticamente inexistentes. Essa questão também fica patente no quantitativo das caixas de arquivos que guardam, separadamente, esses documentos anuais. Sempre utilizando exemplos extremados, identifica-se que, em algumas administrações encontram-se, em média, de 10 a 12 caixas de arquivo por ano, enquanto em outras constatou-se, em média, de 3 a 4 caixas.

e diretrizes propugnadas para torná-lo mais útil e produtivo, em prol do progresso nacional, socialmente, sobretudo no que refere-se à valorização do meio e do homem rural, com vistas a forjar uma nova ordem de hierarquização social, legitimada de acordo com o grau de conhecimento educacional, e pela difusão de novas técnicas, voltadas para a organização racional do trabalho e da produção agropecuária.

O segundo capítulo trata da constituição e desenvolvimento da ESAV, com o intuito de realizar uma análise da construção institucional, dentro de uma perspectiva mais ampla, desde o seu processo de gestação e edificação, passando pelo início de seu funcionamento e o seu ulterior desenvolvimento. Aborda ainda como essa instituição educacional rapidamente assume uma função social importante na região e no Estado de Minas Gerais, seja pelos diversos serviços prestados, contribuindo para o desenvolvimento agropecuário mineiro, a erradicação de pragas e a introdução de novas culturas ou variedades de sementes, seja pelas estratégias de publicidade realizadas, sobretudo pelos seus primeiros dirigentes, junto às diferentes autoridades constituídas nos poderes municipais, estadual e federal, aos fazendeiros e aos alunos, o que vai lhe conferindo uma grande respeitabilidade e representatividade social, ao mesmo tempo que vai afirmando e consolidando sua “identidade” institucional, especialmente, na esfera da sociedade civil e política.

Esse capítulo também enfatiza a relação político-administrativa que se estabelece entre o governo do Estado de Minas Gerais e a Escola Superior de Agricultura e Veterinária, ao longo do período estudado, ressaltando as diversas táticas e estratégias utilizadas pelos principais responsáveis pela gestão do estabelecimento, em diferentes momentos e nem sempre bem sucedidas, com o intuito de promover e ampliar as atividades de ensino, extensão e pesquisa da escola.

O terceiro capítulo focaliza a organização e funcionamento do ensino concebido e implementado na ESAV, que terá por base no regime de responsabilidade pessoal, que muito contribuirá para a inculcação de valores e condutas sociais consideradas imprescindíveis para forjar e reproduzir uma “verdadeira vida no campo”. Daí, a grande ênfase dada ao ensino prático e à pedagogia do “aprender fazendo”, corolário tão caro ao método de ensino propugnado pelos defensores da pedagogia da Escola Nova, em contraposição ao ensino acadêmico, bacharelesco, ainda vigente na maioria dos estabelecimentos de ensino superior brasileiro.

A efetivação dessa filosofia de ensino no estabelecimento se fará através da coordenação do trabalho docente, sobretudo no que se refere à padronização de condu-

tas, de ações e métodos didáticos, e supervisão do controle da frequência e do aproveitamento dos estudantes nos exames orais, práticos e escritos das diferentes matérias de ensino. Também detecta-se outros dispositivos de vigilância e controle dos tempos e espaços escolares, em função do regime de internato instituído, enquanto a “liturgia” do poder e a inculcação de *habitus*, se fez especialmente, através das preleções coletivas diárias, realizadas durante as reuniões gerais.

O quarto e último capítulo, procura apresentar o funcionamento interno da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, sobretudo pelo seu caráter disciplinar e regimental, aclarando aspectos relativos ao regime de penalidades a que estavam sujeitos os diferentes atores que estiveram envolvidos no cotidiano da instituição. Aponta também que muitos dos elementos constitutivos do sistema disciplinar implementado no estabelecimento de ensino foram implantados durante o período de construção dos prédios da instituição, junto aos operários e seus familiares.

Assim, esse capítulo aborda o regime e os tipos de punições aplicadas aos servidores e alunos, não só como um dispositivo para manter a harmonia e a boa ordem dos trabalhos escolares, mas, principalmente, como um meio de estabelecer um ensino voltado para a “formação integral do indivíduo”, com o intuito de atingir a meta fundamental da instituição para “o melhoramento do homem, do animal e da semente”, além de situar alguns movimentos de resistência manifestados pelo corpo discente, a despeito da reivindicação por mudanças de alguns aspectos do regime de ensino e disciplinar implementado.

Por fim, as considerações finais, que tem a intenção de realçar os pontos mais significativos e marcantes da permanência do *ethos* institucional da ESAV, ainda presentes no cotidiano da UFV.



# CAPITULO I

## O PLANTIO DO ENSINO AGRÍCOLA NO BRASIL

*O traço de aplicabilidade do saber tornava-o mais técnico e tecnológico que científico, o que configurava um campo de conhecimento metódico para a agricultura no Brasil, o qual deveria ser responsável por apresentar soluções e não por elaborar questões. A ciência agrônômica proposta, mais que ateorica, chegava a ser antiteorica, mesmo que reconhecesse ser necessário desenvolver doutrina agrônômica própria, mas isso deveria ficar para o futuro.*

France Maria Gontijo Coelho





Avenida da Reta, aplainada com tração animal.  
<https://locus.ufv.br//handle/123456789/23383>



Aula noturna para operários da ESAV. Com essas aulas houve redução do analfabetismo, de 90% para 6%, em 6 anos. Os operários mostravam-se ansiosos para aprender. Rolf e Bello Lisbôa no fundo da sala, à direita.  
<https://locus.ufv.br//handle/123456789/8488>

## CAPITULO I

# O plantio do ensino agrícola no Brasil

Antes de iniciar o estudo sobre a história educacional da ESAV é importante discorrer sucintamente sobre o processo de evolução do ensino agrícola no Brasil, a partir dos anos finais do Império até a primeira metade do século XX, período que antecede a origem e a transformação desta escola superior em universidade. A questão que se põe, refere-se à identificação das condições e das necessidades próprias à formação social brasileira que motivaram a implantação, o reconhecimento e a legitimidade da instituição escolar agrícola. Gradativamente, este espaço foi constituindo-se como *locus* privilegiado para a construção de um saber científico e técnico, acumulado e aplicado na produção agropecuária, além de viabilizar a transmissão de saberes e valores próprios a um tipo de sociabilidade coerente com o *modus operandi* desses conhecimentos que, por sua vez, serão nivelados, conforme a origem e a destinação social dos diferentes indivíduos.

Os condicionantes que irão forjando a institucionalização do ensino agrícola no Brasil resultaram da confluência de diversos fatores de ordem econômico-social, político-cultural e administrativa, que assinalam rupturas importantes em relação à época colonial e ao Império.

A passagem das relações sociais de base escravista para as relações assalariadas de produção, o advento do regime republicano, calcado no princípio do federalismo e no liberalismo econômico, a consolidação do poder político no Estado nas mãos de setores da oligarquia agrária e comercial e a propagação do ideário positivista de cunho cientificista propugnado por parcelas da elite intelectual, como meio de promover o progresso técnico e social, são alguns elementos constitutivos importantes das mudanças verificadas na sociedade brasileira no final do século XIX.

Se neste processo de mudanças começa-se a atribuir grande valor à educação, em geral, e ao ensino das ciências aplicadas, em particular. Contudo, a situação do

ensino não se altera significativamente, em termos legais, em relação ao legado deixado pelo Império, haja visto que a Constituição de 1891 omitiu qualquer ideia de um sistema nacional de ensino. A União continuou regulamentando apenas o ensino secundário, no qual o Colégio Pedro II era o estabelecimento padrão com seu curso seriado, e o ensino superior, deixando as outras esferas do ensino a cargo dos Estados, dos Municípios e da iniciativa privada que, nas poucas realizações empreendidas e que foram concretizadas efetivamente, com raras exceções, não contou com o apoio dos poderes públicos constituídos.

Desse modo, no final do século XIX, predomina a vigência de um ensino secundário propedêutico, voltado para atender às necessidades das minorias privilegiadas em alcançar o ensino superior. Este último, por sua vez, manteve sua vocação acadêmica, retórica, sem muita preocupação com as atividades práticas e produtivas, preservando, assim, a herança cultural aristocrática, de formação bacharelesca, que influía diretamente sobre a composição e os objetivos perseguidos pela demanda escolar: formar os quadros dirigentes do país.

A permanência dessa função social e política do ensino e a pequena demanda pela educação escolar no Brasil podem ser atribuídas ao próprio estágio de desenvolvimento do país, cujo modelo dominante baseava-se no latifúndio monocultor voltado para a exportação. A vigência desse sistema, não exigia grande qualificação e diversificação da mão-de-obra empregada no processo produtivo, além do fato de a reprodução da estrutura de classes ser realizada no próprio processo de organização da produção, prescindindo da escola para a consecução desta finalidade.

A persistência destes condicionantes sócio econômicos, somados ao elevado custo para instalação dos estabelecimentos agrícolas de nível superior e ao grande preconceito em relação ao ensino aplicado, de caráter profissional. Isto se explica pelo fato de sua representação estar intrinsecamente vinculada ao trabalho manual e ser tradicionalmente associada às instituições assistenciais e de correção destinadas aos *órfãos, pobres e desvalidos da sorte e da fortuna*, o que não conferia, conseqüentemente, *status* e prestígio social, que permanecia sendo uma atribuição quase exclusiva dos cursos de humanidades. Estes são aspectos que assinalam a resistência política e social para a efetivação do ensino superior em agricultura no Brasil.



## 1. SEMEANDO O ENSINO SUPERIOR AGRÍCOLA NO BRASIL

Ao final do Império verifica-se a existência de apenas uma instituição de nível superior agrícola no Brasil, a Escola Agrícola da Bahia, localizada em São Bento das Lages. Sua instalação, segundo Capdeville (1991, pp. 42-48), constituiu-se, desde o início, no principal objetivo do Imperial Instituto Baiano de Agricultura criado em 1859. No entanto, devido à falta de recursos para o provimento material e humano e à recusa do Governo Imperial em apoiar esse projeto, por temer abrir precedente e ver-se obrigado a atender solicitações idênticas de outros institutos criados na mesma época<sup>1</sup>, essa escola só foi inaugurada em 1877, formando a primeira turma de 10 alunos em 1880.

A exposição feita, em 1925, pelo então diretor da Escola Agrícola da Bahia, professor Cândido Augusto Ribeiro, ao então Ministro da Agricultura Miguel Calmon atesta que o curso regular desse estabelecimento, iniciado em 1877, funcionou mais ou menos até o ano de 1890; desta data até 1894 ela abria suas portas, em fins do ano, somente para conceder o diploma de engenheiro agrônomo aos alunos que se haviam matriculado antes de 1890. Neste ano, só um estudante se matriculou no primeiro ano, sendo, porém reprovado. Depois deste estudante o primeiro ano não teve mais alunos até o dia em que o estado da Bahia chamou a si a direção da escola, dia em que desapareceu o Instituto Baiano de Agricultura, que de há muito era uma sociedade de ficção (Apud TORRES FILHO, 1926, p.88).

Embora o Governo Imperial tenha criado empecilhos para a fundação da escola agrícola na Bahia, comissionou o Dr. Claude Marie Rebourgeon para verificar se a cidade de Pelotas - terra natal do então Presidente da Província do Rio Grande do Sul, José Júlio de Albuquerque Barros, e do Ministro, Deputado e líder da maioria liberal no Parlamento, Conselheiro Francisco Antunes Maciel - possuía condições adequadas para a fundação de uma escola de agricultura e veterinária. As obras para a instalação do Liceu Rio-Grandense e a construção de um centro veterinário para a produção de vacinas iniciaram-se em 1884, sendo que boa parte das verbas destinadas à aquisição dos equipamentos e à contratação de especialistas estrangeiros seria financiada pela Monarquia.

<sup>1</sup> Foram eles: Instituto Pernambucano de Agricultura (1859), Institutos Sergipano e Fluminense de Agricultura (1860) e Instituto Rio-Grandense de Agricultura (1861). Tais institutos reuniam a elite das sociedades dessas províncias, representada pelos grandes proprietários rurais, os comerciantes, a cúpula do clero, a oficialidade das Forças Armadas e da Guarda Nacional e os políticos, e um de seus objetivos era a criação de uma escola de agricultura.

No entanto, em função da mudança política ocorrida no governo, com a substituição do Gabinete Lafayette, liberal, pelo gabinete conservador do Barão de Cotegipe, em 1885, o repasse de verbas para a construção foi suspensa. Os estabelecimentos foram fechados nesse mesmo ano, logo após a assunção do paulista Antônio da Silva Prado como Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. De acordo com Capdeville (1991, pp. 50-52), tudo indica que tais recursos foram alocados à construção da Estação Agronômica de Campinas, que foi inaugurada em 1887 e transformada, em 1892, no Instituto Agronômico de Campinas. Essa instituição tinha como principais objetivos a realização de experiências para atenuar os problemas fitossanitários enfrentados pela oligarquia agrária paulista em seus cafezais, promover o melhoramento de sementes e introduzir novo maquinário na produção e beneficiamento do café.

Não obstante esse revés, em 1890, um ano após o advento do regime republicano no Brasil, foi fundado em Pelotas o Liceu Rio-Grandense de Agricultura e Veterinária. Ainda segundo Capdeville (idem, *ibidem*), apesar de haver alunos inscritos no curso superior de Agronomia em 1891, somente a turma de 1893, constituída de dois alunos, chegou a concluir o curso. Depois, nova turma, também composta de dois alunos, formou-se somente em 1900. Desde a fundação do Liceu até 1911, quando passou a ser denominado “Escola de Agronomia e Veterinária”, foram formados 20 agrônomos, média de um formando por ano, o que comprova a pequena demanda e a baixa produtividade do curso.

O breve relato acerca da *história de vida* inicial das duas primeiras instituições de ensino agrícola atesta os percalços verificados para a implantação do ensino de nível superior em agricultura no Brasil. Contudo, a despeito da prevalência do mesmo ideal de *homem culto* vigente durante o Império, no início do período republicano, com a valorização da formação geral e humanística, gradativamente este saber técnico vai abrindo *brechas* e conquistando espaços institucionais no seio da sociedade brasileira.

Tanto é que, no final do século XIX, identifica-se ainda a criação de outros quatro cursos de Agronomia, conferindo o título de engenheiro agrônomo aos alunos que cumpriam o currículo estipulado para esta finalidade: a Escola Superior de Agronomia Taquariense, no Rio Grande do Sul, as Escolas Politécnicas do Rio de Janeiro e de São Paulo e a Escola de Engenharia de Porto Alegre.

O Curso Superior de Agronomia, fundado em Taquari em 1895, tinha a duração de três anos e funcionava anexo à Escola de Agricultura e Viticultura já existente

nessa cidade gaúcha. A maioria dos alunos matriculados no curso superior eram egressos deste curso técnico e admitidos diretamente pela instituição<sup>2</sup>.

Na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a criação do Curso de Engenharia Agrônômica estava prevista em seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 2221, de 23 de janeiro de 1896, entre os demais cursos de Engenharia ofertados (Civil, de Minas, Industrial e Mecânica). Conforme levantamento feito por Capdeville (idem, p. 53), esta Escola formou apenas três engenheiros agrônomos, um por ano, entre 1902 e 1904.

A Escola de Engenharia de Porto Alegre foi fundada em 1897, mantendo um curso para a formação de engenheiros agrônomos que até 1910 formou duas turmas com três diplomados, segundo depoimento de um ex-professor da Escola (Apud CAPDEVILLE, 1991, p. 60). Já o Curso Superior de Agronomia da Escola Politécnica de São Paulo foi “criado em 1898, e suprimido e transferido em 1910, para Piracicaba”<sup>3</sup> (TORRES Fº, 1926, p. 99), tendo formado, nesse período, 23 engenheiros agrônomos, conforme Capdeville (idem, p. 53).

Outra instituição da sociedade civil que desempenhou um importante papel na luta pela ampliação e regulamentação da instrução agrícola foi a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) criada em janeiro de 1897, entidade composta por “lavradores e amigos da agricultura”, que pretendeu constituir-se num centro mobilizador de forças e formador de opiniões para toda e qualquer causa voltada para a solução dos problemas dos agricultores, pecuaristas e industriais da indústria extrativa e correlatas. A ação dessa instituição em defesa do ensino agrícola será tratada no próximo item.

Vale mencionar ainda outras duas instituições de ensino agrícola originadas no primeiro decênio do século XX, a Escola Agrícola Prática de Piracicaba, já citada anteriormente, e a Escola Agrícola de Lavras, criada em 1908. Embora estas escolas tivessem sido concebidas para formar o técnico agrícola, através do ensino médio de natureza essencialmente prática, em contraposição às de ensino de nível superior com características teórico-práticas, ambas foram equiparadas às últimas, logo após a edição do primeiro decreto que regulamentou o ensino agrônômico no Brasil em 1910, seja em virtude das boas instalações que possuíam (laboratórios, máquinas e equipa-

<sup>2</sup> É importante ressaltar que, dentre essas instituições de nível superior agrícola criadas nesse período, a Escola de Taquari é o único estabelecimento que já possuía uma escola agrícola de nível médio organizada e com currículo seriado.

<sup>3</sup> Cidade paulista que sediará a partir de 1901 a “Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz”, cuja obra de construção foi iniciada em 1891 e que, posteriormente, dará origem à Escola Superior de Agricultura e Veterinária Luiz de Queiroz (ESALQ). Sobre as idas e vindas políticas que envolveram o financiamento das instalações, o processo de criação e a concepção de ensino da ESALQ, ver CAPDEVILLE (op.cit.) e MENDONÇA (1998).

mentos, estação experimental), seja pela duração e currículo de ambos os cursos e do nível de excelência de boa parte do seu corpo docente<sup>4</sup>.

O sucinto relato sobre a trajetória das oito primeiras instituições de nível superior em agricultura no Brasil demonstra as dificuldades que envolveram a construção e a fundação da maioria delas, o que permite inferir que o ensino agrícola ainda não se constituía como um vetor importante para a difusão de novas técnicas e o incremento da produção agrícola, além de não apresentar uma função social relevante, haja visto o baixo número de profissionais formados em alguns destes estabelecimentos, o que indica que a opção pelo estudo em agricultura não encontrava receptividade no seu público potencial, os filhos de agricultores e os proprietários de terra.

Entretanto, se os condicionantes econômico-sociais e culturais estabeleceram limites para uma expansão mais consistente do ensino de nível superior em agricultura, as iniciativas de implantação dessas escolas empreendidas pela iniciativa privada e por alguns estados da federação brasileira já sinalizam a necessidade de buscar alternativas políticas e econômicas para a maior dinamização e diversificação da produção agrária no Brasil e o fomento de um outro tipo de ensino, estabelecido a partir da observação do meio e de sua apropriação através do conhecimento empírico, calcado na articulação entre ciência e prática, que irá forjar um tipo de cultura escolar com algumas características diferentes em relação àquelas vigentes no modelo de ensino até então dominante no país e que serão tratadas mais adiante.

## 2. A INSTRUÇÃO AGRÍCOLA COMO SALVAÇÃO DA LAVOURA

O processo de institucionalização e organização das primeiras escolas superiores de agricultura no Brasil assinala a existência de grupos sociais que passam a con-

---

<sup>4</sup> Mesmo com a definição dos três níveis (elementar, médio e superior) do ensino agrícola estabelecida por este regulamento, Coelho (1999, pp. 84-85) atesta que a diferenciação entre o nível médio e o superior era tênue, uma vez que as escolas médias tinham também a função de colaborar para o desenvolvimento econômico da região, por meio de investigações científicas e trabalhos práticos nos laboratórios, na fazenda experimental e pelos melhores métodos de propaganda agrícola, que, a princípio, era mais apropriada às escolas de nível superior, como seriam institucionalizadas anos depois.

Além disso, a valorização da ciência e da prática eram as duas marcas presentes no discurso dos profissionais egressos destes dois níveis de ensino, constituindo-se numa estratégia de reconhecimento do valor profissional no trato dos problemas agrários, o que revelava uma difícil diferenciação dos profissionais de nível médio dos de nível superior, principalmente ao se observar o elenco de disciplinas oferecidas e o tempo gasto para a formação do profissional dos dois níveis.

ceber e a propor, implicitamente, mudanças no modelo de produção agrícola dominante na formação social brasileira, constituindo-se, portanto, num embate de ideias e ações que serão travadas na esfera política.

Esta afirmação é verossímil à medida que a organização e o reconhecimento de uma dada instituição social se faz através da legislação, e esta, votada pelo legislativo ou outorgada pelo executivo, depende sempre do poder real de quem a elabora ou decreta e da representação própria desse poder que emana das camadas sociais e da correlação de forças existentes, que irão configurar as atribuições e a função social que cada entidade deve vir a desempenhar.

No caso do ensino em agricultura, é importante discorrer sobre as representações e ações empreendidas por frações da classe proprietária rural, com o fito de ampliar seus canais de participação social e, conseqüentemente, seus interesses políticos e econômicos junto à *sociedade política*, no que tange às diretrizes estabelecidas para a agricultura brasileira nas primeiras décadas do século XX e que terão implicação na conformação e institucionalização do ensino agrícola no Brasil<sup>5</sup>.

Esse movimento, promovido mormente por parcelas não hegemônicas da classe dominante agrária, tecia críticas à política agrícola implementada até então, que, ao favorecer o modelo agrário-exportador, priorizava principalmente as demandas dos grupos agrários dominantes no aparelho de Estado, ou seja, dos membros da fração hegemônica ligada às áreas cafeeiras mais prósperas. No bojo dessa luta, uma das bandeiras políticas defendidas para a *salvação* da lavoura brasileira referia-se à maior diversificação e *modernização* da produção, com a difusão de novos conhecimentos técnicos, valores e culturas agrícolas para melhorar a produtividade no campo e as condições de vida no meio rural.

Para atingir estas metas, atribui-se grande importância à difusão da educação para o meio rural, por ser considerada como um dos principais instrumentos a concretização dessa modernização das relações sociais de produção no campo, tendo como desdobramento um movimento em prol da institucionalização e montagem de um sistema de ensino agrícola no Brasil, que se estenderá até meados do século XX.

Na Primeira República, tal demanda política terá como primeiro resultado concreto a instalação, em 1909, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) que, segundo Mendonça (1997, p. 17), “consistiu na institucionalização

<sup>5</sup> Esta opção metodológica pode ser justificada como uma forma de aclarar as semelhanças e diferenças concebidas e propostas em termos sociais, pedagógicos e administrativos para os diferentes níveis de ensino agrícola.

governamentalizada dos interesses das frações não hegemônicas da classe dominante agrária, agremiadas em torno da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e costumadamente designadas pela historiografia como *oligarquias bagageiras*.”

O intento desse grupo aglutinado em torno da SNA era fazer representar seus interesses junto ao aparelho de Estado, visando o incentivo governamental para o melhor desempenho da atividade agrícola, voltada sobretudo para o policultivo, uma vez que as tradicionais culturas de exportação davam sinais de esgotamento, em virtude das sucessivas crises de preços porque passavam os produtos agrícolas no mercado internacional.

Essa conjuntura de crise mundial também acirrou a competição entre as oligarquias nacionais, dominantes e dissidentes, o que possibilitou a proliferação de diversas sociedades agrícolas, formadas por grupos com interesses diferentes, tanto regional como nacionalmente, e que terão como ponto convergente a defesa doutrinária da *vocação eminentemente agrícola do país*.

Nesse sentido, uma das principais instituições de ressonância em defesa dessa *vocação* foi a SNA, que tinha como objetivo precípuo o aperfeiçoamento da agricultura brasileira, além de tecer críticas à atividade monocultora e ao empirismo empregado pelos agricultores no cultivo da terra. Para *modernizar*, promover a *reabilitação agrícola do país*, seus intelectuais e associados atribuíam grande valor à difusão dos princípios da ciência e da técnica, estabelecidos a partir da observação do meio e sua apropriação através do conhecimento empírico, como fundamento para o progresso da agricultura do país. Daí os serviços prestados por esta entidade e suas congêneres regionais aos produtores, seja pela difusão de novas técnicas de trabalho, seja pela diversificação das culturas (distribuição ou venda de sementes e mudas de cereais e forragens).

Assim, no contexto do debate ruralista para a superação da crise/atraso da agricultura brasileira na Primeira República, a educação constituir-se-á num dos quatro pilares de intervenção propostos, por ser considerada como depositária das possibilidades de “regenerar o homem do campo e elevar ao máximo a produtividade, tecnicando-a, além da defesa do princípio positivo da prática como critério da verdade.” (MENDONÇA, 1997, p. 83)

Esse debate estabelecido em torno da disseminação do ensino agrícola, promovido por entidades da *sociedade civil*, gradativamente vai sendo reconhecido e legitimado pela *sociedade política*, ao menos em termos de intenções, uma vez que esta última institucionaliza, via legislação, a criação do ensino agrônômico e aprova

a primeira regulamentação do ensino agrícola brasileiro, em seus diferentes graus e modalidades, através do Decreto nº 8319, de 20 de outubro de 1910, na gestão do presidente Nilo Peçanha.

O conteúdo desse regulamento, que se estende em 591 artigos, estabelecia onze modalidades para o ensino agrícola: superior, ensino médio ou teórico-prático, ensino prático, aprendizados agrícolas, ensino primário agrícola, escolas especiais de agricultura, escolas domésticas agrícolas, cursos ambulantes, cursos conexos com o ensino agrícola, consultas agrícolas e conferências agrícolas (Art. 2º). Além disso, previa a criação de vários serviços e instalações complementares, como estações experimentais, campos de experiências e demonstração, fazendas experimentais, estação de ensaio de máquinas agrícolas, postos zootécnicos e meteorológicos.

Embora a elaboração deste regulamento tenha sido, segundo Nagle (1974, p. 182), “a mais sistemática, diversificada e aparatosa legislação escolar durante todo o período da Primeira República”, concretamente, a atuação do governo federal permaneceu sendo muito reduzida, em termos de incentivos e criação de instituições vinculadas ao desenvolvimento do ensino agrícola, deixando estas iniciativas a cargo dos Estados e das escolas privadas, conforme os princípios liberais e do federalismo, que eram aplicados ou não conforme as conveniências dos grupos hegemônicos no aparelho de Estado.

Desse modo, se há formalmente uma convergência de interesses em torno das prioridades sociais, destacando aí a necessidade de fomento à educação rural, isto não pressupõe que a *sociedade política* e a *sociedade civil* tenham o mesmo ideário sobre o que significa prioridades ou entendam a mesma coisa por educação rural, pois se os discursos apresentam semelhanças, o lugar social de produção é outro, imprimindo-lhes sentidos diferentes e até antagônicos.

Nesse contexto, levando-se em conta os poderes que constituem formalmente o Estado, o Legislativo se revela aquele que se vincula mais diretamente à *sociedade civil*, devido a sua maior representatividade em relação ao conjunto da sociedade. Daí, pode-se depreender porque, por pressões da *sociedade civil*, se aprove determinadas leis sem que, entretanto, como tem ocorrido frequentemente, no Brasil, tais leis ganhem vigência. “Isso pode ocorrer porque embora a lei, tendo sido aprovada, esteja de direito, em vigor, de fato ela pode se tornar letra morta, seja passivamente (incúria administrativa ou judicial) seja ativamente (empenho governamental em ignorar a lei).” (SAVIANI, 1987, pp.16-17)

De outro lado, esse decreto manteve o ensino agrícola apartado dos demais ramos do ensino brasileiro, conforme atestava Beleza (1956, p. 213):

Conquanto lhe fosse dada, pela primeira vez, uma organização de caráter nacional, o seu sentido era nitidamente profissional, passando a existir como um compartimento estanque, uma instituição à parte no sistema brasileiro de educação, destinava-se à formação exclusiva de técnicos de diferentes graus.

A organização do ensino agrícola validada para todo território nacional e o reconhecimento legal desta modalidade de ensino tinha como essência, ao menos em termos de valores proclamados, sua natureza nitidamente profissional, de formação técnica, que será o grande diferencial em relação às propostas e normas instituídas para o ensino brasileiro daquela época, que permanecia tendo uma característica muito mais acadêmica, *livresca*.

Entretanto, o processo de mudanças estruturais pelas quais vinha passando a formação social brasileira desde o final do século XIX, e o agravamento da *questão social* tanto no campo quanto nas cidades demandavam proposições e medidas para atenuar essa inquietação social. Neste sentido, a configuração do ensino agrícola nos moldes instituídos pelo regulamento, de cunho eminentemente técnico e profissional, era vista como um dos meios políticos e sociais importantes para se tentar instaurar um outro tipo de disciplinamento coletivo, recompondo em novas bases de controle a ordem social estabelecida.

Não obstante a ressalva dessa situação sócio-política e cultural, o ensino agrícola pouco se efetivou não só em virtude do custo elevado para sua implantação e do desprestígio social que o mesmo apresentava, mas também, como assinala Beleza, pelo fato de o mesmo ter se baseado no transplante puro e simples, na *cópia servil* do modelo de ensino agrícola então vigente na França, sem nenhuma preocupação em adaptá-lo às condições concretas da realidade brasileira de então. A partir daí, “várias alterações e reformas parciais se sucederam em prazos curtos, dando-lhe instabilidade, estabelecendo a confusão e o caos no ensino agrícola então proposto.” (BELEZA, 1956, p. 213)

Esse decreto de 1910, no entanto, já consagrava a dualidade de funções que o ensino agrícola deveria desempenhar no tecido social, em conformidade com a origem social do indivíduo. Servia, por um lado, para o adestramento profissional da mão de obra e a inculcação de valores morais, que seriam papéis sociais atribuídos



aos Aprendizados Agrícolas, às Escolas Especiais de Agricultura e ao Ensino Primário Agrícola e, de outro, para formar os profissionais instruídos, missão essa atribuída aos estabelecimentos de nível superior, representando os interesses dos grandes proprietários de terra, e que tinha como finalidade, “promover o desenvolvimento científico da agricultura, pela preparação técnica de profissionais aptos para o alto ensino agrônômico, para os cargos superiores do Ministério, e para a direção dos serviços inerentes à exploração racional da grande propriedade agrícola e das indústrias rurais.” (Art. 6º)

Assim, a ideia de educação elementar para a melhoria do trabalho na lavoura passa a estar muito relacionada ao adestramento da força de trabalho, com a difusão de cursos cuja função principal seria ensinar a trabalhar a terra, fixar o homem no campo, e especialmente inculcar princípios disciplinares, morais, cívicos e higienistas.

A ideia desta escola para o trabalho na agricultura fica bem evidenciada no trabalho publicado por Sud Mennucci (1914, pp. 289-291), nos Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, realizado no Rio de Janeiro, ao fazer a defesa de que a escola deveria ser um “aparelho educativo organizado em função da produção”, uma vez que a maior parte da população brasileira só tem oportunidade - quando a tem - de

viver de seus braços, em fainas manuais, que não podem deixar de ser as que o meio ambiente consente e permite, a única maneira de adquirir hábitos de trabalho e conhecimentos para fazê-lo produtivo será dar à escola primária a feição especializada que consiga valorizar o homem como fator de progresso, pelo aproveitamento de suas energias, conduzidas e disciplinadas com espírito racional.

Em outro trabalho publicado nos mesmos Anais, Souza (1914, p. 301), preconizava a necessidade de criação de escolas de trabalho, cujo objetivo central fosse o “ajustamento do indivíduo ao meio rural, para fixação dos elementos da produção, uma escola rural” cuja função fosse “agir sobre a criança, o jovem, o adulto, integrando-os todos na obra de construção da unidade nacional, para tranquilidade, segurança e bem-estar do povo brasileiro”.

Além de vislumbrar um modelo de escola rural que servisse para edificar a *ordem* e o *progresso* do país, tecia severa crítica à escola vigente, por estar ela “desenraizando o homem dos campos, levando-o para as cidades, constituindo-se, pelo seu desajustamento com o meio social em que agia, elemento de desagregação do povo e fator de empobrecimento da Nação”.

De uma certa forma tais preocupações e propostas ensejadas para a escola agrícola foram contempladas formalmente no Decreto nº 13706, de 25 de julho de 1919, que regulamentou os Patronatos Agrícolas como os estabelecimentos responsáveis para ministrar o ensino primário e o profissional, que se destinavam “às classes pobres, visando a educação moral, cívica, física e profissional de menores desvalidos, e daqueles que, (...) forem postos, por quem de direito à disposição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio” (art. 1º). Em seu conjunto, os patronatos constituíram-se “num instituto de assistência, proteção e tutela moral aos menores” (Art. 2º) com a utilização do trabalho agrícola para efetuar sua ação educativa e regeneradora tendo como fim conduzi-los, orientá-los até incorporá-los ao meio rural.

Assim, o objetivo dos patronatos seria adestrar os filhos dos desfavorecidos da fortuna, através de uma incipiente instrução, com o indispensável preparo prático para fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, afastando-os da ociosidade ignorante, da escola do vício e do crime. Contudo, segundo Nagle (1974, p. 166), esse ensino profissional técnico limitou-se “a proporcionar sem correlação direta, o ensino das letras e a aprendizagem manual, isto é, desanalfabetizando o aluno e dando-lhe como complemento a oportunidade de trabalhar na terra”, que seria o principal meio de disciplinamento da força de trabalho, conformando-a ao processo produtivo. Desse modo, essa educação baseou-se em formas de organização e controle do trabalho.

Assim, se a pretensão legal proclamada pelo regulamento para as diversas modalidades da instrução elementar agrícola na prática pouco se concretizou, uma vez que os estabelecimentos destinados a esse fim - as escolas ou patronatos agrícolas - não atingiram a função social para a qual foram criados, ou seja, promover um ensino rudimentar da leitura e da escrita e fornecer uma instrução eminentemente prática sobre o *fazer na agricultura*, tais escolas contribuíram para atenuar a *questão social*, haja visto que passaram a desempenhar um papel social de caráter correccional para os *pobres e desvalidos da fortuna*, destinadas a atender e a reter no meio rural, os menores indigentes ou marginais provenientes sobretudo dos centros urbanos.

Ao que parece, o reconhecimento legal do ensino agrônômico e a sua regulamentação não trouxeram grandes alterações nos estatutos das instituições de ensino agrícola de nível superior, que segundo Beleza (1956, p. 213) apresentou um “surto espontâneo” nas diversas regiões do país, embora passasse “a existir fora dos dispositivos legais.”

De fato, nas duas últimas décadas da chamada Primeira República, verificou-se um crescimento significativo de Escolas Superiores de Agronomia e/ou Veterinária<sup>6</sup>, que se juntaram às quatro escolas existentes até então: a Escola Superior em São Bento das Lages, na Bahia, a de Pelotas, no Rio Grande do Sul, a de Piracicaba, em São Paulo, e a de Lavras, em Minas Gerais<sup>7</sup>. Contudo, o aumento dessas escolas não pode ser atribuído a um “surto espontâneo” e sim às próprias mudanças estruturais pelas quais passava a formação social brasileira, em virtude do crescimento industrial, urbano e demográfico, e do aumento dos setores médios que começaram a demandar mais escolarização, como meio de ampliar os canais de ascensão social.

Tal expansão, no entanto, fez com que o governo federal instituisse um novo regulamento para o funcionamento e a admissão dos alunos nos estabelecimentos agrícolas de nível superior, através do Decreto nº 14120, de 29 de março de 1920. Tal decreto estabeleceu que este nível de ensino seria destinado a “ministrar, em cursos distintos, a alta instrução profissional, técnica e profissional referente à agricultura, veterinária e à química industrial” (Art. 1º), sendo os dois primeiros cursos, com duração de 4 anos e o de químico industrial agrícola, com 3 anos. Para a admissão nesses cursos, o candidato deveria ser maior de 16 anos e ter sido aprovado no Colégio Pedro II ou em estabelecimentos legalmente equiparados. Esse regulamento também prescrevia a obrigatoriedade de frequência nos cursos - aluno com mais de 40 faltas perdia o direito a prestar exames em primeira época (Art. 75º) - e o currículo seriado.

A equiparação legal dos estabelecimentos e das titulações dos graduados nos cursos voltados ao ensino de agricultura, foi instituída logo depois, com o Decreto no 4.195 de novembro de 1920, que determinou as normas para o registro e, consequentemente, a validação oficial dos diplomas das Escolas Superiores de Agricultura e Veterinária. Este reconhecimento oficial se faria mediante a fiscalização administrativa e pedagógica das Escolas, que deveriam estar em conformidade com o *estabelecimento*

<sup>6</sup> Entre 1910 e 1930, conforme Capdeville (1991, pp. 62-89) começaram a funcionar no Brasil, outras 14 Escolas de Agronomia e/ou Veterinária: a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), em 1913, e a Escola de Veterinária do Exército, em 1914, ambas no Rio de Janeiro, então Distrito Federal; O Curso de Agronomia em Manaus, em 1912; as Escolas Superiores de Agricultura e Veterinária de São Bento, em Pernambuco (1914); a Escola Agrônômica do Paraná (1918); a Escola Mineira de Agronomia e Veterinária de Belo Horizonte (1918), Faculdade de Medicina Veterinária de Pouso Alegre (1917), Escola de Agricultura e Veterinária de Passa Quatro (1917), Faculdade de Veterinária de Juiz de Fora (1924), Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (1928), no Estado de Minas Gerais; a Escola de Agronomia e Veterinária do Pará (1919); Escola de Agronomia do Ceará (1918); e o Instituto de Medicina Veterinária de São Paulo (1919).

<sup>7</sup> Isto porque os cursos de agronomia existentes na Escola de Engenharia de Porto Alegre, na Escola Superior de Taquari, ambas no Rio Grande do Sul, e nas Escolas Politécnicas do Rio de Janeiro e de São Paulo foram fechados, o que demonstra que a “sobrevida” destes cursos criados anteriormente a 1910 foi de 50%.

*padrão*<sup>8</sup> instituído pelo governo federal, preconizados nos dois primeiros artigos deste decreto:

Art. 1º - As Escolas de agricultura e medicina veterinária que pretenderem que os diplomas por elas conferidos sejam registrados nas repartições federais, a fim de produzirem os efeitos previstos nas leis vigentes, requererão ao Ministério da Agricultura o depósito da quota de fiscalização na Delegacia do Estado em que funcionam; Art. 2º - O funcionamento do programa e condições didáticas das referidas escolas deverão ser idênticos aos da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária mantida pela União.

Tomando por base a legislação do ensino e sua execução, pode-se depreender que o principal papel da União, no campo da educação de um modo geral e do ensino agrícola em particular, foi especialmente o de traçar diretrizes gerais, sendo que no final da Primeira República, isto ocorreu de maneira mais frequente e ampliada. As iniciativas de reforma e remodelação dos sistemas escolares, especialmente na década de 1920, partiram muito mais do Distrito Federal e de alguns Estados com maior força em termos de decisão política, de desenvolvimento econômico e participação social, fenômeno este denominado por Nagle (1974, p. 190) como “a doutrina do *estadualismo* na educação.”

Neste sentido, como já foi assinalado, a iniciativa do governo federal em criar os patronatos agrícolas ao que parece não foi motivada para equacionar a crise do campo, e sim para tentar atenuar o problema da *questão social* nas cidades, que apresentavam um rápido processo de crescimento, sem serem capazes de absorver toda mão-de-obra disponível no mercado de trabalho.

Essa situação, ampliada pelo aumento do movimento migratório do campo, era percebida pelos grupos dominantes como uma permanente ameaça ao *status quo*. Assim, a educação passava a ser vista pelos políticos e educadores como um dos instrumentos para fixar o homem ao campo e para conter a migração campo-cidade, embora, nesse momento, o ensino elementar rural tivesse assumido uma característica essencialmente assistencialista e de regeneração moral dos menores.

Não obstante esse processo de *desvio* da função do ensino elementar agrícola e da expansão e do gradativo reconhecimento legal do ensino superior agrícola nas primeiras décadas do século XX, é importante discorrer acerca das características comuns do discurso que os principais *intelectuais orgânicos* vinculados ao ruralismo defendiam

<sup>8</sup> O Decreto nº 4.195, de 20 de novembro de 1920, faz referência à Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, sediada no Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal. *Actos do Poder Legislativo*, 1920, p. 292.

sobre a concepção e a função pedagógicas do ensino agrícola, em todos os seus níveis, nesse mesmo período.

Segundo levantamento da amostra feita por Mendonça (1997: 89), tais autores/atores eram em sua maioria agrônomos formados pela Escola de Agronomia de Piracicaba, grandes proprietários rurais e/ou ocupavam posições de relevo no MAIC (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio).

Propunham, como eixo central de seus discursos, a instrução agrícola, em todos os níveis e graus, por entenderem que esse tipo de educação seria um dos meios possíveis para a redenção e recuperação do homem do campo e, conseqüentemente, da própria agricultura brasileira. Esta *redenção* teria como função implícita recompor, em novas bases, o controle das relações sociais no campo, fundamentadas pelo trabalho livre ou assalariado. Esta preocupação tinha por objetivo precípua manter, no meio rural, o equilíbrio do “organismo social”, baseado na difusão de um conhecimento civilizador, que na realidade se converteria numa estratégia de domesticação do indivíduo e de sua subjetividade, conforme sua origem e papel social a ser desempenhado nesse espaço.

O conteúdo deste conhecimento civilizador, desta *moderna pedagogia* atribuída à disseminação da instrução agrícola, consistia no aprendizado de conhecimentos práticos sobre a agricultura, através da observação e execução de novas técnicas e tecnologias agrícolas em processo de difusão, consoantes com o próprio estágio de desenvolvimento das relações sociais de produção capitalista no meio rural. A difusão destes conhecimentos práticos e de ordem técnica seria o principal meio da ação pedagógica, com o objetivo de *regenerar* e *disciplinar* a população, tida como ignorante.

Para Mendonça (1997, p. 91):

As propostas pedagógicas de *regeneração da população rural*, seletivas por princípio e terminalidade, objetivavam produzir um agente social específico: aquele ‘produtor’ ressaltado da *massa* por sua adesão à ‘prática educativa’, portadora de um projeto de capitalização do campo e de neutralização ideológica das relações de classe aí presentes. Em nome de uma população rural pobre, *ignorante e atrasada*, os projetos de expansão do ensino agrícola girariam em torno a dois eixos: por um lado, a instalação de instituições especiais e, por outro, sua própria hierarquização em três níveis, com claro privilégio das escolas de grau médio e superior.

Essa proposta pedagógica de instrução agrícola, de *redenção* do homem do campo e, por extensão, da agricultura brasileira, nas duas décadas finais da Primeira República, na verdade, serviu como pretexto para legitimar em novas bases o saber da classe proprietária rural perante a sociedade, com a definição cada vez mais eviden-

ciada do campo de atuação de cada trabalhador no meio rural e o controle, por parte dessa classe dominante, das relações sociais.

Nesse sentido, as propostas para a organização do ensino agrícola, embora com variações de nomenclatura ao longo do período citado, se assentarão basicamente em três níveis de curso: o elementar (de lavrador ou agricultor), o médio (de administrador rural) e o superior (de engenheiro agrícola ou agrônomo). Trata-se da construção e hierarquização do conhecimento social e simbólico dos indivíduos, reproduzindo e reforçando uma concepção social da ordem rural, através do ensino, equivalente à divisão social do trabalho vigente na indústria, ou seja, daqueles que trabalham, daqueles que vigiam e dos que dirigem, com o fito de despertar o gosto pela vida rural, conforme a origem social de cada indivíduo, que estabelecia, grosso modo, sua posição na hierarquia do saber e do fazer agrícolas e que conferia, obviamente, maior prestígio e privilégio aos sujeitos que tinham acesso às escolas agrícolas de grau médio e superior.

Muitos desses autores também apontavam que o sistema de escolas agrícolas, no Brasil, deveria ser inspirado nos moldes das escolas profissionalizantes norte-americanas, que tinham como objetivo “melhorar as condições financeiras, morais e mentais da população rural, incumbindo-se tanto do ensino elementar como do médio e superior” (TORRES FILHO, 1926, p. 35), uma vez que nesse modelo, o ensino agrícola tinha a preocupação em produzir “com o menor trabalho humano possível”, dando toda atenção às aplicações da ciência nos cursos de agricultura e organizando “programas gerais de educação, baseados nos ramos científicos, mas com bastante prática para formar profissionais de valor.” (TORRES FILHO, 1926, p. 77)

Dentre as propostas de organização do ensino agrícola e do tipo de formação técnico-profissional ensejada para os diferentes níveis deste ensino no Brasil, destaca-se o livro de Arthur Torres Filho, editado em 1926<sup>9</sup>, que apresenta uma reflexão sobre os problemas enfrentados pelo ensino agrícola brasileiro, desde o início do século XX, e uma síntese das propostas que considerava mais apropriadas para efetivação de um ensino que promovesse a *modernização* da agricultura brasileira. A obra deste agrônomo, formado na ESALQ e que na época ocupava o cargo de Diretor do Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, traz ainda em anexo o

<sup>9</sup> TORRES FILHO, Arthur. *O ensino agrícola no Brasil: seu estado atual e a necessidade de sua reforma*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1926. 200 p.

parecer de uma comissão<sup>10</sup> encarregada de analisar as teses propostas no livro e que serviram de base para a elaboração de um projeto de lei para a organização do ensino agrícola no Brasil, cujos preceitos em grande medida passarão a vigorar na década de 1930.

As teses contidas nesta obra, ao buscar angariar ao mesmo tempo respaldo político e técnico, constituiu-se como o paradigma para a organização do ensino agrícola brasileiro da época. Daí a importância de analisar alguns assuntos tratados no livro de forma mais pormenorizada, por se tratar de uma obra de referência bastante representativa do pensamento hegemônico dos grupos que detinham o *saber* e o *poder* para imprimir novas diretrizes à política educacional agrícola, que, como já foi ressaltado, seria um dos vetores importantes para a superação da “crise agrária” enfrentada pelo país, caracterizada pela baixa produtividade e pouca diversificação de culturas, que eram consideradas como as grandes responsáveis pelo início do processo de *despopulação* do campo, tendo em vista que os melhores indivíduos do meio rural vinham sendo atraídos para o comércio, a indústria e outras profissões urbanas.

Nesta obra, reconhece-se também que o ensino agrícola brasileiro, naquele momento, “era fraco, senão nulo, se o considerarmos em sua legítima acepção”, ou seja, em termos de penetração junto à massa da população rural, e que a instrução agrícola, para tornar-se realmente útil, não poderia “ser puramente científica, representada por uma *grande orquestra de fórmulas abstratas*”. Assim sendo, ao invés de despertar o gosto pela vida rural, produziria o afastamento da vida do campo, pois o ensino “*puramente livresco*, como dizia Montaigne, não despertava o senso prático, nem o espírito de observação”, que seriam as duas condições para o êxito de qualquer profissão, notadamente, para a carreira agrícola. (TORRES FILHO, 1926, pp. 13-14)

Assim, para Torres Filho (idem: IV), o objetivo central do ensino agrícola seria

levar aos agricultores os resultados obtidos nos estabelecimentos de indagações agrícolas, vulgarizando suas aplicações para melhorar os métodos de cultura e criação; dar instrução profissional que ao cultivador permita raciocinar sobre as vantagens e utilidade e de cada uma das operações a executar.

<sup>10</sup> Essa comissão nomeada pelo então Ministro da Agricultura Miguel Calmon, sob a coordenação de Torres Filho, foi composta por diretores ou ex-diretores das Escolas de Agricultura de Piracicaba, de Lavras, de Pinheiro (RJ), de Viçosa, do Ministério da Agricultura e pelo inspetor geral de Estabelecimentos Subvencionados. Cf. (TORRES FILHO, 1926, p. 122).

Para atingir a meta de tornar a agricultura mais racional e em consonância com a *moderna concepção pedagógica*, o ensino profissional deveria ser ministrado em “todas as idades do homem, desde a infância até o momento de ser incorporado à sociedade. No caso brasileiro, dadas as condições de dispersão e de falta de escolaridade da população rural, o ensino agrícola deveria “cuidar da instrução desde o simples homem do campo, passando pelo administrador, até o técnico.” (TORRES FILHO, 1926, p. 16). Assim, o ensino de agricultura deveria tornar-se obrigatório nas escolas primárias e secundárias.

No caso da instrução agrícola primária, apontava que a mesma poderia ser estimulada tanto no campo como na cidade, através de exercícios de jardinagem e horticultura praticados nas escolares primárias e nos grupos escolares. Prescrevia que tal instrução seria mais apropriada aos alunos com mais de 12 anos de idade, que já tivessem aprendido a ler, escrever e contar, com vistas a realizar com maior êxito “o estudo da natureza, com a observação das plantas agrícolas, dos animais domésticos, das aves, dos insetos” e também servir como instrução preparatória para os verdadeiros assuntos agrícolas. A experimentação nessa etapa deveria ser de modo simples e elementar. Portanto, o ensino primário agrícola era considerado como um meio e não um fim.

Enfatizava ainda que esse nível de ensino deveria *preparar o aluno para a vida*. Para isso, entendia que não deveria haver transição brusca entre a vida escolar e o ensino profissional, tendo “em vista desenvolver no indivíduo o amor pelo trabalho, de que irá viver”, que teria uma “influência moral irrecusável na formação de seu caráter, exercitando-lhe o amor pela vida simples e saudável do campo.” (TORRES FILHO, 1926, pp. 17-19)

O ensino médio deveria formar “um explorador de uma propriedade agrícola de extensão média, devendo ser adaptado à cultura da região”, o que pressupõe uma certa diferenciação no enfoque do curso, conforme as peculiaridades e necessidades locais. Este nível de ensino destinava-se à formação dos “chefes de cultura ou administradores das fazendas”, ou seja, de um “intermediário”, entre o proprietário ou o agrônomo e o trabalhador rural. Enfatizava também o caráter terminal deste curso, por considerar que sua finalidade principal seria a de formar em dois ou três anos “práticos, agricultores esclarecidos”. Destinava-se aos rapazes com idade entre 14 e 18 anos que se dedicavam à vida do campo, para não correr perigo de formar a “classe dos entendidos”, referindo-se aos indivíduos oriundos das cidades, e para evitar a possibilidade deste ensino vir a ter uma função propedêutica.



A instrução concebida para ser transmitida nestas *escolas práticas de agricultura* deveria ser ao mesmo tempo teórica e prática, para que os indivíduos nelas formados possuísem a “força moral necessária sobre seus subordinados que só a competência real poderá proporcionar”. Tal competência referia-se aos “necessários conhecimentos práticos de todas as operações agrícolas”, advertindo, no entanto, que deste ensino deveria ser afastado “tudo quanto se referir às pesquisas agrônômicas”, dando prioridade à aprendizagem “dos conhecimentos de aplicação prática e local” para que o ensino fosse “baseado numa fórmula fácil, útil e econômica”, reduzindo-se “a uma aprendizagem das generalidades, de modo a anteverem os resultados científicos aplicados à economia rural”, com o fito de instruir os indivíduos nos trabalhos práticos para que saibam apreciar e julgar os serviços executados e estejam aptos a resolver as dificuldades surgidas numa propriedade agrícola. (TORRES FILHO, 1926, pp. 21-38)

Essa preocupação com a instrução prática é justificada em função do perfil do público alvo, que seriam “os filhos de agricultores e não rapazes retirados das cidades”, que teriam pouco ou nenhum preparo escolar. Daí a defesa da instituição de *fazendas-modelo*, que seriam centros de demonstração prática de cultura, para atender aos interesses da agricultura e do ensino de cada Estado, com a produção de plantas e sementes. Embora reconhecendo o escasso preparo intelectual desses *administradores* atestava que os mesmos desempenhavam uma função valiosa nos trabalhos rurais.

Acrescentava ainda a necessidade de prover a instrução ao trabalhador rural adulto, que, em virtude da sua própria realidade de vida e de trabalho, também estaria impossibilitado de frequentar uma escola profissional regular. Daí a proposição de que a instrução fosse levada a este agricultor através do ensino *ambulante*, com o emprego de professores itinerantes, para realizar o serviço de *extensão agrícola*, que consistiria “em dar instrução prática e fazer demonstrações de assuntos agrícolas e de economia doméstica em diferentes municípios” (TORRES FILHO, 1926, pp. 42-43).

Já o ensino superior agrícola teria como objetivo propiciar uma formação de caráter profissional, para preparar os futuros graduados em agricultura “com uma instrução tão completa quanto possível, mas sem uma preocupação exclusiva pela alta cultura teórica, pela elevada preocupação científica”. Tal objetivo se justificava, segundo Torres, em virtude da utilidade imediata que este tipo de formação traria para os “interesses agrônômicos”, entendendo que o ensino agrícola seria inócuo, permaneceria abandonado, se fosse guiado pelo *espírito universitário*, de caráter especulativo e de pura escolástica. (TORRES FILHO, 1926, pp. 51-57)

A defesa de um ensino agrícola baseado no conhecimento aplicado, “conforme os métodos didáticos propugnados pela *moderna pedagogia*” (TORRES FILHO, 1926, p.97), era considerado o meio mais indicado para o rápido aperfeiçoamento da técnica de produção agrícola, pois propiciaria o estudo dos fatores determinantes para a melhoria da produtividade das diversas culturas, nas diferentes regiões no país, possibilitando assim, que os futuros profissionais em agricultura exercessem suas funções técnicas em órgãos públicos, na direção das grandes indústrias rurais e empresas agrícolas.

Citando o Professor Rolfs<sup>11</sup>, Torres Filho (1926, p.109), enfatizava a necessidade de se tirar das escolas agrícolas a preocupação acadêmica de ‘ensinar a ciência para a ciência’, uma vez que o ensino de agricultura com duração de quatro anos, não deveria se preocupar com o largo desenvolvimento da ciência, sob pena de prejudicar a parte de aplicação à agricultura, deixando conseqüentemente, essa “formação científica” para os estágios ou para cursos posteriores à formação do agrônomo nas estações experimentais ou com a criação de “dois ou três institutos consagrados à ciência pura, isto é, às altas pesquisas agronômicas.” (p. 51)

Desse modo, a concepção filosófica e pedagógica, proposta para o ensino superior agrícola trazia a nítida preocupação em se evitar que as escolas agrícolas tivessem um caráter acadêmico, de ensinar a ciência pela ciência e de proporcionar estudos de alta cultura teórica, para que não houvesse prejuízo da parte de saber aplicado à agricultura, que seria a verdadeira essência para a formação do profissional deste nível de ensino, dadas as próprias condições sociais e econômicas de atraso da agricultura e do seu ramo de ensino no Brasil. Esta formação seria a mais adequada para um “progresso rápido” das forças produtivas no meio rural. Como os demais discursos da época voltados para uma rápida modernização agrícola, Torres adjetivava como algo “enfadonho, descabido e fundamentalmente inútil” qualquer iniciativa de reflexão mais filosófica ou teórica no ensino agrícola.

Pode-se afirmar que esta preocupação com a praticidade e o utilitarismo do ensino agrícola já começava a apresentar certa tradição no Brasil, ao menos em termos de valores proclamados, haja visto que, desde 1901, o regulamento de criação

---

<sup>11</sup> Peter Henry Rolfs, *Doctor of Science*, ex-Diretor do *Florida Agricultural College*, foi contratado pelo Governo do Estado de Minas Gerais, para determinar o lugar, superintender a organização, esboçar os trabalhos e, finalmente ser o Diretor de um estabelecimento de ensino agrícola semelhante aos seus congêneres norte-americanos. De fato, foi o responsável pelo planejamento, fundação e direção da ESAV, entre fevereiro de 1921 e fevereiro de 1929.

da Escola Agrícola Prática de Piracicaba, já estabelecia que a finalidade da escola seria a de “difundir no Estado de São Paulo, as noções, preceitos e práticas mais úteis à agricultura por meio de lições teóricas elementares e demonstrações essencialmente práticas a elas correspondentes” (GALLI, 1976, p. 120), para que os alunos tivessem o maior número possível de conhecimentos práticos de reconhecida utilidade para a agricultura.

Prevaleceu, assim, a tendência em se evitar que as escolas agrícolas de nível superior tivessem como finalidade a produção de um conhecimento de caráter mais teórico, de ciência pura, uma vez que esta perspectiva poderia concorrer ou até comprometer a difusão de um saber empírico voltado para a melhoria da produção e da produtividade na lavoura, que era entendida como a principal mediação para a superar a crise pela qual atravessava a agricultura brasileira, constituindo-se, portanto, naquele momento, na verdadeira essência para a formação do profissional de nível superior em agricultura.

Ainda sobre essa questão, Coelho (1999, p. 93) assinala:

O traço de aplicabilidade do saber tornava-o mais técnico e tecnológico que científico, o que configurava um campo de conhecimento metódico para a agricultura no Brasil, o qual deveria ser responsável por apresentar soluções e não por elaborar questões. A ciência agrônômica proposta, mais que atórica, chegava a ser antiteórica, mesmo que reconhecesse ser necessário desenvolver *doutrina agrônômica* própria, mas isso deveria ficar para o futuro.

Torres Filho (1926, p. 52) também apontava a necessidade de criação de um órgão de fiscalização externa aos estabelecimentos agrícolas existentes, por identificar a deficiência de aparelhamento e de senso pedagógico de muitas escolas superiores agrícolas, que eram consideradas como “verdadeiros aleijões, que reclamavam urgentes medidas de repressão, a fim de evitar, não só o naufrágio, como a desmoralização do ensino agrônômico.”

Em virtude dessa situação precária, prescrevia os princípios a serem seguidos para o êxito de uma escola agrícola. No âmbito extraescolar, percebia como condições fundamentais a criação de fundos permanentes para a fundação e dotação dos estabelecimentos agrícolas e à estreita colaboração e sincronia de ações entre a União, Estados e Municípios, para atingir este fim.

No aspecto intraescolar, o sucesso de tal empreitada dependeria da escolha do local de implantação de cada estabelecimento, que teria como critério de decisão o

fato da região ser representativa em termos de produção agrícola, possuir terrenos propícios para cultivo e criação das diferentes culturas e apresentar salubridade, abundância de água e meios de acesso. Outros aspectos estariam ligados à organização e ao ensino oferecidos, de cunho nitidamente profissional, para que o mesmo pudesse adquirir a reputação de um “verdadeiro centro agrícola”, exercendo papel fundamental para a melhoria da agricultura praticada na região, promovendo, assim, o melhoramento das condições financeiras, mentais e morais dos alunos e dos agricultores.

A necessidade de formação pedagógica, os critérios para contratação (segundo os seus trabalhos pessoais e não por exames) e para avaliação do corpo docente até a sua efetivação no cargo constituíram-se em outros pontos de atenção considerados vitais para o êxito das escolas agrícolas a serem criadas. (TORRES FILHO, 1926, pp. 108-113)

Por último, Torres Filho defendia a autonomia didática dessas escolas, que passariam a ser dirigidas por um conselho de administração, composto pelo diretor do estabelecimento, por um membro do corpo docente e por seis cidadãos nomeados diretamente pelo chefe do poder executivo ao qual a escola estivesse diretamente subordinada. A nomeação desses indivíduos teria como pré-condições sua origem, pertencimento a alguma das comunidades às quais a escola atendia, e vínculo com a agricultura, contanto que não ocupassem cargos ou percebessem remuneração oficiais.

Este conselho, de caráter consultivo, teria a função de deliberar e supervisionar todas as ações administrativas, regulamentares, orçamentárias e pedagógicas da escola, inclusive encaminhando proposições ao governo ao qual a escola estava subordinada. A necessidade, para a agricultura, da criação destas *Juntas Administrativas* justificava-se, segundo ele, pelo fato de o Brasil ser constituído por uma federação de Estados com grandes diferenças econômicas e demográficas, fazendo com que o ensino agrícola tivesse que se adequar às necessidades da população rural de cada Estado, tornando impossível conseqüentemente, a adoção de um método uniforme de ensino, em virtude dos programas de curso terem de ser diferenciados, conforme a região, as circunstâncias e as finalidades em tela.

Este breve relato sobre o processo de luta pela implantação e as tentativas de reconhecimento e institucionalização do ensino agrícola, nas três primeiras décadas do século XX, constituiu-se como uma das grandes linhas de intervenção propostas pela ideologia fisiocrática brasileira. Tais discussões e iniciativas, ensejadas pelas oligarquias rurais e seus *intelectuais orgânicos*, tinham não só o objetivo de tentar reverter a crise

e o atraso da agricultura brasileira e o início do processo de êxodo rural, através de um novo modelo de desenvolvimento agrícola, mas também a finalidade de *salvar* a lavoura, no sentido de manter o *status quo* político, econômico e social, perpetrando a hegemonia desse grupo tanto em termos locais e regionais como no aparelho de Estado.

As reflexões e proposições para a reforma e a *modernização* da agricultura - a partir da difusão de novos conhecimentos e técnicas - e a luta pela expansão da instrução agrícola - com o fito de redimir a ignorância do homem rural - e pelo reconhecimento de seus profissionais atestam que o movimento *ruralista* foi coetâneo de outros movimentos políticos, sociais e ideológicos que se intensificaram na formação social brasileira a partir de década de 1910, sobretudo em decorrência do desenvolvimento industrial e comercial e do crescimento urbano, verificado em algumas regiões e cidades do país, assumindo também a defesa da *modernidade*, tão em voga no seio da vanguarda intelectual brasileira da época.

Também pode-se depreender que o movimento ruralista em prol da educação agrícola acompanhou os debates educacionais promovidos na formação social brasileira do período em foco. Assim, utilizando as categorias analíticas propostas por Nagle (1974) para caracterizar os movimentos educacionais de maior destaque durante a Primeira República, é plausível detectar a existência de um *entusiasmo pela educação* e de um *otimismo pedagógico* no ensino agrícola, respectivamente, uma vez que, até princípios da década de 1920, ocorreram movimentos em defesa da ampliação de escolas com instrução agrícola, empreendida sobretudo por diletantes no assunto (médicos, advogados, intelectuais, políticos, homens públicos de uma maneira geral), enquanto a partir de meados da década de 1920, ocorre uma maior preocupação com formulações pedagógico-administrativas para este tipo de escola, com a gradativa incorporação/valorização do saber técnico-pedagógico ou do especialista no assunto.

No caso do movimento do *otimismo pedagógico*, verifica-se que as iniciativas das reformas partiram, sobretudo, de algumas unidades federadas, no contexto do fenômeno do *estadualismo*. Nesse sentido, o que se observa em muitas dessas reformas é a preocupação em contemplar os diversos tipos de ensino em suas especificidades. Assim, para o sucesso do ensino agrícola, não seria adequado fazer uso de uma educação qualquer, mas de uma educação regionalizada, de acordo com os preceitos da Escola Nova, para assegurar sua eficiência e penetração, com um tipo de ensino especialmente voltado para o meio rural e seus valores.

Assim, no contexto destes dois movimentos pedagógicos detecta-se uma nítida mudança de concepção na finalidade social do ensino agrícola, pois se o *entusiasmo* partia da premissa ideológica principal de que a crise no setor agrário existia porque os homens falharam, sobretudo, do ponto de vista moral, precisando ser “reeducados” dentro desta perspectiva *modernizada*, no *otimismo*, o que importava, não era simplesmente “formar os homens”, mas formá-los de determinada maneira, adequado às condições do meio. Embora em ambos os movimentos, a separação do homem da história seja um ponto de partida comum, no segundo movimento, a análise da problemática educacional ganha uma perspectiva essencialmente técnica (intraescolar) que teria, nessa visão ingênua, necessariamente sustentação política e possibilitaria à escola tornar-se uma instituição que transformaria a realidade social e econômica, equalizando as desigualdades existentes no tecido social.

Não obstante estas ressalvas sobre as concepções que fundamentavam estes movimentos, sobretudo no que concerne à relação entre educação e sociedade, pode-se afirmar que os mesmos, materializados nas reformas de ensino empreendidas em alguns estados e no Distrito Federal, dão início ao chamado *ruralismo pedagógico*, que pode ser entendido como uma tentativa de fazer o homem do campo compreender o “sentido rural da civilização brasileira” e de reforçar os seus valores a fim de prendê-lo à terra.

Para tanto era preciso adaptar os programas e currículos ao meio físico e à cultura rural, para que, idealisticamente, a escola pudesse tornar-se o centro da vida da comunidade rural, estreitando cada vez mais os vínculos entre a instituição escolar e as populações do meio rural, estabelecendo o ajustamento do indivíduo ao ambiente regional, inculcando-lhe novos valores sociais, econômicos e culturais.

### 3. O ENSINO AGRÍCOLA E A INCULCAÇÃO DE VALORES MORAIS, CÍVICOS E HIGIENISTAS

Conforme explicitado no item anterior, constata-se a existência de um certo *entusiasmo pela educação* no âmbito do ensino agrícola, depositando-se grandes esperanças nas transformações que ele traria para a sociedade e para as práticas na agricultura, uma vez que tal instrução poderia trazer melhorias para as condições de vida de boa parcela da população rural e ser considerada a *salvação da lavoura*, ao dinamizar o processo produtivo na agricultura.

Num segundo momento, tal movimento perde terreno para o *otimismo pedagógico*, cujas orientações, com base nos princípios do escolanovismo, estavam mais focadas na diversificação da escola de acordo com as características regionais – regionalização do ensino rural, para torná-lo mais *vivo*, mais próximo das experiências locais e mais de acordo com as exigências do meio social imediato, numa tentativa de diversificar a natureza da escolarização conforme essas necessidades.

Essas teorias ao considerarem, ingenuamente, apenas a ação da educação sobre a sociedade, não levando em conta as determinações sociais do fenômeno educativo. O outro ponto comum desses dois movimentos está relacionado à defesa de um modelo de educação rural calcado na tônica da profissionalização e do praticismo, conforme a origem social e a função a ser desempenhada por cada indivíduo no processo produtivo, que se constituirá num ponto convergente no discurso dos principais intelectuais vinculados ao ruralismo, no que se refere à função pedagógica do ensino agrícola, durante as décadas iniciais do século XX.

Neste sentido, ao longo da década de 1920, no quadro dessa dualidade sistêmica do ensino agrícola, proporcionar a aprendizagem manual ao indivíduo em função da produção e disciplinar sua força de trabalho, fixando-o ao trabalho na lavoura, no caso do ensino primário e médio ou formar a elite pensante para o meio rural, que acumulará as funções do saber e do poder nessa esfera, soma-se à necessidade de uma formação moral, de respeito às autoridades constituídas de poder, de amor à Pátria e de civismo, como meio de promover o progresso dentro dessa ordem social.

Esta doutrinação moral e cívica nas escolas é percebida como tão necessária para a manutenção da ordem social, que mereceu especial atenção na política de ensino empreendida pelo governo federal, através da Reforma Rocha Vaz, que introduziu a instrução moral e cívica nos currículos escolares em 1925. A justificativa desta medida encontra-se na Mensagem do Presidente Arthur Bernardes, enviada ao Congresso Nacional, nesse mesmo ano, segundo a qual o principal propósito da Reforma seria promover “a eficiência e a moralização do ensino secundário e superior” (Apud HORTA, 1994, p. 137).

Se essa Reforma instituiu, em termos curriculares, a obrigatoriedade das disciplinas de educação cívica e instrução moral nas escolas primárias, técnico-profissionais e secundárias, por serem consideradas de grande importância para a formação do aluno e apresentarem um cunho nitidamente ideológico, não foram encontradas

evidências de que estas disciplinas foram introduzidas no currículo dos cursos de nível superior. Porém, é possível supor que esta preocupação em se apegar a educação moral e cívica tenha alcançado implicitamente o ensino superior, mesmo que de forma prosélita.

Essa assertiva pode ser corroborada pela “Mensagem” de 1926, proferida pelo referido presidente, no subtítulo relativo à “Instrução Moral e Cívica”:

Estamos convencidos de que uma das maiores necessidades nacionais consiste na educação cívica e na instrução moral das novas gerações. (...) O regime democrático, posto a funcionar sem os freios e os contrapesos indispensáveis, degenera inevitavelmente em anarquia. O contrapeso necessário da liberdade é a responsabilidade, e o freio - a Lei. Liberdade irresponsável conduz fatalmente à licença, à indisciplina, ao caos. Homens públicos irresponsáveis pela mistificação da opinião; políticos irresponsáveis pela fomentação da desordem; jornais irresponsáveis pela difamação dos depositários do poder (...) e pela instigação ao crime; militares irresponsáveis pela infração da disciplina; as paixões das ruas exploradas inominavelmente contra os dirigentes - eis o quadro de uma nação caída na anarquia e a situação de que nos abeiramos, se não tomarmos medidas defensivas da sociedade enquanto é tempo. Tal situação reclama do Poder Legislativo a maior consideração, por dependerem dele as reformas que hão de auxiliar a modificação dos nossos costumes, no momento tão prejudiciais à República e à marcha ascensional do progresso do País. (Apud NAGLE, 1974, p. 188)

Desse modo, gradativamente, as preocupações cívicas e nacionalistas vão ganhando força no espaço escolar, primeiramente em seus aspectos exteriores, através de festas e comemorações, discursos e juramentos. Num segundo momento, verifica-se a “tendência de substituição do conteúdo patriótico, puramente sentimental e de teor idealista de nacionalismo, por um outro conteúdo que se baseia mais no ‘conhecimento’ que se deve ter da terra e da gente brasileira” (NAGLE, 1974, p. 232).

Nesse sentido, a concepção de educação cívica começa a valorizar o conhecimento das instituições nacionais, o estudo da história, das tradições e a previsão do destino nacional, a reflexão sobre os vícios da *raça* e da organização social e política brasileira, sobretudo após a *Revolução* de 1930, movimento que trouxe em seu bojo a ascensão de segmentos dominantes ligados ao setor urbano-industrial, explicitando o relativo declínio da burguesia agrária, sobretudo da oligarquia cafeeira, nas decisões do aparelho de Estado.

Este momento revela uma crise de hegemonia no Estado das classes dominantes, visto que nenhum grupo destas é capaz de impor-se e legitimar-se no poder como representante dos interesses gerais. Esta nova forma de exercício acentuará o papel do Estado como árbitro dos grupos dominantes de tendências conflitantes. Assim, o



Estado beneficiando-se de uma ideologia autoritária existente na época, que o proclamava como *tutor da nação*, se torna na verdade, o representante dos interesses nem sempre coincidentes desses segmentos sociais dominantes.

Diante desse novo cenário político, permaneceu a preocupação do poder público em conter e reverter o processo de êxodo rural, com o intuito de atenuar a *questão social*, que se tornava cada vez mais complexa, com o crescimento progressivo e desordenado dos maiores centros urbanos do país. Para modificar essa situação, ao menos em termos discursivos, a educação continuará tendo um papel de destaque durante praticamente toda a chamada *Era Vargas*<sup>12</sup> (1930-1945), como um meio de incutir valores cívicos, patrióticos, desportivos e higienistas, servindo ao intento de (re)popoavar e sanear o interior, utilizando-se do lema “instruir para poder sanear” pregado por muitos sanitaristas e educadores ao longo do período em tela.

Tal diretriz fica bem explicitada em um pronunciamento de 1933, feito pelo então chefe do governo provisório, ao reafirmar a importância em se educar e não apenas instruir a população, apontando algumas características e finalidades das escolas a serem criadas:

Há profunda diferença entre ensinar a ler e educar. A leitura é ponto inicial de instrução, e essa, propriamente, só é completa quando se refere à inteligência e à atividade(...) A par da instrução, a educação: dar ao sertanejo, quase abandonado a si mesmo, a consciência de seus direitos e deveres; fortalecer-lhe a alma (...), enrijar-lhe o físico pela higiene e pelo trabalho(...) (para isso) é preciso criar escolas. Não as criar, porém, segundo um modelo rígido aplicável ao país inteiro. De acordo com as tendências de seus habitantes devemos ministrar os tipos de ensino que lhes convém: nos centros urbanos, populosos e industriais – o ensino técnico-profissional – (...); no interior – o rural e o agrícola. (Apud PAIVA, 1987, p. 128)

Esta concepção de educação diferenciada, conforme a localidade e seu tipo de “vocação” produtiva, foi contemplada na legislação de ensino instituída pela Constituição de 1934, que também prescrevia a necessidade de democratização do ensino brasileiro, o que conferiu um maior grau de legitimidade ao Governo, que acabou satisfazendo a todos, ao menos formalmente, pois o que a Constituição previra pouco se efetivou na prática uma vez que a maior parte das camadas populares continuou excluída do sistema educacional.

<sup>12</sup> Período de governo no Brasil do presidente Getúlio Vargas, iniciado com sua ascensão ao poder, como chefe do movimento revolucionário que depôs o então presidente Washington Luís em 1930 e chefe do governo provisório (1930-1934), como presidente eleito constitucionalmente (1934-1937) e com poderes ditatoriais (1937-1945).

Mesmo com toda essa distância entre o proclamado e o realizado na esfera educacional, é indubitável que o modelo de educação que vai sendo anunciado e difundido, tanto no meio urbano quanto no rural, constituir-se-á num instrumento do Estado para servir aos objetivos de sedimentar a nova ordem social que vai sendo erigida pelos novos detentores do poder político. A ênfase do ensino será calcada no *patriotismo cultural* de cunho nacionalista, na valorização crescente da educação física, como meio de aperfeiçoamento da raça e na instrução militar generalizada como meio de exteriorização do *culto à Pátria* e da disciplina.

Estas tendências educacionais atingem seu ápice durante o Estado Novo (1937-1945), uma vez que

A pedagogia do Estado Novo era a pedagogia da disciplina e da autoridade que quer formar no espírito das novas gerações uma mentalidade vigorosa e confiante e seus principais objetivos eram os de eliminar o analfabetismo, proporcionar instrução agrícola e rural à população do campo e do interior dos Estados, ministrar o ensino técnico-profissional aos habitantes das cidades e educação universitária às elites. (PAIVA 1987, p. 129)

Os objetivos pedagógicos que vão sendo delineados ao longo do governo Vargas, fundamentados na instrução moral e cívica, na disciplina física e mental, no patriotismo e higienismo, atingem todos os ramos e graus de ensino, independente do órgão ou da esfera administrativa ao qual estava vinculado cada estabelecimento, de modo compulsório, com uma obrigatoriedade inflexível e com rígida hierarquização de propósitos e inspeção do seu cumprimento. Esta centralização administrativa e de fiscalização que vai sendo edificada nas diversas instituições da sociedade é justificada, sobretudo, em virtude da ameaça representada pelo perigo do comunismo, cujo conteúdo doutrinário vinha sendo sub-repticiamente pregado nas escolas.

Em sua mensagem ao povo brasileiro, em janeiro de 1936, Getúlio Vargas reconhece que diante dessa ameaça, a denúncia e a repressão aos arautos do comunismo por si só não eram suficientes para erradicar tal perigo, sendo por isso indispensável,

fazer obra preventiva e de saneamento, desintoxicando o ambiente, limpando a atmosfera moral e evitando, principalmente, que a mocidade, tão generosa nos seus impulsos e tão impressionável nas suas aptidões de percepção e de inteligência, se contamine e se desvie do bom caminho. (Apud HORTA, 1994, p. 148)

Assim, as escolas em seus diversos ramos e níveis de ensino constituir-se-ão num importante aparelho ideológico e instrumento de ação a serviço do Estado, inculcando e preparando as novas gerações para o “bom caminho” do patriotismo, dos conceitos cívicos e morais, do treinamento físico. Definidos e determinados pelas autoridades constituídas no poder para construir e servir à Nação, nos seus aspectos materiais e espirituais, deveriam estar em consonância com as diretrizes ideológicas traçadas pelo Estado Novo para forjar o *homem completo*, ou seja, para que o indivíduo se realizasse plenamente como pessoa no plano moral, político e econômico, contribuindo, conseqüentemente, para o progresso da vida nacional.

Nesse sentido, esta concepção de valores vislumbrados para o preparo do *homem integral*, a ser moldado nas novas gerações, assemelha-se muito à ação doutrinária e disciplinar exercida no regime de caserna, tanto é que a vocação a ser seguida pela juventude, nesse momento, é comparada por Francisco Campos, principal mentor da Constituição outorgada de 1937, à vocação do soldado, que independente de sua origem social, de sua aptidão, de seu trabalho na escola ou no exercício de sua profissão, “seja um soldado, possuído do seu dever, obediente à disciplina, sóbrio e vigilante, duro para consigo mesmo, trazendo, no seu pensamento, clara e definida, a sua tarefa e, no coração, em dia e em ordem, as suas decisões.” (Apud HORTA, 1994, p. 206)

Diante do exposto, percebe-se o alto grau de centralização, autoritarismo e controle que vai sendo imposto pelo Estado à sociedade brasileira no decorrer do governo Vargas e o papel que a educação desempenha como um dos instrumentos de ação não só para legitimar esta ordem, que a *sociedade política* procura estabelecer, mas também como meio de angariar novas adesões sociais em prol deste modelo de sociedade e de desenvolvimento.

Ainda que este item tenha tratado das diretrizes gerais impingidas à educação brasileira da época, com a introdução, na grade curricular dos estabelecimentos de ensino, das disciplinas de educação moral e cívica e de educação física, dentro dos moldes apresentados acima, é pertinente pressupor que, no caso dos estabelecimentos que ministravam o ensino agrícola, a consecução destes objetivos tenha sido bem sucedida, até porque muitas dessas escolas agrícolas começaram a funcionar em regime de internato e de semi-internato, o que por si só já demandava a necessidade de forjar uma cultura escolar fundamentada na disciplina, na ordem e na higiene.

Por outro lado, a necessidade de afirmação e de reconhecimento social e político de muitas dessas instituições de ensino agrícola e sua relação com o processo produtivo, tornavam imprescindível a inculcação desses valores morais, físicos e higiênicos, que era reforçada ainda pela vocação missionária e patriótica atribuída a esses futuros profissionais, que deveriam promover o progresso econômico da agropecuária nacional, através do “melhoramento do homem, do animal e da semente”, objeto de análise nos próximos capítulos.

Feitas estas ressalvas, que justificam o título deste item, será feita uma sucinta abordagem sobre algumas mudanças verificadas no ensino brasileiro durante as décadas de 1930 e de 1940, dando destaque às modificações legais e administrativas que conformam o ensino agrícola em suas diferentes modalidades, dando maior atenção ao ensino agrícola de nível superior.

#### 4. CERCANDO O CAMPO DE TRABALHO: A REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO E DAS PROFISSÕES AGRÍCOLAS

Como já foi apontado sucintamente no item anterior, a Revolução de 1930 no Brasil assinala uma ruptura política em que nenhum segmento dos grupos sociais dominantes consegue impor-se e legitimar-se no poder como representante dos interesses gerais, o que vai, gradativamente, acentuando o papel do Estado como árbitro dos interesses em conflito entre estes segmentos dominantes, conferindo, consequentemente, maior legitimidade às decisões tomadas no âmbito da *sociedade política*, no sentido de criar meios institucionais e administrativos para atenuar a conjuntura de crise social, econômica e política atravessada pelo país, de modo a contemplar, mesmo que parcialmente, tais interesses em disputa.

Tal crise foi se agravando após o rompimento do pacto de revezamento no poder, na esfera federal, entre as oligarquias dominantes paulistas e mineiras, feito pela primeira na tentativa de garantir a compra, por parte do governo federal, dos estoques excedentes da produção cafeeira<sup>13</sup> que vinham se avolumando desde a década de 1920 e atingem seu ponto máximo em 1929, com a significativa retração do comércio

---

<sup>13</sup> A compra pelo Estado brasileiro da produção excedente de café, não absorvida pelo mercado interno e externo, foi institucionalizada em 1906 através do *Convênio de Taubaté*, que passou a promover uma *socialização de perdas*, haja visto que toda a sociedade arcava com os custos dessa estocagem.

mundial desencadeada após a chamada crise de 1929 iniciada nos Estados Unidos e que afetou mormente os países vinculados ao sistema capitalista.

A redução drástica do comércio internacional capitalista foi um dos principais marcos que atestaram o momento de crise pela qual passava a sociedade liberal, o que contribuiu para fortalecer a ideia da necessidade de maior intervenção do Estado em todas as esferas da vida social, como meio de superar e reverter a situação.

No caso brasileiro, a legitimidade do intervencionismo estatal, propugnado pelo governo “revolucionário”, a partir da tomada do poder em outubro de 1930, era justificada não só como meio de atenuar a *questão social*, que se agravava durante a *Primeira República*, com a vigência de um modelo liberal-federativo que era favorável aos estados e aos grupos sociais com maior poder econômico e político, mas também para moralizar o processo de eleições até então vigente, caracterizado pelas fraudes e pela manipulação eleitoral.

Tanto é que uma dentre outras medidas institucionais adotadas de imediato pelo governo federal foi a criação da Justiça Eleitoral, com o intuito de reduzir a influência e a coação aplicada pelos coronéis junto ao eleitorado nos pleitos municipais e a manipulação dos resultados eleitorais cometida pela Comissão Verificadora presidida pelos governantes estaduais, com o objetivo de conferir maior lisura e credibilidade ao processo. Outra medida é a criação, em novembro de 1930, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que tinha como principais metas organizar uma legislação trabalhista, reconhecer e regular o exercício das diversas profissões e arbitrar os conflitos existentes entre capital e trabalho, a partir de uma ótica corporativista, na qual os *empregadores e empregados* formam um só grupo solidário e harmônico, voltado para a defesa da profissão sob a mediação do aparelho de Estado.

No âmbito educacional, essa tendência administrativa centralizadora do Estado também foi iniciada imediatamente, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, ainda no ano de 1930, e com a criação do Conselho Nacional de Educação e as reformas do ensino superior, secundário e comercial, entre 1931 e 1932, empreendidas pelo então Ministro Francisco Campos.

O caráter focal da Reforma Francisco Campos, ao privilegiar a organização em todo território nacional dos níveis de ensino que atendiam à elite brasileira, atesta a permanência do desprestígio social e político atribuído aos demais tipos e níveis de ensino, incluindo-se aí o ensino agrícola, cujos estabelecimentos, aliás, mantiveram-se subordinados ao Ministério da Agricultura até o ano de 1967, quando, enfim, passaram para a órbita do Ministério da Educação e Cultura.

Contudo, a reorientação do ensino agrícola só ocorrerá com a criação da Diretoria do Ensino Agrônômico (DEA), pelo Decreto nº 22380 de 20 de janeiro de 1933, do Ministério da Agricultura. A partir deste decreto, vários atos governamentais foram expedidos, até que houve uma regulamentação geral do Ministério da Agricultura, por meio do Decreto nº 23979, de 8 de março de 1934, que regulamentou as profissões agrárias e definiu os chamados *estabelecimentos modelo ou escolas padrão*, representadas pela Escola Nacional de Agronomia (ENA) e pela Escola Nacional de Veterinária (ENV), ambas no Rio de Janeiro, para o nível superior, e pela Escola Agrícola de Barbacena, no Estado de Minas Gerais, para o nível médio, pelos quais os demais estabelecimentos reconhecidos ou que pretendessem reconhecimento oficial deveriam se adequar.

O Decreto também determinou que as escolas de aprendizagem ou patronatos agrícolas, que continuassem mantendo um caráter correcional ou de amparo aos indigentes, fossem transferidas para a alçada do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

A padronização curricular dos cursos exigida por esse decreto foi contra todas as tentativas de imprimir uma vocação regional ao ensino agrícola, concebidas pelos intelectuais do *ruralismo* e empreendidas anteriormente pelos governos estaduais e pela iniciativa privada. Esta regulamentação trouxe grandes transtornos para muitas escolas que estavam funcionando normalmente no país, em virtude do rigor com que a equipe de fiscalização da Diretoria do Ensino Agrônômico começou a avaliar essas instituições e do prazo exíguo dado às mesmas para adaptar-se ao novo modelo de *excelência* definido para o ensino agrícola.

Tal assertiva é corroborada pelo estudo feito por Capdeville a respeito da *história de vida* institucional das diversas Escolas de Agronomia e Veterinária criadas no Brasil após 1910, na qual o autor constata que “a legislação de 1933 e 1934, aliada ao rigor da fiscalização da DEA e à sua intransigente firmeza, obrigaram inúmeras escolas a fechar, mesmo quando seus diretores eram militares, eclesiásticos ou familiares de políticos eminentes.” (1991, p. 83)

Ao que parece, o rigor dessas inspeções promovidas pelos fiscais da Diretoria do Ensino Agrônômico - que a partir de 1938, passou a denominar-se Superintendência do Ensino Agrícola (SEA) e, depois de 1940, Superintendência do Ensino Agrônômico e Veterinário (SEAV) - não tinha a intenção de oferecer suporte, orientação para promover a melhoria dos cursos, mas apenas intervir com uma ação *moralizadora* e punitiva, que irá se acentuando ao longo dessa primeira gestão de Vargas na presidência do Brasil, haja visto que dos 21 cursos de engenharia agrônômica criados

no país entre 1910 e 1936, 14 (67%) foram fechados nesse período<sup>14</sup>. Esta rígida fiscalização também serviu como medida restritiva e contenedora da expansão verificada até o início da década de 1930, uma vez que entre 1936 e 1950 nenhum curso de nível superior agrícola foi criado.

Para Capdeville (1991, p. 80), estes decretos instituídos pelo Ministério da Agricultura,

marcaram um período excepcionalmente raro na história da Educação Brasileira, que foi o do fechamento de várias escolas e cursos, alguns com muitos anos de regular funcionamento e fortíssimo respaldo político, fato peregrino, raríssimo mesmo, que praticamente não mais se viu desde então. Os nomes dos funcionários da ex-DEA, a SEAV (...) faziam tremer os pórticos das escolas de Agronomia e Veterinária da época.

Desse modo, a execução dos regulamentos criados, para o ensino agrícola, entre 1934 e 1938, refletem bem o próprio processo de centralização administrativa e fiscal que o governo vai impondo à sociedade e suas instituições como meio de se evitar o caos, moralizar e manter a ordem, em nome da *segurança nacional*.

Assim, este processo de regulação e controle por parte do Estado no âmbito do ensino agrícola fez parte de um conjunto de medidas intervencionistas nas diversas esferas da vida social do país, por meio de leis e decretos regulatórios que irão dar um novo molde burocrático e corporativo ao funcionamento das instituições sociais, como é o caso da regulamentação trabalhista que vai sendo forjada ao longo do período, onde também se inseriu a regulamentação das profissões da carreira agrícola, dentre as quais será dado destaque ao reconhecimento legal do exercício da profissão do agrônomo.

A regulamentação da profissão de agrônomo foi instituída pelo Decreto nº 23196 de 12 de outubro de 1933, que estabeleceu no art. 4º que a profissão de agrônomo ou engenheiro-agrônomo<sup>15</sup> só poderia ser exercida, em todo território nacional,

<sup>14</sup> Os dados quantitativos sobre os cursos de Engenharia Agrônômica criados no período em foco foram computados a partir do trabalho descritivo feito por Capdeville (1991) sobre as que oferece(ram) este curso no Brasil.

<sup>15</sup> Sobre a regulamentação desta profissão é importante ressaltar a falta de definição precisa para estes dois termos que designam a titulação atribuída aos profissionais formados nas instituições de ensino agrícola antes do Regulamento de 1910, na qual algumas escolas práticas (de nível médio) e teórico-práticas (de nível superior) conferiam aos seus formandos o diploma de agrônomo, enquanto outras escolas superiores agrícolas diplomavam seus concluintes com o título de engenheiro agrônomo. Entre 1916 e 1933 e no ano de 1938, os diversos decretos que aprovaram os regulamentos da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), determinavam que esta Escola expedisse diplomas de engenheiro-agrônomo. De 1933 a 1937 e entre 1939 e 1945, foram expedidos diplomas de agrônomo. A partir de 1946, volta-se a expedir o diploma de engenheiro-agrônomo. Para Capdeville (1991, p. 69), esse vai-e-vem da denominação revela a importância que se começou a dar ao *título*, o que pressupõe uma certa valorização social do credenciamento atribuído pela escola.

por quem registrasse seu título ou diploma na Diretoria Geral de Agricultura, órgão do Ministério da Agricultura responsável pela fiscalização do exercício profissional de agrônomos e veterinários até a criação da SEAV em 1940. Sobre esta questão, vale ressaltar que o art. 3º determinava que o registro também deveria ser feito pelos funcionários públicos que exerciam “funções que exigiam conhecimentos técnicos de agronomia”. Os que não apresentassem tal credencial poderiam ser transferidos, com igual vencimento, para cargos que não necessitavam dessa habilitação técnica.

O art. 6º do decreto estabelecia as principais atribuições dos engenheiros-agrônomos para “a organização direção e execução dos serviços técnicos oficiais, federais, estaduais e municipais, concorrentes às matérias e atividades”, listando 24 itens com estas funções relativas ao ensino agrícola, às experimentações racionais e científicas referentes à agricultura, difusão de técnicas, de conhecimentos e estudos econômicos agroindustriais, genética agrícola, fiscalização de estabelecimentos de ensino, de empresas agrícolas ou de indústrias correlatas, avaliação e peritagem das propriedades rurais e suas instalações, trabalhos de irrigação, construções rurais, medidas de defesa e de vigilância sanitária vegetal, dentre outras. Também definiu que estes profissionais teriam preferência em outras atividades que exigissem conhecimentos de agricultura, de indústria animal ou de indústrias correlatas, além de exercerem a função de agrimensor.

Assim, a demarcação e o reconhecimento legal do campo de atuação do engenheiro-agrônomo e do necessário registro de seu credenciamento para o exercício desta profissão, bem como de outras profissões que passam a ser reguladas da mesma maneira, atestam a crescente presença burocrática do Estado, que, ao se utilizar de prerrogativas eminentemente técnicas para o preenchimento dos cargos de maior relevância e poder, se autolegitima ao exercer um controle político e fiscal sobre as instituições e seus profissionais, que se constituem e se estabelecem em função do interesse público, da nação, representada, nesse momento, pela sociedade politicamente organizada, ou seja, pelo próprio corpo burocrático instalado no aparelho de Estado.

Nesse sentido, as aptidões e habilidades exigidas dos indivíduos para a ocupação dos cargos ou das profissões mais especializadas, de maior qualificação técnica, como é o caso da profissão do agrônomo, demandadas nestas circunstâncias pela *nação*, vão requerer, por sua vez, uma formação escolar mais especializada, que privilegie um conjunto de saberes e habilidades técnicas necessárias e específicas para o exercício de cada campo profissional, com o emprego de jargões e técnicas típicas



de um conhecimento disciplinado que diferenciava os membros de um grupo dos demais, seja pela atuação profissional no âmbito social da produção ou na burocracia do aparelho de estado.

Esta perspectiva de maior distinção e reconhecimento corporativo de algumas profissões mais qualificadas ensejou, por sua vez, maior rigor e controle das instituições formadoras, no sentido de padronizá-las, tomando por base um estabelecimento de ensino modelar. Daí, a necessidade de *moralização* das instituições e a imposição de um currículo homogêneo em cada curso específico, com o fito de estabelecer certa distinção social para cada tipo de saber, cuja titulação e cabedal de conhecimentos adquiridos referendava o exercício de um tipo de poder que vai passando a ser reconhecido e legitimado socialmente.

A padronização e o fechamento dos diversos estabelecimentos de nível superior em Agricultura, bem como a regulamentação da profissão de engenheiro-agrônomo não trouxeram, em contrapartida, mudanças significativas na filosofia de ensino neste campo de conhecimento, uma vez que continuou não se dando grande valor ao saber teórico ou de ciência pura na área agrícola, mantendo-se a prioridade de se promover uma formação acadêmica muito mais direcionada para o conhecimento aplicado e, sobretudo, para a formação de quadros burocráticos para prestar serviço ao Estado. A permanência deste perfil de formação profissional do agrônomo pode ser atribuída, segundo Coelho (1999, p. 106) ao fato de que:

Os primeiros profissionais, na posição de agentes atuantes em nível de estado, e não na posição de cientistas de um campo científico e escolar novo, é que definiram as regras constitutivas de suas práticas como profissão de estado. Foi com essa característica, de *profissão de estado*, que se estabeleceu o reconhecimento da utilidade política, econômica e social do grupo.

Esta *vocação* do ensino agrícola, para formar profissionais a serviço do Estado, talvez seja uma das razões que expliquem o fato de o ensino de nível superior e de nível médio, relacionados com a agricultura e com a criação de animais, terem permanecido subordinados ao Ministério da Agricultura e não ao Ministério de Educação até a década de 1960.

Essa situação foi resultante da própria política educacional empreendida no Brasil, durante a *era Vargas*, que se caracterizou pela inexistência de um instrumento básico para disciplinar a educação em seu conjunto, com exceção do vínculo estabelecido entre o ensino secundário e o ensino universitário, preferindo-se encarar os de-

mais níveis ou ramos de ensino em leis separadas, que possuíam unidade - por terem sido elaboradas na mesma administração e sob a mesma inspiração - mas não organicamente, um vez que houve uma homogeneização das organizações de ensino, ao lado de uma rígida segmentação instituída entre os diversos ramos e níveis de ensino.

A segmentação instituída no processo de regulamentação isolada dos diversos níveis e ramos do ensino brasileiro permite detectar a contraposição entre a política empreendida para o ensino agrícola de nível médio e superior, que começa a ser concretamente configurada, e o discurso político e *técnico* de valorização do ensino agrícola, que vai sendo propalado neste período, como meio de se conter o êxodo rural, de diversificar a produção na agricultura e promover o progresso social no campo.

Por outro lado, a permanência do desprestígio social do ensino agrícola de nível superior, sobretudo no meio em que se encontrava seu público potencial, ou seja, no seio da classe proprietária rural, associada às medidas restritivas de sua expansão e à acentuada redução dos estabelecimentos destinados à formação desses profissionais, em virtude da implacável e rigorosa fiscalização efetuada nas escolas, são outros elementos que reforçam a percepção da condição de um ensino de pouco valor, em termos de *status* social, que só sofrerá modificações significativas na década de 1960, com a chegada das agências internacionais que trarão apoios efetivos para a criação de cursos de mestrado na área e a conseqüente maior valorização social desse ensino.

A emergência histórica dos cursos de agronomia no Brasil, as concepções administrativas e pedagógicas para este ensino propostas pelos intelectuais do *ruralismo*, os valores sociais e as medidas normatizadoras encaminhadas pela *sociedade política* sucintamente analisados, constituem-se como pontos de referência para compreensão do processo de organização institucional da ESAV, em seus aspectos políticos, administrativos e educacionais.



## CAPÍTULO II A CONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESAV

*Chegando ao Brasil, com sua família, em 4 de fevereiro de 1921, o Dr. Rolfs instalou-se em Belo Horizonte e participou da comissão encarregada de escolher o lugar para a instalação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, que se desejava criar. A comissão, tendo visitado alguns sítios nas vizinhanças de Ubá, Rio Branco, Viçosa e Ponte Nova, decidiu-se, providencialmente, por localizá-la nas proximidades da cidade de origem do Presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, isto é, Viçosa.*

*Guy Capdeville*





Grupo de Participantes da 4ª Conferência Nacional de Educação realizada no Rio de Janeiro, que vieram conhecer as instalações da ESAV.  
<https://locus.ufv.br//handle/123456789/8047>



Aula de apicultura no mês feminino.  
<https://locus.ufv.br//handle/123456789/23451>

## CAPITULO II

# A configuração institucional da ESAV



### 1. PREPARANDO O TERRENO

Muito já foi escrito e compilado a respeito da história da ESAV. A literatura produzida sobre esta temática é diversa, não só em termos de assuntos e enfoques tratados, mas também de pressupostos teórico-metodológicos utilizados no trato das diferentes fontes primárias pesquisadas, o que apresenta perspectivas de análise bastante distintas.

Embora a preocupação inicial de muitos trabalhos de pesquisa relacionados à história desta instituição esteja em buscar a origem e o desenrolar de determinados acontecimentos, atividades ou eventos específicos, quase sempre tais estudos remetem à necessidade de historiar minimamente a gênese e algumas características marcantes desta instituição, que por diversos meios criaram condições para o surgimento de um dado fato ou rito que mereça ser estudado de modo mais aprofundado.

A leitura das diversas publicações acerca da história da ESAV permite agrupar estas fontes secundárias em duas categorias, sendo que a primeira trata de obras que se fundamentam nas fontes de primeira mão, numa dimensão espaço-temporal variada, com tipos de abordagens extensivas, delimitadas ou focadas em temáticas que põe em relevo aspectos atinentes ou que utilizam a história da instituição como referência de análise. Já a segunda trata de obras (auto)biográficas, na qual a vida da instituição e dos sujeitos em tela interagiram em alguns momentos, deixando marcas desta relação na *memória* institucional e/ou individual e de publicações que recorrem, em boa medida, às informações e dados sistematizados nos trabalhos do primeiro tipo, que por possuírem esta característica serão considerados de maior relevância para a consecução deste estudo.

Daí a necessidade de tecer outros comentários a respeito de algumas obras que possuem maior densidade em termos de coleta documental e fotográfica, de entrevistas e de interpretação, por ser constituírem numa referência imprescindível para a melhor apreensão da produção histórica relacionada à ESAV, para a delimitação do objeto deste estudo e a justificativa dos procedimentos metodológicos que serão utilizados nesta pesquisa.

O estudo desta produção permite identificar dois tipos de enfoque discursivo sobre a história da instituição. O primeiro caracteriza-se por uma abordagem de caráter mais global, em termos temporais, dando grande destaque aos principais sujeitos, datas e acontecimentos históricos que marcaram a trajetória da instituição até aquele momento ou ao longo de seus quase 80 anos de existência, com a seleção de fatos, dados cronológicos e estatísticos relevantes e adequados para a temática proposta.

Destas, ganha destaque os livros do ex-aluno da ESAV (1941-1944) e ex-professor (1945-1987) da UFV José Marcondes Borges. Seu primeiro livro sobre o assunto, tratou da origem e desenvolvimento da ESA (Escola Superior de Agricultura)<sup>1</sup> e o segundo, como um dos editores do livro<sup>2</sup>, foi organizado através de um conjunto de memoriais sobre algumas personalidades, fatos, instâncias e órgãos administrativos e acadêmicos instituídos e os símbolos que marca(ra)m a trajetória da Universidade Federal de Viçosa ao longo do século XX. Apresenta ainda uma galeria de fotos dos diretores/reitores, do *campus*, e a relação nominal de todos os docentes do passado e do presente, por departamento e de todos os alunos, por curso e nível que, respectivamente, trabalharam ou se formaram na instituição desde sua origem, em 1926 até outubro de 2000.

Outras duas obras<sup>3</sup>, embora tratem de forma um pouco mais analítica alguns valores e características marcantes da história da instituição, também dão grande ên-

<sup>1</sup> BORGES, José Marcondes. *Escola Superior de Agricultura: origem – desenvolvimento – atualidade*. Viçosa- MG, Imprensa Universitária da UREMG, 1968.

<sup>2</sup> Cf. BORGES, J.M. et alli. *A Universidade Federal de Viçosa no século XX*. Viçosa-MG, Imprensa Universitária da UFV, 2000.

+ PANIAGO, M. C. T. *Viçosa - mudanças sócio-culturais; evolução histórica e tendências*. Viçosa-MG, Imprensa Universitária da UFV, 1990 (300p). Este livro apresenta a evolução histórica e as mudanças sócio- culturais da cidade de Viçosa, desde sua fundação até a década de 1980, trabalho de cunho antropológico que apresenta os fundamentos históricos de povoamento, das contribuições étnicas, da religião, educação e política, que deixa(ra)m suas marcas de cultura com graus e matizes variados, nos diversos grupos sociais do município, onde apresenta um item relativo à história da UFV e outro relativo à Arthur Bernardes, destacando suas influências em termos de valores culturais e políticos na cidade. Já o segundo foi lançado durante os festejos em comemoração aos 70 anos da UFV. Cf. LIMA, A. L. et al. *UFV 70 anos: A trajetória da Escola de Viçosa*. Viçosa-MG, Imprensa Universitária da UFV, 1996.

fase aos aspectos laudatórios, constituindo-se junto com os dois livros mencionados anteriormente, naquilo que pode ser intitulado como a *história oficial* deste estabelecimento de ensino.

No que concerne ao outro tipo de enfoque discursivo, detecta-se que há trabalhos mais delimitados tematicamente, mas com um tratamento extensivo, em termos temporais, e aprofundado, em termos espaciais, que buscam penetrar na estrutura íntima do fenômeno, para explicitar as principais relações intervenientes e ampliar o conhecimento sobre seus aspectos evolutivos, com o intuito de identificar as forças essenciais que assinalam o seu desenrolar característico e sua influência em relação ao desenvolvimento da escola.

Tais trabalhos apresentam um cunho mais analítico e interpretativo em relação às fontes e aos assuntos abordados, diferente do primeiro grupo, que pela forma de seleção e sequência em que são apresentados, numa perspectiva linear, os fatos encontram-se quase numa espécie de estado *bruto*, “falando por si”, o que na aparência denota certa imparcialidade e isenção dos autores no processo de aproximação, observação e descrição dos fatos institucionais.

Neste sentido, vale situar o lugar no qual a maioria dos autores produziram este conjunto de obras a respeito da ESAV, que compõe-se quase que exclusivamente por sujeitos que tiveram ou têm vínculo institucional com a universidade, seja na condição de alunos, técnicos e/ou docentes, o que já pressupõe uma inserção espaço-temporal e uma certa concepção de história, que são relatadas nas temáticas atinentes ao passado e ao presente da UFV.

As obras deste segundo grupo compõem-se exclusivamente de teses e dissertações que tratam de temas, cujos assuntos referem e/ou remetem ao processo de configuração da instituição sob prismas diversos, seja pela influência das injunções legais e regulatórias que foram forjando o *sistema* do ensino superior agrícola no Brasil, desde a fundação dos primeiros estabelecimentos desta natureza até chegar às diversas instituições de ensino superior existentes no campo das ciências agrárias na década de 1980, que vão sendo historiadas com base nos documentos e regulamentos pesquisados por Capdeville (1991), a partir de várias fontes. Outra tese de doutoramento já mencionada neste trabalho<sup>4</sup> analisou o processo de construção das profissões agrárias, principalmente sob o prisma da formação e atuação profissional, dando maior desta-

<sup>4</sup> COELHO, F. M. G. A Construção das Profissões Agrárias. Brasília, UNB, 1999, (tese de doutorado). (329p.)

que ao estudo das representações e inferências produzidas a partir do depoimento de profissionais formados em diferentes níveis e áreas de conhecimento das ciências agrárias ofertadas da ESAV até a UFV<sup>5</sup> para o “entendimento dos *habitus* de cada grupo e a identificação das formas de trabalho, gostos e preferências, saber, poder e ciência.”

Em trabalho anterior, Coelho (1992) historiou a produção científico-tecnológica da ESAV e de um período da UREMG com o intuito de identificar as pesquisas que antecederam a modernização da agricultura brasileira verificada a partir da década de 1950, e os principais significados e resultados destas pesquisas. Por fim destaca-se outra dissertação, na qual Silva<sup>6</sup> (1995) analisou o intercâmbio dos conhecimentos (re)produzidos durante a Semana do Fazendeiro, atividade de extensão criada em 1929 e promovida até hoje pela UFV, inclusive de forma remota, em 2020 e 2021, durante a pandemia do coronavírus, caracterizando como esta interação de saberes de origens distintas vão sendo tecidos através desta prática social e pedagógica.

A partir destas leituras mais relevantes, verifica-se que muitos dos assuntos tratados estão bastante imbricados e entrelaçados com vários aspectos da história da instituição. Não obstante esta revisão literária detecta-se também a necessidade de maior aprofundamento histórico a respeito da organização do ensino na ESAV, destacando suas características marcantes em termos de ação pedagógica e disciplinar.

Assim, para a consecução destes objetivos torna-se importante historiar os aspectos significativos de ação pedagógica e disciplinar que começam a ser instituídos na escola, muito antes do seu funcionamento enquanto tal, o que nos remete ao processo de criação da instituição, assunto recorrente de boa parte das obras mencionadas anteriormente, mas imprescindível também para análise do objeto em tela, mormente no que tange às obras de construção, a concepção e as finalidades da escola, tendo como parâmetros os documentos levantados nesta pesquisa.

Outro ponto que merece destaque refere-se à documentação relativa à administração da Escola e as injunções políticas e financeiras que a configuram e terão grande influência no funcionamento do estabelecimento e forte repercussão no que diz respeito à expansão ou contenção da demanda de ensino ministrado pela instituição. Embora muitos aspectos desse assunto tenham sido abordados no conjunto de

<sup>5</sup> Refere-se à formação dos seguintes profissionais: Técnicos Agrícolas, Engenheiros-Agrônomos, Médicos Veterinários, Zootecnistas, Engenheiros Florestais e Agrícolas. (COELHO, 1999, resumo).

<sup>6</sup> SILVA, U.M. *Extensão universitária: a interação do conhecimento na Semana do Fazendeiro – UFV*. Viçosa-MG, 1995. (199p.) dissertação de mestrado.



obras sobre a ESAV já mencionadas, constata-se que tal assunto requer um tratamento mais sistematizado, minucioso, que possam trazer novas luzes acerca do mesmo.

Definidas as questões centrais que balizam este estudo é de suma importância esclarecer que os postulados teórico-metodológicos que serão utilizados nesta pesquisa, ora penderão mais para uma abordagem factual, cronológica ou mesmo laudatória, ora para um enfoque mais analítico, interpretativo. Se a adoção conjugada de matrizes de conhecimentos que trazem em seu bojo concepções de homem, de mundo e de história distintas, *a priori*, denota inadequação ou incoerência no emprego de categorias conceituais forjadas e filiadas a correntes de pensamento diferentes e até antagonicas, por outro lado, torna-se pertinente como método de apreensão do objeto em estudo no seu conjunto, como se pretende demonstrar ao longo da pesquisa.

## 2. CONCEPÇÃO DE FUNDAÇÃO E A AÇÃO PEDAGÓGICA NA ESAV

Conforme a advertência feita na introdução e delimitação deste trabalho, reafirmo que esta análise não tem a pretensão de desvendar toda trama institucional desta Escola, pelo fato de entender que a realidade, seja ela presente ou passada, apresenta uma dinâmica muito mais ampla e complexa que a nossa capacidade de sistematizar a sua compreensão, ou como assinala Walter Benjamin (1987, p. 224), a respeito da investigação histórica, que essa se articula com o passado não para conhecê-lo como de fato foi, mas para “apropriar-se de uma reminiscência tal como ela relampeja no momento de um perigo”.

Com efeito, para a realização dessa abordagem sobre o passado desta instituição, fez-se uso da literatura a respeito do assunto, dos depoimentos de sujeitos que vivenciaram o período e dos diversos documentos primários encontrados sobretudo no Arquivo Central e Histórico da UFV.

Assim, a intenção de analisar a história da ESAV justifica-se pela necessidade de compreender seu processo de constituição e desenvolvimento, desde sua gênese até o advento da UREMG, com uma sistematização de dados e fatos institucionais considerados relevantes ao propósito de identificar alguns aspectos institucionais que trouxeram repercussões na cultura escolar e no modelo pedagógico que vai sendo

delineado, com a intenção de trazer novas luzes a respeito da emergência, atribuições e atribuições enfrentadas no âmbito administrativo por este estabelecimento isolado de ensino superior agrícola durante pouco mais de duas décadas.

O ponto de partida desta investigação e do uso dessas fontes primárias e secundárias arroladas encontra-se no presente institucional da UFV que, ciosa das suas tradições, distingue com honrarias e condecorações autoridades que prestam ou prestaram serviços relevantes ao Brasil ou à Universidade Federal de Viçosa - Comenda Arthur Bernardes - e docentes que, por mérito em ensino ou por tempo de serviço no estabelecimento (25 anos) são agraciados, respectivamente, com a Medalha Peter Henry Rolfs e a Medalha João Carlos Bello Lisbôa.

Tais condecorações consagram, acima de tudo, o reconhecimento institucional ao criador e aos mentores responsáveis pela edificação material e educacional da ESAV. Tal fato pode ser constatado pela carta de congratulações enviada pelo então Senador Arthur Bernardes à Escola, em 12 de março de 1929, e que serve como uma boa síntese sobre a instituição e consolidação da ESAV, ao final da década de 1920:

Impressionado, na Presidência do Estado de Minas, com o fato de já contar o Brasil um século de vida política independente sem cuidar seriamente do ensino profissional, em que deve alicerçar sua futura grandeza industrial, criei esta Escola Superior de Agricultura e Veterinária com o alto objetivo de abolir o empirismo agrícola, a que tantos mineiros consagravam suas energias, no amanho diuturno da terra como na criação e pastoreio dos seus rebanhos. Tendo me cabido a fortuna de criá-la como Presidente de Minas e tendo tido a satisfação de assistir, como Presidente da República, à sua inauguração oficial, regozijo-me ao vê-la, hoje em pleno funcionamento e já despertando novos estímulos nas gerações moças, empenhadas, agora, numa atividade racional e científica, que há de conduzi-las a maior e mais fácil prosperidade. É o alvorecer de uma nova era que se abre nos destinos econômicos do Estado e do País, já se podendo antever uma larga messe e uma próxima e pujante colheita. Satisfeitos e contentes devem sentir-se quantos colaboraram nesta iniciativa vitoriosa, sobretudo os governantes que me sucederam, o fundador técnico e ex-diretor da Escola, Professor P. H. Rolfs, e o encarregado da construção das obras e seu diretor atual, o ilustre engenheiro J. C. Bello Lisbôa, com os quais me congratulo ainda uma vez.

A (auto)deferência aos principais responsáveis pela fundação da ESAV remete-nos ao processo de criação da ESAV iniciado com a autorização dada, em 06 de setembro de 1920, pelo Governo do Estado de Minas Gerais, então sob a presidência de Arthur Bernardes (1918- 1922), para a escolha do local que reunisse as melhores condições para o seu funcionamento. Foi o então presidente do Estado de Minas Gerais que contratou, por intermédio do Embaixador dos Estados Unidos da América

no Rio de Janeiro, o Dr. Peter Henry Rolfs, *Doctor of Science*, até então Diretor do *Florida Agricultural College*, “para determinar o lugar, superintender a organização, esboçar os trabalhos e, finalmente ser o Diretor dum estabelecimento de ensino agrícola semelhante aos seus congêneres do meu país” (ROLFS, 1928, p. 16). De fato, foi ele o responsável pelo planejamento, fundação e direção da Escola, entre fevereiro de 1921 e fevereiro de 1929.

A contratação desse especialista norte-americano efetivou-se porque Bernardes queria que a Escola fosse instituída nos moldes dos *Land Grant Colleges* americanos -fundamentados na trilogia do ensino, da pesquisa e da extensão direcionados para os problemas da agricultura e dos agricultores e que tanto êxito econômico obtivera no sul e meio oeste dos EUA, mormente a partir da década de 1880, com o redirecionamento curricular dessas instituições, que passam a atender ao ideal corporativo voltado para a formação de engenheiros agrônomos, veterinários e economistas domésticos. A adoção desse modelo na ESAV constituiu-se como uma das raras exceções ao predomínio do ensino acadêmico, bacharelesco, que vigorava na maioria dos estabelecimentos de ensino superior brasileiros da época.

Este modelo de escola agrícola norte-americano voltado para incrementar a produção agrícola regional, foi muito bem aceito pela população dos estados que o implantaram, por trazer grandes benefícios econômicos e sociais, em função das atividades de ensino, pesquisa e, sobretudo, de extensão prestados à estas comunidades, que muito contribuíram para a difusão de uma agricultura de base científica, com melhores técnicas de produção agrícolas.

A concepção deste modelo de escola já começa a ser almejado pelo Decreto nº 6.053, que criou a ESAV, em 30 de março de 1922, cujo art. 4º já apresentava que “essa Escola terá por objetivo ministrar o ensino prático e teórico da Agricultura e Veterinária, bem como realizar estudos experimentais, que concorram para o desenvolvimento de tais ciências no Estado de Minas Gerais.”

A participação de P. H. Rolfs na fundação da ESAV se dá em praticamente em todos os setores a ela atinentes, como atesta Capdeville (1991, p. 85):

Chegando ao Brasil, com sua família, em 4 de fevereiro de 1921, o Dr. Rolfs instalou-se em Belo Horizonte e participou da comissão encarregada de escolher o lugar para a instalação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, que se desejava criar. A comissão, tendo visitado alguns sítios nas vizinhanças de Ubá, Rio Branco, Viçosa e Ponte Nova, decidiu-se, providencialmente, por localizá-la nas proximidades da cidade de origem do Presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernar-

des, isto é, Viçosa. O relatório da comissão foi aprovado e, com base nele, foi expedido o Decreto n.º 5.608, de 30 de dezembro de 1921, que aprovou os planos e a planta da futura escola, autorizando as desapropriações necessárias. Em 30 de março de 1922, baixou-se o Decreto n.º 6.053, criando a Escola Superior de Agricultura e Veterinária e instalando-a em Viçosa. No dia 10 de junho de 1922, lançava-se a pedra fundamental do primeiro e mais imponente de seus edifícios, o ‘prédio principal’.

A escolha do local para a edificação da Escola até hoje gera controvérsias acerca do critério que prevaleceu, se foi o de natureza técnica ou política. Ao que parece, essa polêmica iniciou-se logo após a decisão definitiva do lugar da construção.

Sobre a discussão desse assunto, torna-se interessante relatar o depoimento do então diretor João Carlos Bello Lisboa, em conferência realizada em Belo Horizonte, em 21 de junho de 1934, na Associação Comercial de Minas Gerais, informando que, a princípio, também supôs ter prevalecido o critério político, daí só ter acedido ao quarto convite feito pela Secretaria de Agricultura, para auxiliar nos trabalhos da construção da Escola, em virtude de ter sido convencido de que a escola de agricultura fôra criada e localizada em bases firmes e, conseqüentemente, teria sucesso.

Parece que os argumentos que lhe convenceram a aceitar o cargo de engenheiro auxiliar da construção, se basearam no relatório apresentado por P. H. Rolfs ao Governo de Minas, em 10 de março de 1921, no qual o relator chama a atenção sobre os quesitos que devem ser levados em conta para a escolha do local de uma escola de agricultura. “Se qualquer deles falta, o êxito torna-se difícil, senão impossível, não obstante o dinheiro, paciência e tempo despendidos”. Os quesitos mencionados e que balizaram a escolha do melhor local para sediar a instituição foram: salubridade, terras convenientes, localização, publicidade, sentimento geral da comunidade, distância do centro de população, colheitas e água. Tais critérios serão muito semelhantes aos enunciados por Arthur Torres Filho no seu livro de 1926 e que foram abordados no capítulo I deste trabalho.

Ainda em consonância com esses critérios, o parecer final de Rolfs, descartou a instalação da Escola nos outros três municípios examinados (Ubá, Visconde do Rio Branco e Ponte Nova), por não ter visto “uma situação ou trecho de terreno que oferecesse possibilidade do estabelecimento de um instituto do tamanho do que se tem em vista: trechos se podem encontrar nesses lugares, mas a distância da cidade seria grande demais, para que ao empreendimento se pudesse dar uma feição prática”. Contudo, ressalva a necessidade da construção de residências para os professores, em virtude da distância e do tamanho da cidade de Viçosa, terra natal do Presidente Bernardes.

Pode-se depreender dessa exposição de motivos técnicos que balizaram o parecer final que a escolha do local para a instalação da Escola de Agricultura, convenientemente, levou em conta, em última instância, as injunções de natureza política local e estadual, visto que Rolfs reconhece também que a sede da obra estaria relativamente distante do município escolhido.

A realização das obras trouxe muitos percalços, em virtude da falta de mão de obra habilitada, da dificuldade em adquirir material para a construção, da demora na liberação de recursos em decorrência das oscilações políticas, além da pouca confiança nos destinos da obra. Segundo Borges (1968, s/p), “o diretor instalou-se em uma casa de pau-a-pique, sem vidraças, que, a princípio não dispunha de luz elétrica”. Os trabalhos agrícolas e de combate à saúva iniciaram-se no mesmo ano de 1922.

Em 16 de dezembro desse ano, o então engenheiro auxiliar Bello Lisbôa, com pouco mais de quatro meses na obra, assume o cargo de Engenheiro-Chefe e, com a inauguração da ESAV, torna-se o primeiro catedrático contratado - assumindo a cadeira de Engenharia Rural - e o primeiro Vice-Diretor da Instituição. Quando P. H. Rolfs deixa o cargo de Diretor da ESAV, para desempenhar as funções de Consultor Técnico de Agricultura do Estado de Minas Gerais, em 1929, é Bello Lisbôa que o assume.

Outra grande dificuldade ocorrida durante as obras, apontada por Bello Lisbôa, foi criada pela obrigação contratual estabelecida a P. H. Rolfs, de submeter à aprovação do governo mineiro as plantas e os outros desenhos dos edifícios e laboratórios. Quando Bello Lisbôa assumiu os trabalhos de construção, o pessoal da Secretaria de Agricultura não aceitava seus projetos, por considerar que tal prerrogativa cabia ao Diretor, o que gerou uma situação de conflito que, se não fosse superada, poderia interromper o primeiro contrato de quatro anos do então diretor, o que representaria, para o Estado e para a Escola, grande prejuízo.

Contornado esse impasse com a Secretaria de Agricultura do Estado de Minas, ficou estabelecida a seguinte divisão de trabalho: ao engenheiro chefe caberia a responsabilidade da construção, enquanto ao diretor foi confiada a responsabilidade sobre máquinas e pessoal necessários ao início dos trabalhos agrícolas do estabelecimento.

Ainda conforme o relato do engenheiro Bello Lisbôa, a Escola foi construída sob o regime de administração gerenciada por uma comissão composta pelo engenheiro chefe, um auxiliar, um guarda-livros, um almoxarife, um apontador e um mestre de obras.

Houve grande esforço para reduzir, ao máximo, as despesas. Todo pessoal teve vencimentos determinados, não sendo seguido o sistema de administração por percentual. As compras foram realizadas, preferencialmente, “pelo regime de concorrência administrativa, e os fornecimentos, mesmo o da madeira bruta, procedente das matas do Rio Doce, se fizeram pelos próprios produtores, afastando-se assim os intermediários” (LISBÔA, 1934, p. 9). Também houve firmeza e resistência em pagar comissões pelas compras efetuadas – “meio fácil de se arranjar riqueza e de se encarecerem, horrorosamente, serviços e obras” (idem: *ibidem*).

Em 25 de dezembro de 1922, pouco depois de assumir o cargo de Engenheiro-Chefe, Bello Lisbôa organizou um abaixo-assinado para fundar, através do regime de cooperativa, a caixa beneficente dos operários, de modo que eles arcassem com as despesas de assistência médica, de medicamentos e de educação:

considerando que a falta de saúde e analfabetismo são as duas maiores fontes dos males brasileiros, porque as doenças lhes tiram as forças e o não saber ler priva-os de luzes, os abaixo - assinados empregados na construção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, se comprometem para combater entre eles essas mi-sérias, a pagar pontualmente as suas mensalidades, de acordo com a tabela organizada.

Esse acordo de cooperação permitiu ao engenheiro-chefe estabelecer um regime de disciplina no trabalho, além de promover a obrigatoriedade da educação e da saúde na vida dos operários, seja para o melhor andamento das obras, seja para a sua (e dos seus familiares) elevação social, moral e cívica. Vale ressaltar que esses serviços, mesmo após a inauguração da ESAV, continuaram sendo arcados pelos seus próprios servidores, via contribuição cooperada, conforme atesta essa correspondência de 06 de fevereiro de 1930, que traz um pedido do diretor ao Secretário de Agricultura do Estado, para que ele nomeie uma estagiária (normalista) para as escolas noturnas anexas (sem ônus para a agricultura), que ministravam a instrução primária para o trabalhador rural e que atendia nesta época a 236 alunos.

No mesmo sentido, a partir de 1923 é instituído o regime de responsabilidade pessoal, no qual “os responsáveis por serviços (feitores, mestres de obra) pagarão as despesas com concertos de obras mal executadas” (Ordem de Serviço nº 18) e serão suspensos do trabalho, aqueles “empregados que faltaram ao trabalho nos dias de carnaval” (em 17/02/1923). O dia estabelecido para o atendimento médico aos operários é o domingo, “por ser o dia mais propício”.

Ainda em 1923, é divulgado o horário de funcionamento da Escola da Cooperativa, a partir do dia 26 de fevereiro de 1923:

- Crianças: 10:30 às 15:30 horas diariamente para todas as crianças de 6 a 12 anos (filhos dos empregados); - Rapazes (até os 18 anos): aulas segundas, quartas, sextas-feiras das 17:30 às 19:30 horas; - Homens (acima dos 18 anos): terças, quintas, e sábados das 17:30 às 19:30 horas.

Em 20 de dezembro de 1923, o então engenheiro chefe desejava boas festas e feliz ano novo aos servidores e seus familiares, ressaltando o valor do trabalho honesto e suas recompensas: “Faço votos para que todos continuem com o melhor esforço, considerando que só o trabalho honesto e sem interrupção faz o homem feliz, as esposas alegres e os filhos contentes, porque o trabalho faz fartura.”

Já na Ordem de Serviço nº 22, de 06 de fevereiro de 1924, o engenheiro recomendava aos empregados mandarem pontualmente seus filhos à Escola, pois “é crime um pai deixar seus filhos analfabetos tendo escola tão fácil de ser frequentada”. Outra Ordem de Serviço, no início do mesmo ano, adverte que a falta à escola dará falta no trabalho também.

Parece que essa política de incentivo ao estudo trouxe resultados, pois conforme Rolfs (1928, p. 12):

Em 1922 empregamos um total de quase 400 trabalhadores na construção e noutros trabalhos, sendo que mais de 90% deles eram analfabetos. Com o auxílio dos Exmos. Srs. Secretários do Interior, tem sido possível manter constantemente uma ou mais aulas noturnas. Em 1927, tínhamos cerca de 200 operários e conforme os dados colhidos pelo Dr. Bello Lisbôa, Vice-Diretor da Escola e Engenheiro-Chefe, apenas 6% destes eram analfabetos.

Além da promoção da educação e da saúde, houve uma grande preocupação em coibir o absentismo ao trabalho. Na Ordem de Serviço nº 23, de 30 de abril de 1924, Bello Lisbôa também exercitava a prática de controle social e ideológico e o repúdio a certas manifestações *alienígenas* e à desordem:

Amanhã primeiro de maio, haverá trabalho geral (...). Só serão justificadas as faltas dos empregados doentes que apresentarem atestado médico. Ficam proibidos de comparecer aos festejos com caráter de anarquia que se projetaram nesta cidade, os empregados desta obra. Tudo devemos fazer para unir e melhorar as classes trabalhadoras, e não participar dos movimentos de anarquia e desordem que de outros países querem transportar para o Brasil, quase sempre por explorações mesquinhas de indivíduos que não são verdadeiros amigos dos honrados homens de trabalho.

Esse regime disciplinar estabelecido aos empregados, no trabalho e fora dele, também fica evidenciado numa carta enviada pelo já diretor Bello Lisbôa, em 28 de dezembro de 1929, em resposta ao ex-aluno do curso médio Benito de Mendonça, de Santana do Manhuaçu, que lhe enumerou algumas dificuldades com que ele tem se deparado “no início da sua vida prática”. Essa missiva também aponta a preocupação didática do diretor em articular a teoria com a prática, visto que o conteúdo da carta do ex-aluno tornou-se objeto de apreciação do diretor, de alguns professores e alunos em duas reuniões gerais<sup>7</sup>. “Tais apreciações redundaram em real proveito para nossos alunos, pois discutindo-se o assunto da carta procurou-se obter uma conclusão.” Ei-las:

a) Falta de braços: sua solução está no emprego de máquinas inteligentemente manejadas por homens que façam suar o cérebro mais do que as costas, na frase do Dr. Benjamin Hennicutt [então diretor da Escola de Lavras]. b) Leis, horas de trabalho, etc (...) Nenhuma lei prenderá o bom trabalhador à fazenda do patrão se este não souber administrar. E apenas, é sobretudo uma questão de administração. Ao patrão cabe atrair e conservar os bons empregados. Como? Selecionando, pagando bem e semanalmente como faz a Escola educando o empregado, fazendo campanha contra o álcool, cuidando de sua saúde, fortalecendo suas energias, em uma palavra, adquirindo a sua confiança pelo bom tratamento e pelo fiel cumprimento do que for ajustado. Sabe que aos Sábados reúno os chefes de serviço em conferências nas quais trato não só de assuntos propriamente de serviços como também de assuntos relativos à saúde, desenvolvimento moral e cívico. E d'aqui tenho a grande satisfação de repeti-lo: Nunca saiu um empregado por motivo de conta, nem jamais recebemos reclamação nenhuma nesse sentido, apesar de contar às vezes a Escola com quinhentos empregados. A solução desse caso pois, está mais nas suas mãos do que nas leis que possam existir, por melhores que sejam (...). c) Quanto ao abandono de serviço, motivado por observação técnicas. Aqui também, dado o grau de incultura do nosso trabalhador rural, as suas falhas, compete ao administrador (ao patrão) educar os seus homens, tarefa fácil uma vez captada a confiança dos mesmos. Será tarefa penosa e pessoal no princípio, mas de incremento seguro, uma vez que consiga adestrar os primeiros, que por sua vez irão instruindo os outros.

Essas orientações e prescrições administrativas e pedagógicas, ao que tudo indica, foram implementadas de fato, na ESAV, não só em relação aos operários e servidores, mas posteriormente também em relação aos alunos e, em menor grau, aos professores, em termos de seleção, de disciplina e de cumprimento dos deveres. Nesse sentido, há indícios que até o apadrinhamento político e o empreguismo que, se porventura, vicejaram na Escola, traziam, por seu turno, algum benefício produtivo

<sup>7</sup> Essas reuniões eram diárias, realizadas das 10 às 10:30 horas, com a presença obrigatória de alunos e professores, nas quais sempre havia uma preleção sobre um tema. Esse assunto será tratado, mais detidamente no próximo capítulo.



para a mesma, conforme demonstra essa carta enviada pelo diretor ao patrono do estabelecimento, o ex-presidente Arthur Bernardes, em 25 de setembro de 1929, onde explica porque Dr. Jacovini virou seu desafeto, devido ao fato de não ter atendido ao pedido de Dona Clélia Bernardes (esposa do ex-presidente) para nomeá-lo, pois este

tem pouco preparo, sendo realmente difícil encontrar-se em nossa Escola, um lugar que lhe fique bem. Temos poucos lugares, estes todos de natureza técnica. Pode crer que tenho aproveitado todos os bons elementos para os nossos trabalhos. Alguns que não aproveito, ou que afasto, tem realmente defeitos para incorrerem em desagrado da administração da Escola.

Ainda sobre sua administração em relação aos trabalhadores da instituição, no discurso proferido como paraninfo da turma de formandos de 15 de dezembro de 1935, quase no final de seu contrato como diretor, Bello Lisbôa fez um balanço sobre as realizações feitas em prol dos operários, desde que assumiu o cargo de engenheiro chefe na ESAV:

As escolas primárias representam a mais antiga atividade de nossa Instituição, tendo por objetivo visionariamente o melhoramento dos seus servidores. Depois dos primeiros resultados obtidos com as escolas primárias, seguiram-se num crescer constante e brilhante as outras realizações de benefício aos nossos empregados e tais foram: banda de música, serviço de saúde, escolas diurnas para seus filhos, esportes, ensino profissional, campanha contra vermes e doenças, formação de empregados especializados, seguro de vida em grupo, vesperais, seguro contra acidente de trabalho, cooperativa de consumo, etc. (...) Cantamos naquele glorioso 13 de maio [dia da colheita], a redenção material dos estimados servidores desse santuário do saber e do viver feliz e hoje, nesta noite de festa e de luzes, ainda cantando a grandiosidade da obra, do seu melhoramento material e do seu conhecimento – representada no 0% de verminoses, 0% de analfabetos, dentre os que servem à Escola. Temos assim a salvação física e também o seu aperfeiçoamento intelectual, havendo atenção ao preparo profissional, para maior facilidade ao ganho de vida. LISBÔA, 1935)

Não obstante tais benefícios, detecta-se também a firmeza no cumprimento das obrigações e o repúdio a qualquer movimento de contestação ou reivindicação, como o caso do inquérito encerrado pela Diretoria em 06 de dezembro de 1930, no qual se procurou apurar as responsabilidades sobre um possível movimento grevista na Escola. Não foram encontrados outros indícios sobre tal movimento, mas o Diretor enfatizou o seu direito de demitir a quem não lhe oferecesse segurança.

O rigor do regime de trabalho estabelecido, a inculcação de valores morais de eficiência e produtividade, cívicos, higiênicos, o adestramento profissional e o con-

trole social dos operários, entretanto, não foi suficiente para a conclusão de todas as obras de construção da escola no prazo previsto, que era de 5 anos. No primeiro anuário do estabelecimento, em 1927, o diretor Rolfs (1996, p. 20) atribuiu este atraso às dificuldades iniciais da obra, como a demora no fornecimento de material, a falta de preparo da mão-de-obra e ao seu elevado custo, além de reconhecer que o trabalho de aparelhamento dos prédios tinha sido “mais vagaroso do que se esperava, devido à falta absoluta de carpinteiros e marceneiros hábeis.”

Em virtude destas dificuldades, o diretor definiu como prioridades as construções nos Departamentos e os trabalhos mais importantes no campo, consideradas como essenciais para o funcionamento da Escola, a partir de conferências constantes realizadas junto ao Vice-Diretor (engenheiro encarregado) e aos professores responsáveis pela cadeira de Zootecnia e Agronomia.

A solenidade de inauguração oficial da Escola ocorreu no dia 28 de agosto de 1926, com a presença de inúmeras autoridades. Embora inaugurada, a Escola só iniciou suas atividades didáticas em 1º de agosto de 1927, ou seja, quase um ano depois, com o funcionamento dos Cursos Elementar e Médio de Agricultura. O Curso Superior de Agricultura iniciou-se em 1º de março de 1928, com uma turma de 9 alunos.

Uma hipótese para a celeridade de sua inauguração seja a provável homenagem feita ao fundador da Escola, o Presidente Bernardes, faltando pouco mais de dois meses para o término de seu mandato na Presidência da República Federativa do Brasil (1922-1926).

Ao iniciar suas atividades didáticas, em 1º de agosto 1927, os laboratórios de Zootecnia e Agronomia já estavam suficientemente aparelhados para serem utilizados pelos professores e alunos, enquanto a cozinha e o refeitório foram instalados provisoriamente, para atender aos alunos matriculados, respectivamente, nas turmas de 5 e 20 alunos, nos cursos elementar e médio de Agricultura. Segundo Bello Lisbôa (1935, p. 16), “esse início tão simples, em edifícios de grandes proporções, foi julgado por alguns observadores – inclusive um festejado jornal carioca - como sendo sinal de fracasso da obra.”

Os alunos internos ficaram alojados em cômodos do porão do Edifício Principal que foram utilizados provisoriamente como quartos, enquanto o dormitório não estivesse concluído. Nesse início, a Escola contava com 5 professores, todos com residência na Escola, assim como o Diretor e o Vice. Em 28 de fevereiro de 1928, na décima primeira reunião da Congregação, o diretor informou que já existiam 16 luga-

res no dormitório que poderiam ser ocupados e que os demais internos continuariam morando, temporariamente, no referido local improvisado.

Desse modo, foram dados os primeiros passos para a constituição material da ESAV, com a conclusão das obras mínimas necessárias que permitiram o início das atividades didáticas. No entanto, *pari passu* a estas construções, o diretor já vinha realizando experiências com solos e plantas e *limpando* terrenos para realização dos trabalhos de campo.

Por outro lado, os percalços da construção, seja em virtude das dificuldades de acesso aos materiais para a consecução das obras ou de mão de obra minimamente preparada para desempenhar as diversas funções requeridas nos serviços da escola, demandaram dos responsáveis pela execução do projeto, medidas que buscassem contornar os problemas que iam surgindo. Dentre estas merecem destaque a iniciativa tomada pelo engenheiro Bello Lisbôa logo após tornar-se o encarregado pela construção, de formar uma caixa beneficente dos trabalhadores da obra.

A adesão dos operários à esta associação, praticamente de modo compulsório, possibilitou a criação de meios mais efetivos para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e seus familiares, com a promoção de uma educação para o trabalho, para a melhoria da saúde e de medidas sanitárias preventivas, mas também de um controle social e hierárquico vigoroso, consubstanciado através das preleções e da inculcação de valores morais, cívicos e de respeito à autoridade, que esquadrihava até o espaço e o tempo livre dos trabalhadores, como fica evidenciado nas ordens de serviço que estipulavam o dia de consulta médica mais apropriado (aos domingos) ou na que proibia o comparecimento dos operários aos festejos do primeiro de maio na cidade, por entender que esta manifestação tinha um caráter de *anarquia* e não de *civismo*.

O resultado dos mecanismos criados para o controle da conduta social dos trabalhadores parece ter sido tão eficaz, que eles se constituíram na *pedra fundamental*, no modelo de ação pedagógica e disciplinar que será, em suas linhas gerais, adotado pelo engenheiro junto aos estudantes e amiúde aos funcionários e docentes, após a inauguração da Escola, onde ocupará o cargo de vice-diretor, tendo como uma das atribuições a de zelar pela ordem e a disciplina no estabelecimento, que será objeto de análise no capítulo IV.

Isto posto, será tratado no próximo item como a ESAV vai se estruturando após sua inauguração, em termos institucionais, ao longo de sua existência enquanto escola superior isolada.

### 3. EM BUSCA DE UM LUGAR AO SOL - OS RAMOS FLORESCEM E DÃO FRUTOS

Antes de fazer uma análise sobre o modelo de ensino e o regime disciplinar instituído na ESAV, é importante tentar compreender alguns aspectos funcionais e administrativos que irão moldando o *ethos* da instituição e reforçando certas práticas pedagógicas nas dependências do estabelecimento ou nos espaços sob sua jurisdição. Para realizar esta apreensão aproximada far-se-á uso basicamente de seus diferentes regimentos, que constituíram-se como o arcabouço desta escola de ensino agrícola e de outros documentos primários que atestam ou não o cumprimento daquilo que foi instituído, sobretudo no que tange ao ensino difundido via a prática da extensão, que será uma das marcas da escola e que trará grande visibilidade e respaldo social aos trabalhos de pesquisa e ensino desenvolvidos.

O primeiro regulamento da Escola, aprovado em janeiro de 1927, estabeleceu em seu art. 1º que a finalidade da ESAV seria “adquirir e disseminar conhecimentos relativos à economia rural, em todos os seus graus e modalidades”, com o objetivo de formar agricultores com conhecimentos científicos necessários à exploração racional do solo, administradores para os diferentes serviços públicos e particulares relacionados com a vida agrícola, tecnólogos para as indústrias agrícolas, engenheiros agrônomos para os serviços de melhoramento agrícola e docentes para atuarem nos diferentes níveis do ensino agrícola.

Já no segundo regulamento da Escola, aprovado pelo Decreto nº 10.154, de 15 de dezembro de 1931, tais objetivos são ampliados, uma vez que a instituição passou também a ministrar “um ensino direto a agricultores e seus filhos”, a conduzir trabalhos de economia doméstica, a auxiliar à agricultura, com serviços de fomento e de assistência, relacionados à saúde vegetal e animal e a formar cientistas nos diversos ramos da ciência agrícola. Além disso, este regimento passou a incluir metas atinentes à formação do profissional de medicina veterinária, cujo curso, como já mencionado, passou a ser oferecido no estabelecimento a partir de 1932, mas que não serão aqui minuciosamente arrolados, pelo fato deste curso ter sido transferido dez anos depois para Belo Horizonte, com sua documentação pertinente, não constituindo-se, portanto, no escopo central deste trabalho.

A ampliação dos objetivos propugnados no regulamento de 1931 assinala o crescimento das instalações e das atividades desenvolvidas na área agrícola pela insti-

tuição no decorrer de quase cinco anos. No caso das instalações e da pesquisa, merece destaque a criação da Estação Experimental e de Biologia, que favoreceu a condução das experiências, estudos e pesquisas sobre plantas, “com o fim de se descobrirem verdades básicas, úteis à agricultura e se obterem novas espécies e variedades, com valor econômico”, além de desenvolver o trabalho de aclimação de plantas consideradas adaptáveis às condições naturais do Estado, artigos estes que já constavam desde o primeiro regulamento.

O estabelecimento também tinha a função, em ambos os regulamentos, de fazer demonstrações, visando a propaganda de novas culturas, de métodos modernos de agricultura e tratamento e criação racional de animais domésticos. Já o regulamento de 1931 acrescia uma outra atribuição à escola que seria a de disseminar conhecimentos úteis à economia rural e doméstica, com o fornecimento de sementes selecionadas e de plantas, com o fito de aumentar a riqueza agrícola.

Outra prescrição contida neste regulamento estabelecia que o ensino passava a ser ministrado em “cursos breves e regulares, nas ‘Semanas de fazendeiros’, e nas de ‘fazendeiras’, por exposições agrícolas, ambulantes” (art. 10), além de continuar sendo feito através de informações pessoais e por cartas, publicações do estabelecimento e por qualquer outro meio de divulgação oral ou escrita”, que já havia sido estipulado no regulamento de 1927.

Tais prescrições contidas nos regulamentos, sobretudo o de 1931, assinalam uma preocupação com o desenvolvimento de experiências e pesquisas agronômicas direcionadas para dinamizar a produção da agricultura do Estado e beneficiar a população mineira, que teria acesso aos conhecimentos úteis produzidos nesta área através do serviço de extensão. A presença destes valores pragmáticos concebidos desde o início da ESAV, é uma das características marcantes que a assemelhava ao modelo de ensino agrícola efetivado nos *land grant colleges* norte-americanos, que procurava desenvolver e socializar as experiências e pesquisas bem sucedidas que podiam resolver os problemas e melhorar a produção agrícola da região que a circundava.

Neste sentido, as experiências iniciaram-se antes das atividades de ensino, conforme atesta Coelho (1992, p. 24), ao identificar que o primeiro registro de pesquisa encontrado no Arquivo da UFV data de 1925 e tratava-se de uma experiência para a “Aclimação do Fumo” feita pela ESAV em cooperação com a Secretaria Estadual de Agricultura, com o objetivo de verificar a qualidade e a “adaptação dos fumos Kentucki, Virgínia, Oriental, Havana e Sumatra no clima e solo de Viçosa.”

O serviço de publicidade da ESAV torna-se mais ativo, logo no primeiro semestre de aulas, na qual a direção e a congregação começaram a realizar um movimento de maior visibilidade e aproximação da escola junto às *comunidades* do Estado tão bem sucedido que, rapidamente a instituição tornou-se conhecida nacional e internacionalmente.

O início desta estratégia de divulgação e de aproximação da escola com estas *comunidades* fica patente no Boletim publicitário, enviado pelo diretor Rolfs aos Presidentes das diversas Câmaras Municipais do Estado de Minas Gerais, no final de 1927 e início de 1928, contendo um artigo elogioso do benemérito Passos Maia proferido no Senado mineiro no dia 03 de setembro de 1927 e publicado no Diário Oficial de Minas Gerais no dia seguinte, sobre a Escola e o seu Estatuto, e com a solicitação de que o município enviasse e garantisse a permanência de pelo menos um aluno nos cursos regulares da ESAV. Esse fato assinala o quanto a Escola aparecia como estratégica para as oligarquias mineiras.

Foram encontradas cerca de 20 respostas a essa circular, que provavelmente se estendeu a um número maior de municípios mineiros. Como exemplo desse caso, pode ser apresentado a resposta enviada pelo então Presidente da Câmara Municipal de Entre-Rios, em 13 de janeiro de 1928:

Em resposta a carta de V. Excia. de 5 do corrente, em que pede esclarecida atenção sobre o discurso do Ilustre Dr. Passos Maia, o qual fora publicado no Minas Gerais, conforme reza a carta de V. Excia., representando este estabelecimento em prol do desenvolvimento agrícola do Estado, obrigando-os a contribuição mencionada. Cumpre-me, pois, declarar a V. Excia. que atualmente este município não pode representar um aluno nesta escola, por motivos de força maior que ora obriga-me.

Esta estratégia publicitária, além de dar visibilidade ao nome da Escola e ao seu ideário de reforma agrícola nos municípios mineiros, num segundo momento, permitiu que muitos dos alunos provenientes destas localidades e formados na instituição reforçassem o elo da Escola com os seus municípios de origem ou com os locais onde passaram a exercer sua profissão, realimentando esta relação entre conhecimento e ação, a teoria e a prática. Tal preocupação em interagir com os agricultores e com seus ex-alunos era considerada tão importante, que a Escola, paulatinamente, vai ampliando seu serviço de correspondência, com o intuito de fornecer-lhes informações técnicas atualizadas sobre questões agropecuárias.

Outro fato que assinala a preocupação com a divulgação do estabelecimento de ensino e de suas atividades desenvolvidas foi registrada pelo então diretor Rolfs,

na nona reunião da Congregação realizada em 25 de fevereiro de 1928, ao constatar que “as visitas dos fazendeiros ainda são raras na Escola” e demandar aos membros do colegiado que envidassem esforços para atraí-los.

Em função dos diferentes meios de divulgação utilizados, os equipamentos tecnológicos, as terras, os experimentos em plantas e animais, os cultivos e criação, que faziam parte do conjunto arquitetônico e paisagístico em delineamento, gradativamente, começaram a atrair inúmeros visitantes, que, na medida do possível, eram recepcionados pela direção ou pelos docentes, para conhecer a instituição e assistir demonstrações e experiências realizadas nos Departamentos, que atendiam ao objetivo de propagação de novas culturas, da exposição dos resultados dos métodos modernos de agricultura e do tratamento e criação racional de animais domésticos.

Tais meios, dentre outras táticas de divulgação, constituíram-se numa importante estratégia para o reconhecimento e prestígio social da instituição, em termos regionais e nacionais, mormente graças às visitas de autoridades representativas no âmbito da *sociedade civil* e da *sociedade política*.

Na esfera da *sociedade política*, destaca-se a visita do então Presidente do Estado de Minas Dr. Antônio Carlos à Escola no dia 26 de julho de 1928, que foi informada pelo diretor Rolfs durante a décima nona reunião da Congregação da ESAV, ocorrida em 13 de julho do mesmo ano, propondo a realização de uma sessão solene, com a presença da Congregação, em homenagem ao Presidente. Disse ainda ser de “grande vantagem que o presidente tenha oportunidade de encontrar a Escola em funcionamento, para melhor avaliar o quanto aqui se faz” (enxertos nos citrus, exposição de produtos, preparo de mudas para exportação, exposição pelos professores dos métodos usados e explicação sobre o funcionamento dos departamentos).

Num outro momento, mais de cinco anos depois, em 09 e 10 de junho de 1933, o diretor Bello Lisbôa registrou a visita do então Ministro da agricultura, Major Juarez Távora, e dos governadores (interventores) do Rio de Janeiro e do Paraná. Em 16 de agosto de 1934, a instituição recebe a visita do interventor de Minas Benedicto Valladares. Em 07 de dezembro desse ano, o mesmo diretor escreve ao senhor Paulo Miranda Henriques, informando sobre a visita ao estabelecimento de uma caravana com 53 pessoas composta pelos interventores do Espírito Santo e Acre (João Funaro Bley e Castello Branco, respectivamente), 24 deputados, 27 altos funcionários do Ministério da Agricultura – incluindo o diretor do Departamento Nacional de Café, o presidente da Companhia Cafeeira de Minas Gerais, o presidente da Sociedade

Nacional de Agricultura e representante do Ministério da Educação (Mário Teixeira de Freitas) - e jornalistas.

Na esfera da *sociedade civil*, além das visitas de parlamentares estaduais e federais, a ESAV manteve permanente contato e colaboração com diversas Associações de Fazendeiros e Sociedades de Agricultura, de cunho local, estadual ou nacional<sup>8</sup> com várias instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais, sobretudo no campo agropecuário, com diferentes órgãos de imprensa, e leprosários, com o fornecimento de plantas com propriedades antileprinas (chalmoogra e sapucaína).

Segundo Marcondes (1968, s/p), “em 1931, a ESAV, já era reconhecida por várias instituições técnicas e de ensino dos Estados Unidos, Inglaterra, Bélgica, Alemanha, Itália, Espanha e Portugal.” A formatura da primeira turma de engenheiros agrônomos, em 15 de dezembro de 1931, reforçou a rede de comunicação da escola junto a alguns órgãos/institutos públicos de Minas e de outros Estados, uma vez que muitos dos seus ex-alunos passaram a exercer funções e cargos técnicos nestas instituições.

Na semana seguinte à formatura dos seus primeiros agrônomos, a ESAV sediou a IV Conferência Brasileira de Educação (CBE), cujo tema geral foi sobre “As grandes diretrizes da educação popular” e como teses especiais, a intervenção federal na difusão do ensino primário, a organização do ensino técnico-profissional e normal e a elaboração das estatísticas escolares. (ABE, 1931)

Uma visita representativa neste aspecto foi a do vice-presidente em exercício do Conselho Nacional de Agricultura, Arthur Torres Filho, que deixou registrado sua impressão sobre a escola, definindo-a como referência para reafirmar sua esperança no renascimento agrícola, no telegrama enviado ao diretor da ESAV, no dia 12 de dezembro de 1934, no qual declarou que encontrava-se “ainda sob o império da impagável impressão colhida no conhecimento dessa majestosa obra educacional que é a Escola de Viçosa”, agradecia a atenção dada durante a visita realizada na semana anterior e demonstrava muita confiança em “vosso exemplo de civismo e de quantos servem ao vosso lado, que irão despertar a consciência nacional em prol do renascimento agrícola exigido neste transe decisivo de nossa história.”

<sup>8</sup> Entre as correspondências com essas entidades, identifica-se contatos e relações como: Associação de Criadores de Petrópolis, União dos Lavradores de Manhuaçu, Além Paraíba, Liga Mineira de Agricultores Teuto-Brasileiros, Associação Comercial de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, Associação de Amigos Alberto Torres, da ESALQ, Escola de Lavras, dentre outras.



Com esta visibilidade e reconhecimento conquistado pela instituição não é tão despropositado o comentário que a ESAV chegou a ser cogitada para ser o estabelecimento-padrão, ao nível nacional, na área de Agronomia que, a partir de março de 1934, ficou a cargo da ESAMV. A visita do Ministro da Agricultura em junho de 1933 e a viagem feita pelo então Diretor da ESAV aos Estados Unidos e à Europa dois meses depois, constituem indícios dessa possibilidade.

Sobre este giro prospectivo, em 21 de agosto de 1933, o jornal “A Batalha”, do Distrito Federal publicou a entrevista concedida por Bello Lisbôa, um pouco antes de sua partida para uma viagem de estudos aos Estados Unidos da América e a diversos países da Europa (França, Bélgica, Holanda, Alemanha, Dinamarca, Itália, Espanha e Portugal), com o intuito de observar as universidades e estabelecimentos de ensino técnico- profissional norte-americanos e europeus, e examinar o que há de mais moderno, para adaptar no estabelecimento sob sua direção, “aquilo que achar melhor no estrangeiro e que porventura nos seja útil” (p.2).

A respeito dessa excursão a trabalho, realizada entre setembro e dezembro do mesmo ano, encontram-se várias correspondências encaminhadas pelo diretor a diferentes autoridades (embaixadores dos países visitados, funcionários, secretários de agricultura e governantes de alguns Estados e Municípios), mencionando o envio do seu relatório sobre essa viagem de estudos. Contudo, não foi encontrada nenhuma cópia desse relatório no acervo consultado. Foi encontrada apenas uma menção sobre essa viagem, numa carta enviada a P. H. Rolfs, que já havia retornado aos Estados Unidos, em 17 de abril de 1934: “A viagem que fiz ao vosso país e à Europa foi muito útil. Visitamos dezenas de universidades e escolas de agricultura e voltamos mais confiantes no plano dos nossos trabalhos. Tão bom conjunto e ambiente tão agrícola, não encontramos em nenhum país.”

Ao menos parece que esta viagem rendeu frutos comerciais, *ipsis litteris*, já que o dia 21 de junho de 1934 marcou o início da experiência da Escola em exportar grapefruit para a Dinamarca, com a remessa do primeiro lote, “que poderia gerar grande proveito para o desenvolvimento da citricultura mineira”, como informou o diretor da ESAV ao Secretário de Agricultura do Estado de Minas, Israel Pinheiro. Também rendeu frutos acadêmicos, com a vinda de docentes dinamarqueses para organizar e ministrar ensino na área de laticínios.

Quanto ao comentário comparativo do então diretor, avaliação semelhante, e mais detalhada havia sido feita, anteriormente, pelo Dr. Paul Vageler, do Instituto de

Química do Rio de Janeiro, em carta enviada à Bello Lisbôa, sobre as impressões que teve da ESAV:

Conheço muitas escolas de agricultura situadas nas mais diversas zonas do mundo, na Europa, na Ásia, na África e no Brasil. A sua escola se distingue de todas porque ela não procura somente fazer homens que se dediquem a assuntos de agricultura, mas também a seleção de indivíduos. Só conheço um único estabelecimento que trabalha nesta direção: é a Escola Colonial de Witzenhansen, na Turígia, Alemanha, onde se está fazendo uma experiência humana nos moldes de seu empreendimento, mas em proporções muito mais modestas. A Escola de Witzenhansen, que não tem por fim fazer sábios, tem com sua escola um ponto de contato muito importante. Ela desenvolve o sentimento da técnica que se esclarece pelo quanto baste de ciência, em vez de começar pela ciência para recomendar aos estudantes, depois de formados, que quebrem a cabeça por conta própria para aprender como as mãos funcionam na técnica.

Tais considerações atestam o reconhecimento social alcançado pela instituição nos primeiros anos de sua existência, que se fará também em função das diversas atividades de extensão e publicidade realizadas na Escola, durante esse período.

#### 4. INDO ONDE O AGRICULTOR ESTÁ - A VISIBILIDADE DO SERVIÇO DE EXTENSÃO

A presença de representantes do poder público estadual e federal e dos vínculos tecidos com diversas entidades da *sociedade civil* são indicativos da credibilidade conferida à instituição, que desde sua fundação tinha como uma das metas divulgar, promover e participar de mostras e exposições de plantas e culturas. Neste sentido, a partir de 1927 foram encontrados documentos sobre a participação da escola em exposições e mostras *in loco* de plantas e culturas no Estado de Minas, que serviram como meios de divulgação de novas espécies que vinham sendo introduzidas e aclimatadas em território mineiro, como a produção de dalias, de frutas cítricas (*grapefruit*) e de canas javanesas ou através de meio impresso e fotográfico como o incluso no Mostuário do Estado de Minas. Também foi encontrado registro sobre as experiências e cultivos realizados com algumas variedades de café, que foram apresentadas na Exposição Cafeeira de São Paulo, neste mesmo ano.

Em 1931, foi realizada a Primeira Exposição do Milho na ESAV, evento que permanecerá ocorrendo nos anos subsequentes e que estimulará exposição em outros municípios mineiros, seguindo os planos da Escola, como Ubá (1933), Visconde do

Rio Branco, Abre Campo e Bom Despacho (1934). Quando da realização da Quinta Exposição do Milho e da Sétima Semana do Fazendeiro, encontra-se uma série de correspondências da diretoria da Escola, solicitando divulgação e depois agradecendo o atendimento do pleito, entre maio e agosto de 1935, a cerca de 40 jornais de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro, de diferentes regiões do Estado de Minas e do interior de São Paulo (São Tomás de Aquino), o que demonstra uma grande preocupação da Escola com a publicidade destes eventos.

A Semana do Fazendeiro, mencionada acima, constituiu-se num paradigma do serviço de extensão da Escola, com o fito de disseminar conhecimentos úteis à economia rural e doméstica. Esta semana, criada em 1929 e realizada anual e ininterruptamente até hoje, consistiu-se num grande chamariz, num poderoso meio de aproximação do estabelecimento com as *comunidades* de agricultores e criadores mineiros e de outros estados brasileiros. Sobre a Semana do Fazendeiro, o ex-aluno dos cursos médio e superior em Agronomia da ESAV (1933-1938), ex-professor (1939-1990) e reitor da UREMG e da UFV, Edson Potsch de Magalhães (Entrevista, 2001) recorda:

Ela trazia a Viçosa, no mês de julho de todos os anos, grande número de agricultores, e as vezes se criticou um pouco a palavra fazendeiro porque os pequenos lavradores se sentiam assim acanhados, pois o evento era para fazendeiros, nós somos sitiantes, nós somos pequenos lavradores, chacareiros, o espírito evidentemente era para todos, talvez por causa da palavra *farmers* em inglês, que abrange todo mundo, aqui essa coisa de fazendeiro, sitiante, chacareiro, não sei o quê. Isso, a princípio, criou um certo sentimento, mas graças ao trabalho do Bello Lisbôa, isso desapareceu e um grande número de pequenos produtores rurais vinham e se encontravam durante uma semana inteira aqui, e era extremamente proveitoso.

Em conferência realizada na Associação Comercial de Minas Gerais, em Belo Horizonte, em 1935, um dos criadores deste evento e então diretor da ESAV, Bello Lisbôa fez uma avaliação positiva sobre os resultados práticos desta Semana, junto às propriedades agropastoris e ao seu público alvo:

Muitas propriedades agrícolas têm se reformado, quanto aos processos de cultura; a cooperação vem se estabelecendo entre os agricultores, indústrias rurais novas vêm surgindo, como a de viveiros de citrus e citricultura; o controle leiteiro vai sendo adotado; a porcicultura vem se incrementando; o café se aperfeiçoa, etc. (LISBÔA, 1935, p. 27)

Citou ainda que o exemplo desta Semana vinha sendo seguido pelo Estado do Espírito Santo, “que organizou as reuniões de agricultores”, pela Escola Agrícola de

Lavras, que teve evento semelhante iniciado em 1934 e que o Instituto Agrônomo de Campinas, em São Paulo, já “ofereceu visita com o fito de ensino aos agricultores bandeirantes” (p. 28).

A edição número 4 da Revista Ceres (jan-fev de 1940), publicação criada pela ESAV, em 1939, exaltava o caráter patriótico da Semana do Fazendeiro, e defendia que a mesma deveria ocorrer em todo o Brasil, de modo a evitar os problemas que afligem o agricultor brasileiro, e que seriam em grande parte resolvidos pela ciência agrônoma:

A agricultura não é somente um problema de plantar e colher, quando a fertilidade do solo escasseia, quando o nomadismo cultural, pelas derrubadas, já não tem lugar dentro da lavoura, devido à densidade sempre crescente da população, o fazendeiro necessita procurar recursos novos dentro da ciência agrônoma, para resolver os problemas complexos da sua fazenda – célula econômica do país. (CERES, 1940, pp. 361-363)

A divulgação da ESAV, dos seus produtos, a difusão de uma concepção técnica e tecnológica como recursos para a modernização da agricultura vai se propagando também através dos formandos de nível médio e, sobretudo, de nível superior, que auxiliam na ampliação da teia de vínculos da instituição com as “comunidades”. Esta rede torna-se mais consistente neste intercâmbio, com a fundação, em 15 de dezembro de 1935, da Associação dos Ex-Alunos da ESAV (AEA), mesmo dia, aliás, da formatura da primeira turma de médicos-veterinários da instituição.

Ao que parece, a iniciativa pela criação desta Associação partiu do diretor Bello Lisbôa, como atesta uma correspondência enviada por ele, em 23 de outubro de 1935, convocando um Congresso com seus ex-alunos, “os que tiverem concluído, ao menos, um semestre letivo na Escola e não tenham sido afastados disciplinarmente”, para conhecer os resultados que os ex-alunos vinham obtendo na vida prática e receber sugestões para que a Escola pudesse ser “cada vez mais útil aos interesses agrícolas de Minas Gerais e do País”.

Tal Associação tinha como objetivo principal, “entre outros, o de manter e propagar os princípios básicos da nossa querida Instituição”. A partir de sua criação, a associação funciona regularmente, promovendo os encontros anuais das turmas de formandos que se reúnem a cada quinquênio, até os dias de hoje<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Como manda a tradição desses encontros, até 2005 manteve-se a programação original. No sábado, às 8h30min., Missa; às 9h30min., Assembleia Geral; 20h, Sessão Solene com a entrega dos títulos comemorativos, do Jubileu de Prata, Ouro, Diamante, Ferro e Brilhante, aos associados que completam 25, 50, 60, 65 e 70 anos de formados pela instituição, respectivamente. No domingo, almoço de confraternização.

Para facilitar a vinda dos ex-alunos ao Congresso da Escola, a direção solicitou e conseguiu da Companhia Leopoldina Railway, a concessão de 50% de abatimento nos preços das passagens, com o pagamento integral na vinda e volta gratuita mediante apresentação do certificado de participação.

A fundação da Associação de Ex-Alunos e de certo modo do conjunto de valores e memórias que esta associação representa até hoje, foram precedidos e ensejaram um conjunto de meios de divulgação e de ação empreendidas pela escola no sentido de difundir seu ideário e de manter e atualizar o contato dos seus ex-alunos com a instituição.

Dentre estes meios e ações criados pela escola para atingir esta finalidade, vale mencionar a fundação na sede da Escola, em março de 1932, do Serviço de Extinção da Broca de Café, cuja área de atuação abarcou principalmente as regiões da Zona da Mata e do Sul de Minas, e que trouxe um grande auxílio aos cafeicultores e muito contribuiu para divulgar produtos e conhecimentos desenvolvidos pela Escola, uma vez que tal serviço constituiu-se também numa unidade de ensino ou de assistência ambulante.

Neste sentido, pode-se citar duas correspondências do então diretor desse Serviço, engenheiro agrônomo, recém-formado pela ESAV, ao diretor Bello Lisbôa, sobre as táticas e estratégias utilizadas no Serviço para ganhar a confiança dos fazendeiros de café e apresentar os produtos da Escola. A primeira, de 27 de abril de 1932, informava sobre essa fase de aproximação, de conquista:

Nosso sistema de ensino ambulante, durante as ‘frases desinteressadas’ dos fazendeiros, tem provocado bom interesse e que atualmente frisam mais é sobre o melhoramento do milho. Não queremos este sistema antes de captarmos a ‘real simpatia’ dos fazendeiros por meio de ações.

Quase uma semana depois, essa ‘real simpatia’ foi firmada por meio de ações, como indica a correspondência enviada pelo responsável por esse serviço, ao diretor da ESAV, em 03 de maio de 1932.

Tenho muito prazer de lhe informar que o nosso sistema de ensino ambulante começa a demonstrar os seus efeitos. Iniciamos com grande prudência e lentamente porque queremos obter dos agricultores a ‘simpatia real’, pois já temos, felizmente, captada a ‘aparente’. Entretanto, parece que a primeira já começa a se manifestar, partindo dos mais adiantados – pediu-me um fazendeiro um saco de feijão de porco. Há necessidade de lembrar que este é o primeiro e por conseguinte, o que daí vier deverá preencher todos os requisitos da boa qualidade.

Compreendo que minha Escola se esmera num caso deste e certo estou de não haver precisão de recomendações. Este porém, será um caso decisivo, pois que é um fato novo para a agricultura local.

(...) Tenho intenções de reunir alguns fazendeiros e fazer uma preleção. Preciso para isso, no início de um ‘chamariz’ e alguns quilos do milho selecionado ‘Escola’ será o suficiente.

Outro fato que corrobora essa ação pedagógica e de publicidade dos produtos e da ESAV, e seu compromisso com a difusão de uma nova mentalidade no trabalho agrícola, encontra-se em notícia publicada no Jornal “O Município”, de Caratinga – Minas Gerais, do dia 12 de junho de 1932, que relata a visita de Bello Lisbôa, no dia 05 de junho, àquela cidade para fazer uma palestra sobre café e que, à margem desse tema central, teceu considerações sobre a necessidade da melhoria da qualidade da produção agrícola, em geral, enfatizando sobretudo a importância de livrá-la de fraudes, “que tanto trazem má fama aos produtos brasileiros.”

Ilustrando o que vinha de dizer, fez distribuir entre os assistentes, amostras de superior qualidade do milho colhido nos terrenos da Escola Agrícola. Tais amostras despertaram grande interesse por parte de todos os presentes. (...)

(...) À noite foram filmados[sic] no Cine Caratinga, aspectos desse grande monumento de patriotismo, que é a Escola Agrícola de Viçosa, sendo este filme muito apreciado pela plateia. (p.1)

A película cinematográfica consistiu, portanto, num outro meio de propagação do ideário agrícola da instituição. Essa assertiva pode ser atestada pela correspondência trocada entre Bello Lisbôa e o representante da Companhia Central de Diversões, sobre a sessão de filmes da ESAV que havia sido exibida no Cine Teatro Central de Juiz de Fora, no dia 08 de abril de 1935, para o público, em geral, e os fazendeiros, em particular. Esta película era composta de três filmes: o primeiro, musicado, mostrando a Semana do Fazendeiro; o segundo, algumas aulas e trabalhos práticos, ministrados na ESAV (em três partes); o terceiro, musicado, divulgando o Mês Feminino. Esses filmes, já haviam sido exibidos em 24 de janeiro do mesmo ano, no então Distrito Federal, “nos cinemas do quarteirão Serrador”, conforme comunicado recebido pelo diretor.

O terceiro filme fazia a divulgação do primeiro *Mês Feminino na ESAV* que foi realizado em julho de 1935 e tinha por objetivo levar alguns ensinamentos práticos sobre a agricultura às esposas dos fazendeiros, com vistas a dar apoio ao marido e instruir a prole com as noções da agricultura moderna e criar interesse por estudos na área

agropecuária. A Escola também se preocupou “em oferecer demonstrações agrícolas de interesse da mulher, lições de aperfeiçoamento doméstico, cursos de puericultura, dietética, etc. Esse evento de extensão também se realizou nos dois anos subsequentes.

Para a organização desse primeiro evento, Bello Lisbôa solicitou a Teixeira de Freitas, por telegrama, em 21 de dezembro de 1934, que encaminhasse à Associação Brasileira de Educação (ABE) pedido de envio de uma comissão com dez conferencistas para dar maior prestígio ao evento.

Sobre essas conferências, o então presidente da ABE Celso Kelly confirmou, em ofício de 08 de janeiro de 1935, a relação dos membros da Associação que iriam participar do Mês Feminino e dos assuntos que tratariam. Foram eles: Branca Fialho – Educação Profissional Feminina; Ana Amélia Carneiro de Mendonça – Casa do Estudante; Heloísa Torres – Sociabilidade Rural; Paulo Carneiro – Vias de Comunicação, como agente de conforto e progresso; Venâncio Filho – Organização de Biblioteca; Faria Góes – Educação Secundária; Paschoal Leme – Educação Maternal; C. Mello Leitão – Educação Normal; Olinto de Oliveira – Educação Infantil; J. Moreira de Souza – Educação Rural.

Assim, as visitas ao estabelecimento, os eventos promovidos e nos quais teve participação, os serviços de extensão prestados, e a teia de comunicação que vai sendo construída, forjaram a estratégia de *marketing* da ESAV, que lhe conferiu uma visibilidade e prestígio nacional e internacional, sem que a instituição deixasse de atender um de seus ideais, ou seja, às atividades de extensão e ao princípio do “que não interessar ao fazendeiro, não interessa à escola.”

Esta perspectiva de divulgação e ação contribuiu para que muitos agricultores adotassem métodos agrícolas e de criação ensinados pelo estabelecimento, o que contemplava o Art. 143 do Regulamento de 1927, que estabelecia: “na fazenda da Escola, serão feitas culturas em grande escala, sendo cuidadosamente observada a parte econômica, com o fim de serem induzidos os lavradores do Estado a aplicar os métodos ensinados pela Escola.” (ESAV, 1927, p. 73)

A necessidade de ampliação desta indução, também ensejou iniciativas, para dotar a instituição, de um meio de divulgação impresso e regular, de formato periódico, cuja primeira tentativa se fez com a criação do jornal semanário “Folha Rural”, publicação oficial da ESAV, cuja primeira edição começou a circular em 01 de janeiro de 1935. O semanário “absolutamente informativo aos agricultores” foi impresso durante todo este ano, perfazendo um total de 36 números.

O referido jornal possuía basicamente duas seções: uma para a publicação das dez mais importantes perguntas e respostas (consultas de agricultores) de ordem técnica; a outra de matéria paga, destinada à divulgação da oferta e procura de produtos e serviços agrícolas, pecuários ou semelhantes, exclusivamente para agricultores. O jornal deixou de ser publicado, provavelmente, em virtude da não renovação do contrato do então diretor da ESAV, João Carlos Bello Lisbôa, que também era o diretor do jornal.

Nova iniciativa, desta vez fecunda, foi o lançamento, em julho de 1939, do primeiro número da Revista Ceres, mantida pelo *Clube Ceres* – associação científico-cultural constituída pelo corpo docente e formandos da ESAV - e que vem sendo publicada até hoje. Segundo o ex-aluno (1949-1952) e ex-professor (1955-1994) da UFV Clibas Vieira, “inicialmente, a Revista Ceres publicava tanto artigos científicos originais como textos de divulgação técnica, pois para tal fora criada. Pouco a pouco, foi tornando-se cada vez mais científica e os últimos artigos de divulgação foram publicados em 1959.” (In BORGES et. al, 2000, p. 324)

Ainda conforme o professor Clibas Vieira, editor-chefe da Revista de 1972 até 2004 e membro do Comitê Científico da Revista desde em 1964 - quando foi idealizada, outros nomes foram também aventados para designá-la: “A ESAV”, “Mensageiro Esaviano” e “Revista Esaviana”. Contudo, saiu vitoriosa a alusão à deusa grega da agricultura. A Revista era impressa em Viçosa e a escola custeava uma boa parte das despesas, porque isso possibilitava o sistema de permuta com revistas agrícolas de outros estados brasileiros e países. A periodicidade dessa publicação é bimestral desde o seu início.

Seus mais de 80 anos de existência colocam-na entre as revistas agrícolas mais antigas do país. Atualmente, a Revista Ceres é órgão oficial de difusão técnico-científica da UFV, que divulga os trabalhos originais de pesquisa de seus professores, técnicos e alunos. Aceita, entretanto, colaboração de outras instituições, sempre no campo das ciências agrárias. Tem uma tiragem de 1.100 exemplares distribuídos em 59 países, principalmente para permuta com periódicos similares, havendo instituições nacionais que a recebem gratuitamente, bem como diversos assinantes. Seus artigos são sumariados em diversos *abstracts*<sup>10</sup>, o que lhe confere grande projeção internacional.

---

<sup>10</sup> Destaca-se dentre outros: Plant Breeding Abstracts, Horticultural Abstracts, Field Crops Abstracts, Forestry Abstracts, Seed Abstracts, Food Science and Technology Abstracts, Weed Abstracts, World Economics and Rural Sociology Abstracts, Abstracts on Tropical Agriculture, Biological Abstracts, Herbage Abstracts.



Sobre o formato deste periódico durante o período da ESAV, verifica-se que o mesmo, em termos sumariados, constituía-se dos artigos publicados naquela edição e de duas seções fixas: a de “Livros novos – Revista das Revistas” (que informa sobre o lançamento de livros, apresenta resenhas e divulga referências bibliográficas sobre um determinado tema) e a de “Notícias e Comentários”, que traz informações e notícias sociais, acadêmicas e administrativas, de interesse da comunidade esaviana, sobretudo do corpo docente. A revista trazia também mensagens aos assinantes e oferecia os serviços da ESAV aos interessados, além de uma chamada para a publicação de anúncios e o endereço para o envio de correspondência dos leitores ou articulistas<sup>11</sup>.

Em relação à natureza dos artigos e palestras publicados na revista em sua origem, a maioria era constituída de ensaios informativos, de divulgação, demonstração, orientação e discussões práticas sobre conhecimentos produzidos, sobretudo, na área agrônômica e veterinária. Também identificam-se ensaios que tratavam do desenvolvimento de experiências, de observação e classificação de espécies da flora e fauna, de discussões científicas e debates acadêmicos.

O Editorial do primeiro número da *Ceres* tratava um pouco da história e da missão da Escola:

Quando P. H. Rolfs e João Carlos Bello Lisboa construíram a ESAV, numa síntese de trilogia ideal definiram-lhe incisivamente as diretrizes pelo lema: MELHORAMENTO DO HOMEM, DO ANIMAL E DA SEMENTE.(...) Para atender àquele tríptico objetivo a ESAV desdobrou sua ação catequizadora em três setores, diferentes entre si, mas entrosados harmonicamente na unidade superior do ideal esaviano: a pesquisa científica, o ensino e o Serviço de Extensão (CERES, 1939, pp. 1-2).

Apontava também que a ESAV vinha realizando atividades nesses três setores, ultrapassando os marcos estaduais e, até mesmo, as fronteiras da União, uma vez que já possuía diplomados de vários países e de todos os Estados da União.

Ainda destacava a importância da difusão da palavra impressa, “para multiplicar a voz evangelizadora no meio rural e levar a todos os recantos da pátria brasileira, onde exista uma preocupação pelos problemas agropecuários”, e ressaltava que a linha editorial do periódico estava perfeitamente em sintonia com a filosofia da ESAV, conforme infere-se deste relato:

<sup>11</sup> Ainda nessa seção, desde a primeira edição, a Diretoria da Revista informa que não se responsabiliza pelos conceitos emitidos pelos autores dos artigos assinados. Também pede aos leitores, a fineza de citar o nome da Revista e autor dos artigos originais, quando transcritos ou mencionados.

os princípios que norteiam a ação da Escola constituem o programa da Revista, que em suas páginas terão trabalhos científicos originais, abundante texto de divulgação enfeixando conhecimentos práticos, de aplicação imediata às necessidades da vida cotidiana do agricultor e de todos que estão em contato com o meio rural. Por ora, é esta organização a que mais se adapta ao meio agrícola mineiro (pp 2-3).

A iniciativa do *Clube Ceres* na criação desta revista serviu como no mínimo fonte de inspiração para que o Centro dos Estudantes da ESAV, seguindo a trilha da *Ceres*, publicasse em agosto de 1940, a primeira edição da Revista Seiva. A periodicidade dessa publicação pode ser considerada trimestral, embora a seção Expediente, existente na segunda página da revista, informe que a Seiva seria publicada “duas vezes no quadrimestre escolar.”

A regularidade na publicação dos números desta revista, em termos de periodicidade, mantém-se até o ano de 1957. A partir desta data, em virtude, sobretudo, da grande rotatividade das equipes responsáveis pelo seu gerenciamento, a irregularidade de sua publicação se tornará uma característica do periódico até o ano de 1990, data do último exemplar publicado – edição comemorativa dos 50 anos.

Quanto à circulação da Revista, não há nenhuma informação sobre sua abrangência - seja em termos de distribuição nos Estados brasileiros, ou no exterior – até a edição de número 76 (jan/dez de 1972), que passa a informar que a Revista circula em todos os Estados brasileiros e em 48 países. A edição 81 (jan/mar de 1974) informa que a Revista circula em 55 países, enquanto a revista nº 98 (jan/dez de 1988), sua abrangência amplia-se para 64 países, além de continuar circulando por todos os Estados do Brasil.

No que concerne ao período da ESAV, a revista manteve praticamente o mesmo *layout* de apresentação composta pela seção fixa de *Estudos* (onde encontram-se em média, 2 artigos publicados, por edição), seguida pelas outras seções fixas de Novidades (curiosidades, novidades científicas), de Literatura (poesias, prosas, crônicas, transcrição de trechos de livros de escritores conhecidos como: Machado de Assis, Humberto de Campos, Menotti Del Picchia), *Esportes* (informes, comentários e agenda dos eventos esportivos em geral - principalmente os realizados ou a serem realizados no Brasil, em Minas, na região próxima à Viçosa e na ESAV- e *Sociais* (efemérides nacionais, agenda dos eventos acadêmicos e sociais na ESAV, informes diversos – viagens de professores em estudo ou seu retorno, excursões, sobre o Centro de Estudantes, o Clube Ceres, etc.

Em relação à natureza dos artigos, palestras e entrevistas publicadas na revista, a maioria é constituída de ensaios informativos, de divulgação, orientação e discussões práticas sobre conhecimentos produzidos, sobretudo, na área agrônômica. Em seguida, vêm os ensaios relacionados à área de Ciências Humanas, sobretudo os de caráter informativo e formativo. Os ensaios, de um modo geral, também têm uma preocupação muito mais didática, instrutiva, de divulgação de conhecimentos do que de artigos de natureza científica. Assim, a ênfase do periódico não se encontra na publicação de artigos (seção *Estudos*), mas nas seções de *Literatura* - com muitos versos, prosas e crônicas -, *Esportes* e *Sociais*, o que lhe dá um caráter menos formal, mais informativo.

Desse modo, esta amostra a respeito dos variados meios de comunicação, de visibilidade institucional e das ações movidas em diversas associações e *comunidades* agrícolas do Estado, demonstra o *modus operandi* utilizado na instituição para sua inserção sobretudo no âmbito das entidades da *sociedade civil*, tendo como missão primordial disseminar os conhecimentos e técnicas da *moderna* agricultura aos produtores rurais, conforme previsto no seu regulamento.

Neste processo de inserção e interação social, é importante averiguar alguns aspectos do estabelecimento, como sua organização político-administrativa e, principalmente, sua relação com a Secretaria de Estado de Agricultura de Minas Gerais, entidade representativa da *sociedade política* a qual a ESAV estava subordinada, e que também terá papel importante na sua configuração administrativa, política e financeira, que vão ter repercussões na política de ensino deste estabelecimento.

## 5. NEM TUDO SÃO FLORES E FRUTOS

O regulamento da ESAV de 1931, aprovado pelo Decreto nº 10.154, em 15 de dezembro, trouxe indicativos de importantes mudanças no que concerne à gestão da instituição. No campo administrativo, o art. 101 (p.35) estabelecia que a administração superior do estabelecimento passaria a ser exercida por uma junta administrativa, constituída de nove membros, de preferência oriundos “das diversas zonas em que se subdivide, administrativamente o Estado de Minas Gerais<sup>12</sup>” e nomeados pelo presidente do Estado.

<sup>12</sup> É possível que faça referência às seguintes regiões de Minas Gerais: Norte, Jequitinhonha, Rio Doce, Metalúrgica, Mata, Sul, Oeste e Triângulo Mineiro. Para maior detalhamento, cf. Fleischer (1977, pp. 11- 62).

A nomeação desses indivíduos, teria como pré-condições sua origem – pertencimento a alguma destas regiões mineiras as quais a escola atendia – e vínculo com a agricultura, contanto que não ocupassem cargos ou percebessem remuneração oficiais. Os membros da Junta também não recebiam nenhum vencimento, salvo indenização de passagens e despesas de viagem, além do direito de se hospedar no estabelecimento durante as sessões de trabalho. A duração do mandato seria de três anos, havendo anualmente renovação de um terço. Definia que nas primeiras nomeações, três membros teriam mandato por um ano, três por dois e três por três anos.

Este conselho, de caráter consultivo, teria a função de deliberar e supervisionar todas as ações administrativas, regulamentares, orçamentárias e pedagógicas da escola, inclusive encaminhando proposições ao governo ao qual a escola estava subordinada, atribuições estas que ficavam até então sob a superintendência direta da Secretaria de Agricultura do Estado. Esta troca de alçada de subordinação da ESAV, passando da Secretaria de Agricultura para uma comissão de lavradores, era tida como um meio eficaz de estreitar mais ainda a convergência de interesses na relação das *comunidades* com a escola, do mundo da produção com o ensino agrícola, entre trabalho e educação, fortalecendo e legitimando cada vez mais a finalidade e a utilidade dos serviços agrícolas prestados pela instituição, que estariam em consonância com as necessidades da população rural de cada região do Estado.

Por outro lado, é plausível supor que este modelo de funcionamento daria mais margem de manobra para a direção da Escola, que seria a responsável pela administração geral do estabelecimento e ficaria subordinada à Junta Administrativa. A administração interna da Escola permaneceria assentada no sistema de autonomia dos departamentos, “observada a orientação da direção e as normas de verdadeira cooperação.” (art. 110, 1931, p. 38)

Outra inovação, complementar a essa primeira, refere-se ao art. 145 (1931, p. 52) que estabelecia que a Escola fosse constituída “em fundação com personalidade jurídica de direito privado, fazendo-se, para esse fim, as inscrições e registros necessários.” O artigo seguinte estipulava que o estabelecimento seria “mantido pelo regime de fundos permanentes, para o que constituirá o Governo do Estado, quando possível, patrimônios cujos rendimentos” fossem suficientes para a “manutenção dos trabalhos experimentais e de ensino, mantidos pelo estabelecimento, e ao aumento do seu ativo.”

Já o art. 148 desse regulamento de 1931 (p. 152) definia que as rendas captadas pela Escola seriam “aplicadas em seu proveito, segundo orçamentos pré-estabelecidos”, organizados pela diretoria anualmente, após audiência com os chefes de departamentos e que deveria “ser julgado pela Junta Administrativa, em sua última reunião do ano antecedente” (art. 149).

Na essência, este modelo de administração que conferia à ESAV maior autonomia administrativa, didática e financeira segue, em linhas gerais, muitos dos preceitos instituídos nos *land grant colleges* e sistematizados, possivelmente sob inspiração de Rolfs e Hennicutt, por Arthur Torres Filho em seu trabalho sobre o ensino agrícola de 1926, já abordado no Capítulo I deste estudo, na qual defendia a autonomia didática destas escolas, que passariam a ser dirigidas por um conselho de administração, composto pelo diretor do estabelecimento, por um membro do corpo docente e por seis cidadãos nomeados diretamente pelo chefe do poder executivo ao qual a escola estivesse diretamente subordinada.

O “conselho de agricultores” reuniu-se na Escola, pela primeira vez, em 1º de fevereiro de 1932, ficando definido que o mesmo passaria a se reunir semestralmente. A constituição da Junta Administrativa na Escola foi o primeiro passo na luta empreendida pela direção da escola e dos seus departamentos rumo à efetivação do regime de fundos permanentes e da autonomia administrativa, financeira e didática, que de certo modo serviria como *blindagem* da instituição sobretudo em relação às oscilações de natureza política e financeira, numa conjuntura de grande instabilidade social e crise econômica, que poderiam colocar em cheque a própria existência do estabelecimento.

No que tange ao financiamento, há indícios que os problemas financeiros da Escola e seus servidores têm início a partir de 1930, pois é neste ano que identifica-se as primeiras correspondências que tratam do assunto, como a primeira detectada, que data de 18 de junho de 1930, na qual o então diretor Bello Lisbôa “se dirige constrangido” ao presidente do Estado Antônio Carlos, solicitando o “restante da verba requisitada a seu favor. Dos quatrocentos contos que tinha requisitado, graças à bondosa intervenção de V. Excia., recebi apenas oitenta e sete contos, com os quais satisfiz o pessoal, que ainda tem três meses em atraso.”

Parece que tal constrangimento logo se dissipa, já que um mês depois, num ofício de 18 de julho de 1930, o então diretor leva ao conhecimento do então Secretário de Agricultura Ernesto Von Sperling, a impossibilidade do Estabelecimento fun-

cionar no segundo semestre daquele ano, caso não recebesse a verba indispensável ao pagamento de compromissos urgentes aos fornecedores, professores e empregados - o pessoal não recebia vencimentos desde janeiro. Depois destas requisições em defesa da instituição, muitas outras seguirão, como serão descritas no transcorrer desse capítulo.

No que concerne à autonomia da Escola, verifica-se que a mesma foi parcial, conforme demonstra o ofício enviado pela Junta Administrativa ao Interventor Federal no Estado Benedicto Valladares Ribeiro, em 27 de julho de 1934, na qual o presidente deste conselho constata que a ESAV teve apenas o bônus da descentralização e da autonomia administrativa (direção da Junta), ficando, entretanto, dependente dos recursos orçamentários do Estado, que não apresentava nenhuma regularidade no envio das verbas, o que vinha acarretando constantes reclamações e apelos da Junta. A “Escola está com um semestre de atrasos nos pagamentos”.

Essas reivindicações e apelos também foram feitos pelo então diretor, como pode ser atestado no Relatório Anual de 1932 (pp. 4-7-8), encaminhado à Secretaria de Agricultura do Estado de Minas, em fevereiro de 1933, no qual faz menção à instabilidade financeira da instituição, aos nove meses de atraso no pagamento dos servidores e a compara com duas escolas congêneres, “com atividades resumidas à quinta parte ou menos das nossas” (LISBÔA, 1934, p. 41) e que recebiam um repasse de verbas maior que o dobro da recebida pela ESAV:

(...) A maior dificuldade que tem vencido o Estabelecimento é indiscutivelmente a representada pelas insignificantes dotações orçamentárias, destinadas ao seu custeio, acrescentando-se a isso o grande atraso com que se tem recebido as verbas que lhe são destinadas, tendo de sofrer a Instituição grandes aperturas.

No ano findo, os professores e empregados só receberam os vencimentos de janeiro no mês de outubro, informação esta suficiente para atestar a boa vontade com que todos os responsáveis pelo Estabelecimento o servem. Desde o seu início tem esta instituição sofrido, pela deficiência de verbas e fornecimento das mesmas, com grande atraso. (...) Motivo pelo qual se criou o serviço de cooperativa, para prestar auxílio aos servidores da Escola, fornecendo-lhe gêneros de primeira necessidade.

(...) Não é desarrazoado informar que as Escolas de Piracicaba e da Capital Federal têm o orçamento superior a 2000 contos de reis, não tendo nenhuma delas o serviço caro de Internato, que mantém a nossa e nem a extensão dos nossos serviços experimentais. O nosso dever de lealdade obriga-me a pedir aos estadistas mineiros maiores quantias destinadas ao Estabelecimento que dirigimos, e também a pontualidade, no fornecimento das verbas permitindo à Instituição, pelo menos, cumprir a obrigação de moralidade, de pagar com presteza aos seus servidores e fornecedores.

A permanência desta dificuldade financeira acarretava a concorrência por verbas entre as poucas instituições de pesquisa e ensino superior do Estado, como assina-

la o teor da carta escrita pelo então diretor Bello Lisbôa, em 12 de agosto de 1933, ao então Secretário de Agricultura do Estado de Minas, Carlos Coimbra Luz, dando seu parecer contrário à reorganização do Instituto Ezequiel Dias, em virtude deste instituto realizar um “trabalho que outros já realizam, por motivo da situação orçamentária do nosso Estado e também sob o ponto de vista técnico.”

Sobre o prisma técnico, citou o exemplo notório de países como os Estados Unidos da América e a África do Sul, que se preocupam com o aperfeiçoamento e barateamento das instituições científicas e de ensino, seguindo a orientação que evita a repetição dos seus trabalhos. Mais adiante, explicita melhor seu intento, ao afirmar que, apesar de a ESAV não contar “com o aparelhamento regulamentar, é conceito geral, que a nossa Escola já presta mais serviços à lavoura mineira, que todas as instituições paulistas à de São Paulo”, citando como exemplo a praga da broca de café, que vinha aruinando a lavoura paulista e se (re)implantou, no sul de Minas, em quatro municípios.

Não obstante o empenho na defesa pelo melhor aparelhamento da Escola e na difusão do maior número de atividades e serviços relativos à agropecuária, persistiram as dificuldades financeiras no estabelecimento, em virtude da demora no repasse dos seus recursos orçamentários pelo Estado, como demonstra o pedido de providências feito, em 11 de janeiro de 1934, por radiograma, pelo então diretor interino, professor Diogo Alves de Mello, ao então Secretário de Agricultura, para sanar as dificuldades de recursos da Escola, na qual o pessoal não recebia vencimento desde setembro e vários fornecedores haviam deixado de atender ao estabelecimento, enquanto os débitos antigos não fossem quitados. Por fim, solicitou a remessa das verbas relativas ao 3º e 4º trimestres.

A permanência desta situação de falta de recursos e salários na instituição impele a Junta Administrativa a encaminhar um ofício ao então Interventor do Estado de Minas Gerais Benedito Valadares, em 27 de julho de 1934, pleiteando o repasse de recursos fixos, “para colocar a instituição a salvo da compressão e oscilações habituais nos orçamentos”, explicitando que a Escola continuava sendo custeada com a verba orçamentária da Secretaria de Agricultura, “oscilante de ano a ano, conforme a situação ocasional de folga ou abertura do tesouro” (p.6).

Os membros da Junta Administrativa ainda reivindicaram ao interventor o cumprimento do seu primeiro ato de governo, que tinha o propósito de solucionar o chamado caso da Universidade, “restituindo a esse grande templo de ensino a sua completa independência.” Não obstante a falácia utilizada como argumento nesta rei-

vindicação, seja pelo fato da ESAV ser uma escola isolada, seja por não haver nenhum indício de interesse, por parte do governo estadual, em transformá-la em universidade, tal encaminhamento tinha o objetivo de fazer pressão para que o governo estadual cumprisse, de fato, o disposto no regulamento de 1931, que previa a institucionalização da Escola, enquanto fundação de direito privado e com diversas prerrogativas de autonomia.

Neste sentido, parece que esta estratégia de ação da Junta, teve no então diretor Bello Lisbôa o seu principal mentor e indutor dessas iniciativas, conforme pode ser verificada pela correspondência que o mesmo enviou ao então presidente da Junta Administrativa, Norberto Custódio Ferreira, no dia 25 de maio de 1934:

(...) O governo deverá nos dar escritórios e fundos. Acho que o momento é oportuno. Primeiro: acaba o governo de fazer voltar à Universidade de Minas Gerais ao regime de independência. Segundo: tendo sido cassada a autonomia do Instituto do Café, estou certo que o Governo terá boa vontade em conceder à lavoura a emancipação da sua grande Escola. Terceiro: Fala-se na reforma da Secretaria de Agricultura, em breve. Com franqueza, tenho receio de sermos atingidos por causa dessa reforma. Se fores a Belo Horizonte acompanhado, de dois ou mais membros da Junta, tenho muita esperança que consigues o máximo *desideratum* - nossa emancipação para se poder trabalhar. Respeitosamente aguardo julgamento vosso sobre o assunto.

A participação indutora do diretor nesta reivindicação encontra-se também em outra correspondência enviada por ele, em 09 de junho de 1934, dessa vez ao membro da Junta Administrativa Jayme Marinho, destacando a importância da “integralização de nossa Fundação” e enviando-lhe todos os elementos necessários para que redigisse uma representação ao Interventor do Estado, enfatizando que isso não alteraria em nada a despesa do Estado.

Ressaltava ainda a importância de se levar essa representação por meio de uma comissão da Junta Administrativa e que a mesma também fosse assinada por todos os fazendeiros que estivessem presentes na Semana do Fazendeiro, que se realizaria proximamente, e que se fizesse publicidade sobre tal encaminhamento nos jornais de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, depois de sua entrega ao interventor. Contudo, esta estratégia de ação não teve êxito, como será analisado mais adiante.

Em 04 de abril de 1935, pelo Decreto nº 112, a ESAV foi reconhecida como oficial pelo governo do Brasil, sendo-lhe conferidas “as prerrogativas e direitos que assistem por lei, aos Estabelecimentos Superiores Federais de Ensino”. Sobre este fato, encontra-se ofício do então diretor do Departamento de Ensino Agrônômico (DEA)



Benvindo Novaes, de 12 de setembro de 1934, informando ao diretor da ESAV os requisitos básicos para tal reconhecimento e a necessidade de encaminhar pedido ao DEA para uma fiscalização prévia, acompanhado de uma série de documentos regimentais, de provas e frequências dos alunos, “da idoneidade do corpo docente, acompanhada de resenha bibliográfica dos seus membros e do modo como foram providos os cargos de professor”, aparelhamento técnico e educacional de cada curso e prova de recursos suficientes para sua regular manutenção e custeio. Também foi encontrada uma correspondência do diretor da ESAV para o diretor da DEA, de 25 de janeiro de 1935, informando sobre a chegada e o início dos trabalhos de inspeção dos fiscais Newton Beleza e Henrique Vaz.

O ano de 1935, ao mesmo tempo representou um período de grande desenvolvimento, de afirmação da instituição, também assinala as limitações desse processo e os primeiros sinais de inflexão, que será reflexo da política imposta pelo governo estadual ao estabelecimento. Embora o regulamento aprovado, em 1931, pelo presidente do Estado, legitimava a pretensão do estabelecimento em garantir uma rubrica permanente, em termos de financiamento no orçamento estadual e possuir maior autonomia administrativa, financeira e didática, na prática, o que se verificou foram os atrasos nos repasses dos recursos, trazendo grandes transtornos para a instituição e seus servidores, além de um processo de desmantelamento ou mesmo de retaliação à instituição que, aparentemente começa a delinear-se a partir de 1934.

Tal assertiva ganha fundamento com a solicitação requerida pelo então diretor Bello Lisbôa, em 24 de fevereiro de 1934, ao presidente e aos membros da Junta Administrativa da ESAV, “no sentido de não consentir a separação da Escola de Agricultura da de Veterinária, por motivo de ser altamente prejudicial à Escola e ao Estado de Minas”. Este apelo foi aprovado pela Junta na reunião do dia 26 de fevereiro de 1934.

No ano seguinte, ao que parece, a ESAV quase foi fechada, para ser transformada em um quartel militar. Em depoimento, o ex-aluno (1933-1936) e ex-professor (1948- 1990) da UFV Hans Bruno Walter Brune atestou que o prédio da ESAV esteve na iminência de se tornar quartel da cavalaria, em 1935. A mudança só não se efetivou em virtude do “manifesto dos fazendeiros” em defesa da Escola, encaminhado à Assembleia Legislativa e ao Governo do Estado. Ainda segundo o senhor Walter Brune, “a escola só não foi fechada porque houve uma grande pressão dos fazendeiros junto ao poder público estadual” (entrevista:1989), no governo do Interventor Benedicto Valladares (1933 –1945).

Neste mesmo ano, tudo indica que houve nova tentativa por parte do governo estadual em retirar o Curso de Veterinária da ESAV, conforme deixa supor o ofício do diretor Bello Lisbôa encaminhado à Junta Administrativa em 27 de março de 1935:

(...) A fim de se poder avaliar a vantagem de funcionarem conjuntamente as Escolas Superiores de Agricultura e Veterinária, apresento a VV. Excias. o quadro de pessoal das Escolas Superiores de Agricultura 'Luiz de Queiroz' e Escola de Medicina Veterinária de São Paulo. Acrescentem-se as vantagens relativas a material e às boas relações entre Agricultura e Veterinária, e se verificará o quanto é inconveniente a separação.

Tal encaminhamento foi aprovado no dia seguinte, durante a reunião da Junta Administrativa. O fato é que somente em janeiro de 1942 a Escola Superior de Veterinária do Estado de Minas Gerais foi transferida para Belo Horizonte, em função do Decreto-Lei nº 824, ficando em Viçosa apenas a Escola Superior de Agricultura (ESA). Em relação a essa mudança, foram encontrados poucos documentos nos arquivos da ESAV, no qual destaca-se um ofício encaminhado pela direção da Escola à Secretaria de Agricultura, no ano de 1942, assinalando as dificuldades vinculadas ao processo de transferência do curso, tanto em termos materiais como de pessoal.

Outros acontecimentos também reforçam a hipótese de que, a partir de 1935, a ESAV começa a atravessar um período de relativa estagnação, de retrocesso, em termos jurídico administrativos, uma vez que a instituição perdeu sua autonomia administrativa, cassada pela Lei Estadual nº 146, de 11 de novembro deste ano, que, concretamente, aboliu as prerrogativas da Junta Administrativa na Escola e subordinou-a novamente à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas.

Por outro lado, se a instituição já não possuía autonomia financeira - estando dependente dos recursos orçamentários do Estado - também sofreu redução em sua dotação orçamentária e perdeu o direito de gerenciar sua própria renda, a partir de 1936. Não obstante estes reveses, enfrentados pela instituição, no âmbito da *sociedade política*, verifica-se também que a direção do estabelecimento tentou, por diversos meios, resistir e reverter tais determinações.

Sobre essa problemática, encontram-se muitas correspondências expedidas pela direção da Escola sem, no entanto, terem sido localizadas as correspondências recebidas pelo diretor, com as respostas dadas pelos seus interlocutores, ou seja, as diversas autoridades políticas. Na verdade, é bem plausível que essas respostas nunca

tenham chegado, uma vez que o então diretor Bello Lisbôa já estava cumprindo o final de seu exercício - estipulado pelo contrato não renovado pelo Estado - e um novo diretor já havia sido designado desde junho de 1935, pela Secretaria de Agricultura do Estado de Minas, para gerir a Escola, a partir de 1936.

Assim, a explanação sobre a resistência da instituição às determinações do governo do Estado, pautado quase que exclusivamente por uma versão unilateral dos fatos, ou seja, a partir dos apelos e da mobilização de entidades da *sociedade civil* em defesa da ESAV, empreendidas sobretudo pela direção, muitas vezes sem a mediação da Junta Administrativa, e que serão abordados a seguir, não invalida tais registros.

Pelo contrário, ressalta a dedicação e a firmeza na liderança da instituição deste indivíduo que, durante mais de 13 anos, trouxe grandes contribuições para a consolidação da ESAV, tanto em termos materiais como de valores morais e educacionais. Tal entusiasmo pela Escola e dadas as “circunstâncias especiais em que se encontrava, estudando e se aperfeiçoando no estrangeiro”, conforme sua alegação dada à Junta Administrativa, explica sua recusa em aceitar o convite, feito pelo interventor do Estado, para assumir a Secretaria de Agricultura do Estado de Minas, em dezembro de 1933<sup>13</sup>, e outros cargos com maior remuneração que a de diretor, pela sua determinação em defender os interesses e o desenvolvimento do estabelecimento.

Esta defesa em prol do crescimento e dos interesses da instituição em momentos críticos, conforme os relatos anteriores, é retomada quando o diretor fica ciente da proposta de dotação orçamentária da Escola para o ano de 1936. Para tentar reverter à situação, Bello Lisbôa envia um radiograma ao Governador do Estado, em 31 de outubro de 1935, solicitando a melhoria na dotação orçamentária, sem a qual a Escola teria que reduzir o número de alunos e professores e, conseqüentemente, suas atividades no ano vindouro.

Respeitosamente peço à vossência ser melhorada a dotação orçamentária desta Escola com a importância de trezentos contos de réis ou ser a Instituição autorizada a aplicar em benefício do ensino sua renda própria orçada nesse mesmo valor. Com a dotação proposta não poderá a Escola manter as mesmas atividades, conforme expus ao Exmo. Secretário de Agricultura, tendo S. Excia. sugerido a diminuição do número de alunos. Apresento à vossência pedido confiado no interesse sempre manifesto de vossência sobre as questões agrícolas de nosso Estado.

<sup>13</sup> Segundo o ex-professor Edson Potsch, o então Governador Benedicto Valladares considerou uma ofensa a recusa do diretor da ESAV em aceitar o convite para ser seu Secretário de Agricultura e “ficou muito magoado. Ele me confessou isso, um dia visitando uma fazenda dele aqui” (entrevista, 2001). O interventor considerou uma desconsideração, havendo um certo estremecimento na relação dos dois.

Nesta mesma data, o diretor enviou outro radiograma ao Secretário de Agricultura Israel Pinheiro da Silva com quase o mesmo teor do encaminhado ao Governador, com o intuito de reforçar tal pedido junto ao Poder Executivo do Estado:

Agradecerei à vossência providências relativas à modificação do orçamento na parte sobre os professores e assistentes. Preocupado de não sofrer a Escola, diminuindo suas atividades no próximo ano, incluindo-se a redução do número de alunos, conforme autorizou vossência, fiz pedido ao Exmo. Governador para que conceda aumento de verba e autorização para aplicarmos renda própria pelo interesse do ensino. Conto com o valioso auxílio de vossência em benefício desta Escola, informando ao Exmo. Governador da justiça deste pedido.

Novo apelo foi encaminhado pelo diretor ao governador Benedicto Valladares sobre a questão do orçamento da Escola, conforme pode ser constatado pelo radiograma remetido no dia 08 de novembro de 1935:

Peço licença solicitar a V. Excia. em nome do Presidente da Junta Administrativa, da Escola e meu pessoalmente, valioso apoio para não figurar no orçamento do Estado nossa verba discriminada, mas global, conforme nos anos anteriores. Também ficar a Escola autorizada a empregar em benefício do ensino sua renda própria. Pode V. Excia. crer modificação pedida trará animação a esta Escola que muito deseja cooperar com V. Excia. e Exmo. Secretário de Agricultura pelos interesses rurais do nosso Estado.

Em mais uma mensagem oficial enviada ao Secretário de Agricultura, no dia 16 de novembro de 1935, logo após a aprovação do orçamento do Estado para o ano de 1936, assinala novamente a preocupação do diretor em garantir a permanência do corpo docente na ESAV:

Tendo sido sancionado o orçamento do Estado, sem ter sido feita a modificação no desta Escola, quanto à suspensão do número de professores catedráticos, contratados, auxiliares e assistentes, conforme V. Excia. me informou que providenciaria ser feita, peço-lhe certificar-me se como está o orçamento, devemos interpretá-lo, como havendo redução nos vencimentos dos professores desta Instituição ou não. É motivo dessa consulta, o estado de dúvidas em que se acham os professores e também por se dever tratar da reforma de muitos contratos deles, na próxima reunião da Junta Administrativa, a 25 próximo.

Em mais uma tentativa para reverter esse quadro prejudicial aos interesses da Escola que se evidenciava, Bello Lisbôa recorre ao Presidente Getúlio Vargas, através de um telegrama enviado no dia 20 de novembro de 1935:

Respeitosamente apresento vossência pedido interceder junto Exmo. Governador Benedicto Valladares não sofrer esta Escola modificação sua organização relativamente autonomia. Sinto-me bem fazer vossência presente apelo reconhecer nosso Governador verdadeiro amigo de vossência e por faltarem poucos dias para ter a grande honra de apresentar a Minas e Brasil realizada esta grande obra dando por cumprida minha missão.

Contudo, essas ações políticas foram infrutíferas, visto que o Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em sua edição do dia 22 de novembro de 1935, publicou a deliberação na qual a renda da Escola entrava para a receita do Estado. Diante do fato consumado, o diretor do estabelecimento encaminhou, neste mesmo dia, dois ofícios à Junta Administrativa, dando ciência do acontecido, apontando as consequências para a instituição de tal resolução, e solicitando que a Comissão, num último recurso, tentasse reverter essa situação junto ao Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

Trago ao conhecimento de VV. Excias. que, com a dotação do Governo a esta Escola, para o exercício do próximo ano, e ainda com a aplicação de suas rendas próprias, poderia a Instituição ter funcionamento satisfatório.

Entretanto, se a possibilidade de aplicação de rendas próprias não lhe for dada, terá o Estabelecimento, fatalmente, um decréscimo de suas atividades.<sup>2</sup>

Rogo, pois a VV. Excias. insistirem no sentido de se obterem do Governo dotação global e emprego de rendas.

Venho rogar os bons ofícios e ação dessa Junta, junto ao poder competente, no sentido de se modificar a situação criada pelo Governo do Estado, com a apresentação discriminada, do projeto de orçamento desta Escola, ao Congresso Mineiro. Esse ato é evidentemente a cassação da autonomia econômica do Estabelecimento, o que trará, com certeza, o aniquilamento da Instituição.

Esse assunto foi também mencionado na edição do Jornal do Brasil do Rio de Janeiro, no dia 24 de novembro de 1935, com a informação que a Diretoria da Associação Comercial do Distrito Federal, em sua última sessão semanal, teve como um dos objetos de atenção dos seus membros, a projetada restrição à autonomia didática e administrativa da ESAV. A respeito disto, a referida associação manifestou-se contrária ao dispositivo “que está em vias de ser estabelecido pelo Poder Legislativo, e que cerceia a autonomia do conhecido e modelar instituto agrônomo de Viçosa”, questionando a imposição de um regime diferente a um estabelecimento que corres-

pondia plenamente às suas finalidades, acrescentando que “só se reforma o que não vai bem. Não é o caso da Escola de Viçosa.”

Vale ressaltar nesse artigo, a menção ao Poder Legislativo mineiro, uma vez que se encontra um ofício do diretor da ESAV à Junta Administrativa, em 25 de novembro de 1935, solicitando averiguar os questionamentos feitos por um deputado no plenário da Assembleia Legislativa:

Por motivo dos termos do discurso do deputado classista Clóvis Pinto, insinuando dever se cassar a autonomia desta Escola, por motivo de aplicação de verbas, deixando também transparecer excesso em vencimentos do pessoal que a serve, agradecerá a Junta proceder ou mandar proceder a mais rigorosa vistoria em todos os negócios da Instituição, desde sua superintendência, em janeiro de 1932, até o momento.

O parecer da Comissão de Lavradores, exarado no processo nº 314, de 27 de novembro de 1935, resolve não ser necessária a aludida vistoria, “em virtude de virem sendo examinados, cuidadosamente, os negócios e contas da Escola, pela Junta Administrativa, em todas as ocasiões, e lamenta as referências injustas do Deputado Clóvis Pinto que não conhece, infelizmente, uma das instituições que mais honram o Estado que o elegeu.”

Ainda no dia 24 de novembro, o jornal *A Cidade de Viçosa* transcreveu notícia publicada no jornal *Correio da Noite*, do Rio de Janeiro, informando que foram cortadas importantes verbas orçamentárias para custeio da ESAV e que a intenção do governo do Estado de Minas era substituir o então diretor e transferir a administração da mesma para o Ministério da Agricultura:

Afirma-se que o propósito do governo, por intermédio do senhor Israel Pinheiro é afastar da direção da Escola o senhor João Carlos Bello Lisbôa que, apesar de vir dando à mesma um excepcional relevo, desenvolvendo-a ano a ano, é considerado ‘bernardista’. (...) Afirma-se que a intenção do governo mineiro é entregar a ESAV ao Ministério da Agricultura, que passará a ter ali a sua escola modelo, extinguindo a do Rio.

Se, de fato, o propósito de transferir a ESAV para a esfera do governo federal e torná-la escola modelo não se efetivou, a substituição do então diretor se concretizou, uma vez que, a partir de 01 de fevereiro até 24 de dezembro de 1936, a direção administrativa passou a ser conduzida pelo Coronel Sócrates Renan de Faria Alvim – ex- presidente da Sociedade Mineira de Agricultura, no ano de 1935.

Não há dúvida, a partir desse conjunto de documentos apresentados sobre a perda de autonomia da ESAV, que a instituição saiu muito prejudicada deste episódio

e que o então diretor utilizou-se de todos os meios para tentar minimizar tal prejuízo. Contudo, o que fica patente nesse acontecimento é a disparidade da correlação de forças políticas envolvidas nesta disputa pelo controle da influência sobre a Escola, instituição que, por mais isenta que fosse em termos políticos, trazia a marca do bernardismo, num momento da vida nacional caracterizado por movimentos de cunho liberal, fascista e comunista e pelo gradativo endurecimento do regime de governo estabelecido por Vargas e seus interventores estaduais.

Nesse contexto, os constantes atrasos no repasse das verbas da Escola e no pagamento dos seus servidores, a intenção de transformar a Escola em um quartel de cavalaria, a tentativa de desmembrar o Curso Superior de Veterinária do de Agricultura e, por fim, o retorno de sua subordinação direta à Secretaria de Agricultura do Estado, atestam a tentativa de minar esse “bastião bernardista” e apontam também as táticas e estratégias utilizadas, principalmente pelo então diretor da Escola, para mobilizar os fazendeiros e sensibilizar a opinião pública, como meio de resistir aos intentos do Governo do Estado de Minas.

Evidentemente, o grande envolvimento de Bello Lisbôa com a Escola, praticamente desde suas origens, seu estreito vínculo com os outros dois grandes mentores da ESAV – Bernardes e Rolfs - sua presteza em arregimentar os alunos, com instrução militar, para defender o Estado de Minas e garantir a posse de Vargas, no contexto da chamada *Revolução de 1930*, sua omissão em prestar esse tipo de apoio ao Governo do Estado, para combater os constitucionalistas mineiros – tendo à frente o ex-presidente Bernardes – no contexto da chamada *Revolução Constitucionalista* de 1932, que será abordado no próximo capítulo, e sua recusa, “sem relutância”, em aceitar o convite do recém nomeado interventor Benedicto Valladares para assumir a Secretaria de Estado de Agricultura, em dezembro de 1933, tornaram-no um diretor não confiável para os novos detentores do poder mineiro em consolidação, em função da inclinação política que essas suas ações deixam transparecer, que reforçam, como verídica, a informação veiculada pelo jornal *A Cidade de Viçosa*.

Sobre a recusa em aceitar o convite, feito em dezembro de 1933, para ser o Secretário de Agricultura, Bello Lisbôa escreve para P. H. Rolfs em 17 de abril de 1934:

A notícia mais esquisita que tenho a vos dar é ter sido eu convidado para ser Secretário de Agricultura, em dezembro, quando estava em Roma. Por vários motivos e por ter contrato aqui na Escola até dezembro de 1935, resolvi não aceitar o alto cargo. O senhor acha que fiz bem? (...) Continuo a pensar muito na educação agrícola do nosso povo – achei preferível a ir ser membro do Governo em Belo Horizonte.

Por outro lado, num momento político instável, de cerceamento das liberdades, de perseguições e repressão política, Bello Lisbôa, com ardil, não assume ser o grande defensor e estrategista da campanha em prol da autonomia da Escola, conforme pode ser certificado pelo telegrama que o mesmo enviou ao Secretário de Agricultura Israel Pinheiro, em 27 de novembro de 1935:

Chegando ao meu conhecimento, intrigas sobre o meu nome como inspirador e fomentador da campanha em defesa da autonomia da Escola, agradecerei a vossência mandar apurar qualquer responsabilidade tenha eu no movimento que julgo espontâneo e sincero, partido da lavoura de Minas e dos amigos desta grande Instituição. Vossência é sabedor de que sempre tratei do interesse da Escola perante o Governo do Estado e da Junta Administrativa.

Por fim, mesmo desligado da ESAV, Bello Lisbôa defendeu-se de acusações que procuraram denegrir sua gestão e sua imagem como diretor e a Escola, através desse telegrama enviado aos jornais de Belo Horizonte (*Folha de Minas*, *Diário da Tarde*, *O Debate*, *Estado de Minas*, *Minas Gerais*, *O Diário*) e de Juiz de Fora (*Gazeta Comercial* e *Jornal do Comércio*), no dia 18 de janeiro de 1936:

A publicação do dia dezessete de autoria de Germiniano A. Pereira, foi motivada, supenho por informações inverídicas que exige contestação, visando bom nome deste educandário, que vem sofrendo explorações por vingança injusta. Agradecemos referências iniciais a administração da Escola e a Junta Administrativa, representando o Governo do Estado e Lavoura. (...) Nunca teve ou pleiteou a Escola autonomia absoluta. Provas estou colecionando fornecer-me-ão documentos para responsabilizar os caluniadores quanto aos negócios de minha gestão. Solicitei Exmo. Secretário de Agricultura apurar minha responsabilidade no movimento relativo à autonomia da Escola. Não agitaram até meios políticos os elementos ligados à Escola. Lastimável a insinuação que fez contra antigos membros da Junta, merecedora de gratidão do povo mineiro pelo fiel e brilhante desempenho pelo cargo que exercem ou exerceram em nome da lavoura. Agradecerei publicação.

O problema do atraso no repasse de verbas para o estabelecimento perdurou na gestão seguinte, como pode ser averiguado pelo radiograma enviado pelo então diretor da ESAV, coronel Sócrates Renan de Faria Alvim ao Secretário de Finanças do Estado de Minas Ovídio Abreu, em 23 de abril de 1936, informando que estavam suspensos, por motivos de grandes atrasos nos pagamentos, os artigos de alimentação e outros imprescindíveis ao funcionamento da Escola. “Apelo ao Exmo. Amigo remeter os quatro duodécimos restantes do ano findo, completo”. Em nova correspondência, de 07 de agosto de 1936, o diretor solicitou providências urgentes ao Governo do



Estado, em virtude do atraso de sete meses no pagamento dos servidores e dos fornecedores. Quanto a estes últimos, ainda tinham a receber dois duodécimos de 1935.

Com efeito, em termos de descrição e análise institucional da ESAV, poucos documentos foram encontrados a este respeito no decorrer do ano de 1936. Nesse sentido, merece menção a nomeação e posterior demissão dos membros da Junta administrativa, que passou a ser composta por 4 civis e 4 militares, sendo que todos estes últimos possuíam a patente de coronel e reuniu-se apenas uma vez nesse ano, em 15 de abril, haja visto que não foi realizada a reunião em novembro, segundo a direção, “por falta de quórum”, que também pode ser interpretado como uma falta de propósito, quando verifica-se o ofício enviado pelo então diretor ao Secretário de Agricultura, em 19 de novembro, solicitando instruções de como proceder na apresentação de contas da Escola, depois do Ato do Governador, do dia 11 de novembro, que cassou a autonomia da Instituição e as atribuições da Junta Administrativa.

Também chama a atenção o envio, por parte da direção da Escola, entre abril e agosto de 1936, de diversas caixas de laranja *bahia*, de *grapefruit*, de “saborosas frutas” e de frascos de mel produzidos pela Instituição, a diversas autoridades estaduais – Secretários das Finanças, do Interior, de Viação, ao Diretor da Imprensa Oficial e ao Deputado Clóvis Pinto – e federais, como o Ministro da Agricultura Odilon Braga, o Ministro da Educação Gustavo Capanema e o Presidente Getúlio Vargas.

O coronel Sócrates Alvim foi substituído, no cargo de diretor da ESAV, em 24 de dezembro de 1936, pelo professor norte-americano John Benjamin Griffing que exerceu esta função até 05 de julho de 1939. Logo no início de sua gestão, o professor Griffing deparou-se com a dificuldade para garantir a permanência do corpo docente na Escola, em virtude dos baixos salários pagos pelo Estado de Minas. Isso fica evidenciado no seu ofício enviado ao Secretário de Agricultura, em 31 de dezembro de 1936, onde informava que

tem sido muito difícil firmar contratos com os professores porque representantes de vários outros Estados, de passagem por esta Escola, tem oferecido muito maiores vantagens a diversos professores deste Estabelecimento. No desejo de que a Escola opere, rigorosamente, dentro do orçamento aprovado para o ano de 1937, tenho rejeitado pedidos de aumento de ordenado de vários professores, feitos de modo a corresponder às propostas que recebem.

Alguns professores, poucos, aliás, não deixarão a Escola, apesar de melhores propostas, preferindo, como os demais, a permanecerem leais, enfrentando os sacrifícios que o momento difícil exige.

Conto com o melhoramento dos vencimentos dos professores, confiado no aumento dos nossos recursos, mediante auxílio federal (subvenção) conforme promessa obtida: 'Promover a assinatura dos contratos no interesse de um corpo docente integral e forte para o ano de 1937'.

Este tipo de situação já havia sido prevista pelo ex-diretor Bello Lisbôa quando relatou, em 15 de março de 1935, ao então presidente da Junta Administrativa, Major Antônio Salvo, a necessidade de aumento da verba destinada a esse fim, sob pena da instituição correr “grande risco de perder ótimos professores competentes e com tempo integral (*full time*), por motivo dos baixos ordenados atuais.” Ainda sobre a questão salarial dos professores, foi encontrada uma carta (incompleta) de 1937, do então diretor Griffing ao Secretário Israel Pinheiro, discorrendo sobre a alta rotatividade dos professores na ESAV.

É provável que um dos meios vislumbrados, ainda durante a gestão de Bello Lisbôa na ESAV, para equacionar ou reduzir esta rotatividade de docentes seria dar oportunidade para o treinamento de docentes no exterior, “pelo prazo de um ano, a fim de realizar estudos especializados”, o que, sem dúvida, constituía-se num atrativo e num compromisso que propiciaria maior estabilidade, no que se refere à permanência do corpo docente na instituição, uma vez que os mesmos, após retorno, deveriam prestar “três anos de serviço à Escola ou indenizá-la”, caso não cumprissem esse prazo de serviço estipulado, conforme consta do processo nº 241, encaminhado pela direção do estabelecimento à Junta Administrativa, que autorizou este treinamento, em 25 de março de 1935, “em consonância com as possibilidades de orçamento de cada ano.

Neste sentido, foi durante a gestão de Griffing na ESAV, a partir de 1937, que o governo mineiro passou a garantir a liberação, em fluxo contínuo, de dois docentes da ESAV para treinamento de pós-graduação nos Estados Unidos, concretizando assim tal aspiração. Segundo Borges (1968, s/p), sob a direção de Griffing, “a parte experimental tomou grande impulso”, sobretudo a partir de 1938, com o “desenvolvimento de uma Estação Experimental, com um programa firmado em bases científicas, trabalhando, especialmente, com algodão e milho”. Também menciona a criação, em 24 de maio de 1939, do Departamento de Educação Rural, “que foi o primeiro a coordenar as atividades de extensão na ESAV, se bem que a extensão propriamente dita viesse sendo feita pela ‘Semana do Fazendeiro’”.

Assim, ao final da década de 1930, verifica-se que se houve alguns avanços no âmbito da pesquisa científica, as atividades de extensão limitaram-se às realizadas

durante a *Semana do Fazendeiro*, que apresentou um decréscimo significativo na frequência de público<sup>14</sup>, em contraposição às inúmeras atividades realizadas no início desta mesma década. A atividade de ensino, que será o objeto de estudo do próximo capítulo, também reduziu-se, conforme a análise estatística da matrícula discente, que demonstra que, o número de alunos matriculados na instituição, durante o período da ESAV, atingiu seu ápice em 1935.

Não obstante os revezes pelas quais passou, a ESAV foi a única escola superior de agricultura e/ou veterinária no Estado de Minas Gerais, criada nos anos de 1910 e 1920<sup>15</sup>, a *sobreviver* ao Decreto nº 23.979 de março de 1934 e ao Decreto-Lei nº 933 de dezembro de 1938<sup>16</sup>, aplicados pela equipe de inspetores da ex-DEA (Diretoria do Ensino Agrônômico), a SEAV (Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário) do Ministério da Agricultura que cerrou os portais de muitas escolas superiores de agricultura e veterinária mineiras.

Se a ESAV *sobreviveu* à política fiscal desses órgãos federais responsáveis pela supervisão do ensino agrícola, isto não a impediu de ter sido marginalizada pelo governo do Estado de Minas Gerais, sobretudo após 1934 e durante a vigência do Estado Novo, principalmente pelo fato da imagem da ESAV estar associada ao *bernardismo*, uma das lideranças políticas do Estado de Minas, contrária ao governo de Vargas e de seus interventores, o que acarretou um período de estagnação e de enfraquecimento institucional.

Tal assertiva fica evidenciada no discurso proferido pelo ex-presidente Arthur Bernardes, como paraninfo, na colação de grau dos engenheiros agrônomos da UREMG

<sup>14</sup> Conforme estatística sobre a presença de fazendeiros durante esse evento entre 1929 e 1948, apresentado pela diretoria, no projeto de transformação da escola em universidade, ao governo estadual no final de 1948, constata-se que desde sua primeira edição até 1935, tal frequência foi crescente, atingido a marca de 912 cursistas, caindo para 497, em 1936 e 315, em 1937, quase o mesmo número alcançado pela terceira edição do evento, em 1931. Somente a partir de 1941, essa participação volta a crescer, em números superiores aos de 1935, atingindo, em 1948, a marca de 1539 assistentes.

<sup>15</sup> Entre 1914 e 1926, foram criadas outras quatro novas escolas agrárias: a Escola de Agronomia e Medicina Veterinária de Belo Horizonte (1914), a Faculdade de Medicina Veterinária de Pouso Alegre (1917), a Escola de Agronomia e Pecuária de Passa Quatro (1917), a Faculdade de Veterinária de Juiz de Fora (1924). Sobre a criação das Escolas Agrícolas em Minas Gerais, Capdeville (1991, pp.78-86) relata que, em 1896, foi inaugurado pelos salesianos o curso agrônômico das escolas D. Bosco de Cachoeira do Campo e, em 1908, por missionários norte-americanos, a Escola Agrícola de Lavras, que em 1950, transformou-se na Escola Superior de Agricultura de Lavras.

<sup>16</sup> Como já foi assinalado anteriormente, ambos Decretos regularam o funcionamento dos cursos superiores do Ensino agrícola e veterinário. Conforme Capdeville (1991, pp. 80-85), as últimas turmas formadas nessas escolas foram: Escola de Agronomia e Medicina Veterinária de Belo Horizonte, em 1940; Faculdade de Medicina Veterinária de Pouso Alegre, em 1937; Escola de Agronomia e Pecuária de Passa Quatro, em 1938; e Faculdade de Veterinária de Juiz de Fora, em 1940.

de 1952, onde historia a origem da Instituição nesse momento de comemoração de suas Bodas de Prata, informando aos presentes que a mesma sempre constituiu-se como uma de suas maiores preocupações, sobretudo durante o período mais crítico de sua existência quando

políticos inferiores aos postos a que se alçaram por obra do acaso cogitaram de suprimi-la, transformando-a em quartel, talvez de cavalaria. E só ela não sucumbiu à ação destruidora dos novos bárbaros em virtude de protestos levantados na imprensa do Rio e de São Paulo. (...)

É também oportuno lamentar o atentado cometido contra a eficiência desta Escola, com a separação e transferência do ensino de Veterinária para Belo Horizonte. Não só essa transferência quebrou a unidade do ensino aqui estabelecido, como não há campo suficientemente amplo na Capital para aplicação da Veterinária. (...)

Com a transferência, o ensino, tanto da Agronomia, como da Veterinária, ficou mais oneroso ao Estado, em vista das grandes despesas com a duplicidade de várias instalações e professores, que poderiam ser comuns, como já o foram, às duas escolas.(...)

A transferência irá também favorecer o urbanismo em prejuízo dos meios rurais, cumprindo evitar que a Escola de Veterinária acabe criando em Belo Horizonte uma nova casta de doutores e bacharéis, candidatos amanhã, a cargos burocráticos e políticos, desviando-os, assim, da sua finalidade. Isso seria sacrificar uma obra que Minas Gerais levou muito tempo a realizar.

A referência do ex-presidente aos fatos já mencionados anteriormente, como o intento de separar a Escola de Veterinária da Escola de Agricultura, em 1934 e levado a efeito em 1942, com o desmembramento da Escola de Veterinária que foi transferida para Belo Horizonte e a iminência em transformá-la em um quartel de cavalaria, ocorrido em 1935, também indica, implicitamente, a resistência institucional que, através da mobilização dos fazendeiros e de entidades da *sociedade civil*, conseguiu protelar o desmembramento do curso de veterinária e neutralizar a ameaça de fechamento da ESAV, em 1935.

Se a política do governo estadual em relação ao *desmonte* da ESAV não logrou êxito entre 1934 e 1935, ao final desse último ano, verifica-se uma mudança na estratégia de ação da *sociedade política* em relação ao estabelecimento, com a adoção de medidas de menor impacto social, mas que enfraqueceram a administração e a ação pedagógica da Escola, como a cassação da sua pouca autonomia institucional e financeira, a extinção do modelo de gestão administrativa e fiscal e a redução das atividades de ensino e extensão que atestam o recuo no processo de aproximação da ESAV com as *comunidades* de agricultores mineiros, um dos pilares básicos do modelo político-administrativo e pedagógico concebido e indicado por boa parte da *intelligentsia* vinculada ao *ruralismo*.

Este momento crítico na história da instituição também pôde ser detectado através de notícias publicadas pela imprensa, após o fim da censura e do Estado Novo. Como exemplo, pode ser citado o artigo de Érico Nobre, publicado no *Diário de Piracicaba*, em 2 de julho de 1947, que informava sobre a retaliação sofrida pela ESAV na época do Governo de Benedicto Valladares (1933-1945), que queria arrasar a obra de Bernardes, o que gerou muita resistência dos agricultores. Outra reportagem, dessa vez no jornal *Tribuna Popular*, do Rio de Janeiro, acusava “os longos anos de fascismo estadonovista que golpearam duramente a ESAV durante a Ditadura.”

Esta mesma opinião é encontrada numa carta de 25 de agosto de 1947, do ex- aluno da primeira turma de engenheiros agrônomos formada na ESAV, professor e então diretor da instituição, Antônio Secundino de São José, respondendo à solicitação feita pelo senhor Benvindo Novaes (ex-Secretário de Agricultura do Estado do Espírito Santo e ex-diretor da Diretoria de Ensino Agrônômico) para contratar agrônomos e técnicos formados na Escola:

(...) Agrônomo está se tornando fruta rara! (...) Estamos agora pagando pelo erro do governo passado, que tudo fez para proibir o desenvolvimento de nossa Escola. E o conseguiram sem dúvida. Tivessem eles ampliado nossa capacidade, destinando recursos à formação de maior número de técnicos, e não estaríamos atravessando essa tremenda crise de homens que, para mim, é a mais grave de todas.

Em 15 e 17 de abril de 1947, encontram-se pedidos do então diretor Antônio Secundino de São José ao Governo do Estado, solicitando, respectivamente, uma série de melhorias para a Escola e a construção de 26 casas para os professores residirem. Outro pedido para a melhoria da Escola veio através do “Manifesto dos Fazendeiros”, encaminhado à Assembleia Legislativa e ao Governo do Estado de MG em 16 de julho de 1947, que apresentou muitos considerandos e solicitação para a ampliação e melhoria da ESAV (provável motor na transformação da ESAV em UREMG, criada em 1948 e instalada em 1949).

Mesmo com as dificuldades enfrentadas pelos servidores da instituição tenham sido grandes (como atrasos salariais por seis meses), não parecem ter esmorecido o rigor pedagógico e disciplinar existente dentro do estabelecimento e do internato, nem interferindo na permanência doutrinária de forjar o *espírito esaviano*<sup>17</sup>, que serviu

<sup>17</sup> Até hoje o *espírito esaviano* é apregoado como uma maneira de se valorizar o trabalho, a dedicação quase sacerdotal do indivíduo ao progresso, ao engrandecimento da Instituição. Em depoimento gravado em 1990, o ex- aluno (1936-1940) e ex- prof. Otto Andersen, que lecionou na ESAV-UREMG-UFV, de 1946 até 1990, lembra

como estímulo, motivação para a superação das dificuldades enfrentadas diariamente, através do esforço pessoal e coletivo em prol da melhoria e do engrandecimento da instituição e da missão de difundir conhecimentos úteis para a agricultura.

---

que esse lema “vem desde o início, fazendo com que, qualquer novato, ao chegar aqui, pudesse absorver e desenvolver o ‘espírito esaviano’ de modo a se ter uma união boa que produzisse grandes resultados. Realmente, desde os operários, todos eles eram incutidos com o espírito esaviano a cooperar, porque a casa é nossa, e quanto mais engrandecer a casa, mais vantagem será para nós próprios. Vinculados à ESAV, nós estávamos realmente, nos fortalecendo para ter maior sucesso no futuro. O espírito mantém alto o entusiasmo por tudo que se diz a respeito da instituição, inclusive elevando o grau de motivação para as atividades e cria, incontestavelmente, um espírito de alta produtividade.

Na determinação de criar tradição, é importante que se esteja pronto para defender e promover à velha Escola, evitando certas críticas destrutivas ou maldosas. Deve-se apelar para que o engrandecimento seja cada vez maior e assim se possa realçar, cada vez mais o valor dessa grande realização que é a Universidade. Desde a década de 30, quem aqui esteve para lecionar, em breve aderiria ao espírito de trabalho com entusiasmo, convicto de que estava aprimorando cada vez mais, para cada vez melhor confirmar os seus desígnios.”



# CAPÍTULO III

## O MELHORAMENTO DO HOMEM: A EDUCAÇÃO NA ESAV

*A nossa orientação se faz especialmente baseada na confiança, que nos inspiram os alunos; a sua capacidade pela compreensão do que 'é certo' conduz-nos a tratá-los como homens e, ainda mais, como futuros líderes da Sociedade, a que vão servir, alguns em prazo menor do que um ano. A responsabilidade pessoal não quer dizer que a vida da Escola, fique sujeita à orientação dos alunos. Não. As leis da nação, do Estado, do Município e da Escola, são respeitadas, mais pela força da consciência de cada um, do que pela inspeção exterior.*

**Bello Lisbôa**



Evento Social no Salão Nobre da ESAV. Senhores assentados atentos a possível preleção.  
<https://locus.ufv.br//handle/123456789/8042>



Vista parcial do alojamento da Esav, década de 30.  
<https://locus.ufv.br//handle/123456789/23417>



## CAPITULO III

# O melhoramento do homem: a educação na ESAV

### 1. A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NA ESAV

No capítulo anterior, foram enfatizadas as realizações, a publicidade, o serviço de extensão da Escola, a articulação com diversas entidades da *sociedade civil* e o empenho da direção e congregação da ESAV em levar adiante o projeto político-institucional de cada vez mais estreitar o elo da escola com diversas *comunidades* e sociedades de agricultores, sendo que as situadas no Estado de Minas Gerais, em termos regionais, teriam representação e assento no *conselho de agricultores* responsável pela gestão administrativa do estabelecimento.

A constituição da Junta Administrativa, por sua vez, respaldou e fomentou a luta da direção para a consecução do objetivo, aprovado no Regulamento de 1931, de maior autonomia da instituição frente à *sociedade política*, sobretudo entre os anos de 1933 e 1934, o que não foi suficiente para impedir a ruptura desse compromisso, após a nomeação do interventor Benedicto Valladares (1933-1945) no governo estadual mineiro, cujas medidas mais drásticas só não fecharam o estabelecimento, graças à mobilização de entidades e sujeitos sociais em defesa da sua manutenção.

Essa resistência manifesta na esfera da *sociedade civil* não conseguiu neutralizar, contudo, a adoção, por parte do governo mineiro, de uma série de medidas restritivas, que geraram uma redução das atividades do estabelecimento, mormente na extensão, conforme já mencionado no capítulo anterior, e um declínio nas atividades de ensino, em termos de decréscimo no número de alunos matriculados, como será demonstrado a seguir.

No caso do ensino, até 1933, a expectativa era de ampliação da oferta de vagas na escola, como atestou o então diretor, na entrevista publicada no dia 21

de agosto de 1933, no jornal *A Batalha*, do Distrito Federal, quando foi indagado a respeito do pequeno número de estudantes do estabelecimento, o então diretor respondeu: “É pena que assim seja. Posso entretanto, adiantar ser pensamento do governo estadual duplicar a sua capacidade escolar.” Em outra carta, de 20 de fevereiro de 1934, endereçada ao Dr. Parreiras, Bello Lisbôa afirmou que a capacidade de ensino da Escola subira para 400 alunos nesse ano, sendo que tal capacidade de atendimento, ficava condicionada ao número de professores, aos laboratórios e seções práticas.

Contudo, tanto a previsão como a informação a respeito da capacidade escolar, fornecidas pelo então diretor da ESAV não se confirmaram, uma vez que a análise estatística da matrícula discente na instituição, durante o período em estudo, demonstra que a mesma atingiu seu ápice em 1935, com 346 alunos matriculados, apresentando declínio acentuado nos anos de 1937, 1943, 1948 e 1949, sendo que nesses dois últimos anos antes da escola isolada tornar-se universidade (UREMG), atendia apenas 183 alunos, conforme dados contidos no Quadro 1, em anexo.

Se o decréscimo no número de alunos demonstra o processo de inflexão ao longo do período da ESAV, o mesmo não acontece com o corpo docente que vai apresentando crescimento contínuo até 1936, onde atinge o número máximo de 42 professores, declinando para 30, em 1939, retornando aos números de 1936, em 1940. A partir daí, a composição do quadro docente apresenta uma pequena redução, que se mantém mais ou menos estável nos anos subsequentes, como também pode ser verificado no Quadro 1.

Essa constatação a respeito da inflexão quantitativa de atividades na ESAV, somada ao processo de regulamentação, fiscalização e padronização do ensino na área das ciências agrárias empreendido ao longo da *Era Vargas*, já apontadas nos capítulos anteriores, justifica a necessidade de conhecer como se estruturou a *ação pedagógica* na escola e identificar se a cultura escolar forjada até meados da década de 1930, sofreu interferência significativa da política educacional que foi sendo instituída pelos diferentes órgãos fiscalizadores subordinados ao Ministério da Agricultura, a partir de 1933 e pela Secretaria de Estado de Agricultura de Minas Gerais, órgão executivo ao qual a escola ficará sob responsabilidade desde sua criação, com exceção do período em que esteve subordinada à Junta Administrativa (1931-1936).

Para aferir se houve algum impacto na ESAV, em relação à tentativa política de homogeneização das organizações de ensino agrícola no Brasil, é fundamental en-

tender como foi organizado o sistema de ensino dessa instituição e se houve alguma mudança significativa neste aspecto, em função da diretriz e do modelo previamente estabelecido como referência para o ensino agrícola

Essa tendência de padronização no ensino, não ocorreu apenas no nível de ensino superior agrícola, mas também em outros níveis e ramos do ensino brasileiro, embora de maneira segmentada, o que atesta a inexistência de um instrumento básico de governo para disciplinar a educação em seu conjunto, ou melhor, assinala a prioridade governamental em regulamentar os níveis de ensino de maior valor ou demanda social, como o universitário, o propedêutico e o comercial, entre 1931 e 1932, para depois se ocupar do nível superior de cunho mais aplicado, como o agrícola, a partir de 1933 e, por fim, entre 1942 e 1946, regulamentar o ensino de nível médio profissionalizante em seus diversos ramos, com destaque para o curso normal, e o ensino primário, instituídas pelas chamadas *Leis Orgânicas de Ensino*.

Embora esse conjunto de leis e procedimentos possuísem unidade, por terem sido elaboradas durante a mesma administração e sob a mesma inspiração, a segmentação instituída em função do tipo de ensino e sua subordinação a ministérios diferentes ao da Educação, como no caso das instituições de ensino agrícolas, tiveram forte repercussão no processo de expansão ou contenção na oferta de ensino.

No caso dos estabelecimentos de ensino agrícola, percebe-se que os mesmos ficaram sujeitos a uma fiscalização mais rígida e de caráter punitivo, que não tinha o propósito de fornecer apoio ou coordenação para a melhoria dos cursos, acarretando, com esse procedimento, a extinção de diversos cursos e o fechamento de muitas Escolas de Agronomia e Veterinária, como já mencionado nos capítulos anteriores.

Se muitas dessas escolas foram extintas por não atenderem as exigências da lei, sobretudo no que se refere à comprovação de um patrimônio mínimo estipulado, os estabelecimentos que cumpriram esta determinação também tiveram que se adequar ao modelo curricular instituído, como padrão, pelo governo federal, a partir de 1934.

No entanto, se a partir desse ano vai ocorrendo um certo *alinhamento* curricular do ensino superior agrícola, com a regulamentação de uma carga horária mínima e a distribuição das cadeiras e disciplinas, nos quatro anos de curso, tendo como referência o modelo de ensino instituído na Escola Nacional de Agronomia e na Escola Nacional de Veterinária, tal padronização normativa em termos administrativos, pedagógicos e curriculares, parece não ter afetado substancialmente o trabalho e a ação pedagógica que foi sendo forjada na ESAV desde sua criação, que já previra o regime

do internato, não só para os alunos do nível elementar e médio, mas também para o estudante de nível superior em agricultura, diferentemente do regime de externato ainda vigente nas Escolas Nacionais de Agricultura e Veterinária.

Para averiguar tal hipótese, faz-se necessário abordar a concepção e a organização do ensino instituído na ESAV, não só pelo seu aspecto curricular de cunho aplicado, profissional, relacionado com “o melhoramento do animal e da semente”, mas sobretudo pelo conjunto de normas e controles de condutas requeridas no regime de internato, com vistas ao “melhoramento do homem”, em seu aspecto físico, intelectual e moral, e que terão efeito pedagógico e formativo muito mais efetivo e duradouro junto aos alunos.

Nesse sentido, sobre a autoria e o tipo de ensino a ser desenvolvido pela ESAV desde a sua criação, P. H. Rolfs reconhece-se, com modéstia, somente como o executor do projeto, em carta enviada ao senhor Hormindo Dipo de Oliveira, em 14 de setembro de 1927:

O trabalho da Escola de Agricultura é diferente do que qualquer outra Escola do Estado de Minas. É bem diferente da Escola Mineira de Agronomia de Belo Horizonte. Geralmente falando no Brasil, as Escolas Superiores têm por fim formar homens para empregos públicos. A nossa Escola tem por fim a produção de melhores lavradores, que podem produzir maiores colheitas com menos trabalho (...). A Escola de Agricultura norte-americana foi escolhida como o tipo melhor adaptado a Minas muitos meses antes de eu vir para o Brasil. O tipo foi escolhido pelo governo de Minas, e eu fui chamado simplesmente para ajudar a resolver os detalhes.

A preocupação com os *detalhes* de Rolfs, ao que parece, trouxe problemas para a aprovação do primeiro projeto de regulamento e dos programas de ensino da ESAV, que foram apresentados pelo referido diretor ao Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais Daniel de Carvalho, em 12 de abril de 1926, e que teve como resposta um ofício do mesmo, datado de 13 de abril de 1926, com o seguinte parecer:

Tendo recebido ontem o seu trabalho, quero salientar desde logo que a cadeira de Redação Agrícola, tal como se encontra a folha 98 (...) não seria bem recebida pela opinião pública do país, cuja tendência é para repelir tudo que se relacione com a retórica ou como se convencionou chamar bacharelismo, principalmente tratando-se de um assunto, como a agricultura, em que é exigida uma maior soma de conhecimentos práticos. Entretanto, como me declarou pessoalmente que sem essa cadeira o curso da Escola ficaria seriamente prejudicado, venho pedir-lhe me apresentar por escrito os argumentos em que se funda para fazer essa afirmação para que eu, em exame mais demorado, possa resolver a respeito.

No entendimento do diretor, a cadeira de Redação Agrícola tinha papel fundamental para a formação do agrônomo, pois estimularia o encadeamento das ideias, o raciocínio discursivo, o desenvolvimento da argumentação, da retórica, tão importantes para desenvolver a fala e a escrita sobre a agricultura prática e para cumprir a missão de melhorar “o homem, o animal e a semente”.

Sobre tal questão, Rolfs faz a seguinte observação sobre a cadeira de Redação Agrícola:

A supressão da cadeira ‘Redação Agrícola’, sem providenciar que esta instrução seja feita por outro modo, é um sério golpe a cada pessoa no Estado de Minas interessada sobre assuntos agrícolas. (...) A responsabilidade por esta omissão fica sob o Governo de Minas. Estou certo que isto foi devido a falta de compreensão da importância deste assunto em vez do desejo de conservar os jovens de Minas escravizados, e evitar que galguem posições eminentes entre os *leaders* na agricultura do estado e da nação. Este ato do governo de Minas parece indicar oposição a disseminação de conhecimentos úteis de agricultura. A situação presente lamentável põe em ênfase fortemente este ponto.(...) Se o governo não permitir que os estudantes agrícolas aprendam a escrever propriamente e de modo interessante para os leitores, teremos de continuar a pedir a outros estados informações sobre nossa agricultura.

Outra recomendação de emenda, ou melhor, de acréscimo no Regulamento da ESAV, feita pelo Secretário de Agricultura, referiu-se à organização da Escola Superior de Veterinária. Tal sugestão pareceu ser recebida com surpresa pelo diretor, que lhe respondeu taxativo:

Não deve ser esquecido que o Governo de Minas resolveu introduzir uma Escola Superior de Veterinária depois de organizado o Regulamento e o curso de estudo. Esta Escola deveria ter cinco cadeiras no mínimo, indispensáveis para o bom funcionamento duma escola de veterinária, se ela fosse estabelecida conjuntamente com uma Escola Superior de Agricultura. Uma Escola Superior de Veterinária estabelecida separadamente necessita pelo menos de doze cadeiras para justificar sua denominação de ‘Escola Superior’. Quando esta Escola Superior de Agricultura e Veterinária foi locada e estabelecida o Governo de Minas indicou que desejava uma Escola Superior de Agricultura com forte departamento de Veterinária, tendo em vista desenvolver mais tarde o departamento de Veterinária de modo a se tornar em final uma Escola Superior de Veterinária. Todas as minhas recomendações feitas para a fundação dessa escola tiveram em vista o estabelecimento duma Escola Superior de Agricultura, tendo ideia de se desenvolver em futuro uma Escola Superior de Veterinária. Por esta razão, os utensílios de laboratórios e de campo serão achados inadequados para diversos cursos da Escola Superior de Veterinária. Pode ser facilmente entendido que quando um departamento é repentinamente transformado numa escola, deverá apresentar muitas deficiências.

Ao que parece o secretário Daniel de Carvalho não aquiesceu ao argumento de Rolfs sobre a Escola Superior de Veterinária – cujo início do funcionamento ocorrerá em 1932, ou seja, somente após a formatura da primeira turma de engenheiros agrônomos realizada em 1931 – e não se dispôs a aprovar a cadeira de Redação Agrícola, que foi excluída do plano de curso de Agronomia.

Para ser aprovado, o Regulamento teve que ser feito três vezes, conforme menciona Borges (1968, s/p), “um outro plano foi solicitado a agrônomos e educadores da Capital, que o terminaram em princípios de junho do mesmo ano” e que também não foi aceito. “De posse dos dois projetos, o Dr. Bello Lisbôa elaborou um terceiro que, concluído em 20 de junho, transformou-se no Decreto nº 7323, de 25 de agosto de 1926”. Contudo, este Regulamento foi modificado pelo Decreto nº 7461, de 21 de janeiro de 1927, que já trazia os planos de curso da Escola Superior de Veterinária.

Não obstante, desde a primeira versão do regulamento (1927, p. 5), já estava definido o público alvo e a principal finalidade da ESAV: “Dedicada especialmente aos fazendeiros mineiros, visa, de modo especial, a educação agrícola de seus filhos e o aumento da riqueza das fazendas pela aplicação dos métodos mecânicos modernos, pelo aperfeiçoamento das culturas existentes e pela introdução de novas espécies de plantas e animais.”

O Regulamento de 1927, em seu artigo 2º, explicita melhor a finalidade do ensino da ESAV, que era o de educar a população agrícola mineira “em todos os assuntos pertencentes à vida rural e melhorar as suas condições morais, mentais e econômicas, no mais breve tempo possível” (1927:5), sendo acessível a alunos com qualquer grau de instrução, tendo assim, como diretrizes básicas a instrução generalizada, a educação aliada à instrução, o ensino, obrigatoriamente, teórico-prático, e o que não interessar ao fazendeiro, não interessa à escola.

Sobre o ideal de instrução generalizada e educação do estabelecimento, pode-se afirmar que o mesmo teve início em 1923, segundo ano da obra de construção da ESAV, com a instituição do regime de responsabilidade pessoal e da caixa beneficente dos operários, por cooperação, sob os auspícios do então engenheiro-chefe, e o consequente custeio dos serviços de assistência médica, de medicamentos e educacional extensivos à sua família, dentre outros meios de regulação como já apontado no capítulo II.

No caso dos cursos regulares iniciados pela instituição, nos níveis elementar, médio, no segundo semestre de 1927, e no nível superior, a partir de 1928, a preo-

cupação máxima era fazer com que os alunos desses cursos tivessem “verdadeira vida de campo, empenhados o mais possível nos problemas agrícolas” (idem:10). Daí a adoção, desde o início, da educação integral, que manteve-se durante toda ESAV, como se supõe do ofício enviado pelo ex-aluno e então diretor Antônio Secundino, à Superintendência do Departamento de Ensino Técnico, órgão vinculado à Secretaria de Agricultura do Estado de Minas, em 08 de janeiro de 1947, informando que não havia “possibilidade do aluno trabalhar e estudar ao mesmo tempo, em virtude da natureza dos trabalhos escolares e número de aulas ministradas diariamente.”

O ensino foi orientado para exigir dos alunos o maior trabalho útil possível, nas aulas teóricas e, sobretudo, nas aulas práticas dadas nos laboratórios centrais e rurais, nos campos e estábulos, demonstrando sua natureza essencialmente aplicada e profissional.

Para forjar essa “verdadeira vida de campo” e para atingir sua missão de disseminar conhecimentos úteis para a melhoria da agricultura praticada na região, nada mais funcional à instituição, que organizar o ensino agrícola voltado para a reprodução das relações sociais no campo, tendo uma concepção de ordem rural assentada numa divisão social do trabalho, que requeria a necessidade de difusão de saberes em três níveis de conhecimento, dando maior e melhor preparo para o trabalho do lavrador ou agricultor, no nível elementar, do administrador rural, no nível médio, e do engenheiro agrônomo, no nível superior.

A oferta desses cursos era justificada pela necessidade de uma escola de agricultura que oferecesse oportunidades de educação aos indivíduos de todas as classes sociais, com diferentes graus de preparo e instrução escolar e para fomentar o ideário de modernização das forças produtivas e de divisão social de trabalho no meio rural. Tal argumento também era escudado pelo caráter prático dos cursos, voltados para o desenvolvimento racional da agricultura e pela precária escolarização dos alunos, sobretudo no que se refere à instrução primária, como fica patente no primeiro relatório anual da direção, de 1927:

A instrução como é ministrada nos Cursos Elementar e Médio, é mais necessária para o desenvolvimento racional e rápido da agricultura do Estado de Minas. Quando esses moços estavam na idade própria para estudar em grupos escolares, poucos deles tinham oportunidade de frequentar essas Escolas, por serem poucas no Estado. Geralmente, a mentalidade dos alunos em nosso Curso Médio justifica a classificação no Curso Superior. Falta-lhe, porém, o ensino básico, que hoje está sendo ministrado pelos grupos escolares e ginásios. (p.9)

A falta ou a precariedade de instrução de alunos no curso elementar, inicialmente, não constituiu-se num obstáculo para que alguns candidatos, a critério da diretoria, participassem “dos trabalhos práticos nos campos de cultura e assistência às aulas noturnas das classes primárias, anexas à instituição” (Estatuto da ESAV, 1932, p. 26). A prioridade dada ao conhecimento prático fica também evidenciada na estrutura e na variação do currículo dos cursos de agricultura da ESAV ao longo desse período e que serão sucintamente caracterizadas a seguir.

O curso elementar de Agricultura tinha a duração de um ano - subdividido em dois semestres – e era voltado para a instrução rudimentar e prática de agricultores e capatazes rurais “conscientes de sua profissão”, maiores de 18 anos -, conferindo o certificado de capataz rural. Para ingressar no curso, o candidato deveria apresentar o exame final dos grupos escolares ou submeter-se a um exame de admissão, com provas de caligrafia, leitura e prova escrita de aritmética sobre as quatro operações. Esse curso destinava-se a suprir “as necessidades educativas, relacionadas com a vida rural, de pessoas que não tenham oportunidade de receber instrução mais completa” (Regulamento ESAV, 1927, p. 6).

O trabalho escolar semanal do curso era de trinta e seis horas de aulas e trabalhos, no qual ministravam-se conhecimentos sobre agricultura, criação dos animais domésticos, veterinária, horticultura, pomicultura, jardinocultura, português, aritmética, história do Brasil, geografia e noções de desenho e contabilidade agrícola. No Regulamento aprovado ao final de 1931, os três primeiros conhecimentos passaram a ser ministrados nas disciplinas de agronomia e zootecnia e foram acrescidos ao currículo, ensinamentos sobre silvicultura, mecânica agrícola, extinção de saúva, noções de economia rural e oficinas rurais.

Também estipulou que os ensinamentos “de jardinocultura, apicultura, sericultura, indústrias rurais e outras de valor econômico para a exploração agrícola” seriam facultados aos alunos, dentro das possibilidades do estabelecimento, além de determinar que “as noções fundamentais da ciência” fossem “ministradas nas aulas a que se ligarem e quando necessárias” e que “os conhecimentos práticos de pragas e doenças de plantas e animais” fossem “incluídos nos estudos com que se relacionarem.” (Regulamento ESAV, 1931, p. 8)

Esse curso mereceu observação do então diretor do DEA, Newton Beleza, no ofício encaminhado ao diretor da ESAV, em 18 de novembro de 1936:



Pela primeira vez apareceu nesta Diretoria, para ser registrado um título de Administrador Rural, expedido por essa Escola (...). Como no momento, essa Escola trata da modificação do mesmo regulamento, pela necessidade de adaptá-lo ao da ENA, venho lembrar-vos da conveniência talvez, da substituição desse título por outro menos pomposo e que melhor exprima as atribuições práticas dos seus portadores. Esta Diretoria assim procede por julgar que esse título melhor seria empregado para quem terminasse um curso mais avançado, mesmo superior, parecendo-me excessivo e inadequado para quem conclui um curso elementar, de um ano apenas, como no caso em questão.

O Regulamento da ESAV, aprovado pelo então Secretário de Agricultura Israel Pinheiro, em 22 de dezembro de 1937, além de estar adaptado ao da ENA, contempla a sugestão dada pelo diretor da DEA, visto que o curso elementar desdobrou-se em dois tipos: o de operários rurais, com a duração de um semestre, destinado aos “filhos de fazendeiros, com ensinamentos de caráter exclusivamente prático dos trabalhos rurais”, e o de capataz rural, em dois semestres, compreendendo, “além do curso de operário rural, ensinamentos mais adiantados sobre agricultura, zootecnia, horticultura, pomicultura, silvicultura, extinção de saúvas, noções de higiene, de contabilidade e de oficinas rurais.” Esses cursos foram extintos em 1947.

O curso médio de Agricultura tinha a duração de dois anos – subdividido em quatro semestres – e era destinado a maiores de 18 anos, conferindo o certificado de Técnico Agrícola. Para ser admitido nesse curso, o candidato deveria apresentar certificado de aprovação final em grupo Escolar. Além disso, deveria passar pelo exame de admissão que constava das seguintes provas: prova escrita de português, prova escrita de aritmética e noções de geometria e desenho e provas orais de geografia, história do Brasil e educação moral e cívica. O curso era especialmente destinado “aos filhos de fazendeiros e agricultores que não tenham feito curso ginásial e visava formar bons técnicos agrícolas.” (Regulamento ESAV, 1927, p. 7).

A jornada escolar semanal do curso médio era de vinte e uma horas/aula nas matérias aplicadas de botânica, zoologia, física, moléstias das plantas, agricultura, zootecnia, silvicultura, horticultura, pomicultura, indústrias rurais, máquinas agrícolas, trabalhos de engenharia rural, higiene veterinária, aritmética e contabilidade agrícola, álgebra, geometria, português e história do Brasil. O Regulamento de 1931, suprimiu do currículo as matérias de agricultura, indústrias rurais, máquinas agrícolas, trabalhos de engenharia rural, contabilidade agrícola e higiene veterinária, que foram substituídas pelas disciplinas de agronomia, oficinas rurais, mecânica agrícola e administração rural. A matéria moléstia de plantas passou a ser incluída nos estudos

de agronomia, zootecnia, horticultura, pomicultura e silvicultura, nas partes referentes às pragas e doenças comuns.

O Regulamento também aprovou que o curso médio ministrasse ensino aos alunos que não tivessem os exames preparatórios de aritmética, álgebra, geometria, português e história do Brasil e que, no segundo ano do curso, fossem oferecidos estudos optativos aos alunos sobre veterinária, entomologia, fitopatologia, apicultura, sericultura, laticínios, agrimensura rural, agronomia, zootecnia, horticultura e pomicultura, jardinocultura, indústrias rurais e outros, “de acordo com as possibilidades do estabelecimento e necessidades agrícolas do Estado.” (Regulamento ESAV, 1931, p. 9)

Esses estudos optativos permaneceram no Regulamento aprovado em 1937, não havendo mais menção ao ensino para os exames preparatórios e sim ao Curso Complementar, de cunho propedêutico, “para formar rapazes melhor preparados, que romperão na vida prática sob a crescente e acreditada influência da ESAV”, conforme expectativa do então diretor John Benjamin Griffing (Apud BORGES, 1968, s/p). Esse curso foi extinto em 1943, em função da chamada Lei Orgânica do Ensino Secundário outorgada pelo Decreto-Lei 4244, de 09 de abril de 1942.

No que se refere às disciplinas do curso médio, verifica-se que o Regulamento de 1937 trouxe mudanças e alterações em algumas matérias até então oferecidas, com a introdução de disciplinas como noções de matemática, agrologia, agricultura, higiene, avicultura e economia, a extinção de outras, como agronomia, mecânica agrícola, álgebra, geometria, português e história do Brasil.

O curso superior de Agricultura tinha a duração de quatro anos, subdivididos em oito semestres, com o mínimo de oitenta dias letivos cada um e destinava-se à formação de profissionais de agronomia, em 1927, e engenheiros agrônomos, a partir do 1931, “com ensinamento teórico-prático integral das matérias indispensáveis ao exercício dessa profissão, aproveitando-se neles os candidatos que houverem concluído o curso ginásial” (Regulamento ESAV, 1927, p.37) ou certificado de aprovação nos dez exames preparatórios, que exigiam conhecimentos em português, uma língua estrangeira moderna, aritmética, álgebra, geometria e trigonometria, geografia, física e química, história natural, história do Brasil e história universal.

Em 1927, a carga horária semanal do curso superior de Agricultura era de dezoito aulas, na qual eram “estudadas obrigatória e sistematicamente” as matérias sobre agronomia (agricultura geral e especial), agrologia (geologia, mineralogia e solo),

botânica, zoologia (com parasitologia e entomologia) genética (animal e vegetal), microbiologia e fitopatologia, zootecnia (geral e aplicada, compreendendo também anatomia, fisiologia e exterior de animais domésticos), química (geral, mineral, orgânica, analítica e vegetal), física, meteorologia e climatologia, tecnologia das indústrias rurais, engenharia rural (compreendendo topografia, estradas de rodagem, mecânica, máquinas e motores, hidráulica agrícola, irrigação e drenagem, construções rurais e desenho), silvicultura, horticultura, pomicultura, higiene, noções de veterinária, economia rural (legislação, direito e administração), matemática, contabilidade e estatística agrícolas.

A relação dessas matérias sofreu mudanças no Regulamento de 1931, com a redução de disciplinas em agrologia, com a condensação dos conteúdos nas disciplinas de mineralogia e geologia de solos, a extinção da matéria sobre estatística agrícola, cujo conteúdo passou a estar incluído na disciplina de economia rural (administração, economia e estatística), a criação das matérias ou conteúdos sobre legislação rural, jardinocultura, entomologia (inclusive extinção de saúvas), tecnologia agrícola, eletricidade agrícola, além da incorporação do adjetivo “agrícola” nas disciplinas de botânica, zoologia, física, química, meteorologia e climatologia. denotam os avanços e a maior aglutinação de conhecimentos direcionados para as atividades de produção rural na instituição, enquanto a inclusão da matéria revisão de matemática elementar, demonstra a falta de base de alguns estudantes.

Esse Regimento também permitia aos alunos capazes de mais estudos cursar disciplinas facultativas de aperfeiçoamento, sendo necessário, para isso, atender a alguns requisitos como a solicitação de pelo menos cinco alunos com interesse no estudo, a permissão a cada aluno de cursar, no máximo, quatro aulas facultativas por semana e que as aulas facultativas não trouxessem prejuízo ao curso obrigatório. A previsão dessas disciplinas de aperfeiçoamento permaneceu no Regulamento de 1937, apresentando como único requisito esse último aspecto citado.

O Regulamento de 1937 introduziu as matérias de matemática (geometria analítica e cálculo infinitesimal), anatomia, fisiologia e exterior dos animais domésticos e laticínios, acrescentou o adjetivo rural à disciplina de entomologia e a exclusão das matérias de eletricidade agrícola, meteorologia e climatologia, sendo que as duas últimas tiveram conteúdo incluído na matéria de física rural.

Nesse sentido, se as mudanças ou ajustes curriculares que foram sendo efetuados nos diferentes regulamentos da ESAV, indicam uma preocupação em aglutinar

conteúdos, conforme o nível de ensino, de modo que o elenco de disciplinas de cada curso, estivesse voltado para a missão de criar uma *nova* mentalidade de trabalho produtivo e de cultura no campo, conforme a origem e a destinação social do aluno, uma característica do ensino que permeou todos os cursos, ao longo de sua história, foi essa natureza prática, aplicada.

O caráter prático e pragmático do ensino a ser ministrado na Escola, encontra-se explicitado na introdução do Relatório Anual de 1928, na qual o diretor Rolfs apontava a importância desse saber científico, como instrumento de poder e as vantagens do investimento em cursos de ciência aplicada, como meio de promoção do desenvolvimento econômico e cultural ao nível local, regional e nacional e os dados de realidade do Estado de Minas, com suas limitações econômicas e de conhecimento científico na área, para justificar a prioridade dada à construção e equipamento de alguns departamentos e seções do estabelecimento, em detrimento de outros:

O escopo da escola agrícola é ministrar instrução prática de acordo com as melhores práticas agrícolas e alguns dos princípios científicos, que se têm revelado de vantagem prática. O conhecimento completo dos princípios científicos que estão sujeitos os melhores processos e usos quanto ao modo pelo qual foram eles realizados, no campo e no laboratório, dá ao agricultor um poder, de que não dispõem aqueles, que o não têm. As nações, estados e comunidades, que maior atenção têm prestado à ciência aplicada, são os que mais têm prosperado no comércio, artes e literaturas, durante os últimos setenta e cinco anos.

O número de seções necessário à organização completa de uma escola agrícola pode elevar-se a mais de cem, como acontece nos Estados Unidos; há contudo, um número de seções que são fundamentais e de importância básica. Em uma escola nova, especialmente em um estado onde a agricultura científica se estuda como disciplina nova, é prudente limitar o número de seções àquelas que a utilização dos fundos disponíveis e a possibilidade da consecução de estudantes para a frequência de todas seções se tornem necessárias; a proporção que a escola for aumentado a sua popularidade e recursos financeiros, novas seções se lhe podem acrescentar periodicamente.

Tal argumentação, além de servir de justificativa para a prioridade dada pelo então diretor ao acabamento da construção e o equipamento das seções de Agronomia, Veterinária, Horticultura, Moléstias das plantas e insetos, Solos, Mecânica Agrícola, Química, Silvicultura, Língua Portuguesa, História do Brasil e Matemática, por serem consideradas imprescindíveis para o início do trabalho pedagógico. Também reitera a necessidade de apoio, por parte da *sociedade política*, à consecução do projeto político pedagógico da Escola, e sua expectativa de aumento do número de seções do

estabelecimento, *pari passu*, à ampliação de seu reconhecimento social, legitimando seu ideal de *modernização* do meio rural.

É inegável que até 1935, esse escopo de escola agrícola delineado pelo então diretor Rolfs, foi muito bem adubado e semeado, fincando raízes fortes e resistentes, que sobreviveram às intempéries políticas e financeiras que se abateram sobre a instituição, sobretudo após a nomeação do interventor Benedicto Valladares no governo do Estado de Minas Gerais (1933-1945). Aliás, tanto essa busca pelas melhores práticas agrícolas quanto as dificuldades financeiras e salariais enfrentadas por todos os servidores do estabelecimento, constituíram-se num dos vetores que forjarão o *ethos* do denominado *espírito esaviano*, até hoje cultuado pelos seus ex-alunos e dirigentes.

A determinação da diretoria em instituir essa diretriz prática no ensino da ESAV, encontra-se registrada na ata da terceira reunião da Congregação, realizada em 19 de agosto de 1927, ou seja, na terceira semana após o início das aulas, na qual o diretor Rolfs admoestou os professores sobre a tendência dos mesmos fazerem os trabalhos práticos, em vez de exigir que sejam feitos pelos alunos, uma vez que “todos nós procuramos o mais possível, evitar o trabalho de pensar”.

Na conclusão do Anuário de 1927, o diretor Rolfs (1996:87) caracterizou o perfil do aluno e de parte da atividade prática realizada na Escola:

(...) estamos criando um Corpo Discente quase exclusivamente fornecido pelas propriedades agrícolas(...). Aqui os alunos abrem buracos, aram a terra, fazem limpeza dos estábulos, e muitos outros serviços de natureza elementar. Nós esperamos que, na vida prática, eles não terão de fazer estes mesmos serviços. Porém todo trabalho tem um modo mais eficiente para ser feito. Somente com prática, podem os alunos aprender os meios melhores, (...) para poderem depois ensinar aos seus empregados os serviços, e exigir dos empregados, que sejam eles feitos eficientemente. É só fazendo, que podem aprender verdadeiramente como se deve fazer.

Essa citação também assinala um dos principais métodos de ensino adotados pela instituição, que se baseava no princípio do *aprender fazendo*.

## 2. O APRENDER FAZENDO

O emprego dessa metodologia de ensino calcada no *aprender fazendo*, no aprendizado prático, foi se estabelecendo como um importante postulado para a geração de conhecimentos sistematizados e empíricos, constituindo-se também num

outro vetor para a determinação do *ethos* dos *esavianos*, no que concerne ao modo de atuação profissional, independentemente do grau ou nível de formação, do capataz rural, do técnico agrícola ou do engenheiro agrônomo, cuja destinação social e profissional vão sendo instituídas, a partir da década de 1930. Nesse sentido, saber fazer não implica apenas em *saber mandar*, mas sim, em *saber obedecer* e, sobretudo, saber executar. (BOURDIEU, 1987, p. 8)

O emprego desse método de ensino fundamentado no *aprender fazendo*, além de ser poupador de mão de obra, em termos de contratação institucional de diaristas ou jornaleiros, também permitiu aos discentes o manuseio de máquinas e equipamentos agrícolas e o acompanhamento, mais direto e efetivo, do andamento das pesquisas, dos experimentos e seus resultados, como por exemplo, as experiências para a destruição de pragas, como a saúva, as técnicas para o aperfeiçoamento das culturas existentes e a introdução de novas espécies de plantas e animais.

Tais atividades eram tidas como meios de motivação para os alunos, dos diferentes cursos que, com diferentes graus de percepção e análise, aprimorarem o senso prático, o espírito de observação e os conhecimentos técnicos, relacionados com seu ofício ou profissão para promover a elevação “dos habitantes rurais, pela introdução da nova técnica de racionalização do trabalho agrícola, acompanhada da necessária educação e higienização das nossas comunidades rurais” (Discurso, 1942) e a melhoria e diversificação produtiva do trabalho agropecuário e, conseqüentemente, dessa produção.

Por outro lado, o *aprender vendo ou fazendo* – ao contrário do que se supunha, foi bem recebida pelos discentes. Pelo menos, é isso que pode ser constatado no relato do diretor P. H. Rolfs (1928, p. 14):

Ao iniciar os trabalhos em Minas, fui seguramente informado por muitos dos *leaders* em educação que os jovens mineiros não aceitariam a forma americana de instrução agrícola, que eles teriam vergonha de sujarem as mãos tocando em arados e máquinas agrícolas. Tenho a máxima satisfação em dizer-vos que é extremamente o contrário o que se tem dado com os nossos alunos; eles preferem as aulas práticas nos campos às aulas teóricas.

O então professor de Agronomia, Diogo Alves de Mello relata, no Anuário de 1927, as atividades dos alunos e a comprovação, na prática, da teoria trabalhada em aula:

Antes de irem para suas casas gozar as férias tiveram a oportunidade de apreciar o esplêndido fruto dos seus trabalhos, fazer comparações com as culturas vizinhas. Em outras palavras, aprenderam, fizeram e viram as grandes vantagens das máquinas agrícolas no

bom preparo do solo e na economia da produção; a seleção de sementes; de boas mudas, ficando assim convencidos de que aquilo que lhes dissera o professor não era mera teoria, como geralmente acreditam os nossos lavradores e com muita razão.

A preocupação com a aplicação da teoria também pode ser identificada no artigo nº 177, do regulamento de 1927, que estabelecia como obrigatório o registro das ocorrências agrícolas em todas as dependências da Escola, com base nos princípios de contabilidade agrícola, “não só para a intuição dos alunos, como para demonstração econômica do andamento dos seus trabalhos.” (Regulamento ESAV, 1927, p. 80)

Desse modo, seguindo o lema *aprender fazendo*, a Escola procurava articular as disciplinas de conteúdo teórico, ministradas no Edifício Principal, e prático, dadas nos laboratórios centrais, em laboratórios rurais, nos campos e estábulos, na qual os alunos observavam e participavam de diversas atividades e experimentos, recebendo a explicação do como e do porquê se fazia e depois realizando-as, o que favorecia a assimilação do conhecimento de modo mais significativo.

O uso da monitoria é detectado no relatório do professor de botânica de 1928, ao mencionar que dois alunos do curso médio, submetidos à prova de suficiência pedagógica, foram indicados para ministrar, aos alunos do curso elementar, os conhecimentos de pomicultura, relativos à prática de ensino da cadeira Horticultura e Pomicultura, de acordo com o programa organizado.

Assim, esse tipo de Escola instituído nos moldes dos I norte-americanos, ao fundamentar-se na tríplice função de promover o ensino, a pesquisa e a extensão, direcionados para a resolução dos problemas da agricultura e dos agricultores locais e para a modernização e diversificação agrícolas, constituiu-se, assim, numa das raras exceções ao predomínio do ensino acadêmico e livresco que vigia na maioria dos estabelecimentos de ensino brasileiros da época que, de prático, pouco realizavam, conforme atestava o então diretor Bello Lisbôa, no relatório anual de 1931.

Nosso sistema educacional até aqui, em desacordo com as necessidades da nação e de raça, mais próprio para ativar a já acentuada faculdade meridional de pensar, de pensar mesmo demasiadamente, não oferecendo ao educando oportunidade para os movimentos de execução, e, contribuindo até para o atrofiamiento do poder de realização, tem tornado fracamente produtivas muitas das nossas gerações (...).

Devemos desenvolver a capacidade executiva, de modo geral, e convencer-mos de que não nos faltam ótimos planos e excelentes leis, planejamos com tanta facilidade, que temos exuberância de projetos. Da execução é que precisamos - da execução exata e

disciplina, sem excessos momentâneos, seguindo marcha tranquila e realizadora. Preferiremos os projetos mais modestos, aqueles que estiverem dentro das nossas possibilidades, mas executemos fielmente, visando sempre uma realização de indiscutível utilidade.

A preocupação com a manutenção desse princípio de cumprimento de metas, pode ser identificado quando esse então diretor responde ao relatório enviado pelo ex-aluno, agrônomo responsável pelo Serviço de Combate à broca do café no Sul de Minas, em 30 de maio de 1932, identificando nesse último relatório, tendências do mesmo em querer fixar-se na cidade de Jacutinga: “falou em sala de visita, escritório, burocracia, etc. Não é disto que precisamos agora; nossa atenção deverá ser dada exclusivamente à localização da praga. É de conveniência que nas excursões vão se espalhando as instruções gerais sobre o assunto.”

O propósito em evitar que o trabalho pedagógico da escola não ficasse somente na teoria, fica patente na carta em que o então diretor Bello Lisbôa remete ao ex-diretor Rolfs, em 17 de abril de 1934, informando que continuava a sustentar firmemente os princípios básicos da Escola, embora reconheça que, dado o grande número de alunos e de professores, “se a direção se descuidar é possível e fácil mesmo, que a teoria queira tomar conta.”

Sobre essa característica do estabelecimento agrícola, o ex-aluno (1934-1939) e ex-professor (1940-1972) e reitor da UREMG, Edson Potsch de Magalhães (entrevista, 2001), assinala que essa iniciativa foi vista com alguma reserva e desconfiança no meio acadêmico brasileiro da época, porque

essa determinação do presidente Bernardes de trazer a cultura norte-americana, e não a cultura europeia que era tradicional, deixou Viçosa [ESAV], para alguns espíritos, numa certa situação de inferioridade, porque a tradição europeia de cultura, não era uma tradição de prática. Então duas legendas: ‘aprender fazendo’ e ‘ciência e prática’. E ele trouxe isso para aqui, foi um sucesso extraordinário, mas ficou assim. Criticavam um pouco. Achavam que estavam formando lavradores técnicos e não cientistas. Mais tarde, Piracicaba [a ESALQ] se penitenciou pelo pré-julgamento errado. O fato é que o grande triunfo de Viçosa, na verdade foi ter adotado e permanecido com o espírito da cultura norte-americana.

Nesse sentido, uma das razões da permanência do espírito da cultura norte-americana no ensino profissional agrícola da ESAV, pode ser creditada à consecução das diretrizes traçadas inicialmente pelo diretor Rolfs (1921-1928), que tiveram prosseguimento ao longo da gestão de Bello Lisbôa (1929-1935) e de Griffing (1937-1939) no estabelecimento, sobretudo a despeito do processo de seleção e organização



do corpo docente “à altura das suas responsabilidades”, que baseou-se nos seguintes critérios: seleção dos professores conforme a capacidade técnica e dignidade pessoal, “com absoluta exclusão do protecionismo, seja qual for; contratos por prazo determinado, no máximo por três, com possibilidade de renovação; regime de tempo integral;” realização das atividades de ensino e pesquisa em consonância com a formação profissional “e, darem os professores, no mínimo, e nos terrenos da Escola, seis horas diárias de atividade.” (Lisbôa, 1934, p. 38)

A adoção desse critério de seleção, consoante com a proposta de admissão docente sugerida no trabalho de Torres Filho, e o provimento de recursos do Estado, contribuiu para a instituição contar, em seus anos iniciais, com a presença de docentes brasileiros, norte-americanos, alemães, russos e dinamarqueses, que muito auxiliaram para a instalação e equipamento de laboratórios e oficinas, de organização didática e de atividades nos departamentos e nas seções de trabalho da ESAV. Em meados da década de 1930, muitos desses espaços passaram a ser ocupados por profissionais formados na própria instituição, contratados para o quadro docente. Essa situação foi avaliada como preocupante pelo ex-diretor Rolf, em carta enviada ao diretor Bello Lisbôa, em 10 de julho de 1935:

Já estávamos com boas indicações para a cadeira de Entomologia, sendo lamentável a Escola se achar obrigada a confiar esse cargo importantíssimo a um dos rapazes ontem formados pelo mesmo estabelecimento. Estamos bastante abatidos em ver os departamentos básicos, entregues tão rapidamente aos rapazes novos. Contra esses mesmos rapazes não temos nada de criticar. Conforme as oportunidades que têm tido, têm eles progredido bastante. Com cinco anos de experiência fora do estabelecimento, na vida prática, e mais um ou dois anos de preparo, poderiam vir a constituir professores bem melhores que os que vão substituindo. O modo de proceder que está seguindo a Escola, isto é, de confiar os cargos básicos aos professores fracos, tem trazido ruína a muitas Escolas Superiores de Agricultura nos Estados Unidos. A Escola de Minas fica ainda em maior perigo, pois não dispõe de verba certa, que lhe segura verba para reabilitação. Haverá fatalmente, degenerescência rápida na instrução, especialmente no moral da mesma(...) São os professores, em última análise, que fazem ou desfazem o estabelecimento de instrução.

Se a falta de experiência e maturidade desses docentes, podem ter ocasionado degenerescência, como temia o primeiro diretor da instituição, também é possível inferir, que os mesmos tiveram papel relevante na reprodução do *ethos* institucional. O reforço aos docentes novatos deu-se, sobretudo, a partir de 1937, com o início da liberação anual de dois professores da Escola, para realizar viagem de estudos aos Estados Unidos, que também constituiu-se num estímulo à permanência e certa estabilidade do quadro docente, conforme já assinalado no capítulo anterior.

Nesse sentido, é pertinente discorrer sobre alguns indicadores que puderam ser mensurados no trabalho de coleta de dados, a respeito dos principais sujeitos sociais envolvidos, ou seja, os diretores, docentes e discentes, no processo de configuração desse modelo de ensino baseado no *aprender fazendo*, que constituiu-se numa característica marcante ao longo da trajetória da ESAV.

Dentre os oito diretores da instituição desse período, detecta-se que três participaram de sua fundação, nos cargos de diretor, vice-diretor e docente, respectivamente. Dois outros diretores foram ex-alunos da primeira turma de engenheiros-agrônomo da Escola. Quanto à origem, seis eram brasileiros e dois norte-americanos, sendo que um dos brasileiros teve sua formação de nível médio e superior nos Estados Unidos.

Se, em princípio, o corpo docente da Escola era formado apenas por professores catedráticos e auxiliares, sendo que estes últimos, após dois anos de estágio, poderiam ser promovidos ao cargo de professor assistente. Ao final da década de 1930, instituiu-se o cargo de professor adjunto, promoção por tempo de serviço do assistente.

Com base na listagem do corpo docente e do corpo discente da UFV, no século XX, apresentada por Marcondes et.al.(2000, pp. 179-300), infere-se que, durante o período de escola isolada, a instituição contou com 138 docentes contratados, sendo 117 brasileiros e 21 estrangeiros, provenientes da Alemanha (10), dos Estados Unidos e da Dinamarca (4), da Rússia (2) e da Itália (1). Se, no quadro docente estrangeiro, em termos numéricos, os alemães são maioria, em termos de tempo médio de permanência na ESAV, os mesmos apresentam um índice mais baixo (2 anos) que os russos (9 anos), norte-americanos e dinamarqueses (5 anos), só sendo maior que o italiano (1 ano). Quanto aos docentes brasileiros, 53 deles, ou 45,2% do total, foram formados no estabelecimento.

Quanto aos dados sobre os formandos na ESAV, por curso, entre 1928 e 1947, verifica-se que a instituição diplomou 1161 alunos, sendo que 315 Administradores (Capatazes) Rurais (27,1%), 584 Técnicos Agrícolas (50,3%), 224 Engenheiros Agrônomo (19,3%) e 38 Veterinários (3,3%). Os anos que tiveram o maior número de titulados foi 1935 e 1947, com 93 e 92 formandos, respectivamente. Considerando que a primeira turma do curso de Agronomia formou-se em 1931, percebe-se que a instituição titulou em média 13 engenheiros agrônomo por ano. Os anos que apresentaram maior número de diplomados foram 1937 e 1947, ambos com 23 formados em Agronomia.

No que refere-se à origem dos alunos formados em cada curso da ESAV, por Estados e Países, que consta do Relatório de solicitação da transformação da Escola em Universidade Rural de 1948, e apresenta esses dados estatísticos entre os anos de 1928 e 1947, não há nenhuma menção aos Administradores Rurais o que, provavelmente, se explica pelo fato desse curso ter sido extinto em 1947 e dos mesmos serem quase que exclusivamente provenientes do Estado de Minas Gerais.

No Curso de Agronomia, encontram-se diplomados oriundos de 18 estados brasileiros (todos os estados das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste) e do Distrito Federal. As unidades da federação que tiveram maior percentual de formandos nesse curso foram Minas Gerais (48,9%), Estado do Rio de Janeiro (11,9%), Espírito Santo (8,0%), Distrito Federal (5,9%) e Ceará (5,5%). Os 11 estrangeiros formados no curso eram provenientes da Alemanha (3), Paraguai (2), Portugal, Polônia, Hungria, Japão, Colômbia e Lituânia (1).

O Curso de Veterinária diplomou, entre 1935 e 1940, alunos oriundos de 6 Estados brasileiros, com um maior percentual de mineiros (42,1%), capixabas (21,0%), fluminenses (13,1%), mato-grossenses (10,5%), além da presença de um amazonense, de um paulista e dois estrangeiros, um dinamarquês e um paraguaio.

Dos 583 Técnicos Agrícolas formados na escola, 324 ou 55,5% do total, eram provenientes das diversas regiões de Minas Gerais. Dentre os diplomados dos outros 18 Estados (todos os estados da região Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste) e do Distrito Federal, ganha destaque este último com 7,9% dos concluintes, seguido pelo Estado do Rio de Janeiro (7,5%) e São Paulo (4,9%). Este curso também reuniu o maior número de estrangeiros (29) no período, sendo 11 paraguaios, 4 portugueses, 2 alemães, argentinos e austríacos e um formado da Bélgica, Dinamarca, França, Hungria, Itália, Polônia, Rússia e Suíça.

No que diz respeito à distribuição dos alunos, quanto à profissão dos pais, foram identificados esses dados, em alguns relatórios anuais dos anos de 1927 a 1932, 1934, 1947 e 1948 e na Revista Ceres (1940-41). Embora a classificação de profissões sofra alterações nesses três períodos, será adotado nessa análise a última classificação utilizada, ou seja, a contida nos relatórios anuais a partir de 1947. Outro aspecto que merece menção relaciona-se ao fato da estatística sobre a profissão dos pais dos alunos ser global e não por curso.

Esclarecido esses pontos, verifica-se que, durante os anos computados, a maioria dos estudantes eram filhos de agricultores (fazendeiros e lavradores) até 1934

(54,8%), decaindo para 47%, em 1941 e 41%, em 1947. Já a participação dos alunos filhos de empresários (comerciantes, industriais e banqueiros) representava 17% em 1934, atingindo a 27,2%, em 1941 e recuando, em 1947, para 21,1%. Já os filhos de profissionais liberais correspondiam a 15,3% dos alunos, em 1934, a 19,4% e 14,7%, respectivamente, em 1941 e 1947. Os filhos de funcionários públicos compunham 6,5% dos estudantes, em 1934, 4,2%, em 1941, e 11,5%, 1947. Por fim, os filhos de assalariados, que representavam 7,1% dos alunos, em 1934, 2,2% e 5,5%, respectivamente, em 1941 e 1947.

Esses indicadores sobre a profissão dos pais dos alunos, demonstra que, no cursos regulares da instituição, gradativamente, os filhos de agricultores, alvo principal do estabelecimento, passam a conviver com os estudantes filhos de empresários, de profissionais liberais e funcionários públicos, o que demonstra que a escola passa a atrair jovens do meio urbano, com aspiração de ocupar cargos na burocracia do Estado, o que amplia os propósitos originais concebido para a instituição.

Nesse sentido, se o modelo norte-americano de ensino profissional massificado, tinha como paradigma de homem do campo a ser atingido o *farmer*, ou seja, o pequeno proprietário rural, que providos dos conhecimentos difundidos e aplicados em agricultura e nas chamadas artes mecânicas, muito contribuirão para a indução do processo de mecanização e de cultura intensiva agrícolas nas regiões circunvizinhas aos estabelecimentos desse gênero, tal processo, durante o período da ESAV, encontrou limitações, não chegando a consolidar nesse momento, no Estado de Minas Gerais, seja pela precária condição socioeconômica de grande parcela dos proprietários rurais da região e do elevado custo desta *modernização*, seja pela gradativa atração por esse tipo de escolarização por grupos urbano-industriais, além da acentuada redução das atividades de ensino e extensão realizadas pelo estabelecimento, ao final da década de 1930, em função da diminuição do repasse de recursos e da retirada da receita gerada pela instituição impostas pelo governo estadual.

Não obstante essas inferências, a concepção de ensino aplicado, ambientado numa “verdadeira vida de campo”, internamente, possibilitou uma organização disciplinar e de ensino bastante funcional, em termos sócio-políticos, e produtiva, em termos econômicos, ao formar esavianos em diferentes níveis do ensino agrícola, e que irá demonstrar a natureza utilitária, pragmática do estabelecimento que vai sendo configurada.

A sedimentação da filosofia, do modelo e do método educacional da instituição, para o então diretor Bello Lisbôa, foi alcançada no ano em que colou grau a

primeira turma de engenheiros – agrônomos, conforme menção, no Relatório Anual de 1931, encaminhado à Junta Administrativa, no início de 1932, a esse respeito:

Firmou-se, no ano último, o ideal educativo, de se praticar a escola integral – sendo dados esforços pela formação intelectual, física e moral dos seus alunos. Pela aceitação que teve a Escola por parte da Congregação e dos alunos, durante os quatro primeiros anos de prática, podemos considerar vitoriosa a sua instituição, em nosso Estado, fato especialmente notável por se tratar de um estabelecimento de grau superior. Procuramos praticar a ‘Escola Moderna’ o mais possível. O ensino é sempre orientado de modo a ser atraente, conseguindo-se a alta frequência às aulas, o que alcançamos pelos assuntos ensinados. As lições partem sempre do que é útil; às questões concretas seguem-se as abstratas; o mais fácil precede sempre ao mais difícil; a teoria e a prática são convenientemente dosadas e a educação parte do interior.

Devemos reconhecer, como principais responsáveis por nossas aperturas nacionais, a instrução mal orientada que nos tem servido, e deseducação que, não raro, preside em nossos Estabelecimentos de formação intelectual, e daí a justificativa de se orientar a ESAV de modo a contribuir pela implantação da nova escola, de que tanto carecemos. Os campos experimentais continuaram a merecer muito a nossa atenção, sendo notável o progresso verificado em todos eles, tendo sido consideravelmente aumentada a sua área e valiosos os resultados práticos que têm dado. São considerados pela Escola como sendo o melhor elemento de ensino, por oferecerem lições ao alcance da vista, as quais mais impressionam aos nossos agricultores. Ao lado das questões científicas, predomina sempre, em nossos estudos, a parte econômica, e tudo fazemos para que os esforços do Estabelecimento sejam de utilidade à agricultura.

Por se formar a primeira turma de engenheiros agrônomos, teve-se a administração de se preocupar em alargarem os conhecimentos sobre o Estabelecimento, tendo sido organizado cuidadoso plano, o qual deu os melhores resultados. É ele conhecido geralmente em nosso Estado e nas outras unidades da federação. O espírito de cooperação continuou a receber a máxima atenção por parte da Diretoria e depois de muitos anos de trabalho, por sua real implantação, dentro do Estabelecimento, já se pode considerar como bem compreendido.(...) Conservaram-se os mesmos princípios administrativos dos anos anteriores, evitando-se, tanto quanto possível, modificações radicais e nos aproveitamos da evolução que, bem observada, constitui elemento notável no melhoramento das administrações” (pp. 5 – 7).

Se essa longa citação assinala uma multiplicidade de aspectos relativos à instituição, também indica a preocupação da direção em dar continuidade administrativa e manter o caráter utilitário do conhecimento produzido e ensinado no estabelecimento. Com efeito, pretende-se analisar como se estruturou esse ideal educativo de praticar a *educação integral*, consolidado no estabelecimento, segundo o então diretor, em 1931, em função da organização escolar e do *princípio da cooperação* que foram sendo instituídos.

Para isso, torna-se fundamental historiar, sucintamente, como vai se estruturando esse ideário, utilizando como referência o processo da organização didática e

do regime disciplinar que vão sendo instituídos na ESAV, que assinalam o tipo de *ação e trabalho pedagógicos* desenvolvidos e o *modelo* de homem que a escola ensinava formar e que também se constituirão em vetores importantes para forjar o *ethos* do *esaviano*.

### 3. A ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA E O REGIME DE ENSINO DA ESAV

A finalidade do trabalho pedagógico e do tipo de formação de homem almejada pelo estabelecimento, pode ser depreendida, em parte, no discurso emocionado e de advertência, feito pelo então vice-diretor Bello Lisbôa, na aula inaugural da Escola, em 1º de agosto de 1927. Essa preleção que, segundo ele, foi reproduzida na imprensa, historiava os esforços e os sacrifícios empreendidos por todos os responsáveis pela construção da Escola e conclamava os estudantes a serem, a partir daquele momento, corresponsáveis pela elevação da instituição e pelo progresso do país, chamando atenção para:

(...) a imensa responsabilidade que nos cabe como detentores de uma das mais vastas e ricas nações do mundo e a urgência com que faz mister a nossa atuação, no sentido de nos mostrarmos dignos da confiança de que Deus nos fez depositários, quando nos investiu na sagrada missão de pioneiros dos seus grandes destinos, sob pena de nos ser cassada esta investidura por qualquer outro povo mais forte, capaz e inteligente, caso único em que se admite o direito de conquista.

Em frases cortantes e incisivas, verberou o tradicional sentimentalismo da nossa raça como fator, por excelência, de todos os nossos males, apontando o exemplo frisante da prosperidade que desfrutam outras nações, relativamente pequenas e pobres, por agirem mais com o cérebro do que com o coração.

A propósito, dirigiu-se aos alunos da escola, declarando-lhes, que naquela casa, seria inteiramente abolido esse sentimentalismo piegas, que tanto nos deprime e diminui no conceito de outros povos, porque sua diretoria estava disposta a não transigir em matéria de cumprimento de deveres e a implantar, entre outras medidas, o regime de hora certa, pelo que convidava a acertar os seus relógios, de modo a não faltarem ao horário em vigor, cuja infração seria severamente punida a bem da ordem e disciplina internas do estabelecimento.

Alongou-se depois, em considerações relativas à enorme soma de trabalhos e sacrifícios despendidos para que o Estado de Minas Gerais fosse dotado daquele modelar instituto de ensino, e transmitiu, ao terminar, a responsabilidade dos seus destinos à primeira turma de alunos ali presentes, concitando-a a trabalhar com afinco pelos seus créditos e patriótica finalidade. (Apud LISBÔA, 1934, pp.17-18).

Essa preleção e chamamento aos alunos já indica uma missão concreta, um compromisso tácito do estabelecimento, em atuar e interferir diretamente numa atividade

econômica de larga tradição na cultura brasileira, que apresentava baixa produtividade e diversidade. A reversão desta situação no campo, se daria através da difusão de saberes calcados em bases práticas, racionais e de cunho eminentemente patriótico.

A efetivação do propósito de formar indivíduos adequados ao cumprimento dessa missão encontra-se consubstanciada no regime escolar e disciplinar que vai sendo instituído e nos dispositivos de controle e vigilância acionados pela diretoria, no exercício de sua *autoridade pedagógica*, para orientar o *trabalho* e a *ação pedagógica* dos docentes. Essa intenção domesticadora encontra-se registrada nos livros de atas das reuniões da Congregação, que assinalam o empenho da direção em padronizar determinados procedimentos didáticos e disciplinares tidos como imprescindíveis para a consecução dessa finalidade de formação.

Essa estratégia de ação pedagógica é deflagrada seis dias antes do início das aulas dos cursos elementar e médio, ou seja, em 26 de julho de 1927, data em que reuniu-se pela primeira vez a Congregação da ESAV, presidida pelo diretor Rolfs e secretariada pela sua filha Clarissa Rolfs, com a presença do vice-diretor Bello Lisboa e dos professores Hermann Rehaag, que ficou responsável pelo ensino das matérias de Zootecnia Geral, Zoologia, Noções de Veterinária - Parasitologia e Cirurgia prática para os fazendeiros, e Diogo Alves de Mello, responsável por ministrar as matérias de Agronomia, Botânica Geral, Entomologia, Horticultura e Engenharia Rural.

Nessa reunião, foram lidos os nomes dos alunos matriculados e sua classificação conforme o preparo. Foram definidas as matérias a serem ensinadas por cada professor e foi estabelecido que cada um daria, no máximo, 27 horas de aulas por semana, sendo 9 teóricas e 18 práticas, tendo cada uma, duração de 1 e 2 horas, respectivamente. Tanto em uma como em outra, o diretor sugeriu aos professores que fizessem, sempre que possível, perguntas aos alunos.

Também recomendou que os mesmos organizassem o plano de curso de cada matéria e providenciassem os livros e materiais necessários aos alunos (onde poderão ser obtidos, preços, etc.). Sobre este último assunto, na reunião seguinte, em 30 de julho de 1927, foi concluída a listagem do material necessário aos alunos (livros, papel, tinta, lápis, etc.) e deliberado que o mesmo seria comprado pela Escola e vendido aos estudantes.

Sobre os procedimentos em sala de aula, recomendou que os professores fizessem esboços das lições diárias para uso dos alunos, “devido à grande falta de livros científicos no Brasil”. Estes esboços deveriam ser mostrados pelos alunos aos profes-

res, nas aulas do dia seguinte, devidamente anotados, a fim de se averiguar o trabalho de atenção dos mesmos. Os assuntos mais importantes, que não fossem acessíveis aos estudantes, seriam resumidos pelos professores, copiados no mimeógrafo e entregue aos alunos para estudarem.

O diretor aconselhou aos professores que procurassem, a seu critério, distribuir a duração do tempo da hora/aula teórica mais ou menos de acordo com esse cronograma: 15 minutos - com perguntas de recapitulação da lição do dia anterior; 30 minutos – exposição sobre a lição do dia; e 10 minutos - explicação da lição do dia seguinte.

Ainda nessa reunião, ficou decidido que as aulas dos cursos elementar e médio fossem dadas em conjunto, cabendo aos professores fazer a seleção dos alunos mais atrasados e incapazes de acompanhar os outros, ministrando aulas separadas para os mesmos. Os alunos do curso elementar teriam aulas de natureza quase que inteiramente práticas, pelo fato de terem muito pouca instrução, “não podendo”, consequentemente, “estudar muito”.

A preocupação com a organização do trabalho pedagógico e com o controle disciplinar, encontra-se na ata da outra reunião da Congregação, que antecedeu ao início das aulas, realizada em 30 de julho de 1927, que registra algumas recomendações didáticas prescritas pela diretoria aos docentes, a despeito dos trabalhos dos alunos, da organização e divisão dos trabalhos, enfatizando que os alunos não deveriam ficar *à toa*. “Dar trabalho demais não é tão prejudicial como não dar o suficiente”. Também explanou como os professores deveriam ter “o controle da atenção dos alunos e despertar sua mentalidade nas classes”.

Os dispositivos disciplinares utilizados para “despertar a mentalidade dos alunos”, ficaram delineados com a deliberação do controle da frequência e do horário de entrada dos estudantes, definindo-se que os alunos que faltassem às aulas, não deveriam ter permissão para assistir a aula seguinte daquela matéria, enquanto não fossem à Diretoria explicar as razões da falta e receber autorização da mesma. Nessa reunião, também ficou resolvido que o teor das discussões realizadas nas reuniões ficasse sob sigilo.

Na terceira reunião, realizada em 19 de agosto de 1927, a Congregação passou a contar com mais três professores como membros. Essa reunião atesta como vai se organizando o sistema de controle e vigilância sobre os alunos, no qual eles passam a ser qualificados, classificados e punidos, num processo de visibilidade em que os mesmos passam a ser diferenciados e sancionados.



O início do funcionamento desse sistema pode ser identificado pelo tema em pauta nessa reunião, onde foi feita uma discussão individual sobre todos os alunos, sendo verificados os seguintes pontos “fora de regra”: um aluno vinha deixando várias matérias sem autorização; a outro foi recomendado cuidado especial; outro tem muitas faltas e tem chegado muito atrasado; dois foram autorizados a passar para o curso médio; outro era surdo; alguns são bons em algumas disciplinas e fracos em outras; outro foi considerado tímido; dois receberam menções por serem considerados os melhores. Sobre os demais, não foi tecido nenhum comentário extraordinário.

Os procedimentos e encaminhamentos dos exames escritos mensais foi um item de pauta da quarta reunião da Congregação, ocorrida em 30 de setembro de 1927, na qual o diretor solicitou aos professores que enviassem as notas das provas mensais à secretaria o mais rapidamente possível, depois de feitas as provas. Recomendou ainda que as provas corrigidas fossem mostradas aos alunos, para que eles notassem os erros, não havendo permissão para que eles as levassem para correção em casa, em razão do risco de serem perdidas. Após essa conferência, as provas deveriam ser entregues pelo professor na secretaria. A lembrança ou o aviso desses procedimentos, contidos no art. 54 do regulamento, será um tema recorrente, de diferentes diretores da Escola.

Além de discorrer mais uma vez sobre a importância das notas semanais, e avaliar que, no geral, a qualidade dos alunos era boa, bem como as suas atitudes em relação ao trabalho, o diretor Rolfs insistia na necessidade dos professores corrigirem as faltas nos alunos, antes que elas se tornassem fixas.

Na ata da quinta reunião, ocorrida em 29 de outubro de 1927, o diretor retornava ao assunto do controle de frequência, determinando que todos os professores, depois de qualquer aula em que verificassem faltas, deveriam encaminhar a lista dos alunos ausentes à direção. Esclareceu também que os alunos deveriam chegar às aulas nas horas certas, não podendo entrar nas mesmas depois do horário. Aos professores foram dados 10 minutos de tolerância para se apresentarem, passados os quais os alunos não precisariam mais esperar, “salvo se o professor deixasse escrito no quadro negro que chegaria na aula atrasado.” Tal registro indica que o processo de constituição institucional implicava no disciplinamento não só dos alunos, mas também de seus mestres.

Ainda nessa reunião, o diretor reafirmou a necessidade do esforço dos professores para que o ensino fosse realizado de modo a ser mais proveitoso possível aos alunos, informando ainda que a frequência às aulas vinha sendo excelente, sobretudo em virtude do sistema de justificativa das faltas junto à diretoria. “Este exemplo mos-

tra o valor de cooperação entre os professores e os diretores”. Por fim, destacou que os professores deviam ensinar aos alunos a importância da pontidão, onde qualquer prova ou exame deveria se encerrar exatamente na hora marcada. Nesse sentido, o controle de horários e de frequência metuculosos, configuram-se em outras marcas institucionais

Os exames configuraram-se num outro dispositivo disciplinar utilizado para “controlar a atenção e despertar a mentalidade dos alunos”. As modalidades de avaliação oral, prática, semanais, além das provas escritas mensais e semestrais, adotadas pela Escola, sedimentaram o processo de um controle normalizante, que, como afirmou Foucault (1999, p. 154), seria “uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados.”

Durante os semestres, os alunos eram avaliados com “notas de aulas, de saba-  
tinas e de provas escritas mensais, apurando-se de tudo as médias mensais” (Regula-  
mento ESAV, 1927, p. 50), que eram encaminhadas de dois em dois meses, aos pais  
ou tutores dos alunos pela Secretaria da Escola.

As notas de aulas eram dadas aos alunos por chamadas orais em qualquer dia. As de sabatina, por trabalhos escritos durante o mês, sendo realizadas, no máximo, uma vez por semana, não devendo durar mais de trinta minutos, podendo ser dadas sem aviso prévio. Já as provas escritas mensais eram realizadas numa das últimas aulas de cada mês e versava sobre o conteúdo de ensino teórico e prático ministrado durante o mês.

Ainda conforme o regulamento, os alunos que tivessem notas inferiores à quatro, em 50% das matérias obrigatórias, nas médias mensais de dois meses consecuti-  
vos, poderiam ser convidados pela Diretoria a afastar-se do estabelecimento.

A questão dos exames para o “controle da atenção dos alunos” foi um dos pontos da pauta da quinta reunião, ocorrida em 29 de outubro de 1927, na qual os membros da congregação debateram a respeito da grande importância das notas diárias. Em virtude do pequeno número de alunos, ficou definido que cada um deveria receber, no mínimo, uma nota por semana. Sabatinas de dez ou quinze minutos foram recomendadas, por economizar o tempo dos alunos e dar ótimos resultados, sendo preconizado que as perguntas feitas aos alunos, durante as aulas, fossem feitas de modo a poderem ser respondidas de maneira muito breve e decisiva. Também foi ressaltada a importância das perguntas orais, a fim de se obter a atenção dos alunos.

Já os exames semestrais foram um ponto em tela na sexta reunião, de 29 de novembro de 1927, na qual o diretor avisou que os exames semestrais não deveriam durar mais de duas horas e que os mesmos deveriam ser compostos, de uma maneira geral, por dez perguntas ou pontos. Na reunião seguinte, de 06 de dezembro de 1927, definiu-se também “que qualquer aluno encontrado em fraude ou aparência de fraude deveria sair imediatamente do exame, caindo nas penas regulamentares”.

Ainda na sexta reunião, do dia 29 de novembro, o diretor levou ao conhecimento da Congregação dois casos de indisciplina que tinham acontecido, em virtude dos alunos estarem chegando atrasados ao estudo. Tais casos foram resolvidos satisfatoriamente, não sendo necessário exigir que os rapazes se afastassem do estabelecimento. Nesse âmbito, o diretor chamou a atenção para a necessidade da disciplina rigorosa e que as infrações não podiam continuar sem trazer grande desmoralização ao estabelecimento.

Na oitava reunião, acontecida em 15 de fevereiro de 1928, foi feita uma avaliação do primeiro semestre de funcionamento da ESAV, que foi considerada muito boa pelo diretor. Segundo ele, as dificuldades e as contrariedades principais foram causadas pelos três instrutores jovens, que foram dispensados no início do ano. O trabalho dos professores principais e do Vice-Diretor foi considerado excelente. Os alunos foram avaliados como muito bons, sérios e na maioria relacionados com a agricultura do Estado.

Parece que as dificuldades e contrariedades mencionadas pelo diretor, referem-se à falta de assimilação, por parte daqueles novos docentes à filosofia de cooperação do Estabelecimento, em processo de implantação, conforme pode ser atestado num trecho do Relatório Anual de 1927, onde diretor P. H. Rolf relatava a prioridade de sua atenção aos Departamentos e Seções de trabalho: (pp.44-45):

(...) A principal campanha, que mantém a diretoria, viva nos departamentos, é o espírito de cooperação e dentro dos mesmos, sendo de se lastimar ainda não estar bem compreendida tal necessidade, por parte de alguns professores, felizmente em número diminuto. A Diretoria se esforça para que sejam conservados entre o pessoal do Estabelecimento, especialmente entre os professores, alta distinção e respeito mútuo.

Essa oitava reunião contou com a presença de dois novos professores e teve continuidade em dois outros momentos, para apresentação dos programas de curso, dos livros de textos e dos textos suplementares, a serem usados durante o ano corrente.

O diretor pediu lealdade ao estabelecimento, enfatizando que a cooperação “é a chave com que a Escola pode abrir a porta para um grande sucesso”, atribuindo a ela os bons resultados obtidos no semestre passado. Pediu aos professores para que não incorressem no costume muito geral de falar mal do governo e do estabelecimento.

Solicitou a atenção de todos para os programas dos professores, sendo que todos deveriam se familiarizar o máximo possível com os trabalhos dos outros, tendo inteira liberdade para fazer sugestões ou críticas nesta ocasião.

Nota-se que o sentido do termo cooperação utilizado nesse discurso, traz a ideia do trabalho em conjunto, mas ornado com uma pureza política, como forma de harmonização da convivência. Neste sentido, percebe-se a preocupação em ordenar o trabalho pedagógico, de modo a ajustar os padrões de conduta na ação pedagógica que vai sendo institucionalizada. Esse processo significou uma domesticação, uma apropriação institucional dos comportamentos, não só dos alunos, mas também dos servidores e docentes. O discurso da cooperação orientava um modo de convivência considerado ideal, que atribuía certo ar de família aos conviventes. Essa manifestação discursiva suscita a inferência de que poderiam ser comuns os momentos de tensão nas relações interpessoais de uma instituição *full time*, como meio de prevenir conflitos e desavenças.

Tanto assim foi que, com o pequeno número de alunos da Escola, em seu primeiro semestre de funcionamento, o ensino dos cursos elementar e médio, fossem dados em conjunto. Porém, com o aumento do número de estudantes, as aulas passaram a ser ministradas em separado, mantendo, no entanto, a proposta de uma instrução de natureza muito mais prática no nível elementar.

Na nona reunião, realizada no dia 25 de fevereiro de 1928, juntou-se aos demais membros da Congregação mais um professor. O diretor abriu a reunião expondo a preocupação que devem ter os professores em evitar os erros cometidos no semestre passado, afirmando que os “melhores amigos duma pessoa são os que têm coragem de indicar suas fraquezas”. Mais uma vez enfatizou o princípio de cooperação entre todos os participantes da reunião: “devemos nos cooperar o mais possível, sendo este ponto mais difícil para aprender. Todos devem pensar em modos para melhoramento da Escola em geral, bem como modos de melhorar todos os departamentos”. A décima reunião, que aconteceu no dia 27 de fevereiro de 1928, tratou da organização das comissões responsáveis pelos exames de segunda época e pela admissão dos novos alunos e a definição dos horários das avaliações.

No dia seguinte, na décima primeira reunião, a diretoria informou sobre a disponibilidade de 16 lugares no dormitório que já poderiam ser ocupados pelos alunos e que os demais internos continuariam alojados, temporariamente, no porão do prédio principal. Na oportunidade, o então vice-diretor Bello Lisbôa apresentou dois cronogramas, que foram aprovados pela Congregação, com o horário dos alunos do internato, durante os dias úteis, domingos e feriados, além do controle do tempo das atividades diárias realizadas pelos estudantes. Os cronogramas 1 e 2 em anexo, já demonstram a maior organização e visibilidade da necessidade em se instituir o regime da *hora certa* e do cumprimento pelos estudantes dos deveres estipulados nas normas do estabelecimento.

Ainda nessa reunião, o diretor deu orientações a respeito do sistema de cartões para registrar as ausências dos alunos e pediu a cooperação dos professores para organizar o quanto antes as aulas e as reportagens de ausências. Também foram definidas as comissões de admissão e de matrícula e deliberou-se que os alunos aprovados plenamente em todas as matérias do semestre anterior, teriam oportunidade de estudar matérias que eles pudessem aproveitar no Curso Superior.

Na ata da décima segunda reunião, realizada no dia seguinte, isto é, em 29 de fevereiro de 1928, a comissão de matrícula apresenta os princípios que irão balizar o seu trabalho:

- 1). Adiantar o mais possível os rapazes; 2). Dar sempre preferência a qualquer matéria que pertença a um curso mais atrasado, ou no qual o aluno foi reprovado; 3). Pela experiência do semestre passado, ficou demonstrado que os alunos classificados como ouvintes não compareceram aos exames de segunda época, sobrecarregando muito os professores em tempo, quando muitos têm outros serviços; por isso deve-se evitar ao máximo esta classificação.

Também foi reafirmado os tipos de avaliações utilizadas no ensino: a oral, prática, escrita mensal e semestral.

Na décima terceira reunião da Congregação, realizada em 07 de março de 1928, discutiu-se sobre a matrícula de operários. No relatório da comissão de matrícula foi acrescido o seguinte: enquanto não houver desvantagens nas aulas para os alunos regularmente matriculados, que sejam permitidos assisti-las os operários que pedem e que estejam em condições de aproveitar os ensinamentos. Devem ser separados quando os professores reconhecerem desvantagens.

Em 03 de abril de 1928, a Congregação deliberou favoravelmente, na décima quinta reunião, à divisão da classe de nível médio em duas turmas, a primeira, com

os alunos que obtiveram em março, notas iguais ou acima de 5,5 e a segunda, com os demais alunos.

A décima quarta reunião, ocorrida em 24 de março de 1928, assinala o primeiro caso de saída de um aluno da Escola, não por deliberação espontânea da Congregação, mas pela vontade própria do estudante. Tratou-se do caso de um aluno, que cometera três faltas: escreveu palavras obscenas nas paredes do edifício da Escola, foi encontrado fumando na porta da mesma e apanhou frutas no campo experimental. Um professor propôs que o aluno fosse suspenso por alguns dias. Outro deu importância ao caso, não pelo seu valor, mas pelas funestas consequências de ordem moral que poderia trazer para a escola.

Chamado à presença da Congregação, o aluno confirmou que estava praticando tais atos para ser mandado embora da Escola. A Congregação aprovou por unanimidade o pedido de demissão do aluno, enviando uma carta explicativa a seu pai.

Numa outra reunião, a décima sétima, realizada em 20 de junho de 1928, verificou-se um novo caso de indisciplina, onde o vice-diretor informou que dois alunos internos infringiram o regimento da Escola. Disse ainda que ambos eram reincidentes no ato que acabavam de praticar, saindo do dormitório às 21 horas, voltando quase às 23 horas, sem licença. Inquiridos, ambos confirmaram que saíram mais de uma vez, sem a devida autorização. Em seguida foi lido um ofício assinado por vários alunos, pedindo à Congregação uma solução benigna para o caso.

O vice-diretor e um dos professores acharam ser necessário, a bem da Escola, aplicar-se uma medida rigorosa, para não ser corrompido o regimento interno. O vice-diretor sugeriu que ambos alunos fossem afastados do internato até o fim do corrente ano, podendo, depois, de se corrigirem, voltarem a frequentá-lo. Essa proposta foi aprovada por unanimidade. Ficou também deliberado o envio de uma carta aos pais dos aludidos alunos, comunicando-lhes o ocorrido e a medida tomada pela Congregação.

Em 30 de julho de 1928, durante a vigésima primeira reunião da Congregação, foi lido requerimento de um desses alunos, pedindo readmissão no dormitório. Sua solicitação foi deferida.

A partir da décima oitava reunião, ou seja, de 04 de julho de 1928, a Congregação passou a contar com um novo membro, designado pelo exército para ministrar a instrução militar aos estudantes maiores de 16 anos, “para facilitar aos seus alunos os meios de darem expansão aos seus sentimentos patrióticos”, conforme correspondência remetida pela Diretoria Geral do Tiro de Guerra ao diretor da ESAV, em

1927, confirmando o envio de um instrutor militar e o fornecimento do material de instrução necessário a esse fim.

Também foi indicada a comissão para tratar dos exames semestrais. Esse último assunto, foi ponto de pauta, na vigésima reunião, de 13 de julho de 1928, na qual o então diretor orientou sobre o trabalho de elaboração e aplicação das provas escritas e, depois, cada professor faz avaliação dos alunos dos Cursos Elementar, Médio e Superior.

Na reunião de 30 de julho de 1928, o diretor observou que algumas provas foram feitas ao mesmo tempo, em uma seção, o que foi inconveniente, por ter facilitado a cola, esperando que esse trabalho fosse melhor realizado no segundo semestre. Decidiu-se também que os alunos fracos do M1 (primeiro ano do curso médio) fossem aconselhados a continuar nas mesmas matérias.

Na vigésima terceira reunião da Congregação, ocorrida no dia 29 de outubro de 1928, o diretor expôs sua opinião em relação aos alunos, achando-os mais alegres e que já se encontravam, no segundo semestre, mais compenetrados nos seus deveres, levando-os mais a sério. Disse ainda ser necessário que os professores apertassem mais os alunos, em relação ao cumprimento de seus (deveres) trabalhos.

Procedeu-se, ainda, a leitura dos nomes de todos os alunos por curso e, à medida que eram pronunciados, cada professor fazia sua avaliação dos mesmos, classificando-os em sete conceitos: FF- muito fraco; F- fraco; R- regular; R/B- regular para bom; B- bom; MB- muito bom; O- ótimo.

Na vigésima quarta reunião da Congregação, realizada em 30 de novembro de 1928, definiu-se os membros de uma comissão para tratar dos exames e outra para organizar os horários. O diretor lembrou que alguns alunos que não tinham alcançado a nota 4,0 (quatro) poderiam fazer na primeira época a prova escrita, cuja nota poderia servir para o exame de segunda época, em conformidade com o que trata o parágrafo 4º do artigo 64 do Regulamento da Escola. Nesse sentido, o vice-diretor manifestou seu receio de que pudesse haver fraude ou *cola*.

A descrição quase que cronológica dos registros em ata das reuniões da Congregação da Escola, durante os três primeiros semestres de seu funcionamento, permite identificar como vai se implementando o regime de ensino e disciplinar e demonstram que “a alta frequência às aulas”, não se devia somente aos assuntos ensinados, mas também ao sistema de controle de frequência, de vigilância e dos exames.

Nesse sentido, a partir do ano de 1929, com a assunção na direção do estabelecimento do até então vice-diretor Bello Lisbôa, não encontram-se mais registros em

ata, dessas prescrições de “cooperação” e dos procedimentos didáticos e disciplinares, o que indica uma mudança do lugar dessa comunicação pedagógica, que passa a ser encaminhada pela direção, através de circulares ou avisos, coletivos ou individuais. Investido dessa autoridade pedagógica, dirige-se aos docentes e aos alunos, pois ambos terão seu trabalho avaliado, classificado, qualificado, com base nos princípios de “cooperação”. Nos registros, foi possível identificar a interdição de assuntos polêmicos como religião e política, por serem considerados prejudiciais ao trabalho produtivo de aprender e disseminar conhecimentos úteis, aplicados à área agropecuária.

Essa diretriz pedagógica sofre, aparentemente, em termos de método de ensino e de ação prática, um refluxo em 1936, voltando a ser detectadas em documentos, durante a direção do professor John Benjamin Griffing no estabelecimento, entre o final de 1936 e meados de 1939, que retoma as orientações didáticas e de conduta preconizadas por Rolfs e mantidas na gestão de Bello Lisbôa, sobretudo a respeito de como conduzir as preleções nas Reuniões Gerais e o trabalho pedagógico de modo proveitoso, destacando “a importância do condicionamento para se praticar com perfeição.” A retomada desses atos e mensagens também podem ser atribuídas à rotatividade do corpo docente na instituição, detectada pelo então diretor, no início de sua gestão.

Entretanto, ao que tudo indica tais percalços didáticos e metodológicos não arrefeceram de modo significativo os dispositivos disciplinares e de controle sobre os alunos, cujo acompanhamento e avaliação se tornaram o principal ponto registrado nas atas de reunião da Congregação ao longo da *história de vida* da ESAV. Geralmente, essas reuniões iniciavam-se com a listagem dos alunos que mereciam menção (distinção) ou deveriam estar em observação ou serem passíveis de punição.

Aparentemente, as reuniões da Congregação da ESAV, assemelham-se na forma, ao conselho de classe final, ainda vigente em boa parte das escolas brasileiras, só que realizadas mensalmente e com uma avaliação mais detalhada, minuciosa e rigorosa. A questão da *cola* bem como de qualquer outro tipo de fraude ou infração também se tornará uma preocupação permanente da Congregação, no sentido de coibi-la, enquanto, em contrapartida, muitos alunos utilizarão de diversos artifícios e estratégias para burlar as normas instituídas, como será abordado no próximo capítulo.

Entretanto, antes de analisar mais detidamente o regime das penas disciplinares e dos movimentos de resistência dos alunos, no que concerne a alguns aspectos do regime escolar que vai sendo instituído, é importante discorrer sobre outros espaços



e momentos de *ação pedagógica*, na ESAV, e que darão sustentação significativa, enquanto dispositivos disciplinares, para firmar essa prática da *educação integral* e forjar um tipo de homem considerado ideal para liderar a modernização e diversificação da produção agropecuária, fazendo uso da técnica e do conhecimento científico, ou seja, de um saber especial que lhe investe poder.

Daí a relevância em abordar, sucintamente, a organização e o funcionamento de outros espaços e tempos que também tiveram papel importante para forjar um *habitus* institucional, típico na formação do aluno em agronomia, egresso dos diferentes níveis de ensino da escola, que comportava um regime de internato, com reuniões gerais e outras seções de trabalho, cujo *trabalho pedagógico* contribuiu para a efetivação dessa *educação integral*. O processo de inculcação dos princípios e valores morais, intelectuais, físicos, artísticos e patrióticos considerados adequados para formar e orientar a conduta de ação desse *novo* tipo de homem, o profissional, o técnico da área agrária, exigia um espaço disciplinador.

#### 4. A ESTUFA: O REGIME DE INTERNATO

O modelo de ensino e o objetivo de proporcionar a “verdadeira vida no campo” adotados no estabelecimento, vão exigir a presença dos alunos em tempo integral, daí a necessidade em criar toda uma infraestrutura material e organizar os espaços e os tempos para assegurar essa permanência, com os serviços de dormitório, refeitório, lavanderia, e assistência médica, dentre outros, e estabelecer um controle disciplinar e de vigilância capilar, como dispositivos para assegurar a manutenção da ordem e do comportamento modelar instituídos para todo seu pessoal, dentro e fora da escola.

No processo de organização e esquadrinhamento dos espaços, o internato ganha relevância, por ser a morada de boa parcela dos estudantes, portanto um local coletivo utilizado, sobretudo, durante o período de tempo livre dos mesmos.

Quanto à residência, o primeiro regulamento da instituição de 1927 (p. 48) definia, que os alunos poderiam ser internos, semi-internos e externos. No internato foi adotado o regime de responsabilidade pessoal dos alunos, agrupando cinco estudantes por apartamento. O semi-internato destinava-se aos discentes que desejassem passar o dia na escola, com direito à almoço, merenda e jantar. Já no externato, os

alunos ficavam sujeitos à vigilância da diretoria, que poderia exigir a mudança de residência dos mesmos, por motivo de higiene e moralidade.

Os alunos internos deveriam pagar adiantado as taxas de internato e de saúde, não sendo reservado nenhum lugar sem o pagamento da taxa de sinal. O aluno interno que não comparecesse às aulas no primeiro dia do semestre letivo, perdia a taxa de sinal e ficava sujeito a perder o lugar no internato. Era permitido a todos os alunos não internos, empregados e professores fazerem suas refeições na escola, desde que pagassem adiantado a taxa de pensão. Pelo regulamento, nenhuma pessoa poderia ser admitida nos dormitórios e refeitórios sem apresentar o recibo do pagamento da taxa a que tiver sujeita.

O mesmo regulamento também estabelecia que os alunos internos matriculados eram obrigados a fazer dois depósitos. O primeiro, de sinal, para garantir a vaga no internato. O segundo, “de garantia, para indenização de prejuízos causados ao estabelecimento, pelos alunos, quando não apurado o responsável, restituindo-se o saldo deste depósito ao retirar-se o depositante da Escola” (Regulamento ESAV, 1927, p. 60). Esse último depósito era extensivo a todos os alunos do estabelecimento. Sobre esse assunto, encontra-se nos relatórios feitos pela encarregada do refeitório, a informação a respeito da contabilidade e do ressarcimento dos prejuízos causados nessa seção, ano após ano.

No caso dos alunos que residiam no internato, cada seção do dormitório ficava sob a responsabilidade de um aluno veterano, eleito mensalmente pelos seus colegas como chefe e que devia relatar ao conselho de disciplina qualquer problema ocorrido na sua seção ou no alojamento, seja a necessidade de troca de uma lâmpada, seja por atrasos, barulhos, ou pelo não cumprimento de alguma norma do Regulamento. O conselho de disciplina reunia-se todos os dias e era dirigido por um professor. Os casos de falta mais grave eram encaminhados ao diretor do Estabelecimento.

Como já foi apontado, até o primeiro semestre de 1928, a maior parte dos alunos internos ficou alojada, provisoriamente, no porão do prédio principal. As duas primeiras seções do dormitório só foram inauguradas em 26 de junho de 1928. Segundo Borges (1968, s/p), o regime de internato, destinado aos estudantes do curso superior, “foi o primeiro a obter sucesso em todo país, após o malogro das tentativas realizadas em outras regiões.”

Ainda sobre essa questão, o ex-aluno, professor e reitor Edson Potsch de Magalhães, numa entrevista em 2001, também lembrou de um certo estranhamento da

opinião pública da época, a respeito desse pioneirismo da ESAV em estabelecer o regime de internato para alunos do curso superior, fazendo sua avaliação, enquanto uma boa experiência, quando aluno interno, no decorrer de dois anos:

Isso foi duramente criticado antigamente. Não podiam entender como é que um aluno de curso superior estivesse num regime de internato. E o internato foi, sem dúvida alguma, um elemento extraordinário, não só para facilitar a oportunidade de estudos, para as pessoas menos bem situadas, como também assegurou a convivência mais intensa entre estudantes e professores. O regime, evidentemente, foi salutar e está aí até hoje, de uma forma mais amena, sem dúvida alguma, mas está.

Esse vaticínio sobre o internato já havia sido feito, de certa forma, pelo então diretor Rolfs, ao apontar o caminho de seu êxito para os alunos do curso superior, em carta enviada ao pai de um então candidato, que irá se graduar na primeira turma do curso de Agronomia, em 13 de outubro de 1926: “As despesas dos internos serão menores do que a dos semi-internos e externos. Assim podemos escolher para internos somente os rapazes de comportamento modelar.”

A questão do convívio e do comportamento modelar ensejado no internato, fica melhor explicitado na correspondência enviada pelo então diretor Geraldo Gonçalves Carneiro, primeiro ex-aluno a ocupar esse cargo (15/01/40 a 11/09/1944), ao pai de um aluno, em 1942, informando que “é nosso maior desejo que todos os alunos sejam internos, pois ficam mais em contato conosco, o que contribui para uma disciplina mais bem orientada.” Na época havia a expectativa de construção de um novo pavilhão com esse fim.

Desde sua fundação, era permitido ao Governo do Estado manter gratuitamente no internato (hospedagem e alimentação) até 5% do total de alunos contribuintes. Contudo, se esses alunos beneficiados apresentassem baixo rendimento ou incorressem em faltas disciplinares, tal concessão não era renovada pela direção da Escola.

Em 1938, entrou em vigor a portaria, editada em 22 de dezembro de 1937, que permitia ao diretor conceder 50% de redução nas taxas de internato para até 10% dos alunos matriculados, que perderiam tal benefício se obtivessem média anual inferior a 75 (setenta e cinco), como foi o caso de três alunos, em maio de 1947, que, no entanto, conseguiram permanecer com a “meia bolsa” no estabelecimento, com a obrigação de prestar serviços nos seus departamentos e sessões de ensino. A concessão da gratuidade de hospedagem e alimentação e da “meia bolsa” aos estudantes,

mediante prestação de serviços à instituição nesse último caso, vigoram até hoje no internato da UFV.

Em relação ao regime de disciplina no internato e na escola, escreveu o então vice-diretor Bello Lisbôa, no Relatório Anual, de 1927, que a mesma era

mantida com rigor e baseada na responsabilidade pessoal dos alunos, orientada de modo a se despertar ou desenvolver em cada um o sentimento do bom proceder por força de caráter, sem temores e sem constrangimento, evitando a todo transe rebaixar os alunos, mas elevá-los, combatendo com rigor o fingimento e a hipocrisia, que tantos males fazem aos internatos, vai dando a disciplina os melhores frutos.

Parece ser esse o único método de disciplina aconselhável e prático para um internato superior, (...) devemos continuar a ter disciplina pelo caráter e não pela força. (pp. 42-43)

O regime disciplinar organizado nesses espaços para forjar “o caráter” era rigoroso e mantido pelos próprios alunos. Todo aluno, fosse ele residente interno, semi-interno ou externo, desde a matrícula até o regresso para casa ou ao fim de seu vínculo com a instituição, ficavam sob a jurisdição da Escola, sujeitando-se à disciplina e à aplicação das penalidades estabelecidas no seu regimento, que serão tratadas no próximo capítulo.

No Relatório Anual de 1931, no ítem que trata da *Educação e Disciplina*, o então diretor, Bello Lisbôa ressaltava a importância em se criar internatos nas escolas agrícolas, e procurava situar os princípios disciplinares que deveriam reger a organização desses estabelecimentos, dissimulando e explicitando os mecanismos de persuasão doutrinária e o processo de inculcação de *habitus* na ESAV.

Com o decorrer dos anos, vai-se firmando, cada vez mais, a necessidade de serem as escolas de agricultura dotadas, com internato. Não resta a menor dúvida que, se os internatos não forem mantidos sob regime conveniente, livres dos princípios marciais e orientados especialmente sob a força da razão, terão de dar resultados negativos. A boa ordem, no nosso Estabelecimento, se mantém sob a responsabilidade individual dos alunos e de seu pessoal, em geral. A nossa orientação se faz especialmente baseada na confiança, que nos inspiram os alunos; a sua capacidade pela compreensão do que ‘é certo’ conduz-nos a tratá-los como homens e, ainda mais, como futuros *leaders* da Sociedade, a que vão servir, alguns em prazo menor do que um ano. **A responsabilidade pessoal não quer dizer que a vida da Escola, fique sujeita à orientação dos alunos. Não.** As leis da nação, do Estado, do Município e da Escola, são respeitadas, mais **pela força da consciência de cada um, do que pela inspeção exterior.**

A ordem interna, em nosso Estabelecimento, para a honra da mocidade latina, declara ser relativamente perfeita, indício de que os povos, com a origem do nosso, poderão formar e reformar nações, inspirados em princípios democráticos, desde que sejam convenientemente conduzidos. **Os sentimentos de liberdade, deverão ser especialmente**

**controlados**, e que não se responsabilize a formosa palavra de reforma social, pelos desatinos, pelas paixões mal contidas e pelo estado de deseducação dos povos. De muita importância para a vida Escola, tem sido o regime de seleção, que se segue rigorosamente, mas, orientado com os sentimentos mais sinceros. Todo o elemento, que se manifeste incapaz de se aproveitar convenientemente dos trabalhos da Escola pode ser convidado a afastar-se, a fim de dar lugar a outro. Aqueles que, pelo proceder, possam tornar-se focos de males nocivos, portanto à coletividade dos alunos, são afastados temporária ou definitivamente do Estabelecimento. A nossa Escola não age nunca sob o espírito de castigo, mas, procura defender os interesses gerais. **Estamos incutindo, no espírito dos nossos alunos** o cumprimento do dever, pela honestidade e, aos poucos, vai se firmando essa ideia no proceder e não por disciplina, palavra um pouco imprópria para um templo de cidadania como o nosso. (pp. 25-26) (grifos nossos).

Esse discurso, da qual pode-se dizer que é eivado de paradoxos aponta, que o regime disciplinar *conveniente* para o internato, aparentemente, encontrava-se numa interseção tênue, dada a recusa em adotar um regime de força, com base nos princípios marciais, ao mesmo tempo em que se advoga e legitima o emprego de dispositivos para *controlar* os “sentimentos de liberdade dos alunos.”

Por outro lado, ao reconhecer a regulação social configurada nas esferas de saber e poder e a hierarquização que daí provém, como representativa dos “interesses gerais” da sociedade, nega a existência dessa mesma relação hierárquica e dos dispositivos disciplinares que vão sendo capilarizados nessa relação de comunicação pedagógica, atribuindo ao sujeito atomizado e à sua consciência, a compreensão e a internalização de um arbitrário cultural do agir e proceder *correto*.

O internato desempenhou um papel fundamental para a formação desse novo tipo de homem, o esaviano, ao propiciar a “imersão” dos alunos na vida rural, resignificada pela escola, com a simulação de alguns problemas sociais e econômicos existentes no campo e a sua missão profissional e ética de levar novos conhecimentos e técnicas aplicadas na área agropecuária, desenvolvidas e preconizadas pela escola.

O ex-aluno e professor (1932-1956) Joaquim Fernandes Braga, atesta num relatório, como gerente do internato, no segundo semestre de 1934, o gradativo processo de reconhecimento e demanda social por esse tipo de profissional, e a necessária correspondência de conduta e realização desse técnico formado, conforme essa expectativa produzida:

A agricultura nacional necessita no momento de técnicos e também de homens. O internato forma este homem, concorrendo de maneira capital, para a ambientação do aluno à vida em campo, fator para nós, de alta monta na formação do profissional de agricultura. O regime de nosso internato, adaptando o jovem ao campo, desperta-lhe

amor pelas cousas atinentes à sua carreira. Este amor gera o ideal e o ideal impulsiona realização. E isto, aliado a um elevado espírito de justiça, de ordem e noção rigorosa de cumprimento de dever.

Tal registro evidencia o processo de apropriação de valores, condutas e expectativas incorporadas pelos ex-alunos, da cultura pedagógica instituída no cotidiano da vida escolar de um estabelecimento de “educação integral”.

Assim, o modo de organização e funcionamento do regime do internato na escola, muito contribuiu para a inculcação do *habitus* do *esaviano*, de um agir *certo* de natureza patriótica, muito embora, dissimulando, o regime disciplinar que o sustentava e que vigorou, em maior ou menor grau, durante todo o período da ESAV. Entre os espaços formadores dessa perspectiva, destacaram-se também as Reuniões Gerais, que serão tratadas a seguir.

## 5. O DEBRIDAMENTO DE *HABITUS* - AS REUNIÕES GERAIS

As reuniões gerais constituir-se-ão num dos principais recursos pedagógicos utilizados na instituição, para concretizar o projeto de educação integral concebido, através da inculcação massiva de valores morais, cívicos e higienistas. Mais que isso, seu formato de organização, o esquadramento do espaço, com a definição do assento fixo de todos os participantes, após o rito de incorporação e de investidura, indica e demarca as posições de autoridade, dos detentores do saber e do poder no estabelecimento, explicitando e reforçando a visibilidade e a capilaridade do poder disciplinar instituído.

Como rito de incorporação e investidura é a reunião geral que dava início às atividades didáticas da instituição. Com a preleção feita pelo então vice-diretor Bello Lisbôa, em 1º de agosto de 1927, a aula inaugural da ESAV tinha como sua finalidade, o que constava no art. 58 do primeiro regulamento (1927:52): ‘haverá por semana uma reunião geral dos alunos, de curta duração, com o fito de lhes serem ministradas instruções de ordem moral, cívica e higiênica.’

Ao que parece, a sugestão da reunião geral partiu do então vice-diretor da ESAV, João Carlos Bello Lisbôa, que era o responsável pela disciplina e pela área de recursos humanos do estabelecimento, desde dezembro de 1922, quando assumiu o cargo de engenheiro-chefe das obras de construção da Escola e que, também, havia instituído uma reunião semanal com os encarregados da obra.

Aos sábados, após o pagamento do pessoal, o então engenheiro-chefe reunia-se com todos os encarregados para orientar sobre a consecução dos serviços na obra e fazer pequenas preleções sobre educação, melhoramento físico, moral e mental do pessoal. Dos temas em tela, destacam-se as preleções que tratavam do combate ao álcool e ao fumo, da pontualidade ao trabalho, do desarmamento (de não serem usadas armas), dos males causados pelo jogo, da desgraça da sífilis, do amor à pátria, do respeito às autoridades e da organização da família (Relatório Final da Construção, 1929, p. 43). Os encarregados tinham o dever de transmitir aos companheiros (empregados), os assuntos tratados nestas reuniões. O incentivo à prática de esportes também foi objeto de atenção do engenheiro, para o “melhoramento dos homens e a união entre eles.”

Essa experiência original de reunião serviu de base para a adoção das reuniões gerais como um recurso pedagógico importante na escola, constituindo - se num meio de inculcação do *habitus* institucional e em estratégia de formação moral, cívica e intelectual dos alunos. Essas reuniões eram realizadas no salão nobre do Edifício Principal, com a participação do diretor, professores e alunos. Cada participante, após assistir à primeira reunião, passava a ter seu assento fixo, o que facilitava o registro e o controle de frequência, obrigatória.

Normalmente, no início do ano letivo, as reuniões eram mais de caráter acadêmico disciplinar, tratando de orientar os alunos sobre questões regimentais, didáticas e disciplinares e, posteriormente, tratando mais de questões morais, cívicas e higiênicas. No início da reunião, o diretor transmitia avisos e/ou fazia uma breve preleção. Depois, um professor prelecionava por 10, 15 minutos no máximo. O tema era livre. Cada dia um professor apresentava um assunto sobre uma dessas temáticas para reflexão dos participantes.

A importância dessas reuniões foi reconhecida pelo então diretor Rolfs, na sexta reunião da Congregação, ocorrida em 29 de novembro de 1927, ao afirmar que as mesmas “têm provado ser um dos melhores cursos da Escola para o melhoramento dos alunos”, ficando deliberado pela Congregação que, a partir de 1928, as mesmas não seriam mais semanais, mas diárias, realizadas na instituição, de segunda-feira a sábado, das 10 horas até as 10h30min.

No Relatório Anual de 1929, o então diretor Bello Lisbôa também comentava os “resultados magníficos” das Reuniões Gerais, atribuindo a elas o elevado nível em que é mantida a disciplina de todo o pessoal do estabelecimento. O reconhecimento,

por parte dos dois primeiros diretores da escola, da importância das reuniões gerais, enquanto recurso pedagógico e disciplinar de inculcação dos princípios e normas de condutas consideradas adequadas para formar o esaviano.

Quanto à “história de vida” das Reuniões Gerais, verifica-se que estas foram realizadas durante todo o período da ESAV e continuaram sendo promovidas, após o advento da UREMGE. Os dados estatísticos a respeito destas reuniões, contabilizados pela secretaria da instituição, abrangem os anos entre 1929 e 1950<sup>1</sup>, como demonstra o Quadro 2, em anexo. Em 1929, essas reuniões foram realizadas em 210 dias. O ano de 1930 foi em que houve o maior número de reuniões (215), enquanto os anos de 1948, 1949 e 1950 tiveram menor número (56).

Entre 1929 e 1936, pode-se inferir que estas reuniões permaneceram diárias (de segunda-feira a sábado), dado o elevado número de encontros registrados. Em 1937, o número de reuniões caiu um pouco menos da metade e a partir de 1938, este número reduziu-se a menos de 1/3 (um terço), quando comparado com o período de seu ápice, o que pressupõe que essas reuniões passaram a ser realizadas três vezes por semana em 1937 e duas vezes na semana (às quartas-feiras e aos sábados) de 1938 até 1950.

Essa queda do número de reuniões, em 1937, pode ser explicada pela mensagem ao corpo docente, enviada pelo então diretor Griffing, em 20 de março de 1937, que traz orientações do que os professores deveriam apresentar nas preleções, determinando que, a partir dessa data, as reuniões passariam a realizar-se em três dias da semana, enquanto os outros três dias passaria a ser destinado às preleções sobre higiene.

Sobre os assuntos abordados, identifica-se uma maior gama de temáticas de cunho disciplinar, moral e cívico, até o ano de 1935, não só em virtude da grande quantidade de reuniões anuais, mas também pela grande ênfase dada a esses temas, pelo criador desses encontros, que dirigiu o estabelecimento de 1929 até o início de 1936. Já em 1937, as questões de higiene ganharam mais relevância.

No Relatório Anual de 1931, nas páginas relativas às reuniões gerais (p. 41-43), o então diretor Bello Lisbôa informava que as mesmas prosseguiam “na sua grande e acertada finalidade. Não temos dúvida em afirmar, constituírem elas o arcabouço do sistema educacional praticado pela Escola.” Nesse relatório, como em outros documentos dessa primeira fase das reuniões, foram encontrados registros sobre os

---

<sup>1</sup> Vale frisar que durante este período, os dados foram compilados pelo mesmo secretário da Escola. Embora haja menção às Reuniões Gerais nos anos de 1927, 1928 e 1951, não foram encontrados dados estatísticos destes anos.



temas mais recorrentes em termos de preleção, que para fins de exposição, podem ser destacados, dentre outros assuntos tratados, por categorias como as de disciplina, educação, moral, civismo, saúde, higiene e formação profissional.

Das preleções de temática disciplinar, educacional e moral, merecem menção as seguintes: Programa da Escola, consequência do erro, a cola, educação e instrução, o cultivo da alegria, educação e formação da personalidade, falar muito em poucas palavras, a liberdade, o problema do casamento, julgamento – suas condições, entretenimento, cumprimento do dever e pontualidade nos compromissos, conduta dos alunos no cinema, os vícios – evitá-los em princípio, a Escola – sua atuação e irradiação dos seus trabalhos pelos ex-alunos, evitar-se os boatos, tomar atitude depois de julgamento maduro, a força do hábito, saber falar, saber ler e escrever, perguntas durante as aulas, responsabilidade dos que educam e dos que se educam, força de vontade para combater os vícios, ensino eficiente – escola nova, novíssima e velha, oportunidades e aproveitamento da conversação, melhores homens e melhor produção, o ideal da Escola, o valor das definições, decoreba X compreensão e interpretação, o estudo da Matemática, motivos da brigas: gênio mal contido/educação fraca, excesso de intimidade, intrigas, ciúmes, inveja e despeito, intromissão em questões alheias, negócios mal feitos, divisas mal estabelecidas, “aguadas”, higiene da alma – jovialidade, bom humor, erros comuns nos métodos de estudo, previdência, ceticismo, o espiritualismo e sua pretendida destruição pela doutrina de classe. (encontra-se recorte de jornal com o “Manifesto da frente universitária contra o comunismo”), Rebaixamento do senso moral, sossego, sossego – o prejuízo da pressa, o valor do silêncio.

Quanto às temáticas de saúde e higiene, pode-se listar os seguintes assuntos : a varíola, a raiva, opilação- como combatê-la, doenças venéreas e sua profilaxia, vantagens dos desportos, o valor da higiene, a saúde, o valor dos dentes – a mastigação, a higiene bucal, cárie dentária, tétano, valor da medicina preventiva, educação física, a eugenia, prevenção, higiene no dormitório – a refeição, o escarro, o álcool e a questão sexual, os esportes, primeiros socorros, o instinto e a vida sexual do moço.

Das preleções cívicas e históricas foram identificadas: a crise no mundo, a vida dos fazendeiros no tempo da escravidão, efemérides (datas, fatos históricos e biografias), confiança no país, assuntos de importância relevante para Minas Gerais e o Brasil. Em relação à formação profissional, foram abordados os seguintes assuntos: o trabalho, a vida nas fazendas, principais qualidades de um fazendeiro moderno, o operário agrícola, o homem prático e o valor do trabalho prático moderno, morali-

dade profissional, Contraste entre a vida prática (sobretudo no serviço público) e o aprendizado na ESAV.

No entanto, a partir de 1937, percebe-se que os assuntos tratados já não contemplavam tão explicitamente temáticas de cunho moral, cívico e higienista, como demonstra a lista prévia apresentada pelo diretor Griffing, em forma de questionário, para que os docentes indicassem os temas de sua preferência para a apresentação nas preleções, na qual constava as seguintes opções:

Biografias (de cientistas, estadistas e educadores); Viagens (no Estado, no Brasil e no estrangeiro); Acontecimentos atuais da humanidade (apreciação dos programas recentes das ciências, de descobertas recentes, do desenvolvimento econômico do Estado); Resumo de livros (narrativas de observação, mostrando exemplos de atividades humanitárias); Fatos da história, que tenham relação com a época atual; Leitura escolhida – de ciência, literatura, história, etc; Folclore - lendas, superstições.

Nesse mesmo questionário, o diretor solicitou também aos docentes que dessem sugestões a respeito de outras temáticas para a preleção, sendo identificado as seguintes respostas: comparação entre civilização estrangeira e a nacional, Sociologia; Psicologia. Nesse mesmo questionário, o diretor solicitou também aos docentes que dessem sugestões a respeito de outras temáticas para a preleção, sendo identificado as seguintes respostas: comparação entre civilização estrangeira e a nacional, Sociologia; Psicologia – o caráter, a cooperação, a influência pessoal; Medicina social; O bom livro, como se estudar, o verdadeiro agrônomo; Educação, Pedagogia (2)<sup>2</sup>; Otimismo, brasilidade, ideais; Acrescentar na biografia nomes de projeção na arte e literatura, escritores, temas de crítica literária e artística, alunos ignoram quase por completo a atividade intelectual aborígene; Assuntos relacionados à profissão; Sociedades cooperativas, desenvolvimento da Dinamarca, Escolas Superiores do povo na Dinamarca; Economia; Palestras de cunho moral (2), de espírito cívico (2), solidariedade familiar, solidariedade entre as cidades, nações.

Em outra questão desse mesmo questionário, foi pedido que os professores tecessem outros comentários e sugestões relativos à atividade dessas reuniões. Eis as respostas: “que os alunos do 8º período de Agronomia e Veterinária deveriam também fazer preleções para exercitar o hábito de manejar a palavra”; “nota-se claramente que os assuntos sobre educação – notadamente boas maneiras- não são bem recebidos,

<sup>2</sup> O número entre parênteses representa a quantidade de vezes em que tal sugestão foi dada por diferentes docentes.

exigindo grande habilidade”; “que os professores nunca se manifestassem contrários às preleções em presença dos alunos”; “caráter de não obrigatoriedade dos docentes terem de fazer preleção (4)”, “aos que têm aversão de falar” (3); “convencer os alunos da importância das reuniões e coibir o absentéismo e a crítica dos professores às mesmas.”

Nessa fase, as reuniões gerais também serviram como meio de doutrinação ideológica e proselitismo político, como atesta a correspondência enviada pelo então diretor John B. Griffing ao Secretário de Agricultura do Estado, Israel Pinheiro, em 1937, informando sobre as palestras e preleções realizadas na ESAV, com a finalidade de combater as ideias comunistas.

Tais fatos já indicam as mudanças que aconteceram nestas reuniões, que passam a tratar de uma maior diversidade de temas, além de apresentar uma redução dos encontros semanais, situação que irá se acentuar na década de 1940, onde estas reuniões começam a entrar num processo de inflexão, conforme assinala o secretário José Sant’Ana nos Relatórios de 1942, 1943 e 1944, lamentando o desinteresse e a ausência de grande número de professores, chegando, “não poucas vezes, a ficar a tribuna quase vazia, fato este que tem repercutido mal entre os alunos” (Relatório Anual de 1942). No relatório do ano seguinte, o então secretário constata que as mesmas não têm cumprido às finalidades para as quais foram criadas, quer pela ausência e abstenção dos docentes ao dever de fazer as preleções, quer pelo comentário de muitos deles sobre sua aversão às mesmas.

Em 1944, o então secretário, em seu relatório anual, reiterava a importância das *Reuniões* na vida social da Escola, “pois elas oferecem a todos, uma oportunidade de sentirem de fato o *Espírito da Escola* no seu aspecto educativo, social e disciplinar”, constatando o desinteresse dos professores, tanto na escolha dos assuntos a serem tratados, quanto na frequência às mesmas. De fato, nessa década, os temas abordados nas reuniões apresentam uma natureza muito mais acadêmica, de cultura geral, como por exemplo: “guerra microbiana, a vida das abelhas, história e evolução da rádio transmissão, história do radar na guerra e seu futuro na paz”, dentre outras.

Por fim, em 1951, essas reuniões passaram a acontecer somente uma vez na semana (às quartas-feiras). A frequência permanecia obrigatória. Os alunos tinham que assinar presença. A extinção dessas reuniões gerais, foi justificada em virtude da falta de um espaço adequado para abrigar todo corpo docente e discente da então Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Ao que parece, esse foi um argumento elegante para encerrar essa atividade que já não atraía o interesse nem dos docentes e discentes.

Não obstante, enquanto duraram, estas reuniões tiveram uma função relevante como meio de regulação coletiva de valores morais, cívicos, higiênicos e disciplinares e de inculcação do *habitus* institucional na formação dos alunos e nos demais servidores do estabelecimento. Ao que tudo indica essas reuniões também tiveram grande contribuição na conformação do chamado *espírito esaviano*, ao mesmo tempo, que deram oportunidade aos estudantes de interagir com toda a comunidade acadêmica - direção, professores e alunos de outros cursos ou turmas - e, de certo modo, avaliar a capacidade dos professores em prelecionar para todo o pessoal da Escola.

A implementação desse sistema disciplinar de saber e de poder, incutido e legitimado durante as reuniões gerais, assim como os dispositivos de vigilância e controle sobre a conduta e civilidade dos alunos, no estabelecimento e na cidade, apontam a determinação da diretoria em promover uma *educação integral* junto aos estudantes.

Para a consecução desse ideal, voltado para a formação intelectual, física e moral dos alunos, verifica-se que a mesma foi sendo efetivada, sobretudo nos ensinos médio e superior, que tinham o objetivo de promover o ensino teórico-prático, as atividades desportivas e os ensinamentos morais. Embora esses componentes da formação integral estejam implícitos em diversas atividades desenvolvidas pela Escola, procurou-se mencionar outras seções do estabelecimento, que também tiveram um papel complementar importante para a inculcação desses elementos formativos, em todos os sujeitos vinculados à instituição.

Assim, no que se refere à preocupação com o desenvolvimento intelectual, já foram apontados alguns exemplos, nesse capítulo, a respeito do *aprender fazendo*. Já o incentivo à prática do desporto, para o desenvolvimento físico pleno do indivíduo, era tido como o pilar básico “para o melhoramento da raça”, conforme o entendimento da época, fundamentado nos princípios de eugenia, tão em voga nas décadas de 1920 e 1930.

Daí, a preocupação, também, em organizar o serviço de saúde, voltado para a prevenção das doenças e para o estímulo da prática dos bons hábitos físicos e higiênicos. Sobre essa seção de trabalho, o então diretor avaliava, no relatório anual de 1931, que a adoção da medicina preventiva vinha dando os melhores resultados, uma vez que o pessoal da Escola “se firma no princípio de utilizá-la, medicando-se no início das enfermidades”, o que evidenciava suas vantagens. Informava também que “o Estabelecimento continua sem esmorecimento a luta encetada contra a sífilis e doenças

venéreas, verminoses e álcool, sendo excelentes os resultados que vem conseguindo” (Relatório ESAV, 1931, p. 29).

Essa tônica também está presente no estímulo, dado pela direção, à prática do desporto, “para que se estabeleçam firmemente na escola e influam decididamente para que os seus alunos adquiram os hábitos higiênicos da sua prática”. (Relatório Anual, 1931, p. 31) Os esportes mais praticados eram o futebol, basquete, vôlei, tênis, tênis de mesa, bola militar, lançamento de peso, disco, dardo, salto em altura com e sem vara, salto em distância, corrida em velocidade, corrida de resistência, peteca, cabo de guerra, e, a partir de 1933, a natação. Nesse mesmo relatório, o diretor constatava que “o melhoramento físico e psíquico, por influência dos esportes, manifestado pelos alunos, é indiscutível.” (idem, ibidem). Nesse sentido, pode-se também citar uma resposta do diretor Bello Lisbôa, ao Sr. Raimundo Gouvêa, em 14 de junho de 1930, afirmando que terá muito prazer em receber uma equipe do Rio de Janeiro, “visto fazer o que me é possível pelos Desportos por ver neles uma chave para o melhoramento da raça.”

Percebe-se que a intenção do “melhoramento da raça”, ligada às atividades desportivas, denota o ideário da eugenia, cultivado em muitos países sob regime totalitário, na época.

Ao que parece, a prática de esportes tornou-se tão efetiva, que levou o referido diretor a proibir, através do Ato Administrativo nº 165, de 1934, os alunos e servidores da Escola de alistarem-se como jogadores de outros clubes da cidade listando, dentre outras justificativas para essa medida, o fato da Escola manter o serviço de desportos, adotar “o curso de educação física técnica esportiva diferente, sendo de grandes prejuízos uma mudança brusca de orientação, evitar que os alunos e empregados pratiquem “exercícios físicos em excesso”, tornem-se adversários dentro do estabelecimento, com prejuízo para a harmonia que deve haver, por pertencerem a clubes adversários e, que “um desportista de individualidade definida não defende a duas bandeiras”.

Se esse ato tinha o objetivo de evitar que houvesse desavenças e brincadeiras entre os estudantes e os funcionários dentro do estabelecimento, motivadas por querelas externas, também se percebe o cuidado em não baixar a *produtividade* no trabalho e nos estudos de funcionários e alunos, respectivamente. O descumprimento desse ato acarretará punições, que serão abordadas no próximo capítulo.

Embora facultada aos alunos, a instrução militar, iniciada em 1928, também serviu para incutir os valores da disciplina, do respeito à autoridade, da hierarquia e da prontidão dos alunos para defender, de certo modo, os interesses do Estado de

Minas e do país, conforme indica os dois radiogramas enviados pelo diretor Bello Lisbôa ao Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais, Alaor Prata, em 05 de novembro de 1930, disponibilizando homens (alunos e professores), com instrução militar, para prevenir qualquer tentativa de reação dos grupos contrários à posse de Vargas, em 03 de novembro, e sua permanência na presidência do Brasil, no contexto da chamada *Revolução de 1930*:

Nossos alunos maiores e reservistas desejam ardentemente tomar parte ativa movimento salvador aguardando apenas ordem governo e armamento. São elementos seguros espírito disciplina e instrução. Lista numerosos nomes meu poder. Congratulo-me V. Excelência espírito cívico manifestam nossos moços espontaneamente. Aguardam com urgência ordem seguir frente. Professores da Escola em unanimidade solidários ao movimento e às reivindicações republicanas. Nacionais oferecem ardorosamente à grande causa.

Nesse mesmo dia, o diretor envia outro radiograma, dessa vez ao então presidente do Estado de Minas Gerais Olegário Maciel, se dispondo a mobilizar homens da região para garantir o “movimento revolucionário”: “Reitero a V. Excia. meu rádio dos primeiros momentos da revolução. Com amigos desta zona poderei organizar coluna, com algumas centenas de homens, ação eficiente no movimento salvador, aguardando apenas licença e armamento.”

Ainda sobre esse movimento local em defesa da instalação e consolidação desse movimento que depôs o então presidente Washington Luís, levando Getúlio Vargas à presidência da República no Brasil, encontrou-se um relatório detalhado, datado de 1930, sobre a Serra de São Geraldo - principal via de acesso ferroviário e terrestre entre Viçosa e Juiz de Fora e, conseqüentemente, de ligação ao então Distrito Federal (Rio de Janeiro) e São Paulo - a fim de se evitar uma possível invasão das forças federais postas em xeque.

Esse regime de prontidão militar e mobilização civil da Escola, não é detectado, entretanto, durante o desenrolar do movimento conhecido como *Revolução Constitucionalista*, iniciado em São Paulo, em julho de 1932, uma vez que a instituição entra em recesso escolar durante 15 dias, em agosto de 1932, em virtude da repercussão desse movimento na região. Segundo comunicado enviado pela diretoria ao presidente e aos membros da Junta Administrativa, a Congregação resolveu “suspender por alguns dias os trabalhos escolares, a fim de os alunos irem à casa tranquilizar suas famílias, que estão desassossegadas pelas últimas notícias que temos tido do movimento na região da Zona da Mata.”

A deflagração desse movimento na região, deveu-se à repercussão do manifesto de adesão lançado pelo ex-presidente Arthur Bernardes ao movimento paulista, em 8 de agosto de 1932. Tal manifesto, trouxe grande impacto, particularmente nas cidades circunvizinhas a Viçosa que, sob influência política do ex-presidente, apoiou o levante de São Paulo em prol de uma constituição, formando uma cidadela na Serra de Araponga, o que trouxe muita apreensão na região, pela possibilidade de acontecer um conflito entre os seguidores de Bernardes e os batalhões da polícia mineira, destacados de Juiz de Fora para a região. Após alguns confrontos nas cercanias de Viçosa, o ex-presidente é preso em 22 de setembro, data do reinício das aulas na instituição, e levado para o Distrito Federal, de onde parte para o exílio em Portugal, em dezembro do mesmo ano.

No âmbito das artes, não foram identificados muitos registros de atividades dessa natureza na instituição, tendo destaque a organização da banda de música, em 1928, e o estímulo à composição de poesias, veiculadas sobretudo, através da revista *Seiva*, criada em 1940.

A explanação sobre alguns espaços e tempos de atividades organizadas com o fim de efetivar a prática dessa educação integral na instituição, se por um lado, legitimava a hierarquização do conhecimento social e simbólico, do saber e do fazer agrícolas, conforme a origem social e o nível de ensino cursado pelo indivíduo, por outro, não produziu, aparentemente, tratamentos diferenciados, no que diz respeito à transmissão de valores de sociabilidade e normas de conduta.

Esse “Espírito da Escola” fica evidenciado, na percepção feita pelo então Secretário de Agricultura do Estado de Minas, em correspondência a respeito de sua visita ao estabelecimento, no segundo semestre de 1934, ao afirmar que impressionou-se, especialmente, pela estima devotada à instituição por parte de todo o seu pessoal, que “é difícil de ser explicado e é característico da ESAV, servindo mesmo para identificar os seus alunos, professores e empregados, por onde quer que andem.”

A efetivação desse “espírito” na escola, se deveu, sobretudo, ao regime de disciplina, de vigilância e punições instaurados no estabelecimento, que será objeto de análise do próximo capítulo.







# CAPÍTULO IV

## O REGIME DISCIPLINAR: VIGÍLIA E PREVENÇÃO CONTRA “PRAGAS”

*O adjetivo científico é hoje amplamente usado, mas sempre se pode reduzir seu significado àquele de conforme ao fim, na medida em que tal conformidade seja racionalmente (metodicamente) buscada depois de uma análise minuciosíssima de todos os elementos (até a capilaridade) constitutivos e necessariamente constitutivos (incluída no cálculo a eliminação dos elementos emotivos.*

**Antonio Gramsci**



Embarque e desembarque de estudantes na Estaçãozinha da Esav.  
<https://locus.ufv.br//handle/123456789/23444>



Construção da piscina do Diretório Acadêmico da ESAV (atual Piscina do DCE), iniciada pelos operários em 1945. O início da obra contou com ajuda expressiva dos alunos da ESAV (presentes nas imagens) durante a abertura do buraco. A identificação dessa fotografia teve a colaboração do Professor Flávio Augusto D'Araújo Couto.  
<https://locus.ufv.br//handle/123456789/10385>

## CAPITULO IV

# O regime disciplinar: vigília e prevenção contra “pragas”

A sucinta explanação a respeito das atividades realizadas em alguns espaços e tempos escolares da ESAV, dão mostras representativas sobre a organização, a estrutura e o funcionamento do ensino na ESAV. A prioridade em concluir algumas obras, como as do internato, do refeitório e equipar determinados departamentos, como os de Agronomia, Zootecnia e Instrução Militar, e seções como a biblioteca e a de publicidade, responsável pela edição de artigos e boletins publicados na imprensa, além da preocupação em orientar os tempos e as atividades docentes, discentes e dos funcionários, permitem inferir que o *trabalho pedagógico* implementado pela direção, na instituição, apresentava o que se poderia chamar de *organização científica*.

Em seu sentido gramsciano, o adjetivo científico, de uma organização ou direção científica do trabalho:

deve ser entendido por *racional* e, mais precisamente, racionalmente conforme o fim a ser alcançado, isto é, produzir o máximo com o mínimo de esforço, obter o máximo de eficiência econômica, etc., escolhendo e determinando racionalmente todas as operações e os atos que conduzem ao fim. O adjetivo *científico* é hoje amplamente usado, mas sempre se pode reduzir seu significado àquele de *conforme ao fim*, na medida em que tal *conformidade* seja racionalmente (metodicamente) buscada depois de uma análise minuciosíssima de todos os elementos (até a capilaridade) constitutivos e necessariamente constitutivos (incluída no cálculo a eliminação dos elementos emotivos). (Gramsci, 2001, p. 306)

A *organização científica do trabalho pedagógico*, não implica, necessariamente, afirmar que toda ação ou relação social e pedagógica, realizada pelos diferentes sujeitos, diretamente vinculados nesse processo (direção, docentes, discentes e funcionários) seja passível de controle absoluto ou de cumprimento régio, embora indique a diretriz inequívoca do regime de ensino adotado na ESAV, que era o de formar



sujeitos, aptos para o trabalho, culturalmente *adaptados* e desejosos do *status* proporcionado pela instituição e disciplinados, responsáveis, dignos, justos.

Essa última função, a de formar sujeitos disciplinados, responsáveis será o alvo prioritário da instituição, que se fará por meio da criação de mecanismos de controle e vigilância, que irão processar a divisão, segmentação, classificação, fechamento em turmas e grupos e que tornam mais transparentes e visíveis as relações de poder que vão sendo tecidas e configuradas, servindo de base para a *ação* e o *trabalho pedagógicos* desenvolvidos no estabelecimento.

Partindo do princípio que a *ação pedagógica* empreendida no estabelecimento, entendida essa ação, como um meio de imposição e da inculcação de valores e de normas de condutas consideradas adequadas para formar o profissional em agricultura, apresenta uma delimitação objetiva, no sentido de impor e inculcar certas significações, convencionadas pela seleção (e exclusão) de determinados hábitos e valores que lhe são correlatos e considerados dignos de serem reproduzidos, verifica-se que o meio utilizado para esse fim, fez-se através de uma série de dispositivos de controle e vigilância, que irão interditar e explicitar as condutas tidas como certas, para todos os sujeitos vinculados com o estabelecimento, sobretudo os estudantes.

Esse processo vai se efetivando, a partir da adoção de uma série de medidas de apreensão a todo tipo de comportamento considerado inconveniente e o emprego de várias micropenalidades em relação ao tempo, à atividade, ao modo de ser, aos discursos, ao corpo e à sexualidade.

É de supor que tal *ação pedagógica* tornou-se mais eficaz em função da natureza do regime de ensino instituído no estabelecimento, com a existência do internato, que demandava um esquadrinhamento metucioso dos espaços, dos tempos e das condutas, para a manutenção da ordem na instituição, além do fato da direção e de grande parte dos docentes, servidores e alunos terem morada no perímetro da Escola, o que também possibilitou uma maior possibilidade de controle e vigilância no tempo e no espaço desses sujeitos.

Nesse sentido, a efetivação dessa *ação pedagógica* também pressupõe a existência de uma condição social favorável ao exercício deste poder e controle, que foi consubstanciado na subordinação e no reconhecimento, por parte dos servidores e alunos da Escola, da direção do estabelecimento como a instância encarregada de exercê-lo, como a *autoridade pedagógica* legítima para a inculcação de *habitus*, entendido como princípios geradores de práticas consideradas *corretas*.

O fundamento para o reconhecimento dessa *autoridade pedagógica* pode ser encontrado no “contrato” assinado, aparentemente, por todos os alunos e servidores da instituição, a partir de 1927, na qual os mesmos se responsabilizavam por todo material existente nos departamentos e seções e pela “completa” conservação das dependências que utilizava. Comprometiam-se também a respeitar, intramuros, o “Regulamento, Regimento Interno e outras leis do Estabelecimento, trazendo ao conhecimento da Diretoria o nome dos infratores e a acatar as instruções dos inspetores, com eles trabalhando em completa harmonia em prol da disciplina geral.”

## 1. DISPOSITIVOS DE VIGILÂNCIA E CONTROLE DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Esse regime de *disciplina geral* instituído na Escola, aliás, ao final de 1922, com a fundação da caixa beneficente dos operários responsáveis pela construção de suas edificações e a instauração do regime de responsabilidade pessoal e de *cooperação*, será a base na qual se assentará o *trabalho pedagógico* da instituição.

Se o conjunto de princípios e normas de condutas, de responsabilidade pessoal instituídos, a partir daí, não sofreu alteração significativa após o início do funcionamento do ensino da ESAV, no segundo semestre de 1927, os meios e os espaços de inculcação de *habitus* foram muito diferentes, apresentando uma natureza mais persuasiva, na qual as relações de comunicação e de poder constituíram-se através da regulamentação dos tempos de trabalho e das atividades de aprendizagem intelectual e física, da moral e do civismo, de higiene, de descanso e de lazer, além do controle e rigor em coibir todo e qualquer tipo de infração às normas de conduta e de civilidade instituídas neste regime escolar, com o intuito de forjar um tipo de homem e de profissional em agricultura considerado adequado para desenvolver e modernizar as forças produtivas do meio rural brasileiro.

A determinação em forjar o *ethos* da instituição nos *habitus* do indivíduo, configurada na missão de “melhoramento do homem do animal e da semente”, far-se-á principalmente através da instituição de uma “criminalidade da fraude”, parte constituinte de toda essa estratégia para incutir nos indivíduos, o reconhecimento e a valorização jurídica e moral das relações sociais e o desenvolvimento da produção, através do emprego de métodos de vigilância e técnicas mais ajustadas de descoberta e de

informação, consubstanciadas no “regime de responsabilidade pessoal”, que assinalam a extensão das práticas punitivas.

Essa estratégia calcada no princípio do contrato de responsabilidade pessoal pressupõe que o cidadão tenha aceitado as leis sociais e regimentais e também aquelas que poderão puni-lo. Nesse sentido, o processo de instituição da cultura disciplinar e das penalidades aplicadas pelos agentes da *autoridade pedagógica* no estabelecimento, com maior ou menor rigor, indica as estratégias em imprimir e ajustar os mecanismos de poder para o enquadramento dos diferentes sujeitos durante sua permanência na instituição, significando, segundo Foucault (1999, p. 66), “uma adaptação e harmonia dos instrumentos que se encarregam de vigiar o comportamento cotidiano das pessoas, sua identidade, atividade, gestos aparentemente sem importância.”

Tal política de controle e vigilância possibilitou o exercício do poder de castigar, de fazer da punição e da repressão a todo tipo de comportamento considerado inadequado na instituição uma função regular, coextensiva à sociedade. Embora trate-se de um conjunto de penalidades diferenciadas, para servidores e alunos, elas são extensivas a todos os sujeitos lotados na instituição e apresentam o mesmo objetivo: punir exatamente o suficiente para tentar impedir a reincidência da infração e a possibilidade da mesma ser imitada pelos pares.

Para Foucault (1999, p. 79), essa estratégia de punição é mais refinada, por não utilizar o corpo como sujeito do sofrimento, mas enquanto objeto dessa representação: “o que ocasiona a ‘pena’ na essência da punição não é a sensação do sofrimento, mas a ideia de uma dor, de um desprazer, de um inconveniente - a ‘pena’ da ideia da ‘pena’.”

Os professores e empregados administrativos estavam sujeitos às penalidades de advertência reservada, admoestação, suspensão de até sessenta dias e rescisão de contrato, conforme o artigo 145 do regulamento de 1927. Eram passíveis, dessas penalidades aplicadas pelo diretor, todos os empregados nomeados por ele e, das duas primeiras penalidades, aos demais funcionários, nomeados pelo Presidente, como era o caso do diretor, vice-diretor, do secretário e bibliotecário) e pelo Secretário de Agricultura do Estado de Minas, responsável pela contratação docente e pela prerrogativa de aplicação da penalidade de suspensão.

Já a pena de rescisão de contrato desses funcionários era imposta por quem o nomeou, ou seja, o chefe do executivo ou da pasta de agricultura do Estado. No regulamento de 1931, a direção só não aplicava a pena da exoneração, que ficava a cargo

da Junta Administrativa. Esse último regulamento também acrescia, no artigo 160, que as penalidades seriam aplicadas “mediante a natureza de sua gravidade, a critério da Diretoria do estabelecimento e da Junta Administrativa.”

Se o regulamento de 1931 explicita a relação do tipo de falta e da sua penalidade correspondente, conforme a natureza de sua gravidade mantém os tipos de punição do regulamento de 1927, que definia que estavam incursos em penalidades, os funcionários que infringissem os dispositivos regulamentares (advertência reservada), os que, sem justificativa, deixassem de comparecer ao trabalho (advertência e desconto em folha de pagamento), faltassem com o respeito devido ao diretor, aos superiores hierárquicos e à dignidade da Escola, ou que concorressem para a implantação da desarmonia da escola (em ambos os casos, eram admoestados ou suspensos por até 30 dias, conforme a gravidade da falta) e, os que abandonassem as suas funções por mais de trinta dias (rescisão de contrato ou exoneração). Também estipulava que, em caso de reincidência da infração ou falta, seria aplicada a penalidade imediatamente superior nessa escala.

Das penalidades impostas pela direção, o regulamento de 1927 estabelecia que o interessado poderia entrar com recurso junto à Congregação. Das aplicadas por essa, ao Secretário de Agricultura. O prazo para a interposição de recursos era de 5 dias, contados da data em que o servidor tivesse conhecimento, por escrito, da aplicação da penalidade. O regulamento de 1931, em seu artigo 161, ampliou o prazo para interposição do recurso para 30 dias, tendo como última instância de julgamento à Junta Administrativa, vigente entre 1931 e 1936.

No regulamento de 1947, em seu artigo 185, as penalidades dos servidores da Escola já obedeciam “aos dispositivos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais” (1947, p. 62), mencionando somente as punições disciplinares dos membros do corpo docente.

No capítulo relativo às faltas e às licenças dos funcionários do ensino, o regulamento de 1927, assim como os demais regulamentos subsequentes da instituição, classificava-as em três modalidades, as abonadas, as justificadas e as não justificadas. No primeiro grupo, encontravam-se abonos de uma semana para os casos de falecimento na família e por motivos de núpcias, ou por um período indeterminado, seja em virtude de serviço público obrigatório, de comissão do governo, de viagem a serviço da Escola ou enfermidade grave do servidor. As faltas abonadas davam direito ao recebimento do vencimento integral.

As interrupções de exercício consideradas justificadas eram ocasionadas por motivo de enfermidade do funcionário ou de pessoa de sua família, por até trinta dias, ou por conveniência de higiene da Escola. Nesse caso, os servidores tinham direito a receber 50% dos vencimentos. Os demais casos eram considerados, como faltas não justificadas, não podendo ser mais do que duas consecutivas e três num mês, o que determinava a perda total dos vencimentos, conforme o artigo 155, desse regulamento (1927, p. 76). Também prescrevia que nenhum funcionário poderia interromper seu serviço sem a licença concedida pela autoridade competente.

Em suas disposições gerais, o artigo 174 do regulamento de 1927, vedava a qualquer empregado ou aluno o uso de armas proibidas. No regulamento de 1931, a interdição se estende aos vícios do jogo e do álcool, que permanecem nessas disposições regimentais ao longo do período da ESAV.

Os dispositivos disciplinares instituídos nos diferentes regulamentos tinham a função de inculcar e legitimar as normas de conduta e de civilidade consideradas adequadas. Essas normatizações de conduta e do trabalho serão constitutivas do *ethos* do estabelecimento. Tais normas tinham uma característica centralizadora, pois exigia vigilância e controle da diretoria, no sentido de homogeneizar hábitos e comportamentos, que se fazia, mormente, através da aplicação dessas penalidades, conforme o grau de incidência das faltas.

No caso dos docentes, era imprescindível que os mesmos dessem “o bom exemplo”. Essa preocupação pode ser identificada numa advertência reservada da direção, de 30 de setembro de 1930, ao então professor norte-americano Albert O. Rhoad, na qual o primeiro pede:

a fineza de se, de acordo com o hábito distinto seguido nesta Escola, desde seu início, por todo o pessoal que a frequente inclusive seu Diretor, tirar o chapéu ao penetrar no edifício principal - o que faz, estava certo, por mera distração, apesar das minhas palavras na última reunião da Congregação. Esperando nem de leve melindrar o distinto amigo com este pedido, feito tão somente visando o aperfeiçoamento do meio escolar em que nos encontramos, subscrevo-me, com elevada estima.

Outra penalidade, dessa vez de admoestação, também foi encontrada num documento de 1930, na qual o então diretor aconselhava a dois professores que evitassem conversar no corredor do *prédio principal*, para não dar mau exemplo aos estudantes.

Além disso, a preocupação em não se discutir questões políticas e de crítica aos trabalhos de outros docentes foi objeto de um inquérito contra um professor,



apreciado por uma comissão interna, nomeada em 30 de junho de 1930, que chegou ao seguinte veredicto, em 12 de julho de 1930: o aludido professor foi desrespeitoso em relação a alguns políticos que assumiram a administração do país (Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes e Washington Luís) ao afirmar que eles tiraram proveitos particulares durante essa gestão, e teceu críticas aos trabalhos de outros professores, perante alguns alunos. No parecer dado pela comissão, ambas as críticas foram consideradas sem fundamento, por terem sido feitas fora do horário de aulas e de trabalhos e, no segundo caso, não teve o intuito de destruir a capacidade de seus colegas. A acusação de que o referido professor procurou enfraquecer a ação da Diretoria, no bom andamento dos trabalhos da Escola, também foi considerada improcedente.

Embora não tenha sido identificado explicitamente, nos documentos pesquisados, nenhuma penalidade de suspensão docente, detecta-se uma das funções mais importantes da punição, que é a prevenção da falta, como a verificada em 03 de agosto de 1934, na qual um professor levou ao conhecimento da diretoria, o fato de “não haver significação política a inclusão de meu nome entre os signatários dos convites aos festejos pela chegada do senhor Arthur Bernardes a esta cidade, ontem distribuídos”. Para comprovar sua assertiva anexou dois convites, da mesma data do evento, em que não se encontrava seu nome na festividade que “tem cor política”, justificando que consentiu a inclusão de seu nome, no manifesto de gratidão ao senhor Bernardes, “pelo que fez pelo Município, principalmente por ter fundado a nossa escola”, assinando o que pedia auxílio monetário para custeio dos festejos em organização. O outro, em que ele não assina, referia-se à partida dos correligionários, em comitiva, num trem especial para o Rio de Janeiro, com o fim de conduzir o ex-presidente até aquela cidade.

O diretor deu seu veredicto manuscrito no próprio documento encaminhado pelo professor, em 10 de agosto de 1934, aceitando sua justificativa e fazendo votos para que os servidores se mantivessem sempre afastados de atividades estranhas aos ideais da instituição e que lhes pudessem prejudicar. “Temereis as explorações. A política *sincera* de um ato de gratidão não pode ser condenada.”

Embora reivindicasse, com autoridade e propriedade ao poder constituído, no âmbito estadual, o então diretor procurava evitar o envolvimento do nome da instituição em críticas aos governos ou querelas políticas, mesmo em se tratando de estudos, como é o caso da avaliação feita por Bello Lisbôa, possivelmente, para a publicação num dos boletins agrícolas, editados trimestralmente pela Escola, do trabalho do senhor Luiz Freire, de Aracaju, em missiva datada de 27 de setembro de 1930:

Tenho real vontade de publicar seu trabalho. Pedi-lhe permissão para omitirmos a parte final, porque, sendo nossa Escola Oficial, não lhe é permitido veicular as queixas contra os governos, apesar de justas. Sabe o amigo que casos como este, podem trazer sérias dificuldades a Estabelecimentos como nosso. Reiterando pois, meu pedido, renovo, também, o da remessa das fotografias. Pode crer o amigo que sinto muito as dificuldades que sofrem os nossos queridos e heroicos lavradores, mantenedores da nossa nacionalidade e representantes dignos da honra brasileira.

Sobre esse trabalho, identifica-se a resposta do autor do artigo, em 27 de outubro de 1930, na qual o mesmo declarava que só aceitaria que seu trabalho fosse “publicado na íntegra, “pois hoje já podemos dizer o que sentimos”. Não modifique o artigo”. Ao que parece, não teve o seu artigo encaminhado para publicação.

Além da interdição às discussões políticas, verifica-se também o patrulhamento ideológico, que pode ser detectado num processo aberto pela direção e encaminhado à Junta Administrativa da Escola, em 1935, a respeito da contratação de um professor suspeito de ser “apologista da doutrina de Moscou”, tendo como resolução desse “Conselho de Agricultores”, a determinação de que tal contrato não fosse assinado até a ultimização do processo de averiguação.

Embora não haja menção, na documentação pesquisada, acerca de problemas relativos às diferenças de religião ou credos na instituição, detecta-se a atenção da diretoria em evitar e prevenir polêmicas dessa natureza, como na carta enviada por Bello Lisbôa, em 1931, a um senhor do Rio de Janeiro, em que informava que a religião da maioria do pessoal era católica, havendo “absoluto respeito pela religião de todos. Não se discute religião dentro da Escola e nem política. Queremos que haja sinceridade de religião e de política.”

Outras penalidades de advertência e de admoestação aplicadas aos docentes, referem-se ao combate ao absentismo, ao cumprimento de horários, que pode ser identificado no ato número 184, emitido pelo então diretor, no início de 1937, fixando o horário de entrada para o expediente dos professores. O uso dessas penalidades para esses tipos de faltas, foi bastante comum durante todo período, cuja essência de conteúdo punitivo foi recorrente nas sucessivas administrações da escola, principalmente em relação ao cumprimento do horário e das atividades nos departamentos e seções de trabalho, no período de recesso escolar dos estudantes, enquanto os docentes ainda não estavam em gozo de suas férias.

Em relação ao cumprimento do regime de trabalho docente *full time*, encontra-se uma advertência do então diretor, no ano de 1935, a um professor por participar

de um cursinho livre preparatório para ingresso na ESAV, o que feria “o regulamento desta Escola e a cláusula do vosso contrato, sobre tempo integral, e ainda, poderá trazer suspeitas e dúvidas ao futuro processado dos exames citados.”

No que tange à aplicação das penalidades regulamentares de suspensão por até trinta dias ou de rescisão de contrato docentes, não foram encontrados documentos que atestem a execução ou encaminhamento dessas punições pela diretoria do estabelecimento, às autoridades competentes para tal, ou seja, o Secretário de Agricultura e o Presidente do Estado de Minas Gerais. A ausência de indícios sobre a aplicação dessas penas, talvez possa ser explicada pelo fato de tanto a suspensão no trabalho, como a rescisão de contrato docentes, acarretarem também prejuízos para os alunos e para o funcionamento do estabelecimento, em função das lacunas de aula para os alunos e da possível dificuldade de substituição temporária ou imediata do profissional, por questões burocráticas.

Um fato que reforça essa hipótese em evitar a suspensão do trabalho dos docentes pode ser identificada, numa outra situação, na negativa apresentada pela diretoria, no 2º trimestre de 1931, em conceder licença, por motivo de saúde, a um professor contratado que, por sua vez, insistiu-se em seu pleito, interpondo recurso ao Presidente da Junta Administrativa, tendo seu pedido indeferido.

As penalidades relativas às faltas no cumprimento de prazos pelos docentes, ao que parece, não eram relevadas nem por motivo de enfermidade, como foi constatado por um docente, que procurou justificar, ao secretário da escola, em 08 de maio de 1935, as razões do atraso no envio das médias do mês anterior, em função da sua “exaustiva” jornada de trabalho na instituição:

Doente, ontem às 8:30 da noite tive o pesar de receber a carta em que me manifestais a contrariedade da diretoria dessa Escola, pelo atraso na entrega das médias de provas dos alunos para que leciono. Tendo, sob minha responsabilidade, o ensino de três matérias diferentes para quatro turmas, e mais os encargos de redação do jornal desse estabelecimento, além de seis horas mínimas de serviço regulamentar, diárias, no próprio instituto, obrigo-me a estudar em casa os pontos das lições, a fim de a quantidade das disciplinas não prejudicar a qualidade dos ensinamentos.

Com oito maços de exercícios a corrigir entre sabatinas e provas escritas o número eleva-se a quase duzentos. Mesmo privando-me de diversões e trabalhando em casa, o tempo foi insuficiente para eu entregar na secretaria, a caderneta de aula, a 29 do mês p. findo. Se infração regulamentar houve de minha parte, embora involuntária, eu sou por ela inteiramente responsável. Sentindo-me ainda abatido, comunico-vos que me não é possível trabalhar hoje.

O relato desse docente é duplamente interessante, pois, de um lado, demonstra suas dificuldades em dar conta das atividades sob sua incumbência, apontando o seu abatimento por contrariar a direção e o regime de trabalho cotidiano na instituição. De outro, indica um tipo de falta não tolerada no estabelecimento, uma vez que o professor foi dispensado ao final do seu contrato de um ano.

Ainda sobre essa questão, é plausível supor, que a aplicação da penalidade de rescisão de contrato docente acontecia logo após o término do semestre ou ano letivo, com a negativa de renovação do contrato de trabalho, conforme avaliação e parecer da direção, que também pode ser averiguada na rescisão de contrato efetuada pela direção, ao final do primeiro semestre letivo de funcionamento da instituição, em 1928, na qual os professores “novos”, que não entenderam o “espírito de cooperação” e a proposta pedagógica em delineamento no estabelecimento, foram dispensados.

Já o abandono do cargo pelos docentes, durante o semestre letivo, parece que tornou-se uma atitude corriqueira, ao menos até o ano de 1934, como fica evidenciado no processo nº 224, de 27 de novembro desse ano, aberto pela direção e encaminhado à Junta Administrativa, comunicando a saída de mais um professor e sugerindo a adoção de medidas “para impedir a continuação de tais abusos”, com a inclusão nos contratos de mais duas cláusulas que obrigassem o professor a cumprir sua obrigação até o término do contrato.

Logo no início desse ano identificou-se documentos sobre outro caso dessa natureza. Um docente recém-contratado, proveniente de Belo Horizonte, que solicitou “seu definitivo desligamento do corpo docente da escola”, conforme carta remetida, em 10 de abril de 1934, ao então diretor, na qual explicita as circunstâncias de sua passagem pela Escola:

marcada por sucesso banal nas relações cotidianas entre alunos, diretor e professor, que a imaginativa do senhor diretor tanto exagerou, bastando apenas lembrar as razões de sua advertência, que não preciso citar, por demasiado recente, havendo culminado na maneira **pouco pedagógica, como se conduziu em relação à minha pessoa, vossa advertência (...)**.

Demais, meu juízo em relação à sua técnica no trato cotidiano das relações sociais intra-escolares me impedia de acreditar pudesse o senhor diretor submeter ao mesmo estalão comum professores e simples serventuários, confundindo sinceridade e franqueza com distrato pessoal de seus subordinados hierárquicos. Devo confessar-lhe, que diante da vivacidade de expressões com que se julgou no direito de obsequiar-me, professor que era e não simples serventuário, minha tolerância só se manteve inalterada em virtude (...). (grifos meus)

Depois de tecer considerações a respeito das razões de sua tolerância, à forma de advertência do diretor, o professor descreveu a “maneira pouco pedagógica” como a mesma foi conduzida, “extralimitando-se de seu direito de advertência, para invadir terreno que não lhe pertencia, procurando fustigar vivamente minha sensibilidade.” Essa avaliação do “sentenciado”, a despeito da forma de aplicação das penalidades de advertência e admoestação pelo diretor, aponta o caráter de universalidade da pena entre docentes e funcionários.

Por outro lado, expôs sua impressão sobre os dispositivos de poder, vigilância e controle utilizados na instituição:

Confirmando, pois, minha maneira maliciosa de apreciar as palavras com que me recebeu, já nos primeiros dias, tive oportunidade de apurar seu verdadeiro sentido. Havia qualquer coisa de maquiavélico naquela atitude que consistia em receber alguém com ares de antecipada confiança, logo de início, para depois deixar-se mostrar o verdadeiro pensamento ou sentimento, colhendo informações pelas simples impressões ou sugestões da simpatia ou capricho de terceiros, para fazer o julgamento definitivo de professores mal entrados na Escola.

Em outra carta, de 22 de abril de 1934, o professor reafirmou seu pedido ao diretor, de reembolso pelos serviços prestados à Escola, e reclamou da falta de resposta de sua missiva anterior. Tal resposta foi dada na correspondência enviada ao ex-professor, pelo diretor Bello Lisbôa, em 25 de abril de 1934: “com referência a outra carta que tivestes a infelicidade de nos remeter, não foi respondida, por estar em desacordo com a educação que praticamos”, confirmando em seguida a remessa do pagamento e a devolução dos livros de educação física do professor.

O abandono do trabalho de um docente, no início do ano letivo, e de outro, próximo ao final do segundo semestre, indica, *a priori*, o excessivo zelo na aplicação das penalidades em relação às faltas cometidas pelos professores no estabelecimento e a tentativa da direção em instituir um meio de enquadrá-los, por contrato, a esse regime, de modo a promover um ajuste entre a falta cometida e os efeitos da pena, sem acarretar a “deserção do sentenciado” à punição, indicam a extrapolação do poder de punir da direção, e a ideia de que um mesmo castigo não deveria ser aplicado de maneira igual para todos os servidores do estabelecimento.

Contudo, a rescisão de contrato se fará em casos considerados de maior gravidade, como o inquérito encaminhado à Junta Administrativa, pelo então diretor, em 02 de janeiro de 1936, para apurar os “indícios da ação comunista no estabelecimen-

to”, na qual o mesmo informava que os dois professores suspeitos de fomentarem tal ação já haviam sido afastados da instituição em outubro e dezembro de 1935, respectivamente, enquanto um servidor teve seu contrato suspenso, até a resolução do caso.

Ainda sobre esse assunto, identifica-se um outro inquérito dessa natureza, só que de “subversão” interna, aberto, três anos antes, contra um professor, para averiguar sua influência e participação nesse movimento coletivo dos alunos, e inquiri-lo sobre a veracidade da informação de que ele havia afirmado aos estudantes que a Congregação era manipulada pelo então diretor. Não teve seu contrato renovado em fevereiro de 1933.

Se na pesquisa documental realizada, não se verifica, aparentemente, a aplicação da penalidade da suspensão, em relação às faltas cometidas pelos membros do corpo docente, o mesmo não pode ser afirmado em relação aos demais servidores da escola que eram, em sua grande maioria, nomeados pela diretoria da escola, ficando sujeitos às penalidades impostas nessa instância de poder. Contudo, antes de apontar os tipos de faltas que imputavam a aplicação dessa penalidade, vale a pena discorrer sobre as transgressões mais leves, que eram passíveis de execução das punições mais brandas como a advertência e a admoestação.

A penalidade de advertência pode ser identificada em alguns documentos, como uma, do ano de 1931, em que o então diretor fez uma repreensão a um funcionário “por brincadeiras durante o serviço”. Também encontram-se registros das penalidades de advertência e de admoestação aplicadas a alguns funcionários, em anos distintos, por não cumprirem suas obrigações. Ainda detecta-se uma comunicação enviada pelo então diretor, em 20 de novembro de 1930, ao porteiro da ESAV, informando ao mesmo que “impreterivelmente, todos os sábados, deverá entregar à Secretaria desta Escola, as cadernetas de aulas de todos os professores, sem exceção. No dia em que deixar de cumprir com os deveres desta exigência, ficará, imediatamente, suspenso dos trabalhos.”

As situações criadas para indispor a direção perante os demais funcionários, eram passíveis de forte admoestação, como foi o caso de um servidor que solicitou informações, por escrito, ao então diretor, em 25 de fevereiro de 1939, a respeito “das férias da Escola durante os dias de carnaval.” Tal pedido foi interpretado pelo seu superior, como tendo o “objetivo de embaraçar o diretor e a administração da Escola”, na qual o servidor retruca sobre o seu direito a três dias de folga, fazendo com que o diretor cancelasse a ordem combinada de revezamento de seu pessoal durante os festejos do momo.

Em outra admoestação, datada de 16 de março de 1942, o então diretor Geraldo Gonçalves Carneiro, primeiro ex-aluno a ocupar esse cargo entre 15 de janeiro de 1940 e 11 de setembro de 1944, indagou ao médico responsável pelo Serviço de Saúde, porque os operários, zeladores e encarregados, bem como funcionários vinham sendo atendidos durante o expediente de trabalho, ou seja,

fora do horário pré-estabelecido para isso. Tal irregularidade tem trazido perturbações aos trabalhos da Escola e, por isso, os chefes de departamento têm reclamado frequentemente.

Assim, sendo, peço-lhe a fineza de não os atender fora da hora estabelecida - consultas, injeções ou curativos - salvo casos de premente necessidade.

A aplicação das penalidades leves foi um meio de prevenir à desordem futura, sendo calculada com a finalidade de se evitar a possível repetição da infração. Os casos de reincidência eram punidos com mais severidade, como a que foi aplicada pelo diretor em 1932, ao suspender por dois dias, dos trabalhos no estabelecimento, um encarregado de serviços, “por não estar zelando bem das máquinas que lhe estão confiadas”. Outro caso foi o de um ronda, suspenso, em 1936, por faltar no dia de “plantão dominical.”

Antes disso, encontra-se uma “punição exemplar” de suspensão por um dia de vários servidores e alunos, por terem participado de jogos entre as equipes de futebol dos clubes e associações desportivas, em um torneio na cidade vizinha de Visconde do Rio Branco, defendendo, portanto, outra bandeira que não a da escola. A comissão de inquérito, conduzida pelo professor que presidia o conselho disciplinar, inicialmente, convocou para depor, três “suspeitos” (dois funcionários e um aluno) que, individualmente, foram inquiridos se haviam participado de jogos e ou treinos fora da escola após o dia 20 de agosto de 1934. Foram indagados sobre o porquê e que outros servidores ou alunos viu treinar. A conclusão foi encaminhada ao diretor, em 05 de julho de 1935, na qual foi comprovado o envolvimento de 18 indivíduos “incurso na infração do Ato 165 de 1934”, sendo que três deles, incorreram nas mesmas faltas, no dia 16 de junho de 1935, ou seja, dias após cada um prestar seu depoimento à referida comissão.

No que concerne à rescisão de contrato de servidores, verifica-se que, normalmente, esta era aplicada nas faltas consideradas de maior gravidade e que, quase sempre, desdobraram-se em ocorrências policiais, como a detectada em 24 de novembro de 1934, na qual o então diretor solicitou ao delegado de polícia da cidade de Viçosa



para apurar a responsabilidade do empregado da Escola que executou, nas oficinas de encadernação do estabelecimento, trabalhos para particulares (encadernação de álbuns de alunos de uma escola da cidade). Da mesma forma, foi solicitado à autoridade policial, providências no sentido de apurar e esclarecer a verdade a respeito da descoberta de vários objetos, provenientes de furto, encontrados na casa de um servidor da instituição, nesse mesmo ano.

Situação bastante elucidativa do princípio de “educar-se elevando” pode ser constatada na rescisão do contrato de uma professora da escola primária anexa ao estabelecimento, em 18 de maio de 1935, após inquérito de averiguação, que confirmou que a docente fez um aluno ingerir uma pimenta como corrigenda, pelo fato do mesmo proferir vocábulos obscenos em presença de colegas.

A explanação sobre alguns aspectos do regime disciplinar e da aplicação das penalidades aos docentes e servidores na ESAV, em determinados momentos na instituição, indicam formas de resistência, sobretudo dos professores e sinalizam a existência de “uma diferenciação que não é a dos atos, mas dos próprios indivíduos, de sua natureza, de suas virtualidades, de seu nível ou valor.” (FOUCAULT, 1999, p. 151). Tal diferenciação, segundo essa classificação individual, ficará mais evidenciada nas punições impostas aos alunos.

## 2. ERRADICANDO PRAGAS - VIGILÂNCIAS E PUNIÇÕES AOS ALUNOS

A instituição do regime de responsabilidade pessoal como base do contrato firmado entre o aluno e a instituição, indica a ciência e aceitação deste das normas de conduta, disciplinares e de ensino que vão sendo implementadas no estabelecimento. Tal aceitação também implicava, grosso modo, no reconhecimento de seu lugar nas relações hierárquicas de poder, dos dispositivos de vigilância e de controle vigentes na Escola e as penalidades cabíveis em caso de transgressão da ordem instaurada, a partir do início do funcionamento da ESAV.

As preleções normativas e disciplinares, de moral e higienismo das reuniões gerais, rito que esquadrinha e demarca os espaços de saber e poder. Somam-se a elas, o regime de internato, as reuniões diárias do conselho de disciplina com os estudantes eleitos mensalmente, como responsáveis pela ordem nas seções dos dormitórios, o

controle rígido da frequência nas diferentes atividades de ensino, o regime da hora certa, dos exames semanais, mensais e semestrais. Por isso, junto com a avaliação e a classificação dos alunos realizada quase que mensalmente pela Congregação, durante o período da escola isolada, indicam o conjunto dos dispositivos disciplinares que configuram um regime capilar de vigilância e controle que foi se delineando sobre os alunos.

Ademais, esse regime de vigilância e controle tornou-se mais efetivo, em virtude da própria localização da escola, ainda relativamente distante da cidade, e da distribuição espacial, em seu perímetro, das diferentes residências de boa parcela dos servidores e alunos, dos departamentos e seções de trabalho, cuja disposição foi projetada e executada com a finalidade de forjar, de modo mais eficaz, na instituição, a verdadeira vida no campo e um novo tipo de homem, portador de conhecimentos e técnicas e da missão de disseminar o progresso no meio rural, a partir de ações voltadas para o melhoramento do homem, do animal e da semente.

Este tipo de homem, detentor de um saber técnico que, com um posicionamento de pretensa ‘neutralidade’ e ‘apoliticismo’, irá assumir, ao sair formado da instituição, o papel de mediador entre a *sociedade política* e *sociedade civil*, ou seja, entre o poder público e a iniciativa privada. Para tanto, a instituição contará com uma organização disciplinar e de ensino bastante funcional, em termos sócio-políticos, e produtiva, em termos econômicos, assentado num regime de aplicação de penalidades sobre os indivíduos, considerados nocivos ao projeto político-pedagógico do estabelecimento.

Nesse sentido, foram identificados muitos documentos que trazem registro das ocorrências e inquéritos encaminhados, notificados ou arquivados pelos diferentes diretores, com maior ou menor abundância de detalhes e de fontes, conforme o legado deixado e encontrado, no Arquivo Central e Histórico da UFV, entre os anos 1927 e 1948. Esses registros que tratam da aplicação das penas disciplinares cabíveis aos alunos que não conseguiram compreender o ideal e as normas de conduta instituídas pela escola, ao mesmo tempo, que serviam de prevenção e exemplo para os potenciais infratores do futuro.

A despeito da arte de punir os alunos, verifica-se que os mesmos, pelo regulamento de 1927, estavam sujeitos às penas disciplinares de advertência, admoestação, suspensão e expulsão. A primeira poderia ser feita pelos docentes e pelo diretor, para a correção de faltas leves contra o regulamento e o regimento interno. Já a pena de

admoestação, era feita pelo diretor, no recinto da diretoria, para corrigir a reincidência em faltas leves, as de caráter mais grave e depredações. Esta penalidade era registrada e qualquer membro do corpo docente poderia pedir esta pena para os alunos.

A penalidade de suspensão era imposta pela Congregação, com o fim de castigar as faltas de caráter grave. No primeiro regulamento, a aplicação de tal penalidade, durante o ano letivo, era de 10 dias, no máximo, enquanto a suspensão por motivo de fraude em exames, poderia ser de até 360 dias. Os regulamentos seguintes não fazem menção ao limite de dias para aplicação dessa pena, que permaneceu sendo registrada e comunicada aos responsáveis pelos alunos, mesmo procedimento verificado quando da aplicação da penalidade de expulsão, que era também imposta pela Congregação, tendo por fim afastar da instituição, “definitivamente, os elementos nocivos à sua segurança, incursos em faltas de caráter gravíssimo contra a disciplina, a moral e as leis do país.” (Regulamento ESAV, 1931, p. 56)

No regulamento de 1947, detecta-se a adição de mais uma penalidade, a de cassação da matrícula, intermediária entre a suspensão e a expulsão, para as faltas com agravantes, aplicada pela Congregação, que dava ciência desse veredicto aos responsáveis pelos alunos. Dos regulamentos consultados, esse é o único que passa a explicitar, aos penalizados, que podiam entrar com recurso, junto “à autoridade imediatamente superior, salvo os casos previstos neste regulamento.” (Regulamento ESAV, 1947, p. 63)

A partir do Regulamento de 1931, outros artigos serão incorporados ao capítulo das penalidades, como o que estipulava que os prejuízos verificados no estabelecimento “por culpa ou desídia de qualquer funcionário ou aluno, deveriam ser indenizados pelo valor conhecido ou arbitrado”, sem atenuar as demais penas indicadas para o caso. Ainda estabelecia que as indenizações dos danos, cuja autoria não pudesse ser identificada, não prescreveriam. No entanto, esse é o único regulamento que registrava a determinação de que os rondas responderiam pelos prejuízos que fossem verificados durante o tempo em que estivessem de serviço.

Embora fosse a única penalidade não registrada, é plausível supor que a advertência tenha sido a mais utilizada no cotidiano do estabelecimento, dada sua organização temporal e espacial, de vigilância e controle dos alunos, de modo a tolher sua espontaneidade e inculcar valores, comportamentos e atitudes, a partir da aplicação de várias micropenalidades. Sobre esses controles, os registros ou mesmo os lapsos documentais de decorrência, fazem lembrar Foucault (1999, p. 149), quando caracterizava a disciplina enquanto práticas de controle do

tempo (atrasos, ausências, interrupções de tarefas), à atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), à maneira de ser (grosseira, desobediência), aos discursos (tagarelice, insolência), ao corpo (atitudes ‘incorretas’, gestos não conformes, sujeira) e à sexualidade (imodéstia, indecência).

Assim, a advertência vai ser o primeiro sinal punitivo utilizado pela instituição para inibir e coibir a incidência das faltas cometidas pelos estudantes. Inibir, com o discurso informado pela ciência coletiva das normas e regulamentos vigentes na instituição, comunicadas pela direção durante as reuniões gerais e prescritas através de avisos e mensagens, como a emitida, em 24 de setembro de 1937, sobre o fumo dos alunos e dos professores em locais impróprios ou do aviso de 1947, na qual o então diretor lembrava, aos alunos externos e semi-internos, que não era permitida a entrada no internato, solicitando aos alunos do último ano, que escrevessem seus trabalhos para apresentação no *Club Ceres*.

Coibir nos alunos, por meio da advertência individual feita pelo docente ou diretor, a inobservância das normas instituídas, não só para servir como exemplo aos que não cometeram tal infração, como também para chamar a atenção do infrator para os efeitos agravantes da reincidência, prevenindo-o sobre a desvantagem de incursão em novas faltas e penalidades de maior gravidade, foi um propósito intencionado.

A penalidade de advertência aplicada pelo diretor se fazia especialmente em razão de sua inspeção aleatória em tempos e espaços diferentes da instituição e de vigilância a qualquer anormalidade na rotina da escola. Isso demandava cuidados de observação e controle sobre os detalhes de postura e conduta exigidos a todos os sujeitos do estabelecimento.

A atenção dada às minúcias, é verificada na correspondência remetida pelo então diretor, em 09 de janeiro de 1932, ao engenheiro agrônomo recém-formado na primeira turma da ESAV, sobre sua solicitação para o envio de uma carta de apresentação no mercado, enquanto seu diploma não fosse expedido. O diretor respondeu, então, assertivamente ao requerente, ao mesmo tempo, que se lembrava das penalidades de advertência nas quais o ex-aluno esteve incurso, renovando sua esperança no ideal “do trabalho perseverante e de nacionalismo sadio, sem a inópia de fronteiras apertadas! Aos moços de suas qualidades, meu caro compete firmá-la. O seu curso lhe é todo favorável, salvo aquelas vezes que ia a cidade sem paletó ou que se assentava na plataforma da Estação.”

Nota-se que o controle e intenção da vigia sobre as condutas fazia parte do cotidiano da vida escolar, do tempo de escola. É dessa tradição da eminência do detalhe, da sua racionalização utilitária, em termos de contabilidade moral e controle político, que vai se localizar todas as meticulosidades da educação integral projetada e promovida no estabelecimento. A sistemática aplicação das penalidades sobre as faltas de caráter mais grave, na instituição, também indica os tipos de faltas mais comuns cometidas pelos estudantes e que eram passíveis de admoestação, em diferentes épocas da ESAV.

A aplicação da pena de admoestação ocorria principalmente após as avaliações mensais dos alunos realizadas nas reuniões da Congregação, com a convocação individual dos alunos postos em observação pelos docentes, ao recinto da diretoria, para receber repreensões relacionadas, sobretudo, com o baixo aproveitamento nos estudos ou por questões de indisciplina no cumprimento dos horários, falta às aulas, ou de outras posturas consideradas nocivas ao estabelecimento e à ordem.

Nesse sentido, merece menção o resultado dos trabalhos da reunião da Congregação, de 01 de julho de 1934, na qual foi realizada uma avaliação dos alunos e das turmas, sendo observado que o quinto período de Agronomia (S5) era uma turma com espírito revoltoso, com tendência à rebeldia. Na turma do terceiro período do mesmo curso (S3) foi avaliado um aluno como “incapaz para o curso, muito fraco”. No curso elementar (F1), detectou-se que dez estudantes não tinham interesse nas aulas práticas, sendo que dois estavam “enfraquecendo-se nos estudos”, outro foi considerado indolente, enquanto um outro deveria ser aconselhado pela direção a se afastar da Escola.

Em outras reuniões da Congregação, identifica-se muitas outras observações individuais de alunos classificados como desinteressados, mal humorados, ou mesmo convencido, como foi o caso de um aluno que foi admoestado, em 1937, mas que, posteriormente tornou-se reitor da instituição e Secretário de Agricultura do Estado de Minas. Também foram encontradas inúmeras listas, em diversos anos, de convocação de alunos para comparecerem à diretoria, por razões disciplinares ou “de má vontade para com os esportes da escola”, e de convites a outros, para participar de competições esportivas, representando a Escola.

Ainda sobre essa penalidade detecta-se que a mesma também foi aplicada de pronto, nos casos verificados de práticas e condutas inadequadas ou acintosas dos estudantes, nas diferentes seções e dependências do estabelecimento ou na cidade de Viçosa, pelos seus diferentes diretores. Dentre as faltas passíveis dessa punição imediata, merece menção os casos de registro de alunos que fumavam em locais proibidos

do estabelecimento ou no cinema da cidade, de dois alunos que discutiram durante uma aula prática de horticultura, ou de um discente que, em 1934, teve sua atenção chamada pelo diretor, por ter mandado uma “banana”, ao seu colega, no refeitório, na vista da responsável por essa seção.

Por fim, verifica-se que a aplicação dessa penalidade atingia até os ex-alunos da instituição, conforme pode ser constatado no registro de repreensão, de 1942, feito pelo então diretor ao visitante, por ter levado uma garota ao campo, ferindo, com isso, o regimento interno.

A penalidade de suspensão era aplicada, pela direção, sobre os alunos reincidentes nas faltas graves, ou incursos em faltas consideradas de maior gravidade. Essa pena disciplinar, quanto à duração, apresenta grande variedade de prazos, o que demonstra a gradação no uso dessa punição, conforme o tipo de falta disciplinar cometida pelos estudantes, como saídas do estabelecimento sem ciência e autorização da direção, retorno ao internato fora do horário permitido para tal, as tentativas de fraude, sobretudo da “cola” nos exames e outras condutas “em desacordo com a educação praticada no estabelecimento” e as normas sociais vigentes.

Um caso em que a arte dessa penalidade teve, aparentemente, um efeito pedagógico eficaz, ou seja, “de punir exatamente o suficiente para impedir” (FOUCAULT, 1999, p. 79), pode ser indicada na pena aplicada pela diretoria, em 1929, de suspensão de um aluno por quinze dias, por ter ido visitar a família, no domingo, em Coimbra, cidade vizinha a Viçosa. Nos outros documentos consultados, não se identifica uma outra penalidade em função dessa falta.

Contudo, identificam-se registros de solicitação ou autorização para viagem de alunos por motivos diversos, como o atendimento do diretor, em 22 de abril de 1930, ao pedido de um pai de aluno, permitindo que “seu digno filho fosse passar os dias da Semana Santa em companhia de sua família” e, no segundo trimestre de 1931, ao pedido de dispensa de dois alunos para ficar com a família enlutada e fazer o exame de segunda época. Em outro momento, em 1942, outro diretor atende ao pedido de um pai, autorizando a viagem de seu filho, aluno do estabelecimento, para participar das bodas de prata dos pais.

Outra situação em que os alunos ficavam sujeitos à aplicação da pena de suspensão, refere-se à transgressão da rotina de horários estipulados na instituição, sobretudo de atrasos nas aulas e no retorno à noite no internato. A incursão nestas faltas acarretava penalidades de suspensão até três dias, embora os casos de reincidência confirma-

dos, poderia elevar o número de dias aplicados por essa punição. Os alunos internos, ainda estavam sujeitos à penalidade de suspensão do internato, podendo ser afastados temporária ou definitivamente, conforme julgamento e deliberação da Congregação.

O provável primeiro caso de aplicação da penalidade de suspensão temporária no internato pode ser identificado na punição imposta a dois estudantes pela Congregação, na reunião do dia 24 de julho de 1928. O registro em ata, desse assunto, já relatado no capítulo anterior, merece ser retomado, por ser emblemático da constituição desse poder de punir e o seu caráter pedagógico, ao sinalizar que a ideia dessa falta estivesse ligada à ideia de uma desvantagem maior, de modo a torná-la não desejável com o veredicto de suspensão dos alunos do internato até o final daquele ano.

Por outro lado, também é possível detectar “a ‘pena’ da ideia da ‘pena’”, da ideia de uma dor, de um desprazer, de um inconveniente, que essa punição representará para o corpo discente, tanto é que alguns alunos assinaram e encaminharam recurso à Congregação, pedindo “uma solução benigna para o caso”, demonstrando o caráter pedagógico e formador da punição, enquanto dispositivo de prevenção contra a reincursão ou reincidência dos alunos em faltas dessa natureza naquele momento. Ao que parece, a ideia desse sinal punitivo foi tão eficaz, junto aos estudantes, que os dois alunos recorreram e tiveram sua punição atenuada, menos de uma semana depois, na reunião seguinte da Congregação, realizada em 30 de julho, obtendo permissão para voltarem a residir no internato de imediato.

Não obstante o efeito didático desse sinal punitivo é plausível supor uma significativa incidência desse tipo de transgressão, uma vez que a aplicação dessa penalidade, constituiu-se numa ação disciplinar regular do estabelecimento, sendo utilizada como importante instrumento da direção e da Congregação, para manter a ordem e o regime de ensino vigente. Tal conjectura sobre a permanência dessa falta e da execução dessa penalidade, ao longo dos anos, pode ser atestada na aprovação da Congregação, em 28 de agosto de 1936, em acatar a sugestão de um então chefe de departamento e ex-aluno de instituição, ao sugerir a suspensão de um aluno do internato e da escola por quinze dias, “por vários motivos disciplinares, mas, sobretudo para dar exemplo aos outros e correção própria.” Ainda sobre esse tipo de punição, identifica-se uma ordem do então diretor encaminhada à responsável pela seção do internato, em 13 de novembro de 1947, informando sobre a suspensão de um aluno, “de *todas* as regalias do internato” desse dia até o dia 16 de novembro” daquele ano, por motivos disciplinares.

Estavam sujeitos a esse tipo de penalidade, os alunos “recalcitrantes” aos hábitos e comportamentos instituídos no estabelecimento, como aqueles que insistiam em fumar em locais proibidos, sobretudo no “prédio principal”, e que eram identificados pelo porteiro, o ronda ou qualquer outro servidor. Nesse sentido, encontram-se registros, sobretudo dos vigias, informando sobre as ocorrências e as faltas dos alunos em seu turno, nas quais muitas delas converteram-se em penas de suspensão, como as dissensões discentes.

Um exemplo da aplicação de pena, por esse motivo, pode ser identificado nas correspondências expedidas pelo então diretor, entre 09 e 10 de maio de 1947, dando conhecimento aos pais de seis alunos que, “em virtude de desordens e desforço pessoal verificados entre alunos, no ‘edifício principal’ desta Escola, a Diretoria viu-se forçada a suspender seu filho, dos trabalhos escolares por oito dias, a partir desta data.”

Outros tipos de faltas, passíveis dessa penalidade, puderam ser detectadas nos documentos, como a pena aplicada contra um aluno, por ter sido visto tomando banho na piscina, fora de hora e descomposto, em agosto de 1936, ou de alguns alunos que após o final da aula, foram vistos chupando cana, tirada do canavial da escola, sem autorização, em 1939.

Também infere-se que muitos estudantes incorreram em faltas verificadas durante a realização dos exames, por meio de fraudes, como no caso das sabatinas, quando o docente constatava que o aluno havia copiado anotações de outro colega, e das provas mensais e semestrais, quando se detectava o uso da cola, seja por consulta direta ao conteúdo de ensino da avaliação, seja pelo fornecimento ou facilitação da resposta dada por outro colega. Normalmente, a penalidade de suspensão aplicada nessa situação, era de uma semana.

Contudo, dependendo do “prontuário” de faltas cometidas pelo estudante, a aplicação dessa penalidade poderia ter agravantes, com a ampliação dos dias desse castigo, que poderia estender-se até o restante do semestre ou ano letivo. Estavam também sujeitos a essa punição de suspensão semestral ou anual, com base no regulamento e a critério do julgamento da Congregação, os alunos que não conseguiam notas acima da média mensal de quatro (4,0) em 50% das disciplinas obrigatórias cursadas, por dois meses consecutivos, ou que cometessem faltas disciplinares consideradas nocivas ao bom funcionamento do estabelecimento.

A execução de tais penalidades pode ser identificada em várias deliberações da Congregação em diferentes anos, na qual, normalmente, a diretoria chamava atenção



do aluno, por falta de comportamento e pouco aproveitamento que tem tido no estabelecimento e aconselhava o mesmo “a voltar com o firme propósito de correção, ou desistir de ser nosso aluno”, dando ciência da ocorrência ao responsável pelo aluno por correspondência, como a supracitada, remetida pela direção ao final do primeiro semestre, em de 18 de julho de 1931.

Outros motivos ocasionaram a aplicação dessa pena de suspensão semestral ou anual, e estavam relacionados aos atos de indisciplina dos alunos extramuros, como o envolvimento de estudantes em brigas com moradores da cidade, arruaças e bebedeiras ou no uso do fumo no cinema, ou em fraude, como o caso de três alunos que viajaram de “carona” no trem, em abril de 1934.

A aplicação dessa penalidade tornou-se, aparentemente, tão usual, que a sua não incidência, durante um semestre, era merecedora de júbilo, como atestado no relato de um professor, responsável pela gerência do internato, no segundo semestre de 1934, quando informava que, nesse período, “nenhuma irregularidade se registrou e o testemunho disto, reside no fato de que foi o primeiro semestre que a Congregação não teve o desprazer de afastar alunos do nosso meio.”

Não obstante essa provável exceção, é pertinente supor que a aplicação sistemática da penalidade de suspensão semestral ou anual dos alunos, tenha sido a responsável pela criação regulamentar, na década de 1940, de mais uma pena, a de cassação da matrícula, para as faltas com agravantes, executada em função do baixo aproveitamento dos estudos e do comportamento indisciplinado de alguns discentes.

Ainda sobre essa questão, encontra-se, na documentação pesquisada, vários recursos de alunos à Congregação, solicitando revisão dessas penalidades de suspensão mais longas, sendo algumas deferidas e outras não, como o processo nº 30, julgado pela Junta Administrativa, no segundo semestre de 1932, que trata do recurso de um aluno, solicitando reingresso de matrícula, conseguindo apenas, permanecer como ouvinte, conforme resolução deste órgão, ou o processo nº 39, que foi analisado nessa mesma reunião, na qual um aluno pedia à Junta que declarasse nulo o ato da Congregação que o suspendeu por tempo indeterminado, tendo seu pleito atendido.

Se o emprego dessas medidas disciplinares e corretivas aplicadas pela direção, aos alunos incursos em penalidades, não surtia o efeito esperado, ou seja, não os sujeitava a se enquadrar em termos de valores e atitudes às normas e às condutas político-pedagógicas praticadas, os mesmos eram desligados da instituição, através da pena da expulsão, recurso utilizado para “separar o joio do trigo”, ou melhor, evitar a

contaminação dos bons “frutos” pelos maus, que poderia colocar em cheque o poder da autoridade constituída e a própria credibilidade do ensino ministrado no estabelecimento.

Não há dúvida que o bom aproveitamento nos estudos, constituir-se-á num ponto bastante considerado na avaliação e na decisão da Congregação e da direção, no que diz respeito à permanência ou não do aluno no estabelecimento. A despeito da expulsão de um aluno por baixo rendimento escolar, encontra-se um ofício do então diretor, informando ao pai daquele, ao final do primeiro semestre de 1936, de seu desligamento da instituição, por ter sido reprovado em três matérias, pois “o Estado não pode tolerar que alguns displicentes ocupem na Escola lugares que podem ser aproveitados por moços convenientemente aplicados, que de certo tirarão o melhor proveito possível da oportunidade que a Escola lhes oferece.”

Também ficavam sujeitos à essa punição, os alunos que cometiam infrações ou delitos sociais graves ou com agravantes, que chegavam ao conhecimento da diretoria, por intermédio, principalmente de inquéritos abertos na delegacia de polícia de Viçosa, como a autuação de um aluno que fumou no cinema e “desacatou o agente da autoridade que fazia o serviço de policiamento”, que lhe chamara a atenção, em 1935, ou de outro que agrediu a um menor, cuja mãe prestou queixa na delegacia, em 1937.

Ainda são verificados encaminhamentos da diretoria sobre ocorrências verificadas na escola em virtude de furtos de pertences pessoais de estudantes no alojamento, ou de provas, de depredações, como as de alunos que entupiram a latrina com cascas de bananas que tiraram do abrigo 3, em 1931, ou a depredação de quadro no curso pré ESAV, conforme mensagem enviada pelo professor responsável pelo Conselho de Disciplina ao diretor em 06 de outubro de 1937, ou de brigas de maior gravidade, como a ocorrida entre dois alunos, em 1930, numa aula prática de horticultura, na qual um estudante desferiu um golpe de canivete no outro, o que acarretou a solicitação da direção, de abertura de inquérito à delegacia de polícia da cidade.

Sobre a incidência de furtos no alojamento, identifica-se um ofício reservado, encaminhado pelo então (coronel) diretor, em 07 de outubro de 1936, ao Secretário de Agricultura do Estado de Minas, dando ciência da “ocorrência de diversos furtos de objetos e dinheiro no internato”, e solicitando seu consentimento para a “vinda de um agente de polícia secreto, moço inteligente, que possa passar por agrônomo ou estudante de agronomia”, como meio de evitar a repetição de tais atos que, além de ocasionar graves prejuízos aos alunos, poderia ser explorada dentro da escola. Na

verdade, quem acabou vindo foi um novo diretor, que tomou posse em dezembro de 1936.

Ainda sobre a penalidade de expulsão, mesmo os alunos indicados e recomendados pelas autoridades do Estado não permaneciam na instituição, caso não se submetessem ao regime disciplinar. Como exemplo dessa situação, encontra-se uma correspondência do então diretor ao Doutor Antônio Carlos de Andrada (presidente do Estado de Minas Gerais), em 31 de janeiro de 1930, informando que um ex-aluno não estava em condições de receber os favores dos Artigos nº 31 (matrícula gratuita) e nº 82 (trabalho remunerado), em virtude do mau procedimento que teve como aluno do curso médio, listando as penalidades sofridas pelo mesmo no transcurso de dois anos.

A aplicação da penalidade de expulsão, em muitos casos e situações, se fazia após rigorosa averiguação dos fatos pelo Conselho de Disciplina da ESAV, com a tomada de depoimentos, conforme a ocorrência, dos acusados, testemunhas e vítimas, pelos responsáveis pela condução do inquérito instaurado, cujo parecer era encaminhando à diretoria e julgado pela Congregação. Nos diferentes processos desse gênero identificados, em que a Congregação deliberou favoravelmente à aplicação da penalidade de expulsão, percebe-se que tal julgamento era balizado pela pesquisa empírica realizada pelas comissões de inquérito disciplinar, ao apresentar provas irrefutáveis de autoria e culpa dos responsáveis pelo delito. Assim, “como uma verdade matemática, a verdade do crime só poderá ser admitida uma vez inteiramente comprovada.” (FOULCAULT, 1999, p. 82)

Por sua vez, essa necessidade de comprovação empírica, de demonstração completa para fazer uma verdade justa, retirava qualquer correlação entre os graus da suspeita e os da pena, o que conferia uma representação de maior legitimidade, transparência e justiça das penalidades aplicadas pelo estabelecimento.

As nuances do regime de penalidades instituído na ESAV, demonstra o grande espectro de ilegalidades que se queria reduzir, dada a preocupação em qualificar o maior número de infrações, classificadas e reunidas em espécies, de modo a não deixar escapar nenhuma irregularidade de comportamento, considerada permissiva à formação do homem e do profissional que a educação praticada no estabelecimento pretendia ensinar. Daí a necessidade de uma codificação precisa, para que cada tipo de infração pudesse estar claramente presente nela. “É necessário um código exaustivo e explícito, que defina os crimes, fixando as penas.” (idem, *ibidem*)

A codificação exaustiva e explícita da definição das faltas e das penas vigentes no estabelecimento, não encontrava-se apenas nos diferentes regulamentos e regimentos internos, mas especialmente durante as reuniões gerais, ritual bem significativo, no que concerne à definição dos lugares de cada um e a hierarquia de saber e poder vigente na instituição.

Essa hierarquização dos indivíduos com base no saber e no poder, a classificação paralela das faltas e punições e as táticas de intervenção utilizadas sobre todos os infratores, mormente sobre os alunos, que vão sendo consubstanciadas no estabelecimento, a partir da organização de um campo de prevenção, do cálculo dos interesses entre as faltas e as penas, da entrada em circulação de representações e sinais punitivos, da constituição de um horizonte de certeza e verdade no julgamento das transgressões, do ajustamento das penas a variáveis cada vez mais sutis, permite supor que, também houve uma objetivação das infrações e dos infratores.

Nos dois casos, vemos que a relação de poder que fundamenta o exercício da punição começa a ser acompanhada por uma relação de objeto na qual se encontram incluídos não só o crime como fato a estabelecer segundo normas comuns, mas o criminoso como indivíduo a conhecer segundo critérios específicos.(...) Os processos de objetivação nascem nas próprias táticas de poder e na distribuição de seu exercício. (FOUCAULT, 1999, p. 85)

A objetivação do “crime” e do “criminoso”, ou melhor, das infrações e dos infratores, também puderam ser identificadas na pesquisa documental realizada, sendo que a primeira fica patente, em função da própria necessidade de seu efeito fosse aplicado de modo mais rápido e decisivo possível, na medida em que estava mais diretamente ligada à reorganização do poder de punir e à garantia da manutenção do regime de ensino instituído no estabelecimento. Já a segunda, de individualização das penas, pode ser presumida pelo fato da aplicação penal passar a ser modulada não pela falta em si, mas, sobretudo, por quem a cometeu, no que se refere “à sua natureza, a seu modo de vida e de pensar, à ‘qualidade’ e não mais à intenção de sua vontade.” (FOUCAULT, 1999, p. 83)

No caso da individualização das penas, os indícios dessa modulação podem ser evidenciadas pelos critérios de agravantes das penas que vão sendo erigidos, mas também pela origem social, nível de ensino e o rendimento escolar e a própria faixa etária dos infratores, numa escola frequentada mormente por moços, no curso de superior e, homens, no caso dos cursos elementar e médio.

Ainda é plausível supor que a modulação das penalidades individuais também vai estar relacionada com o tipo de vínculo tecido pela família com a administração da instituição, sobretudo no que refere-se às expectativas depositadas quanto à educação promovida pelo estabelecimento, ampliando a tutela da escola sobre o progênito, como pode ser verificada na correspondência enviada, em 21 de maio de 1932, pelo pai de um aluno, calouro do curso de Agronomia, pedindo ao então diretor que ele penalizasse seu filho sem dó, pois receava que o mesmo fosse desligado da Escola. “Dê a ele toda sorte de castigos”, ou em outra missiva, datada de 28 de janeiro de 1942, na qual um pai pedia ao então diretor para “administrar a mesada do filho, aconselhá-lo”, além de solicitar um lugar no internato para o mesmo. Nesse sentido, nota-se que o desejo de inculcação, da noção de autoridade, não era uma atribuição exclusiva da escola, fazendo parte de um padrão cultural de uma sociedade agrícola.

A sucinta explanação a respeito da organização e do funcionamento do regime de faltas e penalidades instituído na ESAV atesta o rigor e a determinação empreendidas pelas sucessivas administrações em manter, em sua essência, os princípios disciplinares e a finalidade do ensino voltada para o melhoramento do homem, do animal e da semente. Nesse sentido, tais medidas não podem ser vistas simplesmente como mecanismos negativos de repressão, impedimento, exclusão e supressão, por estarem ligadas a uma série de efeitos positivos e úteis em termos de formação de *capital humano e cultural* para a disseminação dos novos valores e técnicas de produção no meio rural, na qual muitos desses profissionais formados atuarão, ao mesmo tempo, “como instrumentalizadores da preservação da grande propriedade e do controle sobre os homens à margem da produção mercantil.” (MENDONÇA, 1998, p. 30)

Essa funcionalidade sócio-política e econômica do ensino ministrado na instituição, calcado nas técnicas disciplinares de controle do corpo, conforme mencionava Foulcault (1999, p. 119), serão efetivadas a partir da organização de uma série de exercícios e de atividades, esquadrihadas no tempo e no espaço, e da vigilância e observação continuadas dos movimentos, gestos, atitudes e prontidão, “irão possibilitar uma sujeição constante das forças do corpo dos alunos, aumentando, de um lado, sua aptidão e capacidade de trabalho, em termos econômicos de utilidade, e diminuindo, de outro, essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).”

Não obstante as evidências da implementação e do funcionamento na escola, das técnicas e táticas advindas do processo de disciplinarização, e da relação de utili-

dade-docilidade disciplinar sobre o corpo que permitiu, ao mesmo tempo, o aumento da aptidão, das habilidades e o domínio acentuado de controle dos alunos, em termos de obediência e respeito à autoridade, verifica-se que, em alguns momentos, os excessos do regime disciplinar instituído serão postos em cheque, não em ações individuais isoladas, mas através de movimentos coletivos dos alunos.

### 3. A HIBRIDIZAÇÃO INDESEJADA: OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA DOS ALUNOS

A realização desse estudo a respeito da organização e funcionamento do ensino da ESAV traz indicadores de como se deu o processo de implantação do projeto político-pedagógico, demonstrando que o mesmo esteve pautado num modelo de organização racional do trabalho, baseado no esquadrinhamento dos tempos e espaços de todos os sujeitos vinculados diretamente à instituição e legitimado através dos diferentes tipos de contratos individuais assinados, que estipulava seus direitos e deveres para com o estabelecimento.

A explicitação das normas regimentais, da hierarquia de saber e poder, bem como dos dispositivos de vigilância e controle das frequências, das condutas e comportamentos individuais, também indicam os meios utilizados na instituição para a inculcação de um arbitrário cultural considerado necessário para formar as futuras lideranças da agricultura em Minas Gerais, tendo por base um conhecimento técnico e aplicado em prol da maior produtividade e diversificação agrícolas e para forjar o espírito de cooperação e abnegação à essa causa e à escola, sendo essa última consubstanciada no denominado “espírito esaviano” e no lema “Estudar, Saber, Agir e Vencer”, cujas letras iniciais de cada verbo fazem referência ao nome do estabelecimento.

A ciência das normas de funcionamento do sistema de ensino e do regime disciplinar vigentes, a representação da verdade justa na correlação entre as penalidades aplicadas e as faltas individuais cometidas, irão contribuir não só para que os estudantes acatassem as regras estabelecidas, como também fizessem uso de recursos para reverter penalidades consideradas excessivas. Enquanto tal sistema de infrações e punições funcionou de modo atomizado, individualizado, a manutenção da ordem em vigor na escola não sofreu alteração significativa, salvo alguns casos isolados de depredações e de desobediência.

No entanto, a partir do momento em que algumas determinações do regulamento passíveis de punição passam a ser percebidas, coletivamente, como abusivas, tal fato ensejará a mobilização do corpo discente em favor de uma maior flexibilidade, como a ampliação dos locais destinados ao uso do fumo no estabelecimento, por exemplo. De outro lado, as penalidades consideradas injustas, acarretarão movimentos de reivindicação de turmas e grupos de alunos e, que colocará em cheque, em determinados momentos, especialmente entre 1932 e 1936, a própria ordem em vigor no estabelecimento.

O primeiro movimento dessa natureza detectado na documentação pesquisada, refere-se à nota zero recebida por alguns alunos do 6º período de Agronomia, numa prova dada sobre uma atividade prática da disciplina de Horti-Pomicultura, no segundo semestre de 1932, por terem deixado a sala de aula, em decorrência do atraso do professor, que chegara de viagem e aplicou a avaliação mensal sem aviso prévio, sendo que os alunos presentes assinaram a prova e a devolveram em branco.

A reivindicação desses alunos prejudicados, solicitando a anulação dessa avaliação e a realização de um novo exame, foi encaminhada, via abaixo assinado, à direção e à Congregação, sendo julgada como improcedente. Tal posicionamento da Congregação gerou um “movimento coletivo” dos alunos do Curso de Agronomia, paralisando as aulas entre 20 e 29 de outubro desse mesmo ano, levando os mesmos à encaminharem novo recurso, dessa vez, à Junta Administrativa.

O desenrolar desse processo, antes restrito a uma turma, ganhou força junto aos demais alunos do estabelecimento, que passaram a sugerir e a pressionar por uma mudança no regulamento, no que concerne aos exames mensais, solicitando que os mesmos deixassem de ser aplicados sem aviso prévio, pleito este indeferido tanto pela Congregação, como pela Junta Administrativa. A demanda inicial dos estudantes que se sentiram lesados e o “movimento coletivo” também terá uma repercussão extramuros, uma vez que os mesmos conseguiram divulgar o caso e o recurso apresentado à Junta Administrativa no suplemento do jornal “O Estudante”, publicado no dia 13 de novembro de 1932.

Na reunião da Junta Administrativa, realizada em 26 de novembro de 1932, a mesma deu seu parecer favorável ao recurso dos alunos, autorizando a realização de um novo exame e a anulação do anterior. Em outro processo, julgado nessa mesma reunião, o “conselho de lavradores” indeferiu o pedido do diretor, comunicando o seu desejo de não permanecer como diretor da Escola, durante o restante do tempo de

seu contrato nesse cargo, cujo exercício estava previsto até o início de 1936, e que foi cumprido até o final.

Não obstante essa permanência na gestão do estabelecimento, os estudantes consideraram mais prudente fundar o Centro de Estudantes da ESAV, durante a viagem de estudos ao exterior do então diretor, no segundo semestre de 1933, cujo estatuto foi aprovado pela Congregação nesse período.

Dentre as bandeiras que passarão a ser defendidas por essa agremiação, identifica-se uma relacionada à modificação da promoção por média no estabelecimento, cujo requerimento foi encaminhado aos membros da Junta Administrativa, em 28 de março de 1935, pelo Centro dos Estudantes, considerando:

a)- que a média 6,0, nesta Escola, representa 73% do aproveitamento dos seus alunos em cada disciplina; b)- que, devido ao elevado número de provas escritas, práticas e orais aqui processadas, as médias semestrais constituem um índice seguro para determinação do grau de aproveitamento de cada aluno; c)- que, a promoção por médias, aqui na Escola, não traz como em todas as demais, o grave inconveniente da supressão das provas orais; d)- ainda haver divergência entre modernos pedagogos com relação ao critério de se aquilatar o preparo dos alunos por uma única prova, mui respeitosamente, solicitar a VV. Excias., que seja aplicada à ESAV, a lei que determina a promoção por média, atualmente em vigor nas demais Escolas Superiores do País.

Sobre essa demanda, a Junta Administrativa resolveu, em 29 de março de 1935, que o presente requerimento fosse anexado ao projeto em estudo do atual regulamento da Escola para oportuna deliberação. A resolução protelatória da Junta, parece não ter esmorecido a motivação para reivindicar tal pleito, dessa feita, por intermédio da Federação Mineira de Estudantes que apela ao “solidário companheiro”, em referência ao diretor, em 25 de maio de 1935, no sentido de conceder médias “como manda a justiça”, na qual o mesmo informou, ao presidente dessa entidade estudantil, no dia seguinte, não ser de sua competência a concessão da média.

É possível que tal resposta tenha gerado um manifesto de desagravo dos estudantes. Embora não tenha sido possível detectar, na documentação pesquisada, a autoria, em termos de iniciativa por turma ou grupo, nem o desdobramento do caso. Vale a pena relatar a ocorrência verificada no refeitório da escola, no dia 28 de maio de 1935, e que foi comunicado, por escrito, pela encarregada do Internato ao diretor, no dia seguinte: “os alunos da primeira mesa deixaram o refeitório, momentos após se terem sentado para jantar, retirando-se em perfeita ordem e sem uma palavra.”



A encarregada, sem se afastar do refeitório e permitir que os copeiros retirassem coisa alguma das mesas, pediu a presença do professor “chefe de disciplina”, que compareceu para testemunhar o fato. Pediu então a dois senhores que jantavam, no momento, em uma das mesas abandonadas pelos alunos que lhe dissessem se notaram alguma coisa de extraordinário na comida, ao que responderam que não.

Após descrever detalhadamente o cardápio do jantar, a encarregada informou não ser possível afirmar em que mesa começou o levante, “por estar atenta em procurar lugares para alguns alunos da segunda mesa que, sendo da Instrução Militar, deveriam jantar às 17:15h.”, ressaltando, ainda que:

Muitos alunos estavam jantando e, se levantaram ou por solidariedade, ou por receio de desagradar os colegas, o que certamente aconteceu a todos os alunos da segunda mesa. (...) Às seis horas jantaram dos mesmos pratos acima mencionados, sem a menor alteração, todos os nossos professores e encarregados, pensionistas do internato.

Também no mesmo dia do envio desse relato, foi encaminhado ao diretor, outro documento com a declaração de dez alunos, membros do Conselho de Disciplina da ESAV, se dizendo surpresos com a precipitação dos fatos ocorridos, no dia anterior, pois aguardavam o resultado da última reclamação levada a efeito no mesmo dia: “Acompanhamos o gesto dos nossos colegas mais pelo espírito de solidariedade.”

Também em relação a essa “última reclamação levada a efeito”, não foi identificado nenhum documento. Contudo, é provável, que a impaciência pelo não reparo da “injustiça” e a insatisfação pela permanência da “arbitrariedade” da norma em relação às suas congêneres, somada à rigidez e inflexibilidade administrativa e pedagógica vigentes, foram responsáveis pela deflagração de um outro “movimento coletivo” dos estudantes na instituição, dessa vez, muito mais amplo e duradouro, que irá comprometer o funcionamento regular do ensino, colocando em prova a credibilidade do regime instituído no estabelecimento e contribuindo para pôr em risco sua própria existência, conforme já apontado no item 3 do capítulo II.

A deflagração desse movimento dar-se-á, exatamente durante a realização do exame semestral, como pode ser verificado pelo radiograma enviado pelo diretor interino, no dia 10 de julho de 1935, ao então diretor, que encontrava-se em Belo Horizonte, informado que haviam sido descobertas fraudes nos exames, sendo anuladas diversas provas que foram processadas nos dois dias anteriores e que seriam novamente aplicadas, respectivamente, nos dias 11, 12 e 13 de julho, de

acordo com o regulamento, e que já havia se reunido com os líderes das turmas em questão, e até aquele momento os alunos estavam dispostos a aceitar os conselhos recebidos. Informou ainda que havia sido aberto rigoroso inquérito para apurar os responsáveis pela fraude.

No dia 11 de julho, novo radiograma foi enviado ao diretor, informando sobre os doze exames anulados nas turmas do curso de Agronomia (S1, S3 e S5), de Veterinária (V1 e V3) e do curso técnico (M1), ou seja, de quase todas as turmas de ensino médio e superior, com exceção das turmas em vias de conclusão, como a do terceiro período de Técnico Agrícola (M3), do sétimo em Agronomia e Veterinária, além do quinto período desse último curso (V5). Comunicou ainda que os exames anulados começariam a ser processados novamente. Entretanto, os alunos dessas turmas não compareceram às avaliações remarçadas.

A comissão de inquérito nomeada para averiguar a ocorrência dessa fraude, apurou que a gaveta onde se achavam guardados vários pontos de exames fôra violada, sendo os pontos revelados a alguns alunos das turmas mencionadas. Com base nessa apuração, a Congregação resolveu, em 17 de julho de 1935, “anular os exames sobre os quais recaíram os indícios de fraude.”

Após dar ciência desses fatos à Junta Administrativa, num ofício datado de 24 de julho de 1935, o diretor solicitou à esse conselho que se dignasse a marcar outra época para serem processados os novos exames, em substituição aos que foram anulados e, em virtude da suspeita de que, com a anulação desses exames, poderia vir a se manifestar um movimento coletivo entre os alunos, sugeria o adiamento da abertura dos cursos no 2º semestre, até que a comissão de inquérito nomeada pela Congregação, chegasse a uma conclusão final sobre o assunto.

Em 03 de agosto de 1935, o presidente do Centro de Estudantes da ESAV, “em nome do corpo discente desta Escola”, veio a requerer da Junta Administrativa, que a mesma se dignasse a mandar processar, ainda no mês de agosto, “a fim de que não sejam perturbados os trabalhos escolares do presente semestre, juntamente com os exames de segunda chamada, os exames anulados na primeira quinzena de julho, constando todos de uma única prova escrita em cada matéria.”

A resolução da Junta Administrativa à respeito desse requerimento encaminhado pela representação estudantil foi dada, em 15 de agosto de 1935, indicando o procedimento aprovado, baseado no parecer da Congregação, despachado pela Diretoria à esse conselho, em 12 de agosto, informando que

depois de ter ouvido coletivamente aos Exmos. Professores desta Escola, especialmente convocados, não acham desvantagem aos interesses dessa Instituição e especialmente à sua disciplina, ser concedida outra chamada para os alunos que não compareceram à segunda, que lhes foi facilitada entre 06 e 13 de julho último, processando-se, entretanto, os exames requeridos de 02 a 05 de setembro próximo e não no mês de agosto.

No entanto, o principal foco de interesse do movimento dos estudantes permaneceu na aprovação do seu pleito de promoção por média, como demonstra o ofício nº 9173 do então Secretário de Agricultura do Estado encaminhado, em 06 de novembro de 1935, ao então diretor da Escola, solicitando seu parecer a esse respeito, para dar conhecimento à Assembleia Legislativa do Estado, sobre os procedimentos utilizados pela instituição para a resolução dessa reivindicação constante do memorial dos alunos enviado pela Comissão Executiva da Escola, ou seja, pela Junta Administrativa, para ciência dessas duas instâncias de poder no Estado de Minas Gerais.

O parecer do então diretor, encaminhado ao Secretário de Agricultura, em 13 de novembro do mesmo ano, mais uma vez sinaliza a decisão de protelar a adoção dessa medida no que concerne aos exames da instituição:

Aconselharia a transferência do estudo para mais tarde, depois de se obterem elementos indispensáveis a uma resolução segura(...), até que se informasse sobre o andamento do plano nacional de educação(...).

Os motivos que me levaram a opinar, julgando inoportuno o momento para se tratar do assunto e, dentro do terreno administrativo, como responsável pela Diretoria deste Estabelecimento, são os seguintes:

a)- não ser conhecido ainda o plano nacional de educação; b)- não ser conhecido ainda o plano estadual de educação; c)- estar para ser publicado, em breves dias, a lei federal reformando o ensino agrícola; d)- ser projeto da Junta Administrativa fazer revisão do regulamento desta Instituição, (...) com o referendado do Governo de Estado.

Tendo sido esta Instituição reconhecida pelo Governo Federal (...), sou da opinião que qualquer modificação no regulamento deverá se fazer com anuência daquele governo, para que não corra risco o seu reconhecimento, o qual traz ao estabelecimento incontáveis vantagens, e aos seus alunos – reais garantias.

É provável que esse parecer “técnico-administrativo” do então diretor, ao não atender e, nem ao menos indicar um prazo para a definição da reivindicação central dos estudantes, continuou gerando impasses para o funcionamento regular da instituição e expectativas à despeito do desenrolar de mais um lance do embate que vai se estabelecendo entre a administração da escola e os alunos.

Tal fato pode ser demonstrado pelo ofício da diretoria encaminhado, no dia 25 de novembro desse ano, à Junta Administrativa, informando sobre a possibilidade de

manifestação de um movimento de greve dos alunos, conforme lhe dissera um aluno, caso os mesmos não obtivessem, até a data de início das provas semestrais, a concessão que pediram de dispensa de provas, e solicitando instruções de como proceder, caso ocorresse o anunciado movimento, “o que aliás, não acredito, por ainda confiar na educação dos nossos alunos, que continuam a merecer a dedicada atenção desta Diretoria e da Congregação.”

Essa confiança do diretor na educação dos alunos dissipou-se, em 06 de dezembro, conforme atestava ao Presidente da Junta, informando, via radiograma, que o caso da média havia se complicado, pelo fato dos emissários dos alunos não terem trazido nenhuma solução por parte do governo, que, aliás o consultara anteriormente. Reconhecendo o estado de agitação, resolveu

suspender os trabalhos escolares a partir de hoje, dia 06 às 10 horas até segunda, às oito horas. Acho conveniente oferecermos todas as garantias aos alunos que queiram se apresentar aos exames de segunda-feira, razão pela qual peço vossas providências junto ao Governo de Estado, por saber que a intenção dos agitados é impedir o comparecimento dos colegas fiéis ao cumprimento do dever.

Em outro radiograma enviado ao presidente da Junta, no dia do primeiro exame, isto é, no dia 09 de dezembro de 1935, o então diretor da Escola informou que:

Infelizmente, alunos não acataram resolução do Exmo. Governador e só estão comparecendo aos exames, as turmas que completam cursos, os que não têm média seis e alguns outros não solidários à atitude infeliz dos colegas. Reina, entretanto, ordem. É meu pensamento prosseguirem os exames, sendo pelo regulamento reprovados os que não comparecerem. Solicito vossas instruções sobre o caso, disposto a dar cumprimento a todas as ordens superiores que receber. No segundo período dos exames, mantiveram os alunos a mesma atitude. Aguardo instruções.

No segundo dia de exames, ou seja, no dia 10 de dezembro de 1935, identificam-se dois ofícios encaminhados pela diretoria ao delegado de polícia especial de Viçosa. No primeiro, comunicou que a direção e a Congregação tomaram conhecimento do desaparecimento de um aluno, com a suposição do ato ter sido praticado por colegas seus, “o que considero crime contra as liberdades individuais, solicitando providências, no sentido de ser aberto rigoroso inquérito policial, a fim de se descobrir o paradeiro do referido aluno.”

O segundo, para corroborar o pedido feito no ofício anterior, sobre o desaparecimento de alunos, levou ao conhecimento do delegado ter sido a Congregação

informada que quatro alunos foram vítimas de coação por parte dos seus colegas, para que não cumprissem seus deveres escolares (comparecimento aos exames), “cujos depoimentos, acredito, sejam de muita importância para a elucidação do caso.”

Embora não tenha sido encontrado registro a respeito da elucidação desse caso, é factível depreender, pela gravidade das faltas cometidas a execução das penalidades de suspensão e expulsão. Sobre esse assunto, foi identificado um escrito pelo ex-aluno do curso médio, Ivan Martins Viana, datado de 28 de agosto de 1976, “ano do 50º aniversário da ESAV”, que a conheceu em 1935, rememorando o acontecimento “da primeira grande greve, com mais de 100 envolvidos e tremendas consequências, com alunos escondidos em fazendas!”. Segundo seu relato, o diretor foi destituído pelo Interventor Benedicto Valladares, “porque expulsou 30 e suspendeu 50”. Somente quatro anos depois, teria ganho de causa na justiça.”

Já o então diretor, em último mês de contrato, envia telegrama, em 18 de janeiro de 1936, aos jornais “Folha de Minas”, “Estado de Minas”, “Diário da Tarde”, “O Diário” e o “Debate”, de Belo Horizonte, “Gazeta Comercial” e “Jornal do Comércio” de Juiz de Fora, contestando a acusação publicada na imprensa, no dia anterior, baseada em informações inverídicas e pedindo apresentação de provas para mostrar se houve injustiça consumada na escola, defendendo-se com os seguintes argumentos:

Que a Diretoria não negou aos alunos a concessão da promoção por média. E, em absoluto, nenhum aluno teve penalidade por pleitear média. Diretoria não tem poder para expulsar ou suspender alunos. Não sofreram penalidade de suspensão vinte e nove alunos. (...) Provas estou colecionando, fornecer-me-ão documentos para responsabilizar caluniadores quanto aos negócios de minha gestão.(...) Segue juntamente cópia do parecer desta Diretoria apresentando ao Exmo. Sr. Secretário de Agricultura, relativo à promoção por médias.

Como já apontado por esse parecer, percebe-se que o então diretor teve poder para atender à demanda dos estudantes, mas não o fez. Não obstante a sua resistência em atender à questão central dos estudantes, foram feitas “concessões” parciais da Congregação e da diretoria, como pode ser atestado pelo processo nº 370, de 03 de dezembro de 1935, enviado pela direção e aprovado pela Junta Administrativa no dia 28 desse mês, pedindo à aprovação das notas dadas de agosto a novembro de 1935, a fim de se regularizar a situação dos alunos, já que em algumas das cadernetas escolares, não constavam as notas da chamada oral, como exigia o regulamento da Escola.

Dá origem a este pedido o fato de ter sido o presente semestre letivo prejudicado em sua marcha normal, quanto ao ensino, por motivo dos exames processados em setembro, deste ano, como é do conhecimento da Junta, decorrendo desse fato, um retardamento nos programas de diversos cursos e, conseqüentemente, a impossibilidade de efetivação das chamadas orais. Visa este pedido regularizar a situação dos alunos atingidos no caso, pondo-os ao abrigo de qualquer irregularidade futura.

Outro tipo de concessão se fará, através da “clemência” de alguns alunos, como de um aluno que encaminhou recurso, analisado pela Junta Administrativa, em 27 de novembro de 1935, para prestar exames em 2ª época, embora tivesse sido suspenso do estabelecimento por 1 ano, pela culpa na fraude verificada nos exames semestrais de julho, recebendo da Junta, o seguinte parecer, com base na consulta feita ao diretor, não qual o mesmo informou, “que não trará prejuízo à disciplina desta Escola, ser despachado favoravelmente o pedido do requerente, mas sob o espírito de clemência e não em forma de recurso, por considerar acertada a resolução da Congregação.”

Um pouco após a posse do novo diretor, em 14 de fevereiro de 1936, o mesmo comunicou à Junta Administrativa, que a Congregação da ESAV, reunida extraordinariamente nos dias 11, 12 e 13 de fevereiro, para tomar conhecimento dos recursos que lhe dirigiram os alunos implicados nos acontecimentos de dezembro do ano findo, deliberou por motivo de clemência, comutar em matrícula condicional a penalidade de suspensão que havia aplicado anteriormente aos mesmos alunos.

Em relação à prestação dos exames, solicitaram os alunos que os mesmos fossem feitos em segunda chamada, a exemplo do que aconteceu em setembro do ano findo, por concessão dessa Junta. A Congregação deliberou concordar com a medida pleiteada, dependendo apenas da decisão da Junta, que resolveu atender a tal pedido.

A chegada de um novo diretor e a anistia das penas de suspensão, parecem ter apaziguado os ânimos na instituição que, entretanto, manteve o regime de promoção por médias, uma vez que a legislação federal, após 1938, referendou a exigência dos exames finais. Esse fato reforça a ideia que o “movimento coletivo” dos estudantes, também pode ter sido motivado pelo excessivo zelo na aplicação do regime disciplinar instituído. A empedernida interpretação das normas produziu um movimento de radicalidade, como o espelho invertido da arbitrariedade, efetivada como *habitus* institucional conservador.

Tal movimento também assinala que a educação integral, praticada no estabelecimento rendeu frutos, não só em termos de obediência às normas e às autoridades,

mas também de crítica e mobilização contra aquilo que viesse a ser avaliado como injusto. Essas manifestações utilizaram os mesmos recursos de encaminhamento e divulgação de suas bandeiras junto às entidades da sociedade civil e política.

Não obstante, pode-se depreender que os princípios do ensino e da organização disciplinar instituídos na escola, não sofreram alteração significativa, consolidando e reproduzindo uma cultura escolar típica de um modelo de ensino voltado para influenciar e incrementar o desenvolvimento das forças produtivas no campo, que pode ser atestada pela correspondência enviada pelo então diretor da ESAV, em 1948:

Na velha ESAV continuamos a lutar pelos mesmos ideais, procurando inculcar no espírito das gerações novas aqueles mesmos princípios sadios que aprendemos aqui. É uma luta ingrata, pois grande parte apenas compreende o valor dessa formação após o abandono dos bancos escolares. Mas me conformo com a situação pois esta é normal ao educador. Resta-nos o consolo de contar com a gratidão daqueles que, mais tarde, possam reconhecer nosso esforço e pureza de intenções.

Esse trecho da carta escrita pelo então diretor, engenheiro-agrônomo formado na primeira turma da ESAV, em 1931, Antônio Secundino de São José<sup>1</sup>, ao seu colega e ex-professor de instrução militar do estabelecimento, Júlio Ferreti, em 15 de junho de 1948 é bastante emblemática, uma vez que durante o seu período como estudante, o mesmo teve muitos atritos com o então diretor João Carlos Bello Lisboa, por questões disciplinares. Conforme depoimento dado, em 2001, por João Maria Bello Lisboa, filho do então diretor, tais questões foram motivadas pelo fato do então estudante

gostar muito de tocar violão no dormitório, no horário destinado ao silêncio para os estudos, fazendo com que meu pai tomasse o violão dele em duas ocasiões. Ele chegou a ir embora de Viçosa, mas os estudantes foram lá para a ‘estaçãozinha’, chamaram meu pai, fizeram o trem parar e o convenceram a voltar para a Escola.

O exemplo deste ex-aluno, um dos fundadores da “Marcha Nico Lopes”, rito de passagem para o fim do trote no “calouro burro”, criada em 1929, e que se realiza até hoje, não com o sentido original, mas ressignificada através de desfile de blocos de servidores e discentes, com temas jocosos e de crítica social e de uma espécie de “micareta”, de um carnaval extemporâneo, é bastante representativo por apontar o processo de reprodução dos valores e da cultura escolar, forjadas e impressas na instituição.

<sup>1</sup> Ex-aluno da primeira turma de Agronomia, professor e diretor da ESAV-UREMG. Fundador da empresa “Agrocercos”.

Não obstante a existência do regime de vigilância, do rigor disciplinar e da determinação em punir condutas e atitudes indevidas dos alunos, também detectou-se as táticas utilizadas pelos alunos para burlar e atenuar tal sistema. Um exemplo disso, pode ser citado no artigo “Evocando o Passado”, escrito pelo mesmo ex-aluno, então professor da escola, no livro de formandos da ESAV de 1939, relembando seu tempo de estudante interno da instituição (1928-1931):

(...) Naquele tempo, a entrada nos dormitórios à noite era às 19:30. Aos Domingos, às 21:00. Aos Sábados, ‘depois do cinema’. Ora, o estudante está sempre pronto a sofismar sobre as leis que o regem, e desde que oportunidade se apresente, a interpretá-las da maneira mais conveniente aos seus próprios interesses. Eis porque achávamos que meia noite, uma, duas ou três horas da madrugada era ainda ‘depois do cinema’. E daí as famosas serenatas aos Sábados, puxadas a sanfona, flauta, saxofone, violões, colheres de sopa, e uma vez por outra, até vitrolas... Tudo era simples questão de camaradagem com o ronda, nosso fornecedor assíduo de ovos frescos.

O uso do fumo só era permitido em dois lugares: no refeitório (!) e numa das salas do porão do prédio principal, por nós crismada de ‘Sala da Fumaça’. À noite, quando nas salas de estudo, tínhamos que deixar os livros por um quarto de hora e locomovermos até ao Prédio, para uma fumacinha e um ‘bonde’. No fim de um ano as estatísticas mostraram tão elevado número de transgressões, que a lei foi modificada para menos drástica.

Mais de um no chuveiro era ainda considerado ofensa à moral. Certa ocasião estávamos cinco num chuveiro ao mesmo tempo. Cinco rapazes num quarto de banho não são, em absoluto, a imagem do silêncio e da calma. Nisso, um sexto bate à porta.

‘Não há mais lugar’, dizemos [sic] nós. Novas batidas, mais fortes, mais enérgicas. ‘Abre a porta e vamos dar um susto nesse...’ disse um de nós, enchendo as conchas das mãos de água fria e se escondendo atrás da porta. Abriu-se a porta e ... era o Sr. Diretor!... Ainda bailam nos meus ouvidos as palavras dum dos maiores ‘sabões’ que jamais ouvi em toda a minha vida” (pp.12-13).

Essa longa citação do então professor Antônio Secundino de São José serve como indicativo da trajetória formativa de muitos estudantes nessa escola. O caso desse ex-aluno formado na primeira turma do curso superior de agronomia da instituição, que num primeiro momento, quase evadiu-se do estabelecimento por não suportar a rigidez do regime disciplinar, que num segundo momento, como professor, recorda-se das artimanhas utilizadas pelos alunos para ludibriá-lo ou atenuá-lo e, que num terceiro momento, já como diretor dessa escola, reconhece a importância desse sistema para forjar os valores morais, físicos e intelectuais das novas gerações, considerados imprescindíveis para a formação de homem e de profissional agrícola ensejado pela educação promovida no estabelecimento, dentro de uma perspectiva produtivista e utilitária na difusão de novos conhecimentos e técnicas para o incremento da produção agrícola.





# considerações finais

---

**T**omando por base a pesquisa realizada, percebe-se que o processo de criação e consolidação da ESAV, constituiu-se numa iniciativa bastante representativa da doutrina do estadualismo na educação, na qual o Estado de Minas Gerais dará importantes contribuições nesse período, como essa relativa à criação e organização de uma escola primária, média e superior de agricultura, baseada no modelo de ensino agrícola norte-americano.

Também é plausível afirmar que o conhecimento do projeto político-pedagógico desse modelo de ensino, iniciado a partir das obras de construção da ESAV, em 1921, servirá de paradigma para o parecer dado pela comissão, presidida pelo Ministro da Agricultura, em 1926, encarregada da elaboração de um projeto de lei, destinado à organização do ensino agrícola no Brasil e que aponta o tipo de formação técnico-profissional ensejada, nos diferentes níveis desse ensino, por ser avaliada como a mais apropriada para a efetivação de um ensino que promovesse a modernização da agricultura no país e não o contrário.

Essa assertiva pode ser verificada no fato da instituição adotar, uma série de preceitos administrativo-pedagógicos, desse modelo de ensino e indicados naquele parecer, como a adoção do semestre como unidade letiva, do regime de trabalho *full time*, do lema do “aprender fazendo”, “ciência e prática” no ensino, de sua superintendência por uma Junta Administrativa, do forte sistema de publicidade e de outros serviços de extensão, da criação de uma estação experimental, de um internato leigo para alunos do curso superior, dentre outros.

Tais preceitos, calcados nos princípios da “moderna pedagogia”, aponta que o objetivo precípua da instituição estava em “reproduzir uma verdadeira vida no campo”, conforme as necessidades do meio social e aos “reais interesses dos alunos”, o que

assinala, em termos discursivos, a adesão do estabelecimento às práticas pedagógicas propugnadas no ideário da pedagogia nova.

A consecução desse projeto político-pedagógico no estabelecimento conferiu-lhe, num curto prazo, o *status* de “grande escola”, seja pela sua visibilidade institucional no meio social circundante, especialmente em função da ação dos esavianos, no cumprimento de sua missão de *salvar a lavoura* ou de “melhorar o homem, o animal e a semente”, seja através das relações que vão sendo tecidas com entidades da sociedade civil e política.

Não obstante esse discurso, o ideário da pedagogia nova acaba sendo eclipsado, na prática, pelo caráter diretivo da educação voltada para formar esse tipo de homem considerado adequado para o meio rural, seja ele o técnico ou o engenheiro, cuja base estará assentada num rígido regime disciplinar instituído em todo o estabelecimento.

Essa pedagogia diretiva fica implícita nos relatórios docentes e dos diretores e no “contrato” de responsabilidade pessoal, no princípio do “educar elevando”, da cooperação e da observação dos valores físicos, morais, cívicos e intelectuais preconizados, especialmente nas reuniões gerais, como o arbitrário cultural considerado adequado para a inculcação de *habitus*, e que terá forte influência na sedimentação da cultura escolar e na formação do *ethos* do esaviano.

As recorrentes punições aos alunos em função da cola nos exames, das fraudes e de outros delitos de comportamento, também atestam os limites dessa educação voltada aos “reais interesses dos alunos”, preconizados por essa “moderna pedagogia”, que na realidade, terá por fim a domesticação do indivíduo, típico da pedagogia tradicional, que constituir-se-á na base do ensino da ESAV, com vistas a atender sua missão de diversificar agrícola e aumentar a produtividade na lavoura.

Esse *habitus* característico dos sujeitos da ESAV terá papel relevante no processo de mobilização da sociedade civil contra a tentativa, sem êxito, da sociedade política de fechar o estabelecimento, em 1935, e permanecerá ativo mesmo durante o período de sua relativa inflexão, desse ano até 1948, com a redução acentuada das atividades de extensão e ensino, consubstanciada pelas decisões tomadas na esfera política estadual, de redução de suas receitas contábeis, da cassação de sua autonomia administrativa, com a extinção do “conselho de fazendeiros”, enquanto instância responsável pela sua superintendência, em 1936, além da transferência do curso de veterinária para Belo Horizonte, a partir de 1942, ou na esfera federal, representada

pela exigência de alinhamento regimental e curricular de seus cursos, ao modelo de ensino referenciado nas escolas padrão, a partir de 1938.

Se tais medidas foram bastante prejudiciais à consecução do papel social que a escola deveria desempenhar, é pertinente inferir que a adversidade financeira e os percalços administrativos ou mesmo os “movimentos coletivos” dos alunos, não afetarão, em essência, a permanência deste *ethos* institucional, que passará a ser cultivado principalmente através da Associação dos Ex-Alunos da ESAV, entidade criada em 1935, que passará a promover anualmente, esse encontro até os dias de hoje, e que muito contribui(u) para manter vivas as lembranças do trabalho pedagógico e das vivências cotidianas de um passado ainda presente.

A vigência na escola de um ensino pragmático, utilitário, voltado para a produção e distribuição de um saber técnico, aplicado na resolução dos problemas agropecuários, e dos valores conformadores de *habitus* requeridos, como a prontidão, a disciplina, a cooperação, o respeito à autoridade e às instituições e o “apoliticismo”, embora com menos tônus, terá continuidade durante a UREMG (1949-1968), dada a permanência de sua “vocação agrária”, agora ramificada em áreas e cursos desse campo de conhecimento, e de sua subordinação aos órgãos da pasta da agricultura, e não à da educação.

Fazendo uma abordagem conceitual, a partir da pesquisa documental realizada, pode-se afirmar que o processo de formação escolar ou acadêmica não se restringiu apenas à sala de aula, uma vez que os ensinamentos se realizaram em espaços múltiplos. Assim, o *ethos* institucional pulsante nos ritos, normas e penalidades, deram forma ao *habitus* distintivo dos esavianos, tanto quanto o espaço tradicional de apreensão do saber. A inculcação de valores e condutas configura o processo de socialização pelo qual as individualidades culturais tornam-se parte de um padrão social reconhecidamente posto como o desejável, por aqueles que galgam as instâncias de poder nos mais diversos micro espaços.

A capilaridade da contenção de espontaneidades culturalmente informadas, que eram trazidas pelos alunos de uma escola superior agrícola, nos anos trinta e quarenta, revelam a dinâmica da vida institucional e o caráter autoritário das gestões pedagógicas, traduzidos em bons modos de comportamento, higiene e um tipo de civismo conservador, típico do movimento ruralista dessa época.

Os indivíduos escolarizados conviveram com o regime disciplinar de controle, vigilância e punição, entendido como uma forma de socialização repressora, destina-

da a conter os atos espontâneos e instintivos. Essa vida escolar, para atingir o nível do impensado, não se fez por experiências esporádicas, mas pela organização racional dos ritos institucionais, por modos de conduta e de ser internalizados por mecanismos de premiação e castigo, conforme a classificação impingida aos estudantes que vivenciaram a cultura escolar forjada na instituição.

A prevalência dessa vocação agrária e de alguns fundamentos constitutivos desse *ethos* institucional perduram até hoje na UFV. Mesmo com sua integração e subordinação ao Ministério da Educação e Cultura e a organização, de fato, a partir de 1969, de um regime universitário, em sua acepção mais ampla, ou seja, de congregação e unidade dos diversos campos do saber, a lógica utilitária e produtivista prevalece instituída, dificultando, às vezes, o diálogo transdisciplinar crítico, principalmente com áreas de artes e humanidades. Muito recentemente, o padrão agrarista vem se apresentando mais permeável, em virtude dos embates sociais no campo e dos limites ambientais impostos ao padrão moderno e tecnológico que, hegemonicamente, foi cultivado no processo de constituição institucional da UFV.

# fontes e bibliografia

---

Arquivo Central e Histórico da UFV  
Museu Histórico da UFV  
Locus Repositório Institucional da UFV ([www.locus.ufv.br](http://www.locus.ufv.br))

## ENTREVISTAS

- Sr. Hans Bruno Walter Brune, realizada em 31 de julho de 1986, em Viçosa, Minas Gerais.
- Sr. Edson Potsh de Magalhães, realizada em abril de 2001, em Viçosa, Minas Gerais.
- Sr. Otto Andersen, realizada em 11 de junho de 1990, em Viçosa, Minas Gerais.
- Sr. João Maria Bello Lisboa, realizada em abril de 2001, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

## DECRETOS, ATOS E REGULAMENTOS

- Decreto nº 8319, de 20 de outubro de 1910. Cria o Ensino Agrônômico e aprova o respectivo regulamento. Atos do Poder Executivo, 1910.
- Decreto nº 13706, de 25 de julho de 1919. Regulamento dos Patronatos Agrícolas.
- Decreto nº 14120, de 29 de março de 1920. Dá novo regulamento à Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Rio de Janeiro.
- Decreto nº 4.195, de 29 de novembro de 1920. Estabelece as bases para o reconhecimento oficial dos diplomas pelas Escolas de Agronomia e Medicina Veterinária do país e dá outras providências.
- Decreto nº 23.133, de 9 de setembro de 1933. Regula o exercício da profissão veterinária no Brasil e dá outras providências.
- Decreto nº 23.196, de 12 de outubro de 1933. Regula o exercício da profissão agrônoma no Brasil e dá outras providências.
- Decreto nº 23979, de 8 de março de 1934. Dá Novo regulamento às profissões agrárias.



- Decreto nº 6.053, de 30 de março de 1922: cria a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) em Viçosa, MG.
- Decreto nº 7.323, de 25 de agosto de 1926: aprova o Regulamento da ESAV - MG.
- Decreto nº 7.461, de 21 de janeiro de 1927: aprova os planos de curso da Escola Superior de Veterinária da ESAV – MG.
- Decreto nº 10.154, de 15 de dezembro de 1931: aprova novo Regulamento da ESAV – MG.
- Decreto nº 112, de 04 de abril de 1935: reconhecimento oficial da ESAV pelo Governo do Brasil.
- Lei nº 146, de 11 de novembro de 1935: subordina a ESAV à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais.
- Regulamentos da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1927, 1931, 1935, 1947).

## ANAIS, ATAS, RELATÓRIOS

- Atas das Reuniões da Congregação da ESAV, 1927 - 1948.
- Relatório sobre a escolha do local para instalação da Escola de Agricultura de 10 de março de 1921.
- Relatório Anual de 1927 da ESAV. IN: Boletim Tempo e Memória da UFV. Vol. 1, nº 2 (1996), Viçosa – MG.
- Relatório Final da Construção da ESAV, 1929, enviado à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais.
- Relatório Anual da ESAV, 1931 - 1932, enviado à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais.
- Relatório sobre a Serra de São Geraldo, de novembro de 1930.

## JORNAIS, REVISTAS E PERIÓDICOS

- “O Município”, Caratinga – MG, 05 de junho de 1932, p.1.
- “A Batalha”, Distrito Federal, 21 de agosto de 1933, p.2.
- Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 22 de novembro de 1935.
- “Jornal do Brasil”, Distrito Federal, 24 de novembro de 1935, p.3.
- “A Cidade de Viçosa”, Viçosa - MG, 24 de novembro de 1935, p.1.
- “Diário de Piracicaba”, Piracicaba – SP, 02 de julho de 1947, p.2.
- Revista Ceres, Viçosa, MG, no 1 (julho/agosto de 1939) ao nº 45 (julho/dezembro de 1949).
- Revista Seiva, Viçosa, MG, nº 1 (agosto/setembro de 1940) ao nº 31 (março/setembro de 1949).

## BIBLIOGRAFIA

- ALVAREZ, M. J., SANTOS, S. B. e BAPTISTA, T. M. *Investigação qualitativa em Educação*. Portugal: Ed. Porto Ltda, 1994.
- ANDRÉ, Marli E. D. A. Texto, contexto e significados: algumas questões na análise de dados qualitativos. São Paulo, *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas* (45), maio, 1983.
- ANDRÉ, Marli E. D. A. e LÜDKE, Menga. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: Ed. EPU, 1986.
- AZEVEDO, Denilson Santos de. *A disseminação de uma escola pobre para o aluno pobre: a expansão do ensino de 2º grau na rede pública estadual do Rio de Janeiro (1983-1987)*. Niterói, UFF, 1993, (dissertação de mestrado).
- BELEZA, Newton. Esquema da evolução do ensino agrícola no Brasil. Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v.26, nº 64, p. 12-216, 1956.
- BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas: magia, técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1997.
- BORGES, José Marcondes. *Escola Superior de Agricultura: origem – desenvolvimento – atualidade*. Viçosa-MG, Imprensa Universitária da UREMG, 1968.
- \_\_\_\_\_ et al. *A Universidade Federal de Viçosa no século XX*. Viçosa-MG, UFV/ Imprensa Universitária, 2000. (651p.)
- CAPDEVILLE, Guy. *O ensino superior agrícola no Brasil*. Viçosa - MG, UFV/Imprensa Universitária, 1991.
- BOURDIEU, P. Variations & invariants: éléments pour une histoire structurale du champ des grandes écoles. *Actes de la Recherche em Scienses Sociales*. Paris, 70: 3-29, nov.,1987)
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. 2ª ed., São Paulo, EDUSP, 1998, 188p.
- \_\_\_\_\_ e PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro, Francisco Alves Ed., 1982.
- CATANI, Denice Bárbara e BASTOS, Maria Helena Câmara. *A Educação em Revista – a imprensa periódica e a história da educação*. SP, Escrituras Ed., 1997.
- CATANI, Denice Bárbara e SOUZA, Cynthia Pereira de Souza. *Imprensa periódica educacional paulista (1890-1996): catálogo*. SP, Ed. Plêiade, 1999.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. 5ª ed., Petrópolis - RJ, Ed. Vozes, 2000, 351p.
- COELHO, France Maria Gontijo. *A Produção-Científico Tecnológica para a Agropecuária: da ESAV à UREMG, Conteúdos e Significados*. Viçosa, UFV, 1992, (dissertação de mestrado). (243p.)
- \_\_\_\_\_. *A Construção das Profissões Agrárias*. Brasília, UNB, 1999, (tese de doutorado). (329p.)
- CUNHA, L. A. *Qual Universidade?* SP, Cortez, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A Universidade Temporã*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1986.
- DEBERT, Guita G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. 2ª ed. IN: CARDOSO, R. (org.). *Aventura antropológica*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1986.



- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Vol. 1, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1990, 277 p.
- FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 2ª ed. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difel, 1977, Tomo III, 1º vol.
- FENELON, Dea. Pesquisa em História: perspectivas e abordagens. IN: FAZENDA, Ivani (org.). *Metodologia da Pesquisa Educacional*. São Paulo, Cortez Editora, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1992.
- \_\_\_\_\_. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 14ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Graal, 2001, 152 p.
- GALLI, Fernando. O ensino na “Luiz de Queiroz” através dos tempos. In: *ESALQ 75: livro comemorativo do 75º aniversário de Escola superior de Agricultura Luiz de Queiroz*. Piracicaba, SP, Franciscana, 1976. p.119-34.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere - Temas de cultura - Ação católica - Americanismo e fordismo*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2001, Vol. 4.
- HORTA, J.S.B. *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1994. (295p.)
- JOSÉ, Antônio Secundino de São. Evocando o Passado. IN: *ESAV, Formandos de 1939*. Viçosa, Minas Gerais, 1939.
- LIMA, A. L. et al. *UFV 70 anos. A trajetória da Escola de Viçosa*. Viçosa-MG, UFV/ Imprensa Universitária, 1996. (112p.)
- LISBÔA, J. C. B. *Histórico e Atualidade da ESAV-MG*. Conferência na Associação Comercial de Minas Gerais em 21/06/1934. Belo Horizonte – MG.
- \_\_\_\_\_. Discurso proferido, como paraninfo da turma de formandos de 15 de dezembro de 1935.
- MAGALHÃES, J. P. de. Breve Apontamento para a História das Instituições Educativas. IN: SANFELICE, J. L., SAVIANI, D. e LOMBARDI, J. C. *História da Educação: Perspectivas para um Intercâmbio Internacional*. Campinas (SP): Ed. Autores Associados, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Contributo para a História das Instituições Educativas – entre a memória e o arquivo*. Braga. Universidade do Minho, 1996 (mimeo.).
- MENDONÇA, S. R. de. *O Ruralismo Brasileiro*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1997. (219 p.)
- \_\_\_\_\_. *Agronomia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998. (203p.)
- MENNUCCI, Sud. Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1914.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo/Rio de Janeiro, EPU/MEC, 1974, (400p.)
- NETTO, A. G. M. et al. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- PAIVA, Vanilda P. *Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo, Ed. Loyola, 1987. (366 p.)
- PANIAGO, M. do C. T. *Viçosa – mudanças socio-culturais; evolução histórica e tendências*. Viçosa-MG, UFV/ Imprensa Universitária, 1996.(300p)
- ROLFS, P. H. *Ensino Agrícola Mineiro e Brasileiro*. II Conferência Nacional de Educação. Belo Horizonte, MG, nov de 1928.

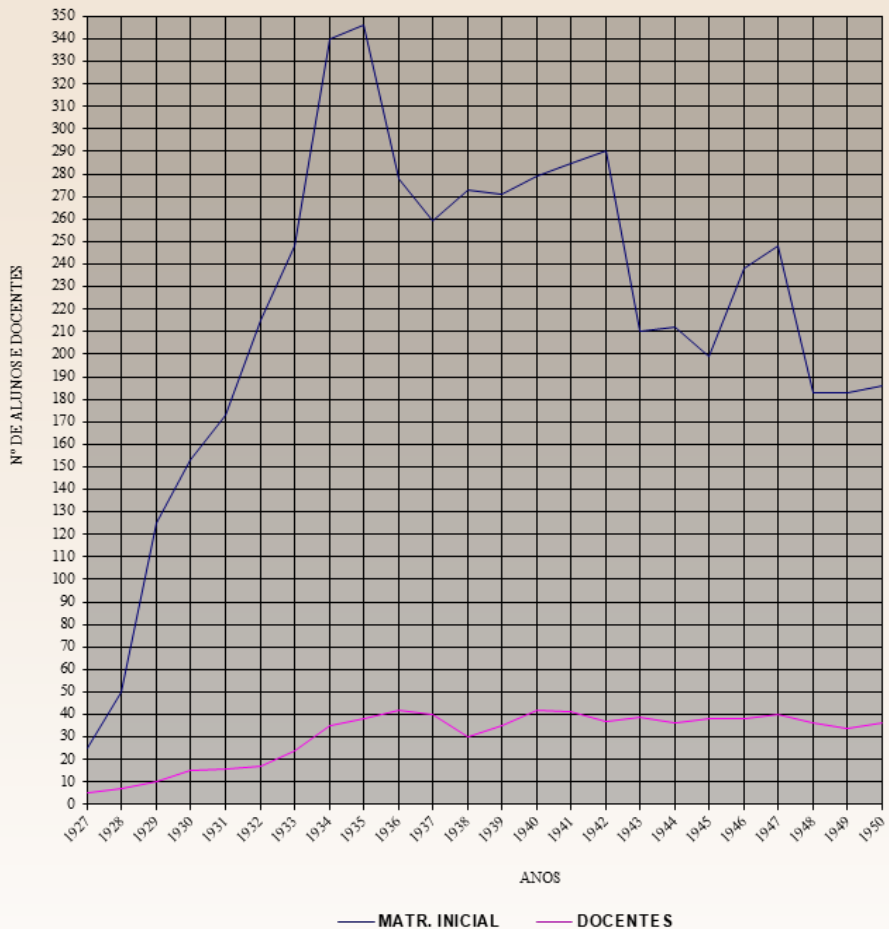
- SAVIANI, Dermeval. *Política e Educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na Legislação do Ensino*. São Paulo, Ed. Cortez, 1987. (158p.)
- SILVA, Uíara Maria. *Extensão Universitária: A Interação do Conhecimento na Semana do Fazendeiro*. Viçosa, UFV, 1995, (dissertação de mestrado). (199p.)
- SOUZA, J. Moreira de. *Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1914.
- TORRES FILHO, Arthur. *O ensino agrícola no Brasil: seu estado atual e a necessidade de sua reforma*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1926.
- TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Ed. Atlas, 1987.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. 4ª ed., Brasília, Ed. UNB, 1998.
- MONARCHA, Carlos. *História da Educação Brasileira: Formação do Campo*. Ijuí-RS, Ed. Unijuí, 1999.
- MONTEIRO, Norma de Góes (org.). V Seminário de Estudos Mineiros: *A República Velha em Minas Gerais*. Belo Horizonte, UFMG, 1982.
- MOTTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo, Ed. Ática, 1982.
- NORONHA, Maria Olinda. *História da Educação: Sobre as origens do pensamento utilitarista no ensino superior brasileiro*. Campinas (SP), Ed Alínea, 1998.
- OLIVEIRA, Antônio Gonçalves de. *Origem e Evolução da Extensão Rural no Brasil; uma análise histórico crítica*. Viçosa, UFV, 1987, (dissertação de mestrado).
- PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. *Evolução histórica e tendências de mudanças socioculturais na comunidade de Viçosa-MG*. Viçosa, Imp. Univ./UFV, 1990.
- PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas (SP), Editora da UNICAMP, 1994.
- RIBEIRO, Fernando. *Reminiscência de uma Época*. Viçosa - MG, Imprensa Universitária/UFV, 1996.
- SANFELICE, J. L., SAVIANI, D. e LOMBARDI, J. C. *História e História da Educação: O Debate Teórico-Metodológico Atual*. Campinas (SP), Ed. Autores Associados, 1998.
- VIDAL, Diana Gonçalves. *O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)*. Bagança Paulista – SP, Ed. da Universidade São Francisco, 2001, 343p.



# anexos

QUADRO 1

Numero total de alunos matriculados e corpo docente da ESAV (1927-1950)



Fonte: BORGES, José Marcondes. Escola Superior de Agricultura: origem – desenvolvimento – atualidade. Viçosa-MG, Imprensa Universitária da UREMG, 1968.

### CRONOGRAMA 1 - Horários Internos

Dias úteis	Domingos, Feriados e Dias Santos
6:00 - Levantar	7:15 - Café
6:30 - Café	11:30 - Almoço
7-8 - Aulas 1º P	14:00 - Lanche
8-9 - Aulas 2º P	17:15 - Jantar
9-10 - Aulas 3º P	21:00 - Chá
10:00 - Reunião Geral	21:15 - Entrada dormitório
10:30 - Almoço	
11:30 - Preparação	
12-13 - Aulas 4º P	
13-14 - Aulas 5º P	
14:00 - Lanche	
14:30 - 15:30 - Aulas 6º P	
15:45-16:45 - Esportes	
17:15 - Jantar	
18:45 - Estudo	
21:00 - Chá	
21:15 - 22:00 - Estudo facultativo	
22:00 - Repouso	

### CRONOGRAMA 2 - Controle do Tempo

Dias úteis	Domingos, Feriados e Dias Santos
Sono - 8 horas	7:30 - 11:30 – Obrigações religiosas ou excursões
Aulas - 6 horas	11:30 - 14:00 – Correspondência e pouco estudo
Refeições - 1:45	14:30 - 17:15 - Esportes
Esportes - 1 hora	18: 00 – 21:00 – Passeio Livre
Estudo - 3:40 horas	
Reunião - 20 minutos	
Livre - 3:15 horas	
Tempo Livre: 11:15 horas	
Tempo Aplicado: 12:45 horas	

Fonte: Ata da 11ª Reunião da Congregação da ESAV de 28 de fevereiro de 1928.



